



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1740

Terça-feira - 12 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Anchieta	2	Gaspar	187	Passos Maia	310
Antônio Carlos	3	Grão Pará	188	Paulo Lopes	311
Arroio Trinta	5	Guaraciaba	190	Penha	313
Ascurra	28	Guaramirim	191	Peritiba	314
Atalanta	29	Guarujá do Sul	192	Pinheiro Preto	315
Balneário Rincão	36	Herval d'Oeste	193	Pomerode	316
Barra Velha	39	Ilhota	196	Ponte Serrada	318
Benedito Novo	40	Imarui	197	Porto Belo	319
Biguaçu	43	Imbituba	201	Porto União	332
Blumenau	63	Indaial	205	Pouso Redondo	334
Bom Jesus do Oeste	72	Iomerê	206	Presidente Nereu	335
Bom Retiro	73	Ipumirim	207	Rio do Sul	337
Braço do Trombudo	74	Irineópolis	210	Salto Veloso	348
Brunópolis	76	Itá	214	Santa Rosa do Sul	349
Brusque	77	Itaiópolis	215	Santa Terezinha do Progresso	350
Caçador	82	Itapiranga	216	Santiago do Sul	351
Camboriú	84	Itapoá	217	São Bento do Sul	357
Campo Alegre	90	Jacinto Machado	218	São João do Sul	366
Campos Novos	97	Joaçaba	219	São José	367
Canelinha	109	José Boiteux	223	São José do Cedro	383
Canoinhas	110	Laguna	224	São Lourenço do Oeste	385
Capinzal	115	Lauro Muller	231	São Miguel da Boa Vista	388
Catanduvas	120	Lebon Regis	236	São Miguel do Oeste	389
Celso Ramos	121	Leoberto Leal	241	São Pedro de Alcântara	394
Chapadão do Lageado	122	Luzerna	242	Schroeder	397
Cocal do Sul	125	Macieira	244	Serra Alta	403
Concórdia	131	Mafra	245	Siderópolis	409
Coronel Freitas	134	Maravilha	246	Sombrio	413
Coronel Martins	135	Massaranduba	248	Tigrinhos	414
Correia Pinto	136	Meleiro	249	Timbó	415
Corupá	137	Modelo	250	Três Barras	419
Curitibanos	138	Morro da Fumaça	255	Tunápolis	421
Dionísio Cerqueira	157	Navegantes	256	União do Oeste	453
Doutor Pedrinho	158	Nova Trento	259	Urussanga	458
Ermo	159	Novo Horizonte	260	Vargeão	459
Faxinal dos Guedes	160	Orleans	299	Vargem Bonita	460
Forquilha	163	Ouro	300	Vidal Ramos	461
Fraiburgo	172	Ouro Verde	302	Videira	462
Frei Rogério	179	Palhoça	304	Vitor Meireles	466
Galvão	181	Palmitos	305	Xavantina	468
Garopaba	185	Papanduva	308	Xaxim	473
Garuva	186	Passo de Torres	309		

Consórcios

AGIR	480
CIGA	481
CIMCATARINA	482
CIS/AMARP	483
CISAM	484

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 031_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 031/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço visando à Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxa (óleo lubrificante somente serão aceitos de companhia) para veículos e máquinas da municipalidade por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 22/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

51º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

51º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 11/05/2015 a 11/06/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 11 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
21º	JULIANA HOFFMANN	0772

Cargo: ENFERMEIRO – 20H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
02º	MARIELI KOERICH	1393

PORTARIA N 289/2015

PORTARIA Nº 289/2015

Concede Ferias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor, FERNANDO PRIM HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 01 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 07/06/2013 a 06/06/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de maio de 2015.

PORTARIA N 290/2015

PORTARIA Nº 290/2015

Concede Ferias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora, CRISTIANY KREMER PRIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 01 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de maio de 2015.

PORTARIA N 291/2015

PORTARIA Nº 291/2015

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor, RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, a partir de 12 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de abril/2004 a abril/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de maio de 2015.

PORTARIA N 292/2015

PORTARIA Nº 292/2015

Concede Licença para Tratamento de saúde.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor, RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 30 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de maio de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 h do dia 27/05/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 h do dia 27/05/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 11 de maio de 2015.

Tarcisio Lidani

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

LRF - RREO 1º BIMESTRE 2015



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

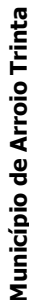
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	15.271.450,00	15.271.450,00	2.771.828,90	18,15	2.771.828,90	18,15	12.499.621,10	
RECEITAS CORRENTES	15.263.750,00	15.263.750,00	2.625.578,90	17,20	2.625.578,90	17,20	12.638.171,10	
RECEITA TRIBUTÁRIA	700.400,00	700.400,00	80.467,81	11,49	80.467,81	11,49	619.932,19	
Impostos	530.000,00	530.000,00	74.538,45	14,06	74.538,45	14,06	455.461,55	
Taxas	138.400,00	138.400,00	5.929,36	4,28	5.929,36	4,28	132.470,64	
Contribuição de Melhoria	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	591.050,00	591.050,00	107.013,66	18,11	107.013,66	18,11	484.036,34	
Contribuições Sociais	489.050,00	489.050,00	87.489,35	17,89	87.489,35	17,89	401.560,65	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	102.000,00	102.000,00	19.524,31	19,14	19.524,31	19,14	82.475,69	
RECEITA PATRIMONIAL	828.944,00	828.944,00	386.325,11	46,60	386.325,11	46,60	442.618,89	
Receitas Imobiliárias	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	
Receitas de Valores Mobiliários	828.344,00	828.344,00	386.325,11	46,64	386.325,11	46,64	442.018,89	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	61.944,00	61.944,00	2.887,49	4,66	2.887,49	4,66	59.056,51	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.950.292,00	12.950.292,00	2.023.884,69	15,63	2.023.884,69	15,63	10.926.407,31	
Transferências Intergovernamentais	12.896.792,00	12.896.792,00	2.023.884,69	15,69	2.023.884,69	15,69	10.872.907,31	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	53.500,00	53.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 4



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	131.120,00	131.120,00	25.000,14	19,07	25.000,14	19,07				106.119,86
Multas e Juros de Mora	38.460,00	38.460,00	2.220,31	5,77	2.220,31	5,77				36.239,69
Indenizações e Restituições	7.550,00	7.550,00	2.510,50	33,25	2.510,50	33,25				5.039,50
Receita da Dívida Ativa	16.460,00	16.460,00	1.690,56	10,27	1.690,56	10,27				14.769,44
Receitas Decorrentes de Aportes Perdidos para Amortização de Déficit Atualizado do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Receitas Correntes Diversas	68.650,00	68.650,00	18.578,77	27,06	18.578,77	27,06				50.071,23
RECEITAS DE CAPITAL	7.700,00	7.700,00	146.250,00	1.899,35	146.250,00	1.899,35				-138.550,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00				1.200,00
Alienação de Bens Móveis	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00				1.200,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.500,00	6.500,00	146.250,00	2.250,00	146.250,00	2.250,00				-139.750,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Transferências de Convênios	6.500,00	6.500,00	146.250,00	2.250,00	146.250,00	2.250,00				-139.750,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Recetas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	803.100,00	803.100,00	137.742,42	17,15	137.742,42	17,15				665.357,58
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.074.550,00	16.074.550,00	2.909.571,32	18,10	2.909.571,32	18,10				13.164.978,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)										
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.074.550,00	16.074.550,00	2.909.571,32	18,10	2.909.571,32	18,10				13.164.978,68
DÉFICIT (VI)										
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.074.550,00	16.074.550,00	2.909.571,32	18,10	2.909.571,32	18,10				13.164.978,68

Continua 2 / 4



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Superávit Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.153.600,00	16.036.705,99	4.102.213,58	4.102.213,58	11.934.492,41	1.606.029,28	1.606.029,28	1.600.575,61	14.430.676,71	
DESPESAS CORRENTES	13.320.098,45	13.402.507,92	3.858.148,93	3.858.148,93	9.544.358,99	1.541.697,24	1.541.697,24	1.536.243,57	11.860.810,68	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.269.112,45	6.269.112,45	960.578,86	960.578,86	5.308.533,59	949.202,86	949.202,86	949.202,86	5.319.909,59	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00	55.000,00	18.479,19	18.479,19	36.520,81	4.200,44	4.200,44	4.200,44	50.799,56	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.995.986,00	7.078.395,47	2.879.090,88	2.879.090,88	4.199.304,59	588.293,94	588.293,94	582.840,27	6.490.101,53	
DESPESAS DE CAPITAL	843.451,55	1.644.148,07	244.064,65	244.064,65	1.400.083,42	64.332,04	64.332,04	64.332,04	1.579.816,03	
INVESTIMENTOS	508.451,55	1.309.148,07	38.568,62	38.568,62	1.270.579,45	0,00	0,00	0,00	1.309.148,07	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	335.000,00	335.000,00	205.496,03	205.496,03	129.503,97	64.332,04	64.332,04	64.332,04	270.667,96	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	990.050,00	990.050,00	0,00	0,00	990.050,00	0,00	0,00	0,00	990.050,00	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	769.834,51	151.115,49	151.115,49	137.742,42	769.834,51	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.074.550,00	16.957.655,99	4.253.329,07	4.253.329,07	12.704.326,92	1.757.144,77	1.757.144,77	1.738.318,03	15.200.511,22	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.074.550,00	16.957.655,99	4.253.329,07	4.253.329,07	12.704.326,92	1.757.144,77	1.757.144,77	1.738.318,03	15.200.511,22	
SUPERÁVIT (XIII)							1.152.426,55			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.074.550,00	16.957.655,99	4.253.329,07	4.253.329,07	12.704.326,92	1.757.144,77	2.909.571,32	1.738.318,03	14.048.084,67	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS			SALDO		
							(a-c)			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	803.100,00	803.100,00	803.100,00	803.100,00	137.742,42	17,15	137.742,42	17,15	665.357,58	
Contribuições Sociais	803.100,00	803.100,00	803.100,00	803.100,00	137.742,42	17,15	137.742,42	17,15	665.357,58	
TOTAL	803.100,00	803.100,00	803.100,00	803.100,00	137.742,42	17,15	137.742,42	17,15	665.357,58	

Continua 3 / 4



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	769.834,51	151.115,49	151.115,49	137.742,42	769.834,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	769.834,51	151.115,49	151.115,49	137.742,42	769.834,51
TOTAL	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	769.834,51	151.115,49	151.115,49	137.742,42	769.834,51

FONTE: Sistema e-Pública (1481-3985-715). Unidade Responsável: . Data da emissão: 09/05/2015 e hora de emissão: 14:30.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				Em Reais	
						SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.200,00					1.061,46	138,54
Alienação de Bens Móveis	1.200,00					1.061,46	138,54
Alienação de Bens Imóveis	0,00					0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.750,00	1.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.750,00	1.000,00
Investimentos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.750,00	1.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	(h)	2015				SALDO ATUAL	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		(i) = (Ib - (IIe + IIIf))				(j) = (IIIh + IIIi)	
VALOR (III)	84.567,40					-26.688,54	
						57.878,86	

FONTE: Sistema e-Pública (1713-7514-798). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/05/2015 e hora de emissão: 09:51.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RONIVAN BRANDALISE

CONTADOR

CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDENADOR DA DESPESA

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO

CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100			
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			540.520,00	540.520,00	74.901,82	13,86			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			125.000,00	125.000,00	55,40	0,04			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			30.000,00	30.000,00	6.823,46	22,74			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			130.000,00	130.000,00	30.691,00	23,61			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			245.000,00	245.000,00	36.968,59	15,09			
Imposto Territorial Rural- ITR			0,00	0,00	0,00	0,00			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			1.630,00	1.630,00	85,56	5,25			
Dívida Ativa dos Impostos			7.260,00	7.260,00	221,38	3,05			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			1.630,00	1.630,00	56,43	3,46			
RECETAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			13.494.000,00	13.494.000,00	2.127.071,91	15,76			
Cota-parte FPM			6.900.000,00	6.900.000,00	1.211.141,28	17,55			
Cota-parte ITR			5.000,00	5.000,00	25,84	0,52			
Cota-parte IPVA			475.000,00	475.000,00	53.653,26	11,30			
Cota-parte ICMS			6.000.000,00	6.000.000,00	847.358,66	14,12			
Cota-parte do IPT - Exportação			82.000,00	82.000,00	14.892,87	18,16			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			32.000,00	32.000,00	0,00	0,00			
Desoneração ICMS (LC 87/96)			32.000,00	32.000,00	0,00	0,00			
Outras			0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			14.034.520,00	14.034.520,00	2.201.973,73	15,69			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS			679.270,00	679.270,00	253.056,56	37,25			
Provenientes da União			438.370,00	438.370,00	91.902,25	20,87			
Provenientes dos Estados			128.400,00	128.400,00	3.313,63	2,58			
Provenientes de Outros Municípios			0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas do SUS			112.500,00	112.500,00	158.240,68	140,66			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			0,00	0,00	0,00	0,00			
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			679.270,00	679.270,00	253.056,56	37,25			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECISADOS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	Até o Bimestre (h)	% (h/f)x100
DESPESAS CORRENTES		3.174.138,00	3.174.138,00	1.012.081,40	31,89	423.052,01	13,33	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		2.022.454,00	2.022.454,00	301.414,43	14,90	301.414,43	14,90	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		1.151.684,00	1.151.684,00	710.666,97	61,71	121.637,58	10,56	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		92.710,00	92.710,00	3.068,00	3,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		92.710,00	92.710,00	3.068,00	3,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		3.266.848,00	3.266.848,00	1.015.149,40	31,07	423.052,01	12,95	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINE DE APLURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECISADOS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IV) x 100	Até o Bimestre (i)	% ((i/IV) x 100	Até o Bimestre (j)	% (j/IV) PRECISADOS
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	852,40	0,08	852,40	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		573.249,96	573.249,96	91.572,63	9,02	52.004,50	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS		417.149,96	417.149,96	46.489,31	4,58	34.758,50	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3





Município de Arroio Trinta
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) Continuação

Outros Recursos	156.100,00	156.100,00	45.083,32	4,44	17.246,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDALMENTE NO EXERCÍCIO	90.100,00	90.100,00	46.125,68	4,54	9.566,75	0,00	0,00
SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS							
ANTERIORES³							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	663.349,96	663.349,96	138.550,71	13,65	62.423,65	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) =	2.603.498,04	2.603.498,04	876.598,69	86,35	360.628,36	85,24	0,00
(IV - V)							

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%) = (VII / IIID x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4,5} 16,38

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIID)/100] ⁶ 30.332,30

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Aterção Básica	3.145.738,00	3.145.738,00	988.822,99	92,63	420.249,04	97,62	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua							2 / 3

Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)										Continuação
										R\$ 1,00
Vigilância Sanitária	16.510,00	16.510,00	5.570,00	0,52	660,54	0,15				0,00
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	34,47	0,00	34,47	0,01				0,00
Alimentação e Nutrição	117.600,00	117.600,00	73.080,73	6,85	9.566,75	2,22				0,00
Outras Subfunções	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Total	3.346.846,00	3.346.846,00	1.067.308,19	100,00	430.510,80	100,00				0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1535-3335-580). Unidade Responsável: Data da emissão: 11/05/2015 e hora de emissão: 10:17.

1 Esse linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "T" ou com a coluna "h+1" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "T" ou com a coluna "h+1" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 028.888/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.153.600,00	16.036.705,99	4.102.213,58	96,45	11.934.492,41	1.606.029,28	1.606.029,28	14.430.676,71
LEGISLATIVA	445.000,00	445.000,00	70.063,72	1,65	374.936,28	54.445,62	54.445,62	390.554,38
Ação Legislativa	445.000,00	445.000,00	70.063,72	1,65	374.936,28	54.445,62	54.445,62	390.554,38
ADMINISTRAÇÃO	2.451.150,00	2.486.146,62	745.477,23	17,53	1.740.669,39	280.950,19	280.950,19	2.205.196,43
Administração Geral	2.088.150,00	2.123.146,62	695.894,97	16,36	1.427.251,65	231.367,93	231.367,93	1.891.778,69
Previdência do Regime Estatutário	363.000,00	363.000,00	49.582,26	1,17	313.417,74	49.582,26	49.582,26	313.417,74
SEGURANÇA PÚBLICA	36.202,00	36.202,00	3.330,07	0,08	32.871,93	513,09	513,09	35.688,91
Policimento	36.202,00	36.202,00	3.330,07	0,08	32.871,93	513,09	513,09	35.688,91
ASSISTÊNCIA SOCIAL	817.050,00	817.050,00	281.548,22	6,62	535.501,78	112.125,42	112.125,42	704.924,58
Assistência ao Idoso	59.650,00	59.650,00	28.871,20	0,68	30.778,80	5.104,00	5.104,00	54.546,00
Assistência ao Portador de Deficiência	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.000,00	32.000,00	10.578,26	0,25	21.421,74	1.357,74	1.357,74	30.642,26
Assistência Comunitária	717.400,00	717.400,00	242.098,76	5,69	475.301,24	105.663,68	105.663,68	611.736,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	61.291,31	1,44	543.708,69	61.291,31	61.291,31	543.708,69
Previdência do Regime Estatutário	605.000,00	605.000,00	61.291,31	1,44	543.708,69	61.291,31	61.291,31	543.708,69
SAÚDE	3.060.848,00	3.060.848,00	1.028.512,36	24,18	2.032.335,64	391.514,97	391.514,97	2.669.333,03
Atenção Básica	2.857.738,00	2.857.738,00	949.827,16	22,33	1.907.910,84	381.253,21	381.253,21	2.476.484,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00
Vigilância Sanitária	16.510,00	16.510,00	5.570,00	0,13	10.940,00	660,54	660,54	15.849,46
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	34,47	0,00	11.965,53	34,47	34,47	11.965,53
Alimentação e Nutrição	117.600,00	117.600,00	73.080,73	1,72	44.519,27	9.566,75	9.566,75	108.033,25
Abastecimento	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
EDUCAÇÃO	2.438.272,00	2.520.681,47	412.989,61	9,71	2.107.691,86	243.843,18	243.843,18	2.276.838,29
Educação Fundamental	1.489.883,00	1.541.721,27	271.885,14	6,39	1.269.836,13	151.328,03	151.328,03	1.390.393,24
Educação Infantil	131.161,00	131.161,00	0,00	0,00	131.161,00	0,00	0,00	131.161,00
Educação Especial	125.000,00	125.000,00	2.258,64	0,05	122.741,36	1.520,50	1.520,50	123.479,50
CULTURA	683.228,00	713.799,20	138.845,83	3,26	574.953,37	90.994,65	90.994,65	622.804,55
Ensino Superior	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
Ensino Médio	337.100,00	337.100,00	42.033,40	0,99	295.066,60	37.818,30	37.818,30	299.281,70
Ensino Fundamental	337.100,00	337.100,00	42.033,40	0,99	295.066,60	37.818,30	37.818,30	299.281,70
Ensino Médio	738.498,00	1.230.198,00	456.757,91	10,74	773.440,09	72.186,77	72.186,77	1.158.011,23
Ensino Superior	101.000,00	592.700,00	0,00	0,00	592.700,00	0,00	0,00	592.700,00
Ensino Médio	637.498,00	637.498,00	456.757,91	10,74	180.740,09	72.186,77	72.186,77	565.311,23



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
HABITAÇÃO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Habituação Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
SANEAMENTO	26.000,00	26.000,00	4.723,00	4.723,00	0,11	4.723,00	4.723,00	21.277,00
Saneamento Básico Urbano	26.000,00	26.000,00	4.723,00	4.723,00	0,11	4.723,00	4.723,00	21.277,00
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
AGRICULTURA	790.500,00	890.499,90	314.603,63	314.603,63	7,40	61.458,58	61.458,58	829.041,32
Promoção da Produção Vegetal	207.500,00	307.499,90	38.646,70	38.646,70	0,91	16.766,74	16.766,74	290.733,16
Extensão Rural	583.000,00	583.000,00	275.956,93	275.956,93	6,49	44.691,84	44.691,84	538.308,16
INDÚSTRIA	125.300,00	125.300,00	9.812,40	9.812,40	0,23	9.812,40	9.812,40	115.487,60
Promoção Industrial	125.300,00	125.300,00	9.812,40	9.812,40	0,23	9.812,40	9.812,40	115.487,60
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00	11.000,00	2.500,00	2.500,00	0,06	2.500,00	2.500,00	8.500,00
Turismo	11.000,00	11.000,00	2.500,00	2.500,00	0,06	2.500,00	2.500,00	8.500,00
TRANSPORTE	1.192.880,00	1.366.880,00	243.018,65	243.018,65	5,71	116.296,75	116.296,75	1.250.583,25
Transporte Rodoviário	1.192.880,00	1.366.880,00	243.018,65	243.018,65	5,71	116.296,75	116.296,75	1.250.583,25
DESPORTO E LAZER	254.750,00	254.750,00	52.896,77	52.896,77	1,24	31.254,13	31.254,13	223.495,87
Desporto Comunitário	254.750,00	254.750,00	52.896,77	52.896,77	1,24	31.254,13	31.254,13	223.495,87
ENCARGOS ESPECIAIS	813.000,00	813.000,00	372.655,30	372.655,30	8,76	125.295,57	125.295,57	687.704,43
Outros Encargos Especiais	813.000,00	813.000,00	372.655,30	372.655,30	8,76	125.295,57	125.295,57	687.704,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	990.050,00	990.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	990.050,00
Reserva de Contingência	990.050,00	990.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	990.050,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	3,55	151.115,49	151.115,49	769.834,51
TOTAL (III) = (I + II)	16.074.550,00	16.957.655,99	4.253.329,07	4.253.329,07	100,00	1.757.144,77	1.757.144,77	15.200.511,22

Continua 2 / 3



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Em Reais	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)			
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)				
									% (b/total b)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	100,00	151.115,49	151.115,49	100,00	769.834,51		
LEGISLATIVA	17.000,00	17.000,00	2.856,64	2.856,64	1,89	2.856,64	2.856,64	1,89	14.143,36		
Ação Legislativa	17.000,00	17.000,00	2.856,64	2.856,64	1,89	2.856,64	2.856,64	1,89	14.143,36		
SAUDE	288.000,00	288.000,00	38.995,83	38.995,83	25,81	38.995,83	38.995,83	25,81	249.004,17		
Atenção Básica	288.000,00	288.000,00	38.995,83	38.995,83	25,81	38.995,83	38.995,83	25,81	249.004,17		
EDUCAÇÃO	244.950,00	244.950,00	58.196,72	58.196,72	38,51	58.196,72	58.196,72	38,51	186.753,28		
Ensino Fundamental	186.450,00	186.450,00	58.196,72	58.196,72	38,51	58.196,72	58.196,72	38,51	128.253,28		
Educação Infantil	58.500,00	58.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.500,00		
ENCARGOS ESPECIAIS	371.000,00	371.000,00	51.066,30	51.066,30	33,79	51.066,30	51.066,30	33,79	319.933,70		
Outros Encargos Especiais	371.000,00	371.000,00	51.066,30	51.066,30	33,79	51.066,30	51.066,30	33,79	319.933,70		
TOTAL	920.950,00	920.950,00	151.115,49	151.115,49	100,00	151.115,49	151.115,49	100,00	769.834,51		

FONTE: Sistema e-Pública (1400-6831-4415). Unidade Responsável: . Data da emissão: 08/05/2015 e hora de emissão: 14:32.

FONTE: Sistema e-Pública (1400-6831-445). Unidade Responsável: . Data da emissão: 09/05/2015 e hora de emissão: 14:32.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.168.600,98	1.492.358,45	1.653.898,57	1.253.850,44	1.426.887,81	1.613.321,71	906.579,03					
Receita Tributária	45.578,09	48.556,89	42.150,94	98.472,42	101.746,16	43.971,53	55.658,27					
IP/TU	21,93	686,43	0,00	43.870,94	50.992,31	5.572,74	672,78					
ISS	9.859,65	9.219,33	10.226,26	15.081,30	9.192,12	14.741,92	18.123,05					
ITBI	2.413,03	7.449,41	7.109,70	4.116,49	8.014,00	1.359,97	13.859,26					
IRRF	18.921,40	17.870,78	18.104,97	17.994,32	18.297,40	18.249,17	18.544,32					
Outras Receitas Tributárias	14.362,08	13.330,94	6.710,01	17.409,37	15.250,33	4.047,73	4.458,86					
Receitas de Contribuições	49.100,92	41.644,63	48.983,46	49.102,51	49.621,89	50.442,35	50.372,68					
Receita Patrimonial	72.171,17	208.164,85	343.031,66	44.173,93	121.888,94	396.547,47	-261.084,49					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	1.200,00	1.835,50	4.420,00	6.401,00	2.432,50	2.400,00	1.218,67					
Transferências Correntes	988.515,03	1.171.901,94	1.206.307,03	1.045.321,50	1.138.274,40	1.106.894,58	1.048.330,82					
Cota-Parte FPM	376.793,29	541.655,35	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94					
Cota-Parte do ICMS	419.677,95	409.297,65	416.047,81	422.090,68	392.242,51	411.045,23	441.234,49					
Cota-Parte do IPVA	39.882,99	42.363,41	46.451,27	47.223,33	54.287,97	56.338,95	51.888,63					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98					
Transferências da LC 61/1989	5.750,78	6.262,00	6.810,96	6.487,08	6.664,24	6.869,37	6.464,44					
Transferências do FUNDEB	77.010,50	77.592,78	84.840,66	80.287,53	74.343,75	79.525,20	81.156,77					
Outras Transferências Correntes	69.399,92	92.893,77	77.230,05	57.615,91	239.772,32	102.852,80	72.666,57					
Outras Receitas Correntes	12.035,77	20.254,64	9.005,48	10.379,08	12.923,92	13.265,78	12.083,08					
DEDUÇÕES (II)	196.753,24	206.389,01	237.463,42	210.367,69	193.734,46	213.965,24	207.905,28					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	28.332,50	28.427,95	28.616,37	28.884,26	28.903,00	29.062,11	29.003,95					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	168.420,74	177.961,06	208.847,05	181.483,43	164.831,46	184.903,13	178.901,33					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	971.847,74	1.285.969,44	1.416.435,15	1.043.482,75	1.233.153,35	1.399.556,47	698.673,75					

1 / 2



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2015
	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)							
Receita Tributária	1.438.371,81	1.560.089,33	1.531.964,16	1.682.313,34	1.368.679,52	17.098.115,15	17.962.550,00
IPTU	46.492,55	33.618,19	53.123,47	40.037,49	40.430,32	649.836,32	700.400,00
ISS	174,30	47,72	81,62	55,40	0,00	102.176,17	125.000,00
ITBI	16.476,14	13.736,79	14.443,25	16.497,24	14.193,76	161.790,81	130.000,00
ITRF	3.011,52	530,78	3.355,76	4.595,75	2.227,71	58.043,38	30.000,00
Outras Receitas Tributárias	21.441,00	17.747,87	31.715,83	16.322,66	20.645,93	235.855,65	245.000,00
Receitas de Contribuições	5.389,59	1.555,03	3.527,01	2.566,44	3.362,92	91.970,31	170.400,00
Receita Patrimonial	53.923,89	50.987,61	107.775,80	51.361,08	55.652,58	658.969,40	591.050,00
Receita Agropecuária	198.104,17	189.100,91	-129.800,12	303.296,94	83.028,17	1.568.623,60	828.944,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	3.100,00	4.500,75	3.726,08	2.352,50	534,99	34.121,99	61.944,00
Cota-Parte FPM	1.126.799,60	1.270.003,10	1.478.400,62	1.273.803,59	1.175.495,06	14.030.047,27	15.649.092,00
Cota-Parte do ICMS	371.503,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	5.997.237,60	6.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	454.913,36	501.892,18	479.958,08	448.519,73	398.838,93	5.195.758,60	6.000.000,00
Cota-Parte do ITR	66.314,15	68.994,10	25.462,82	21.283,71	32.369,55	552.860,48	475.000,00
Transferências da LC 87/1996	390,74	45,00	0,00	25,84	0,00	461,58	5.000,00
Transferências da LC 61/1989	1.836,98	1.836,98	3.673,96	0,00	0,00	18.369,80	32.000,00
Transferências do FUNDEB	6.922,86	7.949,50	7.843,85	9.337,59	5.555,28	82.917,95	82.000,00
Outras Transferências Correntes	84.792,96	88.524,39	87.953,17	94.928,24	87.932,46	998.886,41	1.198.500,00
Outras Receitas Correntes	140.124,71	109.028,09	82.602,67	100.372,81	38.993,23	1.183.552,85	956.592,00
DEDUÇÕES (II)							
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	10.951,60	11.878,77	18.738,31	11.461,74	13.538,40	156.516,57	131.120,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	211.061,62	243.007,23	296.581,96	244.015,47	239.789,15	2.701.033,77	3.040.850,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	30.685,42	28.517,35	85.167,91	28.315,20	30.075,46	403.991,48	342.050,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	180.376,20	214.489,88	211.414,05	215.700,27	209.713,69	2.297.042,29	2.698.800,00
	1.228.310,19	1.317.082,10	1.235.382,20	1.438.297,87	1.128.890,37	14.397.081,38	14.921.700,00

FONTE: Sistema e-Pública (1263-6199-993). Unidade Responsável: . Data da emissão: 09/05/2015 e hora de emissão: 15:31.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 028.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTADOR INTERNO

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO	
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)
Dívida Consolidada (I)	205.496,03	205.496,03
Deduções (II)	13.083.645,57	13.083.645,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.595.248,12	1.595.248,12
Demais Haveres Financeiros	11.488.397,45	11.488.397,45
(-) Restos a pagar processados (Exeto precatórios)	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-12.878.149,54	-12.878.149,54
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-12.878.149,54	-12.878.149,54
		-14.056.448,33

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.178.298,79	-1.178.298,79

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	
	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-400.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO	
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exeto precatórios)	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1723-0088-846). Unidade Responsável: . Data da emissão: 08/05/2015 e hora de emissão: 15:38.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.888/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

JOÃO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		15.238.506,00	2.376.996,21	2.348.588,32	
Recitas Tributárias		700.400,00	80.467,81	65.407,18	
IPTU		125.000,00	55,40	48,62	
ISS		130.000,00	30.691,00	19.883,49	
ITBI		30.000,00	6.823,46	9.259,29	
IRRF		245.000,00	36.968,59	34.641,84	
Outras Receitas Tributárias		170.400,00	5.929,36	1.573,94	
Recitas de Contribuições		1.394.150,00	244.756,08	224.745,26	
Recitas Previdenciárias		1.145.150,00	196.133,08	183.868,88	
Outras Receitas de Contribuições		249.000,00	48.623,00	40.876,38	
Recita Patrimonial Líquida		600,00	0,00	0,00	
Recita Patrimonial		828.944,00	386.325,11	361.060,88	
(-) Aplicações Financeiras		828.344,00	386.325,11	361.060,88	
Transferências Correntes		12.950.292,00	2.023.884,69	2.031.022,92	
FPM		5.520.000,00	968.913,09	984.019,48	
ICMS		4.800.000,00	677.887,11	679.573,09	
Convênios		53.500,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Correntes		2.576.792,00	377.084,49	367.430,35	
Demais Receitas Correntes		193.064,00	27.887,63	27.412,96	
Dívida Ativa		16.460,00	1.690,56	3.208,83	
Diversas Receitas Correntes		176.604,00	26.197,07	24.204,13	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		7.700,00	146.250,00	111.110,00	
Operações de Crédito (III)		0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		1.200,00	0,00	111.110,00	
Transferência de Capital		6.500,00	146.250,00	0,00	
Convênios		6.500,00	146.250,00	0,00	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		6.500,00	146.250,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		15.245.006,00	2.523.246,21	2.348.588,32	



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.323.457,92	4.009.264,42	1.689.328,01	1.692.812,73	1.689.327,71
Pessoal e Encargos Sociais	7.190.062,45	1.111.694,35	997.649,07	1.100.318,35	997.649,07
Juros e Encargos da Dívida (IX)	55.000,00	18.479,19	12.524,93	4.200,44	12.524,63
Outras Despesas Correntes	7.078.395,47	2.879.090,88	679.154,01	588.293,94	679.154,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.268.457,92	3.990.785,23	1.676.803,08	1.688.612,29	1.676.803,08
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.644.148,07	244.064,65	70.721,04	64.332,04	70.721,04
Investimentos	1.309.148,07	38.568,62	6.389,00	0,00	6.389,00
Inversoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	335.000,00	205.496,03	64.332,04	64.332,04	64.332,04
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.309.148,07	38.568,62	6.389,00	0,00	6.389,00
Reserva de Contingência (XVI)	990.050,00				
Reserva RPPS (XVII)	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.567.655,99	4.029.353,85	1.683.192,08	1.688.612,29	1.683.192,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.322.649,99	-1.506.107,64	665.396,24	834.633,92	665.396,24
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	82.409,47	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência					
				-300.139,50	

FONTE: Sistema e-Pública (1298-3719-031). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/05/2015 e hora de emissão: 09:31.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos		Saldo (a)	Cancelados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.171,85	377.769,99	13.938,41	0,00	425.023,43
EXECUTIVO											
Município de Arroio Trinta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.171,85	369.853,57	6.001,99	0,00	425.023,43
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.936,42	7.936,42	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.171,85	377.769,99	13.938,41	0,00	425.023,43

FONTE: Sistema e-Pública (2184-2813-899). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/05/2015 e hora de emissão: 09:36.

RONIVAN BRANDALISE

CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO

CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% C= (b/a)x100
1-Recita de impostos	540.520,00	540.520,00	74.901,82	13,86
1.1-Recita resultante do IPTU	134.300,00	134.300,00	238,99	0,18
1.1.1-IPTU	125.000,00	125.000,00	55,40	0,04
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	9,82	0,73
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	129,47	1,96
1.1.4-Multas, Juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.350,00	1.350,00	44,30	3,28
1.1.5(-) Deduções da Recita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Recita resultante do ITBI	30.000,00	30.000,00	6.823,46	22,74
1.2.1-ITBI	30.000,00	30.000,00	6.823,46	22,74
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5(-) Deduções da Recita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Recita resultante do ISS	131.220,00	131.220,00	30.870,78	23,53
1.3.1-ISS	130.000,00	130.000,00	30.691,00	23,61
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	280,00	280,00	75,74	27,05
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	660,00	660,00	91,91	13,93
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	280,00	280,00	12,13	4,33
1.3.5(-) Deduções da Recita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Recita resultante do IRRF	245.000,00	245.000,00	36.988,59	15,09
1.4.1-IRRF	245.000,00	245.000,00	36.988,59	15,09
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5(-) Deduções da Recita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Recita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5(-) Deduções da Recita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Recitas de transferências constitucionais e legais	13.494.000,00	13.494.000,00	2.127.071,91	15,76
2.1-Cota Parte FPM	6.900.000,00	6.900.000,00	1.211.141,28	17,55
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.900.000,00	6.900.000,00	1.211.141,28	17,55
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	847.358,66	14,12
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	30.000,00	32.000,00	0,00	0,00
2.4-Cota Parte IPT-Exportação	82.000,00	82.000,00	14.892,87	18,16
2.5-Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	25,84	0,52
2.6-Cota-Parte IPVA	475.000,00	475.000,00	53.653,26	11,30
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.034.520,00	14.034.520,00	2.201.973,73	15,69
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% C= (b/a)x100
4-Recita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	135.092,00	135.092,00	41.778,94	30,93
5.1-Transferências do Salário-Educação	72.000,00	72.000,00	34.363,81	47,73
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	27.500,00	27.500,00	4.366,00	15,88

1 / 4



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72) R\$ 1.000

5.4-Transferências Diretas - PNATE	34.592,00	3.049,13	8,81
5.5-Outras transferências do FNDE	1.000,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00
6-Transferências de convênios	41.000,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	41.000,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	176.092,00	41.778,94	23,73

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.698.800,00	2.698.800,00	425.413,96	15,76
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.380.000,00	1.380.000,00	242.228,19	17,55
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	169.471,55	14,12
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.400,00	6.400,00	0,00	0,00
10.4-Cota Parte IPT-Exportação (20% de 2.4)	16.400,00	16.400,00	2.978,57	18,16
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	5,16	0,52
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	95.000,00	95.000,00	10.730,49	11,30
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.202.700,00	1.202.700,00	183.595,51	15,26
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.198.500,00	1.198.500,00	182.860,70	15,26
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	4.200,00	4.200,00	644,81	15,35
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.500.300,00	-1.500.300,00	-242.553,26	16,17

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR POR PROCESSADOS (f)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	1.042.498,45	1.042.498,45	148.423,13	14,24	14,24
13.1-Com Educação Infantil	413.500,00	413.500,00	66.238,26	16,02	16,02
13.2-Com Ensino Fundamental	628.998,45	628.998,45	82.184,87	13,07	13,07
14-OUTRAS DESPESAS	160.241,55	160.241,55	390,65	0,24	0,00
14.1-Com Educação Infantil	52.600,00	52.600,00	390,65	0,74	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	107.641,55	107.641,55	0,00	0,00	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.202.700,00	1.202.700,00	148.813,78	12,37	12,34
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					Valor
16.1- FUNDEB 60%					0,00
16.2- FUNDEB 40%					0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1- FUNDEB 60%					0,00
17.2- FUNDEB 40%					0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) 1					148.423,13
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11 x 100) %					80,88
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11 x 100) %					0,00
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- ((19.1 +19.2)) %					19,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					Valor
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 2					21.889,74
					0,00



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Feveireiro

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

Continuação

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
			3.508.630,00		3.508.630,00		Até o Bimestre (b)		% c/s (b/a)x100
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
			712.900,00		712.900,00		Até o Bimestre (e)		% f=(e/d)x100
			712.900,00		712.900,00		Até o Bimestre (g)		% h=(g)x100
			712.900,00		712.900,00		Até o Bimestre (g)		% h=(g)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3)	23.1-Creche	23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	23.2.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	24-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	24.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	25-Ensino Superior	26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	27-Ensino Profissional na integrado ao ensino regular	28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)			2.288.530,00	2.288.530,00	2.288.530,00	375.649,44	16,41	292.282,42	12,77
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor			
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-242.553,26			
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00			
32-Receta de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						644,81			
33-Despesas custeadas com o superávlt financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						0,00			
34-Despesas custeadas com superávlt financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00			
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00			
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						-241.988,45			
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						534.190,87			
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						24,26			
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						24,26			
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
			0,00		0,00		Até o Bimestre (e)		% f=(e/d)x100
			0,00		0,00		Até o Bimestre (g)		% h=(g)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino			0,00		0,00		0,00		0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação			72.100,00		72.100,00		10.207,80		14,16
42-Custeadas com operações de crédito			0,00		0,00		0,00		0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino			72.100,00		72.100,00		10.207,80		14,16
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)			144.200,00		144.200,00		20.415,60		14,16
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)			2.432.730,00		2.432.730,00		396.065,04		16,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM (g)			
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						0,00			
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino						0,00			
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB						0,00			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			FUNDEF (h)			VALOR			
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014						21.809,74			
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE						182.860,70			
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE						179.875,06			
						Continua 3 / 4			



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PRERREPO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		Continuação
		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)		142.994,88
49.2 Restos a Pagar (+ extras)		36.880,18
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		644,81
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		25.440,19
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00

FORNECEDOR: Sistema e-Pública (1780-2407-141). **Unidade Responsável:** . **Data da emissão:** 11/05/2015 e **hora de emissão:** 09:42.

1. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. Art. 11, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
3. Caput do art. 212 da CF/1988
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRACION
ORDENADOR DA DESPESA

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO Nº23/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 26/05/2015 às 08h30min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE PNEUS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 12 de maio de 2015.
MOACIR POLIDORO – Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

PORTARIAS DE 044 A 070/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PORTARIA Nº 044//2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 36 da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar a Senhora ELENICE MARIA FOLGIARINI PERIN, do cargo de Enfermeira, a partir de 02 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 045/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 232 da Lei Complementar nº 005/2011 e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Licença Gestação a Servidora TATIANE MEURER, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir da data de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PORTARIA Nº 046/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 25/2013, que designa REGIANE CRISTINA BUNN KUHNEN.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 151/2014, que designa CARLOS MARÇAL DEMARCHI, responsável pelo Setor de Compra Direta.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 048/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 65 inciso IX da Lei Orgânica Municipal e o artigo 49, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 014/2013 ,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 097/2013 e pela mesma designar o Servidor JOARES JOCHEM, a ocupar Função Executiva de Confiança FEC-4, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 40% do salário base, a partir da data de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 049/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 49, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 014/2013 ,

RESOLVE:

Designar a Servidora MARIA CRISTINA DEMARCHI HADLICH, a ocupar Função Executiva de Confiança FEC-5, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 50% do salário base, a partir da data de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 050/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Exonerar a Senhora BERENICE DE FATIMA BRISOLA, do cargo de Diretor de Departamento, a partir de 12 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
12 de março de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 051/ 2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e VIII da Lei nº. 1177/2010,

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado a seguinte docente, conforme Edital nº 03/2014/ SMECE, a partir de 12 de março de 2015.

Nome	Cargo	Nível	Classe
ANA PAULA KOCIAN	Professor 40 horas semanais	II	A

ATALANTA (SC), 12 de março de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 052/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 156, inciso I da Lei Complementar nº 005//2011,

RESOLVE:

Penalizar com Advertência o Servidor ARTUR VICENTE KOCIAN, por não cumprir as ordens superiores e não observar normas legais e regulamentos.

Prefeitura Municipal de Atalanta
13 de março de 2015

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 053/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 65 inciso IX da Lei Orgânica Municipal e o artigo 49, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 014/2013 ,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 183/2013 e pela mesma designar o Servidor MARCIO ALEXANDRE DEMARCHI, a ocupar Função Executiva de Confiança FEC-4, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 40% do salário base, a partir da data de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
12 de março de 2015

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 054/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VII da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar o Senhor WIGUND KRAUSE, do cargo de Diretor de Departamento, a partir de 25 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
25 de março de 2015

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 055/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 13 da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Nomear por Concurso Público a Senhora LARA FERNANDA KERSBAUMER, para exercer o Cargo de Enfermeira, conforme anexo I, II e III da Lei Complementar nº 014//2013 de 18 de setembro de 2013, a partir de 30 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de abril de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 056/ 2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e IX da Lei nº. 1177/2010,

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado a seguinte Servente, conforme Edital nº 03/2014/ SMECE, a partir de 26 de março de 2015.

Nome	Cargo	Nível	Classe
JOSINES VAVASSORI	Servente 40 horas semanais	-	-

ATALANTA (SC), 01 de abril de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 057/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 41, Parágrafo 1º e 2º, inciso I da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder progressão por Formação profissional, a Servidora ROSMERI BACK, a partir de 01 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de abril de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 058/ 2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e VIII da Lei nº. 1177/2010,

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado a seguinte docente, conforme Edital nº 03/2014/ SMECE, a partir de 30 de março de 2015.

Nome	Cargo	Nível	Classe
RAFAELA C. LUCIANO	Professor 35 horas semanais	I	A

ATALANTA (SC), 01 de abril de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 059/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde ao Servidor PAULO CEZAR CORREIA, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 07 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
07 de abril de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 060/ 2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e VIII da Lei nº. 1177/2010,

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado a seguinte docente, conforme Edital nº 03/2014/ SMECE, a partir de 06 de abril de 2015.

Nome	Cargo	Nível	Classe
SANDRA MARA MATTEUSSI	Professor 25 horas semanais	I	A

ATALANTA (SC), 07 de abril de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 061/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 23, Parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Aprovar em estágio probatório a Senhora CARLA SOUZA DE OLIVEIRA, no Cargo de Médica Veterinária, a partir de 23 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
22 de abril de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 062/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 65 inciso IX da Lei Orgânica Municipal e o artigo 49, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 014/2013 ,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 101/2013 e pela mesma designar o Servidor WAGNER BECHTOLD, a ocupar Função Executiva de Confiança FEC-4, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 40% do salário base, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
27 de abril de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 063/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 232 da Lei Complementar nº 005/2011 e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Licença Gestação a Servidora ADRIANA VOSS SENEM, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir da data de 20 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
27 de abril de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 064/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 23, Parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, artigo 32 e 34 no inciso I e artigo 35 da Lei Complementar 014/2013,

RESOLVE:

Aprovar em estágio probatório e conceder adicional por capacitação profissional a Servidora GIGLIOLA VANESSA MOHR, no Cargo de Psicóloga, a partir de 02 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
04 de maio de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 065/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor JAIME SENEM, responsável pelo INCRA(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Município de Atalanta, a partir de 04 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
04 de maio de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 066/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 23, Parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, artigo 32 e 34 no inciso I e artigo 35 da Lei Complementar 014/2013

RESOLVE:

Aprovar em estágio probatório e conceder adicional por capacitação profissional o Senhor WAGNER BECHTOLD, no Cargo de Oficial de Nível Superior, a partir de 07 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
07 de maio de 2015.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 067/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora MARGARIDA PADILHA FUCK, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 08 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
08 de maio de 2015

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 068/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 23, Parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, artigo 32 e 34 no inciso II e artigo 35 da Lei Complementar 014/2013,

RESOLVE:

Aprovar em estágio probatório e conceder adicional por capacitação profissional o Senhor MARCIO ALEXANDRE DEMARCHI, no Cargo de Fiscal de Tributos, a partir de 08 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
08 de maio de 2015.

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 069/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 49, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 014/2013 ,

RESOLVE:

Designar a Servidora ZENI SOLANGE DORPMULLER STAROSKI, a ocupar Função Executiva de Confiança FEC-3, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 30% do salário base, a partir da data de 01 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
08 de maio de 2015

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 070/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Transferir os veículos para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Caminhão basculante M-Benz/Atron 2729 286CV, placa MKH 3103, ano 2014/2014, uma Retro-Escavadeira Caterpillar 2013/2013 e uma Motoniveladora Caterpillar 2013/2013, sendo que as despesas efetuadas pelos mesmos serão por conta da respectiva secretaria, a partir de 01 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
08 de maio de 2015.

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em exercício

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 033/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 26/05/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, móveis para escritório, equipamento de informática e musicais para uso nas Unidades de Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Administração, Junta Militar, Meio Ambiente, Cultura e Museu do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 11 de Maio de 2015.

Renato da Silva Vitche

Pregoeiro

DECRETO Nº. 268/2015

DECRETO Nº. 268/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o inciso I, artigo 8º da Lei n.º 176/2014 (Lei Orçamentária Anual para 2015):

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade SAMAE de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
Unidade:	1001 - SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.:	2.070 – Manutenção do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0601 (18) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTALR\$ 200.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação do exercício em curso, na fonte 601 – Recursos ordinários, verificado de acordo com os registros das receitas arrecadas até abril.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 08 de maio de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de maio de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

DECRETO Nº. 269/2015

DECRETO/GP/Nº 269/2015

RETIFICA O PREÂMBULO DO DECRETO Nº 262/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - No Preâmbulo do Decreto nº 262/2015, onde se lê:

"O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 192/2015:"

Art. 2º - Leia-se:

"O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 197/2015:"

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 08 de maio de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 08 de maio de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 022/FMS/2015; STOLK BORRACHARIA E LAVAÇÃO LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para execução de forma parcelada de serviço de lavagem, lubrificação, limpeza, engraxamento e higienização da frota de veículos e equipamentos do Fundo Municipal de Saúde. Processo de Licitação-Modalidade: Edital Pregão Presencial Nº. 010/FMS/2015. No valor global de: R\$ 4.650,00 (Quatro mil seiscentos e cinquenta reais). ASSINATURA: 11/05/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Neusa da Silva.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 067/PMBR/2015; STOLK BORRACHARIA E LAVAÇÃO LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para execução de forma parcelada de serviço de lavagem, lubrificação, limpeza, engraxamento e higienização da frota de veículos e equipamentos do Município de Balneário Rincão, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: Edital Pregão Presencial Nº. 029/PMBR/2015. No valor global de R\$ 26.800,00 (Vinte e seis mil e oitocentos reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 11/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Neusa da Silva.

LEI Nº. 196/2015

LEI Nº 196/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2.015, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO.

DÉCIO GOMES GOES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj./Ativ. 2.013: Manutenção de Outros Níveis de Ensino

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0000 (27) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Artigo 2º - O crédito orçamentário a que se refere o art. 1º. ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj./Ativ. 2.009: Manut. do Depto de Adm. da Educação e Diretoria de Ensino Básico

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0001 (43) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de abril de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 17 de abril de 2015.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº 212/2014

LEI Nº. 197/2015

LEI Nº 197/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO, DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Especial e inserir as modalidades de aplicação, no Orçamento do Município, destinado ao funcionamento da Unidade SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para empenhamento de despesas correntes não previstas na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
Unidade:	1001 – SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.:	2.071 – Manutenção da Coleta, Remoção, Reciclagem e Destinação de Resíduos Sólidos (LIXO)/Programa de Lixo Seletivo

3.1.40.00.00.00.06.621 (____) – Transferências a Municípios R\$ 40.000,00

TOTALR\$ 40.000,00

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior correrão por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, correspondente aos saldos em 31 de dezembro de 2014, creditados na conta corrente Caixa Econômica Federal nº 167-9 Agência nº 1785-0 Içara; Banco Cooperativo Sicred S/A na conta corrente nº 25006-6 Agência nº 100-0 Porto Alegre e Banco do Brasil S/A nº na conta corrente 25606-4 Agência nº 2118-0 Içara.

Artigo 3º - Ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 080/2013 de 16 de dezembro de 2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº. 175/2014 de 09 de Dezembro de 2014 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2015 - Lei nº. 176/2014 de 09 de Dezembro de 2014, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito especial constante da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de abril de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 17 de abril de 2015.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

Barra Velha

PREFEITURA

CC 001/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 042/2015

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015
O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, Contratação de empresa de engenharia para execução de instalação de infraestrutura elétrica, em regime de empreitada global nos Centros Educacionais Nadida Michereff e Areia Branca localizada no município de Barra Velha, conforme plantas e memorial descritivo em anexo. Data/horário recebimento envelopes: 19/05/2015 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 19/05/2015 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 11 de maio de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

ERRATA PP 031/2015

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 038/2015 - Pregão Presencial nº 031/2015
ERRATA 001

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de utensílios domésticos, eletrodomésticos e eletrônicos, moveis cama mesa e banho, destinados aos CEIS da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de maio de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

ERRATA PP 030/2015

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 037/2015 - Pregão Presencial nº 030/2015
ERRATA 001

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de jogos e brinquedos educativos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de maio de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO LICITAÇÃO PP 39/2015

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000000039/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 000039/2015

DATA: 07/05/2015 HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 000039/2015, com a presença do Pregoeiro RONALF SCHMIDT e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN, ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas:

METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 83.157.032/0001-22, representada pelo Sr. RAMON FRANCISCO ANDRADE, Rg nº 4154492/SC e CPF nº 057.713.349-79

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 00.802.002/0001-02, representada pelo Sr. JOSE CARLOS MALKOWSKI, Rg nº 1430000/SC e CPF nº 534.467.989-00

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 03.033.589/0001-12, representada pelo Sr. RAFAEL GUSTAVO KOHLER, Rg nº 4227056/SC e CPF nº 053.345.209-02

ALIANCA HOSPITALAR LTDA.; (Microempresa) CNPJ nº 03.501.603/0001-65, representada pelo Sr. FELIPE POLINI, Rg nº 4724886/ e CPF nº 068.271.919-66

PROHOSPITAL SUL LTDA.; (Microempresa) CNPJ nº 05.077.346/0001-01, representada pelo Sr. LUIZ CARLOS DOS SANTOS, Rg nº 867.056/ e CPF nº 027.505.689-94

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 03.505.263/0001-40, representada pelo Sr. MARCOS ANTONIO LOBO, Rg nº 4262945/ e CPF nº 043.585.139-05

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.; (Microempresa) CNPJ nº 85.247.385/0001-49, representada pelo Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIODANI, Rg nº 3927811/SC e CPF nº 076.332.029-39

BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME.; (Microempresa) CNPJ nº 13.365.644/0001-25, representada pelo Sr. DIEGO GILI, Rg nº 5.324.689/SC e CPF nº 059.488.669-47

SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 93.726.446/0001-89, representada pelo Sr. SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, Rg nº 254368638/ e CPF nº 264.460.001-89

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME.; (Microempresa) CNPJ nº 18.941.818/0001-74, representada pelo Sr. JARDEL VALENTIM DOS SANTOS, Rg nº 9097665931/RS e CPF nº 011.296.550-40

Quanto aos documentos apresentados, constatou-se que as empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos para serem rubricados, mas nem todos os presentes optaram por rubricar os mesmos. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados, mas nem todos os presentes optaram por rubricá-los. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. O pregoeiro informou aos presentes que será disponibilizado no Portal Eletrônico do Município (www.beneditonovo.sc.gov.br) um relatório de classificação provisória com todos os preços apresentados, bem como, designará uma data para continuação dos trabalhos.

Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA.

Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, foram desclassificadas as licitantes nos seguintes itens conforme tabela abaixo:

Código	Fornecedor Desclassificado	Item	Motivo
12913.5	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME	00083	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínima do edital
12913.5	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME	00081	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínima do edital
2354.0	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00074	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínima do edital
4811.9	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	00023	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínima do edital
4811.9	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	00022	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínima do edital
6869.1	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00023	o representante solicitou desclassificação o item pois o mesmo não atende as especificações mínimas do edital
6869.1	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00022	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínimas do edital
6372.0	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	00022	o representante solicitou desclassificação do item pois o mesmo não atende as especificações mínimas do edital
2354.0	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00068	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
2354.0	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00067	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
2354.0	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00066	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
6869.1	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00035	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
2354.0	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00020	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
2354.0	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00014	Item anulado por exceder cotação máxima especificada

Os demais itens e propostas estão em acordo com o solicitado, sendo as mesmas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA. As propostas das demais licitantes estão em acordo com o exigido, sendo as mesmas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial.

Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo.

Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu á abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS, e portanto foram DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA, composto de 01 (uma) página.

O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação.

Não houve manifestação. Os licitantes desistem, portanto, ao prazo recursal.

Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. O pregoeiro informou aos licitantes que após a homologação do processo pela Autoridade Superior, será produzido o contrato, e a partir da data de efetuação do contrato da Administração com a vencedora, a mesma terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do mesmo. Em seguida lavrou-se a presente Ata, que após lida foi achada conforme.

Os representantes das licitantes optaram por aguardar a lavratura da presente ata.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 07 de maio de 2015, às 11h45min.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Ronalf Schmidt Pregoeiro	Rose Carla L. Mengarda Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-----------------------------	---	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 83.157.032/0001-22, representada pelo Sr. RAMON FRANCISCO ANDRADE, Rg nº 4154492/SC e CPF nº 057.713.349-79

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 00.802.002/0001-02, representada pelo Sr. JOSE CARLOS MALKOWSKI, Rg nº 1430000/SC e CPF nº 534.467.989-00

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 03.033.589/0001-12, representada pelo Sr. RAFAEL GUSTAVO KOHLER, Rg nº 4227056/SC e CPF nº 053.345.209-02

ALIANCA HOSPITALAR LTDA.; (Microempresa) CNPJ nº 03.501.603/0001-65, representada pelo Sr. FELIPE POLINI, Rg nº 4724886/ e CPF nº 068.271.919-66

PROHOSPITAL SUL LTDA.; (Microempresa) CNPJ nº 05.077.346/0001-01, representada pelo Sr. LUIZ CARLOS DOS SANTOS, Rg nº 867.056/

e CPF nº 027.505.689-94

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 03.505.263/0001-40, representada pelo Sr. MARCOS ANTONIO LOBO, Rg nº 4262945/ e CPF nº 043.585.139-05

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.; (Microempresa) CNPJ nº 85.247.385/0001-49, representada pelo Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIODANI, Rg nº 3927811/SC e CPF nº 076.332.029-39

BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME.; (Microempresa) CNPJ nº 13.365.644/0001-25, representada pelo Sr. DIEGO GILI, Rg nº 5.324.689/SC e CPF nº 059.488.669-47

SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 93.726.446/0001-89, representada pelo Sr. SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, Rg nº 254368638/ e CPF nº 264.460.001-89

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME.; (Microempresa) CNPJ nº 18.941.818/0001-74, representada pelo Sr. JARDEL VALENTIM DOS SANTOS, Rg nº 9097665931/RS e CPF nº 011.296.550-40

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO TP 38/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2015.

MODALIDADE: Tomada de Preço - 38/2015.

DATA: 11 /05/2015 - HORA DE INÍCIO: 9:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM EXTENSÃO DE 85 METROS E PONTE DE CONCRETO COM EXTENSÃO DE 10 METROS NA RUA GUILHERME DOEGE, NESTE MUNICÍPIO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA DE) NO ÂMBITO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 789820/2013, PROCESSO Nº 2622.1008334-17/2013, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, realizou-se a sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços/Obras e Serviços de Engenharia- 38/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 156/2015. Aberta a sessão, verificou-se a presença das seguintes proponentes que protocolaram seus envelopes até o horário estipulado: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP, representante credenciada (PESSOA FÍSICA) Ademir Sergio de Souza Filho, portadora da carteira de identidade nº 3946050, que apresentou a certidão simplificada comprovando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sendo a única empresa que compareceu para participar neste certame. Em seguida, foi procedida a abertura do envelope de nº 01, sendo os escritos neles contidos, verificados e rubricados pela Comissão e presente, onde se verificou que todos os documentos de habilitação encontram-se em ordem, sendo a referida empresa EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP, considerada Habilitada pela Comissão de Licitações. Na sequência, procedeu-se a abertura do envelope nº 02, comprovando-se que a empresa participou dos dois itens. Na sequência suspendeu-se a reunião para conferência da planilha orçamentária da proposta de preços. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão e presente.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA

Presidente

JOÃO ULLER

Membro

MAURICIO STEFFEN

Membro

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº 069/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.
DECRETA LUTO OFICIAL

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO A FATALIDADE OCORRIDA ÀS 15:15 HS. DO DIA DE ONTEM, PELO FALECIMENTO DO SENADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA SENHOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA;

CONSIDERANDO QUE O FALECIDO EXERCEU AS FUNÇÕES DE DEPUTADO ESTADUAL, DEPUTADO FEDERAL, MINISTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, GOVERNADOR DO ESTADO E SENADOR;

CONSIDERANDO SER ELE, HOMEM PÚBLICO E GRANDE ESTADISTA;

CONSIDERANDO ATITUDE SEMELHANTE TOMADA PELO GOVERNO ESTADUAL;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado, no Município de Biguaçu, luto oficial de 03 (três) dias, pelo falecimento do Senador do Estado de Santa Catarina, homem Público e grande Estadista Senhor Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DESPACHO - SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2015 - FMS

DESPACHO
Pregão Presencial nº. 31/2015

Pregão Presencial nº. 31/2015
Objeto do Pregão: Aquisição de Equipamentos Hospitalares (aparelho de ultrassom) para compor o Hospital Regional de Biguaçu.

O Pregão Presencial nº. 31/2015 possui como objeto a aquisição de Equipamentos Hospitalares (aparelho de ultrassom) para compor o Hospital Regional de Biguaçu.

Em razão da necessidade de se reavaliar o descrito do edital em questão, determino a SUSPENSÃO do processo em epígrafe.

Assim que reanalisado o item proposto (aparelho de ultrassom), errata será devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, informando novos prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública de licitação,

em conformidade com os ditames impostos na Lei 10.250/2002 e 8.666/1993.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

DESPACHO - SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015 - FMS

DESPACHO
Pregão Presencial nº. 32/2015

Pregão Presencial nº. 32/2015
Objeto do Pregão: Aquisição de Equipamentos Hospitalares (foco cirúrgico fixo e mesa cirúrgica geral elétrica) para compor o Hospital Regional de Biguaçu.

O Pregão Presencial nº. 32/2015 possui como objeto a aquisição de equipamentos hospitalares (foco cirúrgico fixo e mesa cirúrgica geral elétrica) para compor o Hospital Regional de Biguaçu.

Em razão da necessidade de se reavaliar o descrito do edital em questão, determino a SUSPENSÃO do processo em epígrafe.

Assim que reanalisado os itens propostos, errata será devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, informando novos prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública de licitação, em conformidade com os ditames impostos na Lei 10.250/2002 e 8.666/1993.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

DL 140/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 140/2015 PMB
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCARMOS AS ATIVIDADES DO RECREIO.
CONTRATADO: EMÍLIO PAULSEN
VALOR: R\$ 6.550,00 (seis mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 78.600,00 (setenta e oito mil seiscentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.01
PROJETO/ATIVIDADE: 2.055
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.10.00.00.00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:
X – para a compra e locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o

preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 08/06/94).

JUSTIFICATIVA: Trata-se de locação de um imóvel para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para atender o RECRIO. O valor do imóvel locado é compatível com o mercado, conforme parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão, elencado ao processo e atende às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O contratado apresentou todos os documentos exigidos pela contratada, dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 05 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 01/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 01/2015

O Secretário-Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, nos termos do art. 334, III da LC 03/2007, e nos termos do art. 26, III do Decreto nº 148/2014, FAZ SABER que por este meio INTIMA os REQUERENTE abaixo qualificado, da Decisão proferida por esta Comissão, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, no Diário Oficial dos Municípios, possam apresentar pagamento ou Recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes:

Número do Processo	Requerente	CPF/CNPJ	Assunto
2/2014	Marcelo Conrat	774.104.409-53	Isenção de ISS

Biguaçu, 11 de maio de 2015

Bruno Diogo Marques
Secretário Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários
Decreto Municipal nº 32/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.041/2014 - PROCESSO: CONCORRÊNCIA - CC Nº 38/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.041/2014
Processo: Concorrência - CC Nº 38/2014 – FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Vigência: 04/05/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL 001/SEMAD/2015

Ato de Homologação nº 01/2015

O Prefeito de Biguaçu, RAMON WOLLINGER, no uso de suas atribuições legais, em face do que dispõe o item 12.2 do Edital 001/SEMAD/2015 do Processo Seletivo Público desta Secretaria Municipal de Administração da Municipalidade de Biguaçu, homologa o resultado final deste certame para os candidatos aprovados e

classificados, a seguir relacionados ao respectivo cargo em epígrafe, informando, para tanto, a classificação, o nome do candidato, o RG e a respectiva média final obtida:

Cargo: 1016 - Advogado:

001 - JÚLIO DELAGNELO BABY - 4507468 - 8,80;002 - FERNANDA IATZACK - 38756889 - 8,40;003 - LUDMILA INDALÊNCIO NASPOLINI - 23570 - 8,40;004 - PRISCILA PIMONT BERNDT - 4979416 - 8,40;005 - ARINE BROERING JAHN FABRE - 4679392 - 8,20;006 - RICARDO GOEDERT PROENÇA - 3630512 - 8,20;007 - SAULO COSTA PEREIRA - 50018124 - 8,20;008 - LUANA FUCKS SASO - 5409738 - 8,20;009 - DANIELA MARIA MELO - 5056320566 - 8,00;010 - SABRINE SANTOS DE SOUZA BESEN FLORIANI - 4399764 - 8,00;011 - RAFAEL RODOLFO VIEIRA SCHAEFFER - 5074440 - 8,00;012 - ARIANE THIVES - 5399760 - 8,00;013 - FELIPE CAVICHIOLI - 55225012 - 8,00;014 - TAIRONE CONDE COSTA JUNIOR - 7247761 - 8,00;015 - ARTHUR RODRIGUES DALMARCO - 5688842 - 8,00;016 - THAIS EBERT POLEZA - 4465189 - 8,00;017 - SILVIA LA PORTA SOARES DE OLIVEIRA - 7185350 - 7,80;018 - DANIELA ALVES LUCRESSI - 7319048 - 7,80;019 - PRISCILLA MACUCO FERREIRA - 37905325 - 7,80;020 - PAOLA LORENA PINTO DOS SANTOS - 5432010 - 7,80;021 - ANDRESA EULALIA GONÇALVES VIEIRA - 4955801 - 7,80;022 - FERNANDO RABE CAON - 4518692 - 7,80;023 - JOÃO VITOR SILVA SCHMITZ - 3960200 - 7,80;024 - CLÁUDIO DA SILVEIRA BUENO NETO - 231994588 - 7,60;025 - ALEXANDRE JOSÉ CARDOSO - 25805355 - 7,60;026 - MONICA DE PIERI MARTINS - 3801874 - 7,60;027 - LUCAS DANIEL DE SOUZA - 5121064 - 7,60;028 - FERNANDA ALVES GUESSER KOCH - 5507051 - 7,60;029 - ALDO LOPES FILHO - 355095786 - 7,60;030 - GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS - 48883662 - 7,60;031 - ANÁLIA APARECIDA DA SILVA RESENDE - 7393794 - 7,40;032 - SUSAN KARLA FRAGOSO - 4080598 - 7,40;033 - ELTON VICTOR HUGO ZUQUELO - 5066219 - 7,40;034 - FELIPPE KUERTEN - 54746817 - 7,40;035 - GUSTAVO RAUH SCHROEDER - 5536844 - 7,40;036 - PRISCILA WESSLER - 47591145 - 7,40;037 - BELISE MEISTER ARNOLD RUFINO - 4975333 - 7,40;038 - FRANCISCO YUKIO HAYASHI - 4072136 - 7,40;039 - KATIA ROSANGELA PAZ DE

MACEDO - 1811814 - 7,20;040 - GISELLE FERREIRA ANTUNES MACHADO - 2586991 - 7,20;041 - JULIANA AREIAS MELO - 4025306 - 7,20;042 - ELISÂNGELA HUSSAR MELO - 1299985 - 7,20;043 - LAWRENCE BRASIL DE OLIVEIRA - 2582559 - 7,20;044 - RODRIGO DAMINELLI MASSOTTI - 4332017 - 7,20;045 - LUANA ANDRADE DIAS - 45562177 - 7,20;046 - THIAGO FILIPHI VIEIRA - 46105000 - 7,20;047 - BRUNA RODRIGUES VINTER - 39293980 - 7,20;048 - FERNANDA ANTUNES DOS SANTOS DARUY - 6643886 - 7,20;049 - PAULO ADOLFO DE MEDEIROS OENNING - 3654735 - 7,20;050 - MARIA ALICE TRENTINI - 4414799 - 7,20.

Cargo: 1020 - Arquiteto:

001 - ANGELO COLAÇO FEDRIGO - 3394564 - 7,80;002 - JULIANY MENEGHEL MATOS - 5434077 - 7,80;003 - LUCIANA RODRIGUES SAGARDOY - 325207410 - 7,80;004 - JULIANA SILVA RIO BRANCO - 4969545 - 7,40;005 - JULIANA HIPPEN FRANZ - 6605006 - 7,40;006 - ANA LUIZA CALDEIRA MEIRA - 39131459 - 7,40;007 - LEANDRO PIEPER NUNES - 5425290 - 7,40;008 - TATIANA CRISTINA SCHULTZ - 3984083 - 7,20;009 - MICHELLA DE OLIVEIRA VICENTE - 47534354 - 7,00;010 - JOSÉ LUCAS DE ANDRADE - 99769556 - 7,00;011 - MARIA EDUARDA STEINMANN GARCIA - 5040634 - 7,00;012 - KARILA AUGUSTA THOMÉ - 4980199 - 7,00;013 - MATEUS PIOVESAN TESTA - 9079202157 - 6,80;014 - MANUELA ROHDEN DA SILVA - 2705053 - 6,80;015 - CAROLINE VITALI GRANDO - 4319091 - 6,80;016 - GEOVANA VELLO PAROLIN - 100426145 - 6,80;017 - DANIEL DOBRACHINSKY PLENTZ - 6044867429 - 6,80;018 - JOSIMAR MARCELO FINGER TIEPO - 4134497 - 6,60;019 - ALINE GROSBELLI BRACHT - 32884389 - 6,60;020 - ANI ZOCCOLI - 4326459 - 6,60;021 - JÉSSICA HOEGENN - 6105485 - 6,60;022 - GABRIELA MARTINS PEGORARO - 1084021871 - 6,60;023 - LARISSA DAL BELLO MORASCO - 54441854 - 6,60;024 - CAROLINA DE ARAÚJO RIOS SCHMITT - 49874454 - 6,40;025 - ANA CLÁUDIA BENEDET - 4749977 - 6,40;026 - RITA DE CASSIA FRANCISCA GUIMARAES - 55370306 - 6,20;027 - ANA LUIZA APARECIDA ZAPPELINI - 4066539 - 6,20;028 - NOEMI SANT'ANNA HENRIQUE - 5761883 - 6,20;029 - ELAINE CHRISTINE CASTANHEIRA - 2846732 - 6,20;030 - MARIANE DE MORAES MACHADO SILVA - 95310796 - 6,20;031 - MARINA BOEING THIESEN - 5937130 - 6,00;032 - ELISA FERRON DA ROSA - 3082581 - 6,00;033 - MIRELLA CALBUSCH DE MOURA - 4717301 - 6,00;034 - PAMELLA ALINE CLOSS - 4687593 - 6,00;035 - MOARA BOUVIER DANIEL - 4900564 - 6,00;036 - AURIELE FOGAÇA CUTI - 2096709668 - 6,00;037 - ALEXANDRA KRAUSS DE OLIVEIRA NIEDERAUER - 45839832 - 5,80;038 - DÉBORA SOUTO ALLEMAND - 7073846557 - 5,80;039 - BRUNA BASTOS ROSA - 4393449 - 5,80;040 - KATRINE SANT'ANA COELHO - 5108793 - 5,80;041 - JULIANA DOS SANTOS - 3093056 - 5,80;042 - FÁBIAN GREI MACHADO - 3687400 - 5,80;043 - CLAUDIA BERNARDI - 4514684 - 5,80;044 - LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA - 98809783 - 5,80;045 - PATRICIA FURNI COUSSEAU - 7189128 - 5,80;046 - ISADORA PAULI CUSTÓDIO - 5027739 - 5,80;047 - VERÔNICA PEREIRA ORLANDI - 4392300 - 5,80;048 - LILIANE ARLETE LEAL - 5125802 - 5,80;049 - CAROLINI APARECIDA DIAS - 3605590 - 5,60;050 - JULIANA CARLSSON DELAMBERT - 38413558 - 5,60.

Cargo: 1033 - Assistente Social:

001 - LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - 4518127 - 8,60;002 - SIMONIA APARECIDA GOMES MARTINS - 20859619 - 8,00;003 - JADNA APARECIDA NUNES - 5074664 - 7,80;004 - JULIANA APARECIDA MIKOLAJCZYK - 3558027 - 7,80;005 - ANA PAULA BARCELOS BUZZI - 5363843 - 7,60;006 - MARIANA MENDES DE OLIVEIRA - 5642241 - 7,60;007 - BRUNA RAMOS CORDOVA - 4859301 - 7,60;008 - ANA PAULA BELLO RAFAEL - 4207709 - 7,40;009 - SONIA APARECIDA DA SILVA DE SOUZA - 5650898 - 7,40;010 - DÉBORA CRISTINA DA SILVA - 51103761 - 7,40;011 - GABRIELA SILVEIRA - 3902954 - 7,20;012 - ALINE QUIROGA NAZIAZENO DE LIMA - 5824734 - 7,20;013 - FABIANE BERNADETE DE SOUZA - 3617802 - 7,20;014 - PATRÍCIA FELICIDADE CATARINA BARON - 4228239 - 7,20;015 - CRISTIANE FERRARI CANEZ

MACHADO - 6082163236 - 7,20;016 - LAÍS GIANEZINI - 53604830 - 7,20;017 - IRACEMA WOLAN - 7249923 - 7,20;018 - VANESSA FREITAS - 4803895 - 7,00;019 - ARTEMISA HELENA GOMES DE PINHO ANTUNES - 1009835611 - 7,00;020 - MARIANE VICENTE DE AZEVEDO - 5485060 - 7,00;021 - SAMANTA DA SILVA CONCEIÇÃO - 4332104 - 6,80;022 - ALINE JANAINA MORAIS GONÇALVES - 53694406 - 6,80;023 - CRISTINE SCHMIDT - 5948320 - 6,80;024 - BIANCA APARECIDA MARCOS RITA - 3976419 - 6,80;025 - TAIANA PRAUSE - 2077918817 - 6,80;026 - FRANCIELLE SEEMANN ABREU - 3509280 - 6,60;027 - ANGELA MARIA SOZZEKI - 2780122 - 6,60;028 - FABIANA BORGES ROLLIN - 32498586 - 6,60;029 - ANDREZA MARIA DO CARMO - 3617235 - 6,60;030 - KELLY BOEIRA DIHL - 6068956835 - 6,60;031 - PATRÍCIA ANDERSON SILVA - 3924378 - 6,60;032 - THIAGO MARMO FERREIRA DA SILVA RUBIM - 51256444 - 6,60;033 - FRANCIELLY PIERRI DE SOUZA - 5937203 - 6,60;034 - LUANA STEIMBACK - 5819379 - 6,60;035 - TAMIRIS MOREIRA ESPINDOLA - 5185768 - 6,60;036 - ADÉLIA GOIS VILAIN - 2040077 - 6,40;037 - RAFAEL BERTONCINI GOULART - 43051243 - 6,40;038 - LIAMARA POLETTI - 4305598 - 6,40;039 - FABIULA RENILDA BERNARDO - 54740185 - 6,40;040 - JULIANE SOARES FEUBACH - 3971460 - 6,40;041 - CAROLINA FORTES DE JESUS - 3962897 - 6,40;042 - GERUSA DA SILVA MAURICIO - 3466802 - 6,40;043 - GLAUCIA CARDOSO TORINO - 95676642 - 6,20;044 - ELIZETE ALVES DUARTE - 9332693 - 6,20;045 - GABRIELA DA SILVA MOTA - 7239204 - 6,20;046 - GABRIELLA EUNICE DE AVILA - 4786123 - 6,20;047 - DANIELA RIBEIRO DA SILVA - 4313130 - 6,20;048 - MARLA SACCO MARTINS - 3536663 - 6,00;049 - NATÁLIA HULSE BRASIL - 4066436 - 6,00;050 - SANDRA BOENG MARTINS - 1428618 - 5,80.

Cargo: 1047 - Biólogo:

001 - GUILHERME DA SILVA DE MEDEIROS - 5672013 - 8,40;002 - LUIZA DE OLIVEIRA SILVA - 406771625 - 8,20;003 - HELOISA DE CAMPOS LALANE - 3971009 - 8,00;004 - VICTOR MICHELON ALVES - 89349648 - 8,00;005 - ROBERTO FERREIRA VIEIRA - 6810089 - 7,80;006 - GISELE LUSA - 5829103 - 7,80;007 - MATEUS ARDUVINO RECK - 8068078321 - 7,60;008 - TAINÁ RODRIGUES TAVARES - 81616183 - 7,60;009 - OSMARINA ALVES MARINHO - 425910787 - 7,60;010 - LEILI DAIANE HAUSMANN - 3902211 - 7,60;011 - MIRIAM ARL - 5304453 - 7,60;012 - GRAZIELA ELIZABETH GEISLER - 4096978 - 7,40;013 - ANDRÉ LUIZ CAMPOS DA SILVA - 45123340 - 7,40;014 - ANNA GABRIELLE LA MACCHIA PEDRA - 1203531052 - 7,40;015 - CLÁUDIA DE SOUZA AGUIAR - 45390517 - 7,40;016 - RODRIGO QUINTANILHA VÉRAS - 2954576 - 7,40;017 - DILSON VARGAS PEIXOTO - 4090138142 - 7,20;018 - NATHACHA BARETO - 96318278 - 7,00;019 - CELINA WITECH FAUTH - 4095151876 - 7,00;020 - DANIEL PRADO DOS SANTOS - 5343682 - 6,80;021 - GLICIA SCHMITZ RESENDE - 472228766 - 6,60;022 - JOSIANE WOLFF ARAÚJO - 4749750 - 6,40;023 - ANDERSON FERREIRA ROSA - 100226634 - 6,20;024 - NIVALDO DO AMARAL - 51527383 - 6,00;025 - SENELE ANA DE ALCANTARA BELETTINI - 38007762 - 6,00;026 - GEAN CARLO VELOSO ARCÊNIO - 4346039 - 6,00;027 - RODRIGO FAGUNDEZ FERNANDEZ - 42658390 - 6,00;028 - MÁRCIA MARLI HASCKEL - 3900158 - 5,40;029 - BRUNA DA SILVA SASSI - 90127756 - 5,20;030 - ANDRÉ DE ALMEIDA SILVA - 939251 - 5,00;031 - KELLY BISOGNIN VILLA REAL DA SILVA - 69331 - 4,80;032 - NATÁLIA ALZIRA DAMAZO - 4759229 - 4,80.

Cargo: 1050 - Enfermeiro I:

001 - KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA - 49571494 - 8,60;002 - HUIANA CRISTINE LUCCA - 46806873 - 8,60;003 - CAROLINE PORCELIS VARGAS - 6753674 - 8,40;004 - VANESSA SCHNEIDER PADILHA - 5349739 - 8,20;005 - KAUIARA POSSAMAI - 4824881 - 8,00;006 - FERNANDA ESPINDOLA MARTINS - 4679280 - 7,80;007 - MARIANA CARIONI SILVA - 4570738 - 7,80;008 - JACQUELINE GOIS DE JESUS - 5587593 - 7,60;009 - ISABEL MARIA SCHMITT - 5736915 - 7,60;010 - JULIA ANDREZA SEABRA - 4282025 - 7,40;011 - SABRINA DE SOUZA COSTEA - 4008937 - 7,40;012

- MARINA MORALLES CALDEIRA DE ANDRADA - 50012126 - 7,40;013 - BRUNA SILVEIRA DE SOUZA - 3466279 - 7,40;014 - LUIZA STELLA DALVA DA CUNHA - 274716 - 7,40;015 - IONÁ OUTO DE SOUZA WILBERSTAEDT - 7,40;016 - PRISCILA OLIVEIRA HO-MEM DEMÉTRIO - 5108066 - 7,40;017 - PRISCILA LIRIO LOPES - 6883714 - 7,40;018 - NATANY SIMONES - 4976457 - 7,40;019 - LAISA MASSARRA D ALMEIDA - 725972327 - 7,20;020 - GABRIELY TEREZINHA HOFFMANN - 4762241 - 7,20; 021 - TALITA SAMONE GOMES LANDGRAF DOFFINGER - 7420991 - 7,20;022 - LETÍCIA GOULART DA SILVA - 54005825 - 7,20;023 - TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MÁIA - 3538008 - 7,00;024 - FABIANE MENDES DE MELO - 4617564 - 7,00;025 - LARIANI ROZA ALVES - 51462303 - 7,00;026 - LAURENTINA VANDERLEIA DE MELO - 53015223 - 7,00;027 - SUSANA PACHECO BECK - 3976411 - 7,00;028 - MARIA FERNANDA LEHMKUHL LOCCIONI - 3524080 - 7,00;029 - VALDECI MARIA MARTINS - 2066664 - 6,80;030 - NATÁLIA DOS SANTOS - 3020994 - 6,80;031 - TAMARY CARLA LEMES PONCIANO - 3540835 - 6,80;032 - KELI DA COSTA DE BRITTO - 5074406876 - 6,80;033 - GIANA FREIRE BERTOLDO - 4070245792 - 6,80;034 - JOICE HELENA PETRI - 5915097 - 6,80;035 - FRANCIELLI GASPARETTO - 37514300 - 6,80;036 - DANIELE MICHALSKI - 358721 - 6,60;037 - THAYSE ALBUQUERQUE ZANDOMENEG - 3544777 - 6,60;038 - IANA MARIA GUIMARÃES BORGES - 960155600 - 6,60;039 - MARINA MONTE BARARDI - 3845482 - 6,60;040 - HERALDO ALVES MAIA - 59095513 - 6,40;041 - ILDEFONSO CESAR MARTINS (PcD) - 36560758 - 6,40;042 - STEFANY CRISTINY MACIEL - 5653920 - 6,40;043 - MAYVES ELIZABETH SIMÕES AZEVEDO DO LIVRAMENT - 7144139 - 6,40;044 - CRISTIANY RIBEIRO - 5700852 - 6,40;045 - ANA PAULA DA SILVA - 4276961 - 6,40;046 - JESSICA SOUSA ARAUJO DE OLIVEIRA - 1327243407 - 6,40;047 - ADRIANA ESPIN-DOLA PALACIO PEREIRA - 4622992 - 6,40;048 - CRISTIANE MA-CHADO ROSA - 2563659 - 6,20;049 - RENATA MAGALI FERREIRA - 3080188 - 6,20;050 - LISLENE FERNANDES ARDIGO - 44694660 - 6,20.

Cargo: 1078 - Engenheiro Agrônomo:

001 - VITOR SILVEIRA INÁCIO - 4539149 - 8,80;002 - CONRA-DO BERNARDI PETERSEN - 5550433 - 8,80;003 - FÁBIO VINÍCIUS PALMA KLOKNER - 71738108 - 8,20;004 - BRUNO LOURIVAL DE MELO - 48481211 - 8,20;005 - MAURÍCIO DA TRINDADE VIEGAS - 9105070438 - 8,20;006 - YOHAN FRITSCHKE - 4055091 - 8,00;007 - THIAGO DE ARAUJO MASTRANGELO - 2004514 - 7,80;008 - VANESSA VIEIRA DO AMARAL - 3355972 - 7,60;009 - GABRIEL GONÇALVES DE SOUZA - 6773722 - 7,60;010 - REBECA FERNAN-DA SCHERER - 5002458 - 7,60;011 - MARIANE ABREU SILVEIRA - 4215961 - 7,60;012 - LUIZ FERNANDO BARTH DRAPISCHINKI - 36993131 - 7,40;013 - VICTOR FERREIRA - 1308254 - 7,40;014 - CÉSAR FREITAS RIBEIRO - 3913766 - 7,20;015 - DANIEL MATHEUS GARCIA - 4177680 - 7,20;016 - CINTHIA RAMOS - 3751006 - 6,80;017 - DIEGO DUDA - 78302011 - 6,80;018 - LUCAS LAFRATTA CALANDRELLI - 343178813 - 6,80;019 - MARIA LUCIA SUGAMOSTO - 587197972 - 6,40;020 - ADRIANO RANK - 37767557 - 6,40;021 - GISELE SALVADOR MONTEIRO - 50919385 - 6,40;022 - ANA LUIZA SOUZA GOULART - 4472877 - 6,40;023 - CLAUDINEI CRESPI GOMES - 9094906915 - 6,40;024 - ISRAEL MOREIRA - 23785454 - 6,20;025 - ALGA NEVES SASS - 36635227 - 6,20;026 - MELIS-SA TOLEDO MELO HENRIQUES - 4207374 - 6,20;027 - GIOVANA AGUIAR BATTISTI KROTH - 3332935 - 6,00;028 - SABRINA HENRIQUE - 42829100 - 5,80;029 - RODRIGO WEIGAND DE CASTRO - 437105192 - 5,80;030 - FERNANDO BACK - 43044506 - 5,80;031 - NATHALIE VIEIRA FOZ - 4816324 - 5,80;032 - ROMEU DE SOUZA WERNER - 44212917 - 5,40;033 - JULIA ANGELO DE RESENE - 4438637 - 5,40;034 - VANESSA TEDESCO - 7044058621 - 5,20;035 - LUDMILA NASCIMENTO MACHADO - 7039826 - 5,00;036 - CHI-MENE WALTER MAFRA - 42659868 - 5,00;037 - ALINE CRISTINA VELHO - 4169486 - 5,00;038 - RODOLFO PIMENTA AUGUSTINHO DOS SANTOS - 4509261 - 4,60; 039 - MARINA SILVA DOS SAN-TOS - 3103209321 - 4,40;040 - ANA CRISTINA MANJABOSCO - 9086083905 - 4,20.

Cargo: 1081 - Engenheiro Ambiental:

001 - VICTOR LUIS PADILHA - 5298271 - 7,80;002 - ISABEL ME-DEIROS MOREIRA - 48485624 - 7,40;003 - MARIA FERNANDA RO-DRIGUEZ HIERRO - 7238096 - 7,40;004 - YURI ANDREI GELSLEI-CHTER - 43933009 - 6,60;005 - BENNY ZUSE ROUSSO - 6112273 - 6,60;006 - SAMAN BELIZARIO - 4259748 - 6,40;007 - ANGE-LO EDUARDO SOARES - 93079396 - 6,40;008 - GIOVANE BRU-NO KRIESER - 4613898 - 6,40;009 - VANESSA PAVLAK LEMER - 96600712 - 6,20;010 - GISELY DE SÁ RIBAS - 43610803 - 6,00;011 - RENATA ALZIRA DA SILVA - 4197592 - 6,00;012 - LÍSLIE STÜLP - 3369923 - 5,80;013 - LETICIA TOMAZI - 3509408 - 5,20;014 - ALINE SMART HUNDERTMARK LEAL - 108503114 - 4,80;015 - GI-SELDA PIRES - 3414607 - 4,60;016 - THAYNARA SANTOS SVALDI - 4650207 - 4,60;017 - LARA FERREIRA DE VARGAS - 6098576587 - 4,60;018 - GRAZELLE ROCHA PEREIRA - 4816620 - 4,60;019 - FÁBIO GONÇALVES - 2588202 - 4,40;020 - JANAINA GONZA-GA NUNES - 2958191 - 4,40;021 - LEOPOLDO DUARTE PEREIRA - 5052716 - 3,20.

Cargo: 1095 - Engenheiro Civil:

001 - ALEXANDRE FERNANDES FOSSARI - 5743465 - 9,40;002 - ALINE MENDES SCREMIN - 3906153 - 8,60;003 - ERIK DIOGO DE AMORIM - 5235298 - 8,60;004 - MÁRCIO ROBERTO VIEIRA - 2503143482 - 8,40;005 - RAFAEL RODRIGUES TOKAREWICZ - 6791972 - 8,20;006 - EDIO HUGEN - 4051994 - 8,20;007 - AMAN-DA ALEXANDRE SVALDI - 4806351 - 8,20;008 - MICHELE CANARIN DA ROCHA - 3709707 - 8,00;009 - DIEGO SCHARMANN RIBEIRO - 4214240 - 8,00;010 - FABIANO LORENZETT SOUZA - 3089330181 - 8,00;011 - RICARDO NADIR DE MELO - 3332755 - 7,80;012 - DANIEL SANTOS DA SILVA - 27855058 - 7,80;013 - ROGERIO ALT LOVISI CRAVO - 3562692 - 7,80;014 - CARLOS TUBS DE SOUZA - 3929910 - 7,80;015 - EDGAR JOSÉ CONRADO - 3629678 - 7,60;016 - LÍVIA GOMES REIS - 4475573 - 7,60;017 - ALINE ESPINDOLA DEMICIANO - 5434269 - 7,60;018 - FILIPPE PETRY - 53645952 - 7,60;019 - LETICIA MATTANA - 4256803 - 7,60;020 - RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA - 5256518 - 7,60;021 - JOAO PAULO MOREIRA HENRIQUES - 4361380 - 7,40;022 - TIAGO ME-DEIROS MOREIRA - 4049447 - 7,40;023 - VERISSIMO PEDRO DA SILVA JUNIOR - 2505480885 - 7,20;024 - MONIQUE DE OLIVEIRA MINICHIELLO - 4717279 - 7,20;025 - LEANDRO SARAIVA DE ME-DEIROS - 4957922 - 7,20;026 - ALINE SARDÁ - 5100700 - 7,20;027 - ARTUR LEITE DE OLIVEIRA - 4778611 - 7,20;028 - GIANCARLO ZIBETTI MANTOVANI - 5256505 - 7,20;029 - CLAUDINEI ADUCIO PEREIRA - 36502960 - 7,00;030 - HELGA FERREIRA MARTINS - 6145285 - 7,00;031 - MONIQUE DA SILVA - 50010158 - 7,00;032 - LÍDIA CAROLINA DA LUZ - 5643372 - 7,00;033 - VALMOR DAM-BROSO JUNIOR - 62281197 - 6,80;034 - FERNANDA SOARES DE SOUZA OLIVEIRA - 7352292 - 6,80;035 - ALEX VITORINO VIEI-RA - 2507407123 - 6,80;036 - PAULO HENRIQUE RODRIGUES - 4847891 - 6,80;037 - PRISCILA LOPES - 5689062 - 6,80;038 - MARCIA MARIA BOTTEON RODRIGUES - 250066245 - 6,80;039 - CARLOS EDUARDO SCHEMES CANDIDO - 33159726 - 6,80;040 - TIAGO ATAIDE LUCAS - 42286140 - 6,60;041 - MARCELA ALE-JANDRA JULIANI - 3617572 - 6,60;042 - ALEXANDRE BACSFALUSI - 5348531 - 6,40;043 - FÁTIMA BATISTA - 83018658 - 6,40;044 - JAMILY TRUPPEL SIMAS - 4183798 - 6,20; 045 - HAIDI RAUBER MARTENDAL - 3802801 - 6,20;046 - VINICIUS DE CASTRO SIL-VEIRA - 5508810 - 6,20;047 - EMANUELE TELES OURIQUES DE MELLO - 3083439 - 6,20;048 - JOBER LUIZ GONÇALVES RESENE - 5532493 - 6,00;049 - JOSÉ RAUL VERGARA CANTO - 545182 - 5,60;050 - FABIANA CUSTÓDIO DA LUZ - 1228636 - 5,60.

Cargo: 1105 - Engenheiro Florestal:

001 - RAQUEL CUSTÓDIO D'AVILA - 1090300052 - 7,80;002 - ALE-XANDRE AMILTON DE OLIVEIRA - 47451114 - 7,20;003 - VANESSA SOARES COSTA - 5001913 - 6,80;004 - ALEXANDRE MENEGATTI - 51383853 - 6,80;005 - ERONE DOS SANTOS - 4858648 - 6,80;006 - RICHARDSON GUENTHER SCHECHI - 44302835 - 6,60;007 - PATRI-CIA SILVA DOS SANTOS FIDENCIO - 4191170 - 6,60;008 - MARINA

PISSATTO - 5116069856 - 6,40;009 - ANGÉLICA DALLA ROSA - 5249250 - 6,40;010 - JEREMIAS DAMIAN NUNES - 8083093586 - 6,40;011 - ANDRÉ LUIZ SOUZA BRIGHENTI - 4955384 - 6,40;012 - THAÍS DE SOUZA PIAZZA - 5001720 - 6,20;013 - ISLA FOLCHINI PEREIRA - 4643084 - 6,20;014 - KAROLYNE RENATA ANDRIOLLO - 5245019 - 6,00;015 - MEBLY KUHNEN HEINZ - 6652862 - 5,80;016 - MORGANA ROSING - 5937124 - 5,00;017 - PATRÍCIA MIGUEL BENITTEZ - 478245567 - 4,80;018 - LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS - 2077400253 - 4,20;019 - EDELBERT ADAM - 143478 - 2,60.

Cargo: 1119 - Engenheiro Sanitarista:

001 - JULIANA DO CARMO - 4086329 - 9,60;002 - GUSTAVO COUTINHO ROSA - 5300817 - 9,00;003 - FILIPE VIEZZER DA SILVA - 1087025001 - 8,60;004 - GREICE WOLKAN WENDHAUSEN PEREIRA - 50911554 - 8,60;005 - CLEITON ALVARO GIL - 3443890 - 8,20;006 - CARLA TOGNATO DE OLIVEIRA - 5835064 - 8,20;007 - PRISCILA ROSETE DE SOUSA - 5512104 - 8,00;008 - CHÉLSEA EICHHOLZ MARCHI - 4489350 - 7,80;009 - MARIANA SILVA BECKER - 5001700 - 7,60;010 - DIEGO CATHCART - 4051544 - 7,40;011 - FABIANA VALOIS THIESEN - 4600720 - 7,20;012 - NATALIA FERNANDA CONRADO DA ROSA - 50478850 - 6,80;013 - JAQUELINE BOTTAMELLI - 4652794 - 6,80;014 - RODARTE FRANCISCO DA ROSA - 3146645 - 6,60;015 - CLARISSA SOARES CUNHA - 2678337 - 6,40;016 - CRISTIANO MALUF - 52560511 - 6,40;017 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR - 6607218997 - 6,40;018 - NAYARA CRISTINA DOS SANTOS - 45418934 - 6,20;019 - JAQUELINE FERNANDES SILVA - 4989664 - 6,20;020 - EMERSON SOUZA - 50505670 - 6,20;021 - TAYS DE AGUIAR BENTO - 50749463 - 6,00;022 - GIOVANE SCARDUELI MARTINS - 4230374 - 6,00;023 - MAYARA VIEIRA E VIEIRA - 42829330 - 5,80;024 - LEONARDO VIRISSIMO NEVES - 4541199 - 4,80.

Cargo: 1122 - Espec. em Assuntos Educ.:

001 - SILVANA MARA SANTANA LOCKS - 1372348 - 7,20;002 - ALINE PIRES PEREIRA - 47861541 - 7,00;003 - LUANA HELENA DE SOUZA - 39768511 - 6,60;004 - PEDRO LUCINO DA SILVA - 1606153 - 6,40;005 - MAGALI DIAS DE SOUZA - 7018017892 - 6,00;006 - ANA KAROLINE DE SOUZA - 54730708 - 6,00;007 - FRANCINE ADRIANO CORRÊA - 3509823 - 5,80;008 - SAIONARA APARECIDA DA SILVA - 2005507 - 5,60;009 - FRANCINE RENGEL GOES LUIZ - 4025568 - 5,60;010 - MARCELO PEDRO VIEIRA - 4821681 - 5,60;011 - ISIS MACHADO DE OLIVEIRA DOS SANTOS - 3328798 - 5,20;012 - ROSELI TERTULINA LEITE MOTA FERREIRA - 479877 - 4,80;013 - IVANEIDE ALVES GOES PRAZERES - 1029029350 - 4,60;014 - ALCIDES GARCIA NETO - 3543870 - 4,20;015 - DENIZIA ORSSE CASTANHEL RIBAS - 11968935 - 2,80;

Cargo: 1136 - Farmacêutico I:

001 - MUSSIA DE CASTRO E SILVA CARRE - 1060462999 - 6,40;002 - MARCIO PENTEADO RODRIGUES - 90097253 - 6,20;003 - JOANA DIEHL KLEIN - 13103 - 6,20;004 - BRUNA SCHMITZ DE SOUZA - 5485109 - 6,20;005 - TATIANA DA ROSA GUIMARÃES MACIEL - 7033533 - 5,80;006 - ESTEFANI ALVES - 5655447 - 5,80;007 - JAIRO THIAGO FREITAS DA SILVA - 17736838 - 5,20;008 - ARTHUR DEBIASI CARMINATI - 32645640 - 4,80;009 - GRAZIELLA MEN LAGUNA SANTANA - 10137 - 4,40;010 - THOBIAS ROSA MACIEL - 38412136 - 4,40;011 - ANA JULIA HOFFMANN VIEIRA - 4979064 - 4,40;012 - DÉBORA BORGERT WOPEREIS - 5678689 - 4,20;013 - KARINE ANTONIO - 4305031 - 4,20;014 - JULIANA VENTURIN DA COSTA - 97087814 - 2,80;015 - KATIUCE ALVES DE CASTRO - 4010555 - 2,60.

Cargo: 1140 - Farmacêutico II:

001 - MONIA LUMERTZ FRANCISCO - 2395626 - 7,80;002 - ANDRESA BORGERT WOPEREIS - 5915765 - 7,00;003 - RAÍSSA ORTIZ PEREIRA - 5313287 - 7,00;004 - MARIANA FRANCINE MONDINI SÓ - 3080924 - 6,60;005 - MAYARA MARIN PIROLI - 4989920 - 6,60;006 - BÁRBARA WEIS - 4930345 - 6,60;007 - FABIANA

CRISTINA BIAZUS - 51569997 - 6,40;008 - NAGILLA IONE DE OLIVEIRA - 341487338 - 6,40;009 - BRENDA DE ESPÍNDOLA - 3982635 - 6,20;010 - TERESA ATSUKO TANIGUTI - 14082319 - 5,60;011 - STEPHANIE MILIS SYRACUSE - 6010781 - 5,60;012 - CAROLINE DE LIMA - 5642747 - 5,40;013 - FABIO DAVID MALISCHESKI - 4207999 - 4,80;014 - NEUZI PORTODA CUNHA - 5507796 - 4,40;015 - LAIS PRICILA MEDEIROS - 4571734 - 4,40;016 - GISELLI CRISTINA KUHN ROSA - 4393758 - 4,20;017 - LUISA ELENA DA SILVA - 4571752 - 4,00;018 - BRUNA SOARES DE CARVALHO - 4844488 - 3,40;019 - LORENA SOLANGE BAIA DA SILVA - 274377 - 3,40;020 - ARTHUR BELEM BUENDGENS - 3383203 - 3,40;021 - CAROLINE GOIS NUNES - 5347367 - 3,00.

Cargo: 1153 - Fisioterapeuta I:

001 - FLAVIANA CRISTINA D AGOSTINI MINELA - 97021279 - 7,20;002 - CAMILA PEGORINI ANDREIS - 709820586 - 7,00;003 - NAIR FRITZEN DOS REIS - 2908171 - 6,80;004 - FERNANDA GOBIRA GONÇALVES FERREIRA GRATEROL - 109452532 - 6,60;005 - JENIFFER JEANNE TASCA - 3821672 - 6,20;006 - ANA LUIZA GORGES - 5689522 - 5,80;007 - MARZIELI CRISTIANE LOPES SOUZA - 2084659289 - 5,60;008 - JERUSA FREITAS DA SILVA - 3974522 - 5,60;009 - ALEXANDRE ADEMAR HOELLER - 3741083 - 5,40;010 - BRUNA LENFERS TURNES - 5370354 - 5,40;011 - ALEXANDRE KRETZER E CASTRO DE AZEVEDO - 44440995 - 5,00;012 - ALAN VRONSKI PAEGLE (PcD) - 4610986 - 5,00;013 - FERNANDO TOSTA DE CARVALHO - 6779126 - 4,80;014 - RAFAELA COELHO MINSKY - 5444777 - 4,80;015 - VALÉRIA FRANCIANE DE OLIVEIRA - 13089311 - 4,60;016 - CINTIA DE GODOI DA ROCHA - 3776896 - 4,60;017 - GRACE DE ALMEIDA NASCIMENTO - 2084214581 - 4,40;018 - ANDREA MILLIDIU - 8081386446 - 4,20;019 - LISIANE PEGORARO FRANZOI - 4338967 - 4,20;020 - SILVANA MEDEIROS DE SOUZA - 3782248 - 4,00;021 - EMMANUEL DOURADO MOUTINHO - 3974023 - 4,00;022 - FERNANDA MACHADO DE QUADROS DAVID - 41257600 - 4,00;023 - LUCIANA DE MIRA VASCONCELOS - 38797232 - 3,80;024 - MONIQUE PEREIRA GOULART - 5172084 - 3,80;025 - MONIQUE ISENSEE DE OLIVEIRA FERRAZ - 4786232 - 3,40;026 - MARGARETH MARCIA MALYSZ PLATT - 3723385 - 3,20;027 - SILVIA GRAZIELI DE OLIVERIA - 4952536 - 2,80;028 - CAMILA DOS SANTOS - 5001408 - 2,40.

Cargo: 1167 - Fisioterapeuta II:

001 - DAYSE CRISTIANE MACHADO - 4147466 - 7,80;002 - ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO FILHO - 6110942171 - 6,80;003 - JULIANE CRISTINA CLARO - 71182886 - 6,60;004 - FABIANA PINHEIRO DA SILVA - 6681648 - 6,20;005 - KARINE JONES DOS SANTOS - 5819638 - 6,00;006 - LARISSA RECKELBERG - 4769536 - 5,40;007 - JÉSSICA HEIZEN ROESNER - 4214015 - 5,20;008 - CARLA RODRIGUES VINTER - 5242025 - 5,00;009 - GIULIANO BIASUZ - 7059052105 - 4,80;010 - DAYANA DE ABREU - 46985468 - 4,20;011 - RENATA APARECIDA PEREIRA - 5643265 - 4,00;012 - FRANCIELI MARTINS - 55130828 - 3,80;013 - LORRANY VIEIRA FERREIRA - 5891776 - 3,60;014 - LILIANE PORTO DA ROSA - 39761738 - 2,40.

Cargo: 1170 - Fonoaudiólogo:

001 - KAROLINE REGINA SAGAZ - 4717322 - 6,40;002 - MICHELLY MORO SILVA - 41150988 - 6,40;003 - THAMY FERNANDES SCHMITT - 53310020 - 6,40;004 - LARISSA NUNES SCAPINI - 5107070 - 6,20;005 - JOANNA CALLADO - 51525895 - 6,20;006 - DIANA REGINA DOS SANTOS - 5485897 - 5,80;007 - LUANA SPECK POLLI BURIGO - 3276128 - 5,80;008 - MARINA MEDEIROS TEIXEIRA - 5513192 - 5,60;009 - LUCIANE STECANELLA DE OLIVEIRA KUHNEN - 46611568 - 5,20;010 - FRANCINE VARLETE LEOPOLDINA BARCELOS - 50280015 - 5,00;011 - MARIELEN DE OLIVEIRA - 4918580 - 5,00;012 - LUÍSA VERZOLA DA SILVA - 6245310 - 5,00;013 - LIMA RAMACK FEIJÓ MARTINS - 51259036 - 4,80;014 - JULIANA DE OLIVEIRA DA RESSURREIÇÃO - 4975716 - 4,80;015 - CAROLINA DOS SANTOS ALBUQUERQUE - 1003244 - 4,40;016 - PRISCILA VERISSIMO GOMES - 4304221 - 4,20.

Cargo: 1184 - Médico (Clínico Geral):

001 - MARIANA DA SILVA ROLDI - 1948547 - 8,20;002 - DANIELLI ALINE GIACOMINI - 51891824 - 8,20;003 - BRIAN DE CARVALHO SILVESTRE - 4520092 - 7,80;004 - NATIELE GRAÑA DE MEDEIROS - 75941005 - 7,40;005 - RODRIGO BRINHOSA DEPARIS - 3749144 - 7,40;006 - ANDRÉ BATISTA RIBEIRO - 9090717563 - 7,20;007 - FREDDY FUERTE GUTIERREZ - 139604776 - 7,00;008 - PRISCILA DE BASTOS BRAGA - 36878499 - 7,00;009 - CIBELE MADSEN BUBA - 376835242 - 7,00;010 - LUANA XAVIER GUIRADO - 104016570 - 7,00;011 - AMANDA TERRA DE SÁ - 4776062 - 7,00;012 - TELMO TONON RIBEIRO - 3307667 - 6,60;013 - EMILIO FACIN - 9082998271 - 6,40.

Cargo: 1198 - Médico Especialista I - Cardiologista:

001 - ANDRE PACHECO SILVA - 4309807 - 8,60.

Cargo: 1208 - Médico Especialista II - Ginecologia:

001 - IVARNA DE ALMEIDA PANISSON - 4052400861 - 6,20.

Cargo: 1211 - Médico Especialista II - Oftalmologista:

001 - FELIPE THEODORO BEZERRA GASPAR CARVALHO DA S - 3091285341 - 7,80;002 - CARINA COSTA COTRIM - 788817906 - 7,80;003 - RODRIGO EDUARDO CORRÊA - 8592342 - 7,00;004 - RODRIGO LUIS SOLANO - 3693443 - 7,00;005 - AECIO YOSHIKAZU OSHIRO - 80447183 - 7,00.

Cargo: 1225 - Médico Especialista III - Ortopedista:

001 - CAROLINE ROHENKOHL - 57733101 - 8,40;002 - FERNANDO MARTINS ROSA - 4509632 - 8,20;003 - THALES CALIL DE PAULA - 12596457 - 8,20;004 - GABRIEL BONATO RIFFEL - 61279830 - 7,80;005 - OSVALDO CRISTIANO PREIS - 35271698 - 7,60;006 - EVERTON ZENI - 2064962059 - 6,80;007 - ÉRIKA RODRIGUES COELHO - 27770 - 6,40;008 - THIAGO MARTINS TEIXEIRA - 10609658 - 6,20;009 - ANDERSON EMANUEL KUMANDALA DOS SANTOS VELHO - 4249560 - 6,00;010 - MARCO ANTONIO PELLINI DE MACEDO - 327515132 - 5,20; 011 - ALEXANDRE ANDRADE CASAGRANDE - 345031751 - 2,60.

Cargo: 1239 - Médico Especialista IV - Pediatria:

001 - JOANA SACHETI FREITAS - 4640592 - 8,00.

Cargo: 1242 - Médico Especialista IX - Radiologista:

001 - GUILHERME SUCHARD - 60372977 - 8,40;002 - TIANA GUERRA DE GUSMÃO - 20499 - 8,20;003 - LISEANE GONÇALVES LISBOA - 4717769 - 7,40;004 - FLAVIA GONCALVES MENEGOTTO - 77364560 - 7,00;005 - DANIEL GOULART MORAIS - 4313919 - 7,00;006 - RODRIGO BORDIN TRINDADE - 53753089 - 7,00;007 - INDREA FACENDA FALAVIGNO - 5065956038 - 6,80;008 - JOANA EGGLEER DERMOGURSKI - 42245923 - 6,40;009 - GABRIEL JORGE DE LINHARES - 1254182 - 6,20.

Cargo: 1256 - Médico Especialista V - Dermatologista:

001 - LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO - 17267099 - 8,20;002 - BRUNA CLAUMAN GOULART - 3327982 - 7,80;003 - JOANA ORLE COUTINHO DE AZEVEDO - 26740036 - 7,60;004 - GABRIELA ROUSSENQ STOPAZZOLLI - 4205313 - 7,40;005 - ELISANGELA DOS SANTOS BOENO - 2057715316 - 7,20;006 - ANDRÉA SANTOS SOARES - 47798408 - 7,00;007 - SOLANGE EMANUELLE VOLPATO - 47028912 - 6,20.

Cargo: 1287 - Médico Especialista VIII - Neurologista:

001 - MICHEL MACHADO DUTRA - 2052787691 - 7,80;002 - ITAMAR RIOS DE SOUZA - 51809818 - 6,60;003 - CAROLINE FERREIRA PEREIRA - 3936185 - 6,00.

Cargo: 1300 - Médico Especialista XI - Psiquiatra:

001 - BIANCA SCHWAB - 2071717884 - 8,80;002 - MARCOS DA COSTA LEITE - 9676465 - 7,00;003 - DEISY MENDES PORTO - 49775022 - 6,80;004 - JOÃO ARTHUR LANGE DE LINS NEVES

- 3466090 - 5,80;005 - WALMOR LANGER JUNIOR - 7326973 - 5,60.

Cargo: 1314 - Médico Veterinário I:

001 - MARCELLA NUNES PEREIRA - 5938034 - 8,40;002 - DAYANE SANTOS DE ALMEIDA MOMM - 4117439 - 8,00;003 - THIAGO DIEGO DOS SANTOS - 4400488 - 7,80;004 - RÓLI RODRIGUES SIMÕES - 1087569594 - 7,60;005 - ARI ESTEVAO CATTANI - 1090886241 - 7,20;006 - DAYANA VETTORETTI PREVE - 3929118 - 7,20;007 - CARLA CRISTINA DOS SANTOS - 4320566 - 7,00;008 - ALESSANDRO CASERI - 79470988 - 6,80;009 - PRISCILA SOARES - 4078508175 - 6,60;010 - CAMILA DA SILVA - 4762393 - 6,40;011 - LIGENE FERNANDES DE OLIVEIRA - 1000681658 - 6,20;012 - TÂMISA RODRIGUES MUNIZ DA ROSA - 42214289 - 6,20;013 - LINCOLN GARCIA CORONEL - 478007899 - 5,80;014 - THALYTA MARCÍLIO - 4414517 - 5,60;015 - EDINALVA NOGUEIRA DE SOUZA - 1164572 - 5,60;016 - BIANCA RIBEIRO DE SOUZA - 82148671 - 5,60;017 - IEDA MARIA HOLETZ - 13343 - 5,40;018 - ALESSANDRA CAMBOIM HARRIS - 5983 - 5,40;019 - JONAS GEORGES LOUTFI PEREIRA - 30999777 - 5,40;020 - JAIRO ORTIZ COSTA - 6019723417 - 5,20;021 - ADRIANA PINHEIRO DA FRANCA - 8097943982 - 5,20;022 - CAMILA MARCON - 4289657 - 5,20;023 - ALESSANDER GOULART CARPES - 48480169 - 4,60;024 - LUCIANA VARGAS SANT'ANA - 72940598 - 4,60;025 - TIAGO ANTONIO ZANATTA SALVADOR - 83762357 - 4,60;026 - ANDREIA RODRIGUES LEMES - 4854893 - 4,40;027 - PATRICIO LAURO DA SILVA - 4297332 - 4,20;028 - LAURA VIEIRA SILVA LIMA - 14304366 - 4,20.

Cargo: 1328 - Nutricionista I:

001 - MARIA LINA SILVEIRA VALMÓRBIDA - 5719645 - 7,80;002 - RUBIANE DE FREITAS SOARES - 1047949209 - 7,60;003 - TARCILAINE GUEDES KAMERS - 5584714 - 7,40;004 - RAQUEL CAROLINA DA CUNHA CARVALHO BRASIL - 3673583 - 7,00;005 - ALTAIANA PORTELLA DA ROSA FLÔRES - 5309851 - 6,80;006 - CAROLINE BANDEIRA - 1063034621 - 6,80; 007 - KENIA SILVA DA ROSA - 50903381 - 6,60;008 - LUCIANA JEREMIAS PEREIRA - 5761156 - 6,60;009 - CAROLINE NELCI MARCELINO - 5223529 - 6,60;010 - WILLIAM HABYEUTTER KALESKI - 4571664 - 6,40;011 - FERNANDA OLIVEIRA DE ALMEIDA - 3329355 - 6,20;012 - CAROLINE DE FREITAS SKOWRONSKI KIRCH - 3856595 - 6,20;013 - JULIANA DE FATIMA AVILA - 5257253 - 6,20;014 - JAQUELINE FUCHTER FILIPI - 5415944 - 6,20;015 - CLAUDIA ANDRÉA PATOUNAS - 44447523 - 6,20;016 - LUANNA FERREIRA DA SILVA - 14295664 - 6,20;017 - LUANA CRISTINA WILVERT - 51072211 - 6,20;018 - GABRIELA MENEGASSO BEZERRA - 4183366 - 6,00;019 - JANAINA BEATRIZ CORADI - 4316039 - 6,00;020 - LUDMILLA BARCELLOS PIRES - 4050832 - 6,00;021 - FERNANDA MARQUES - 4313075 - 6,00;022 - QUELCI LIANE VALE PEDROSO - 7084863401 - 5,80;023 - HELOISA GHIZONI - 50523368 - 5,80;024 - GILIANE TERESINHA DA SILVA - 5942441 - 5,80;025 - TATIANE APARECIDA SCHMITT - 6156270 - 5,80;026 - VIVIAN BRAZ VIEIRA - 37096281 - 5,80;027 - CAROLINA SARDA ESTUQUI - 3083833 - 5,60;028 - DEISE DA FONSECA BENGOCHEA - 7089802008 - 5,60;029 - PRISCILA FILIPPINI MARTINI - 5138246 - 5,40;030 - MARLINE STEFANI OBREGON - 4549 - 5,20;031 - KELLY KARINE GALDINO - 4564825 - 4,60;032 - LILIANI ROZA ALVES - 3414304 - 4,20;033 - RENAN TRUPPEL FERNANDES - 51456532 - 4,20;034 - DAIANA MARIA COSTA - 50024965 - 4,00;035 - MANOELA DE SOUZA PINHEIRO - 5678414 - 3,60;036 - MARINA VOGEL SENTI - 3218121 - 3,40.

Cargo: 1331 - Nutricionista II:

001 - GABRIELA REGINA PINTO - 47607092 - 8,00;002 - FERNANDA ROCHA FRANÇA BURITY LEVONE - 6873137 - 8,00;003 - FERNANDA REGINNA GRAMKOW PIAZZA - 5454888 - 7,60;004 - NATÁLIA PÓVOAS DE OLIVEIRA - 4768704 - 7,60;005 - FILIPI REIS DE MELLO - 8083450034 - 7,40;006 - JESSICA WSZOLEK - 93693752 - 7,40;007 - FERNANDA LEIVAS MORAES - 70521237771 - 7,20;008 - ALYNE LIZANE CARDOSO - 4941745 - 7,20;009 - TAMIRES ÁVILA

RECH - 2098014604 - 7,00;010 - ANA PAULA BITENCOURT DA COSTA - 5678820 - 6,80;011 - MARIA EDUARDA ZANIN PREDEBON - 5760117 - 6,80;012 - MATEUS NASPOLINI RIBEIRO - 45090203 - 6,80;013 - CINTHIA CABRAL MACIEL - 4228787 - 6,80;014 - CASSIANE MICHELE STUPP - 4311574 - 6,80;015 - JENIFFER DA SILVA PADILHA - 5499149 - 6,60;016 - ANDRESSA MARIA VIERO - 4443005 - 6,40;017 - ANA PAULA REIS - 5466079 - 6,40;018 - FRANCIELLY TEIXEIRA DA SILVA - 5289572 - 6,20;019 - ANA LUIZA BARCELOS - 7349583 - 6,20;020 - TUANY FURTADO CARDOSO - 5484030 - 6,20;021 - KARINA NAEZA REBELLO - 93110862 - 5,80;022 - RAUANY LEITE PARRELLA - 6995460 - 5,80;023 - KARLA ETYANE DE SOUZA - 4064058 - 5,40;024 - KAMILA TAMARA ESPINDOLA - 5564607 - 5,20;025 - MARIANA DA CUNHA DE SOUSA - 52962083 - 5,00;026 - SHIRLEY SOUSA DE OLIVEIRA - 5309441 - 5,00;027 - MARIANA DOS SANTOS - 4430527 - 4,60;028 - LUCIANA DA COSTA FERRAZ - 4147296 - 4,40.

Cargo: 1345 - Odontólogo:

001 - DANUSA ALVES DE FREITAS EYNG - 46432221 - 8,80;002 - MARCELA NUERNBERG SAVIO - 53963849 - 8,40;003 - JULIANA LUZ DAS CHAGAS JUNKES - 5228461 - 8,20;004 - MARIA JAQUELINE MAFFAZIOLI - 6994978 - 8,00;005 - FILIPE COLOMBO VITALI - 5848378 - 8,00;006 - CAROLINA ALESSANDRA DA SILVA MACHADO - 3617387 - 7,60;007 - LAYS PRISCILLA JUCA NEGRISOLI - 6126387 - 7,60;008 - MAYARA CAROLINA APARECIDA MENEZES - 6265278 - 7,60;009 - BRUNA MARINA GIONGO - 3793611 - 7,60;010 - EMANUELLI ANDRESSA RODRIGUES - 6636247 - 7,60;011 - LETICIA HARUMI WATANABE NAGASHIMA - 81462461 - 7,60;012 - ANA CRISTINA DA SILVA - 3975499 - 7,60;013 - JANAINA SIMIANO DE SOUZA - 4761900 - 7,60;014 - ANDERSON PALUDO - 5743052 - 7,40;015 - DANIELI LUCHTEMBERG - 4468635 - 7,40;016 - THAYS RIBEIRO DA SILVA - 1364747804 - 7,40;017 - ROBERTA VARELA FERREIRA - 5882396 - 7,40;018 - FABIANA SEIDLER - 4025476 - 7,40;019 - GUSTAVO BAUR - 80549970 - 7,20;020 - LARISSA KOBARG CERCAL PATRIANOVA - 5711181 - 7,00;021 - DÉBORA REGINA SCHRAMM NASPOLINI - 38418541 - 7,00;022 - AGATA GONÇALVES RIBAS - 51739526 - 7,00;023 - CAMILA BECKER - 50508431 - 7,00;024 - ALYNE SILVEIRA PEREIRA - 5883408 - 7,00;025 - INDIAMARA BORTOLON - 3153487 - 6,80;026 - KARINA MARIA PIRES - 4086399 - 6,80;027 - ELAINE FERNANDES FELIPE - 4638825 - 6,80;028 - JULIANA DUARTE DE ALMEIDA - 12027037 - 6,60;029 - FERNANDO TURA - 7185936 - 6,60;030 - CAMILA CAVALCANTE DE OLIVEIRA DOSANOSKI - 4884394 - 6,60;031 - JOSÉ LUIZ SILVA SCHMITZ - 3960201 - 6,40;032 - ANALU DE SOUZA - 3086960 - 6,40;033 - LISA MARY PICKLER - 324406976 - 6,40;034 - MAIRE CHRISTINE RAMBO - 4513742 - 6,40;035 - CAMILA RODRIGUES DE SOUZA - 5074319 - 6,40;036 - VALÉRIA KRUCHELSKI HUK - 102498046 - 6,40;037 - FÁBIO PEREIRA CUNHA - 7518971 - 6,20;038 - GABRIELA FRITZ DE ANDRADE - 1080231879 - 6,20;039 - YASMIM GUTERRES - 6186069 - 6,20;040 - MAITHE STORMOVSKI DE ARAÚJO - 1079757876 - 6,00;041 - NILSON ZARDO - 3123428 - 6,00;042 - ANDERSON FERNANDES FELIPE - 4638826 - 5,80;043 - MARCELA DE BORBA SCHEFFER - 4107874 - 5,80;044 - TERE-SINHA CLARET RIBEIRO BÔDI - 173216894 - 5,80;045 - NAYARA LUIZA SANTOS CIPRIANI - 4461924 - 5,80;046 - CARLOS DANIEL SANTIAGO HASBUN - 6677278 - 5,60;047 - LETICIA FERRARI - 4558092 - 5,60;048 - KLEBER MOREIRA - 229928882 - 5,60;049 - BRUNO VICTOR LORENZONI - 1097691867 - 5,60;050 - HELAINE CRISTINA PEREIRA POUBEL - 5508282 - 5,60.

Cargo: 1359 - Odontólogo Especialista I - Endodontia:

001 - FATIMA HELOISA FERNANDES RANK - 45398196 - 8,20;002 - FLÁVIA FERREIRA ZANONI HACKRADT - 3737635 - 7,60;003 - GREICE ITAMARO HEIDEN - 39454347 - 7,20;004 - LUCIANA LEITE - 2081526 - 6,40;005 - MARCELO REGIS STUKER - 6021 - 6,20;006 - FERNANDA MARIA DOS SANTOS - 3699424 - 6,00;007 - MARIANA CUSTODIO PADILHA DE SOUSA - 4430029 - 5,80;008 - CRISTINA DE AVILA TIRECK - 4051634 - 5,20;009 - RUGISLAINE REGINA LOPES CASTRO - 13313237 - 4,60.

Cargo: 1362 - Odontólogo Especialista II - Odontopediatra:

001 - BRUNA KAROLINE DE OLIVEIRA - 4610841 - 8,00;002 - LUCIANA TEIXEIRA WALTRICK - 39973530 - 6,20;003 - JOANA PAULA FRANDOLOSO - 36905119 - 5,80;004 - MARA RÚBIA MATIAS - 4571730 - 5,80;005 - JUANE SETÚBAL RABELLO NOME - 39004856 - 5,40;006 - RAQUEL ALVES SANTOS SUPLANO - 11561 - 4,40;007 - LUCIANO MATZEMBACKER NETO - 9017687329 - 4,00.

Cargo: 1376 - Odontólogo Especialista III - Cirurgia Bucomaxilo:

001 - LEONARDO YOSHIURA SOARES - 3801690 - 7,80;002 - VICTOR LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL - 2583389 - 7,20;003 - ADALBERTO ALUÍZIO EYNG JUNIOR - 38936607 - 7,20;004 - JEAN SERGIO DA SILVA - 4345209 - 7,00;005 - SERGIO MARQUES DANTAS JUNIOR - 10606 - 6,80;006 - FERNANDO HARUO IDE - 76771898 - 6,00.

Cargo: 1380 - Odontólogo Especialista IV - Pacientes Especiais:

001 - MARIANA LIMA BORGES FRANÇA - 4727704 - 6,40;

Cargo: 1393 - Odontólogo Especialista V - Periodontia:

001 - JULIANA TANNO MIRANDA - 92824144 - 7,60;002 - ADRIANA WOLFF DE CARVALHO - 1312683 - 7,20;003 - FERNANDA FLORES ROSS - 41450639 - 7,00;004 - MELISSA GOULART DARIO - 1748342 - 6,00.

Cargo: 1403 - Odontólogo Especialista VI - Próteses:

001 - FERNANDA PAULA DAGORT - 32326033 - 9,20;002 - RAFAEL AUGUSTO STÜKER - 6051425161 - 7,80;003 - RAFAEL GUENKA PRUDÊNCIO - 3699884 - 7,20;004 - CLOVIS LUCIANO BESEN FLORIANI - 3556199 - 6,80;005 - ANA LETICIA ROZEK - 6902304 - 6,60;006 - JOÃO RÔMULO DE AZEVEDO PHILIPPI - 2917898 - 6,40;007 - INESSA SOLEK TEIXEIRA - 2957206 - 5,00.

Cargo: 1417 - Psicólogo:

001 - NATHALIE CRISTINE YOSHISAKI - 7233712 - 8,80;002 - LUAN FEIJO - 4643835 - 8,80;003 - FERNANDA GOULART FERREIRA - 4886025 - 8,80;004 - HAMILTON BRIGNOL VAZ BARRETO - 3083915813 - 8,60;005 - ANNI GOMES SILVA - 5140997 - 8,40;006 - KELI ADRIANA MINELA GODOI - 44440677 - 8,20;007 - WAGNER WITT TEIXEIRA NASCIMENTO - 4603013 - 8,20;008 - CAMILA JACQUES FERREIRA - 3080712429 - 8,20;009 - GABRIELE DAHMER OTERO - 7351201 - 8,20;010 - DIEGO BUSATO PIMENTEL - 39120223 - 8,00;011 - ANDERSON EZIQUIEL DE MELLO - 329897846 - 8,00;012 - EVERTON MORFIM PELEGRINI - 4618234 - 8,00;013 - PAULA DIAS - 49265199 - 8,00;014 - KAROLYNE SILVA ALVES - 47944447 - 8,00;015 - LIZIARA SARMENTO PORTELLA - 448958387 - 8,00;016 - RAFAEL PIRES MARCIANO - 5020660 - 8,00;017 - ANATÁLIA MOHR - 5617549 - 8,00;018 - ELIANE ELIAS - 2562330 - 7,80;019 - BEATRIZ FUZETO FERREIRA - 461948837 - 7,80;020 - PATRICIA MARTINS - 6751801 - 7,80;021 - NATÁLIA SOUZA SCHMITZ - 4332716 - 7,80;022 - ANDREA LAUERMANN - 6256870 - 7,60;023 - JOSIELLY PINHEIRO WESTPHAL - 7,60;024 - CAROLINE GOMES VARELA - 1574824 - 7,60;025 - CLARICE ROCHA BASTOS - 2080420074 - 7,60;026 - VIRGÍNIA LIMA DOS SANTOS LEVY - 212035372 - 7,60;027 - VANESSA CINELLI MACERI - 4414364 - 7,60;028 - JULIANA MACIEL MOTTA - 3425102 - 7,40;029 - SUZANE NIENKOTTER - 40491889 - 7,40;030 - CAMILA PARAVISI FRIZZO - 3800206 - 7,40;031 - LUCAS SCHWEITZER - 5155553 - 7,40;032 - LUCIANA FERREIRA DE PAULA - 72723391 - 7,20;033 - ANELISE DIAS OSSEYRAN - 3945142 - 7,20;034 - MABEL PINHEIRO LABANOWSKI - 5371060 - 7,20;035 - ALINE LUNARDELLI CALDEIRA - 4400364 - 7,20;036 - CAMILLA MARIA DA SILVA - 5090657 - 7,00;037 - CRISTIANE CABREIRA OPPITZ - 262392902 - 7,00;038 - MARIZA GABRIELA SANTOS LEAL - 4687733 - 7,00;039 - JÉSSICA GRACHTEN FRAGA - 4092951625 - 7,00;040 - ANNELISE CARMINATTI - 5808271 - 7,00;041 - YUME KOGA - 5091180 - 7,00;042 - ANDREZZA HACK BATISTA - 4749679 - 7,00;043 - AMANDA CAMPOS DE SOUZA - 5678277 - 7,00;044 - NATHALIE CUNHA DIAS - 37684310 - 7,00;045 - CAROLINA SOARES - 50017713 - 7,00;046

- RAQUEL CARON MOTTIN - 4583663 - 7,00;047 - CARLA CAROLINE SANTOS - 82228136 - 7,00;048 - ISABELLA KSZANI DOS SANTOS - 5172504 - 7,00;049 - FERNANDA PERES - 40377180 - 6,80;050 - GILVAN VIEIRA PEDRA - 95222294900 - 6,80.

Cargo: 1420 - Terapeuta Ocupacional:

001 - ADRIANA REGINA DE MELO - 35738618 - 4,20.

Cargo: 2018 - Agente de Endemias:

001 - PAOLA REIS PACHECO - 36001953 - 6,40; 002 - HYGOR MACHADO - 6580037 - 5,00;003 - DAIANA COSTA DE SOUZA - 5223339 - 4,80;004 - RODRIGO CESAR DE ARAUJO - 4884370 - 4,60;005 - JOSILENE DA COSTA - 14204290 - 4,00;006 - ROSEMERI ALBINO DA SILVA - 43463070 - 3,40;007 - ROBERTA ELIZA DA SILVA PEDRO - 4701196 - 3,40;008 - CARLOS RENATO FRANCISCO - 44153902 - 3,20;009 - ROGÉRIO RODRIGUES - 2783037 - 2,80;010 - GICELDA CASTILHOS MOTA - 51015765 - 2,80;011 - FILIPE GOMES VIEIRA - 4847903 - 2,60;012 - DANIELLE FONSECA - 55871542 - 1,20.

Cargo: 2021 - Atendente da Criança e do Adolescente:

001 - EVERTON PEIXOTO VONO - 343157445 - 8,20;002 - ROSILENE POSSATO KALESKI - 42495270 - 8,20;003 - IVO JOÃO MARTINS JÚNIOR - 53010639 - 7,60;004 - BRUNA SEMINIUK GONÇALVES - 487434092 - 7,60;005 - INDIAMARA SIQUEIRA JASCHKE ROVEDA - 3856029 - 7,40;006 - MARTA VICENTE TEIXEIRA EVANGELISTA - 991543 - 7,40;007 - GRACE KELLY CALDAS DA SILVA - 31028080 - 7,40;008 - PATRÍCIA TOLentino DE ARAÚJO - 5941472 - 7,40;009 - AGUIDA MARIA PEREIRA DE FARIAS - 308638720000000 - 7,40;010 - SERGIO HENRIQUE DA SILVA - 5689354 - 7,20;011 - ANA MARTHA MARCON - 4650245 - 7,20;012 - SANDRA MARA DE SOUZA MOREIRA FERNANDES - 2786751 - 7,00;013 - AMANDA JOICIMARY LIRA ORIO - 5941955 - 7,00;014 - VILDINEIA LONGEN - 3082732 - 7,00;015 - FATIMA HELENA DE JESUS GORGES - 3754904 - 7,00;016 - LUCILENE SOARES ESPEZIM - 3751703 - 7,00;017 - JANAINA DE JESUS MOREIRA - 3328670 - 7,00;018 - HELOISA FERNANDA DA SILVA DA CUNHA - 576485989 - 7,00;019 - ANA PAULA SANHUDO PALMEZAN - 7048430 - 6,80;020 - FRANCIELE SILVEIRA BORGES - 4192234 - 6,80;021 - LETÍCIA ALVES - 6624430 - 6,80;022 - KARLA ALVES SOUTO - 2953545 - 6,60;023 - NOELI VAILONES DE ANDRADE - 5020783 - 6,60;024 - ADRIANA SPECHT - 5450049 - 6,60;025 - ROBSON TELES ELOI - 1015828540 - 6,40;026 - ALESSANDRA HELENA CAMPOS - 3801305 - 6,40;027 - ANGELITA SANTIAGO FIGUEIREDO - 6173298 - 6,40;028 - FRANCIANY SENFF - 33294046 - 6,40;029 - NEIVA APARECIDA CHAVES - 3758595 - 6,20;030 - BRUNA MANES - 4762279 - 6,20;031 - RAYSA DA LAPA - 3020725 - 6,20;032 - ALINE FERREIRA PEDRO - 5223210 - 6,20;033 - LISYANE JALMIRA FERREIRA - 4610448 - 6,20;034 - DEACI TEIXEIRA - 921475 - 6,00;035 - ELISEIA RIBEIRO DE SOUZA - 3552153 - 6,00;036 - LISNÃ ADÃO DUARTE - 4600264 - 6,00;037 - IASMIN MADALENA ASSIS DOS REIS - 5696931 - 5,80;038 - CLAIRE SIMONE FELDHAUS - 36357081 - 5,80;039 - ANA CRISTINA VILELA - 4207601 - 5,80;040 - BRUNA QUINTANA DE MEDEIROS - 1081077041 - 5,80;041 - SUELEN MORAES ROSA - 4803632 - 5,80;042 - Valdirene Alves da Silva - 45037773 - 5,60;043 - SUELLEN DE SOUZA PEREIRA - 4786486 - 5,60;044 - JÉSSICA ROSA GALLIANI - 6021007 - 5,60;045 - ANA CAROLINE CARELLO GALLIANI - 5604991 - 5,60;046 - ALINY GOMES - 6838640 - 5,60;047 - IVAN CARLOS DA LUZ - 3966975 - 5,40;048 - CLARICE DA SILVA COUTINHO - 4957206 - 5,40;049 - ANA CAROLINA LESSA - 3443677 - 5,40;050 - JAQUELINE VEIGA GRALIK - 60599902 - 5,40.

Cargo: 2035 - Auxiliar de Consultório Dentário:

001 - VOLMAR ANTUNES - 1755238 - 7,40;002 - ANDREZA MARIA FERREIRA ARAUJO - 35739940 - 7,00;003 - DÉBORA VARGAS DE OLIVEIRA - 5077472611 - 6,60;004 - LUCIANE CORDOVA BATISTA - 43993788 - 6,60;005 - FATIMA CEZARINA DOS SANTOS - 1059261 - 6,40;006 - EVELISE BITENCOURT MARTINS - 6614035

- 6,40; 007 - EMANOELLE COSTA AZEVEDO - 4443500 - 6,40;008 - CLAUDIA GONÇALVES - 3723267 - 6,20;009 - FRANCIANA FERREIRA VIEIRA - 53643763 - 6,20;010 - GISELE ADRIANO - 4503838 - 6,20;011 - KAMILA CRISTINA VIANA - 5433656 - 6,20;012 - ELNICE SCHMITT - 52237222 - 6,00;013 - ANNA CLAUDIA SOARES - 4220775 - 6,00;014 - GRASIELLE CABRAL DE SOUSA - 46464417 - 5,80;015 - ELANIA DA COSTA MORAES - 4762690 - 5,80;016 - FRANCIELE PRSYBYSZ DE ANDRADE - 5230711 - 5,80;017 - FABIANA LOURDES PEREIRA PAOLI - 34546669 - 5,60;018 - MICHELI MARIA DA SILVA - 5107090 - 5,60;019 - ELIZANGELA DA SILVA - 4123829 - 5,40;020 - FABIANA MARTINS - 52235149 - 5,40;021 - SONIA PEREIRA PINHEIRO - 2044741 - 5,40;022 - BIANCA CAROLINA PIRES DA SILVA - 5736030 - 5,40;023 - DANIELA BARRETO DE OLIVEIRA - 6120377 - 5,40;024 - LEILA ANÁLIA PEREIRA - 2676547 - 4,80;025 - TAIS CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO - 413142048 - 4,80;026 - ANDERSON DAVID - 4086084 - 4,60;027 - DAIANA MARCOS DOS SANTOS MANES - 4888766 - 4,60;028 - JANETE DAGUETTI DA SILVA FIUZA - 3862776 - 4,40;029 - LUCILENE SARAIVA - 4,40;030 - DIONARA APARECIDA MEDEIROS - 6784868 - 4,20;031 - IONE LUZ DE MIRANDA SIMAS - 1378383 - 3,60;032 - FERNANDA HILZENDEGER - 3902238 - 3,60;033 - LANA MOLINE BEZERRA BASTOS - 20078396667 - 3,60;034 - FRANCIMAR BEZERRA BASTO - 325644797 - 3,40;035 - ELIZANDRA DA SILVA - 47940263 - 3,20;036 - JOSSIANE COSTA DE MELO - 6662895 - 2,80.

Cargo: 2049 - Escriturário:

001 - ELIANE NOEMI SCHULZ KITAISKI - 6078752034 - 9,20;002 - RAMAI DAS CARVALHO DAUGIRDAS - 1305696158 - 9,20;003 - MARLON ALVES BOMFIM - 104155723 - 9,20;004 - LUIZ CEZAR COELHO - 25642855 - 9,00;005 - JULIA GONÇALVES PERES - 5040766 - 9,00;006 - MARA LETICIA RADIN - 4734065 - 9,00;007 - IVETE HACK KRAUS - 3160894 - 8,80;008 - GABRIEL PRAZERES GUIMARÃES - 4503631 - 8,80;009 - GRÉGORE FINCO DE SOUZA - 3971831 - 8,80;010 - DÉBORA CAROLINE BUBLITZ - 5688448 - 8,80;011 - GUSTAVO RENAN COLOMBO - 5050199 - 8,80;012 - LUCAS SILVA DE SOUZA - 6638589 - 8,80;013 - LIGIA CRISTINA MONTEMEZZO - 3407725 - 8,80;014 - DARIO DA COSTA PINHEIRO - 7155588 - 8,60;015 - BRUNA TEIXEIRA - 4571689 - 8,60;016 - GIOVAN MICHELS - 6105486 - 8,60;017 - YARA MARQUES DE OLIVEIRA - 41159829 - 8,40;018 - THAÍSA FABRÍCIA DA SILVA WAGNER BOSCARDIN - 6870423 - 8,40;019 - MONIKE DE JESUS DOS SANTOS - 4202623 - 8,40;020 - MAURILIO ALVES JUNIOR - 2951103 - 8,40;021 - SANDRA TEREZINHA CORDEIRO - 3829911 - 8,40;022 - ANDRÉ LUIS ROCHA MOUSINHO - 4702825 - 8,40;023 - LUCAS CANÇADO XIMENES - 2001010361781 - 8,40;024 - FÁBIO AGUILAR PEREIRA - 7073744653 - 8,40;025 - EDUARDO SCHMIDT LONGO - 4138400 - 8,40;026 - ANDREIA WERLICH - 3584483 - 8,20;027 - JEAN FERNANDES - 30884225 - 8,20;028 - PATRICIA SALM HORN - 3962885 - 8,20;029 - OLIVIA MUNIZ RIBEIRO OLIVEIRA - 4841245 - 8,20;030 - BRUNO WILLIAN ESPÍNDOLA - 5399743 - 8,20;031 - DOUGLAS PASA NUNES - 50271032 - 8,20;032 - RENATA VIEIRA - 4207882 - 8,20;033 - JEFTER TRENTA DE MOURA - 6764424 - 8,20;034 - THAIS GELSLEICHTER - 5301720 - 8,00;035 - KATIUSCIA DILL HORN - 4976861 - 8,00;036 - THIAGO PEREIRA COMICHOLI - 4541508 - 8,00;037 - ELISANGELA ROBERTA CELLI - 305284538 - 8,00;038 - MAYCON ANTONIO DA SILVA - 3970777 - 8,00;039 - DAIANE RAQUEL VIERO RICKEN - 3594876 - 8,00;040 - GUILHERME ANJOS DE SOUZA - 4252826 - 8,00;041 - JANAÍNA BALESTRIER - 1062351935 - 8,00;042 - BARBARA MANI PEREIRA LEMOS GUEDES - 6651618 - 8,00;043 - PAULO CESAR DE OLIVEIRA - 2043782 - 7,80;044 - ADRIANA DOS SANTOS DOMINGOS CABRAL - 29543282 - 7,80;045 - VANESSA AMARAL - 38002949 - 7,80;046 - EDELTON LUIS SANTIN - 4112581 - 7,80;047 - BARBARA SOUSA GARCEZ - 47945770 - 7,80;048 - YANA NATASCHA STEFFEN - 50002171 - 7,80;049 - SARA DOS SANTOS GARCIA - 5503797 - 7,80;050 - TIAGO DA COSTA CESCONETTO - 5425680 - 7,80;192 - JOÃO DAVID TERNES CORRÊA (Pcd) - 5301029 - 6,60.

Cargo: 2052 - Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental:

001 - LUCIANO COSTA PINTO - 7059690847 - 6,60;002 - DANIEL DE MEDEIROS BENEDET - 3562373 - 6,40;003 - EVERTON MIMURA - 341931585 - 6,40;004 - RENATO HACK IVO - 3425106 - 6,40;005 - ANDERSON NAZARIO ESPINDOLA - 3584657 - 6,20;006 - JOAQUIM DE ALMEIDA VIEIRA - 157302820004 - 6,20;007 - PAULO EDUARDO VARGAS COAN - 50746200 - 6,00;008 - AMABILY MORAES - 5689433 - 6,00;009 - ADRIANE KATIA RUHLE - 65430681 - 6,00;010 - MAURO JOSÉ GONTAN TIMM - 1046338248 - 5,80;011 - DRIELLY ROSA NAU - 4503306 - 5,80;012 - LUCIELE DA SILVA TRINDADE - 5087232624 - 5,60;013 - PAULA CHALTEIN ALMEIDA BELLO - 2901429 - 5,60;014 - LEANDRO ADRIANO - 5736442 - 5,40;015 - DEISI MARIA VALENTIM - 33067635 - 5,40;016 - NEZIR JOSE DA SILVA - 1662706 - 5,20;017 - ELENIR TRASEL SCHNEIDER - 4484140 - 5,20;018 - RAMON WILLIAN COSTA - 5941754 - 5,20;019 - LARISSA MARCELLI SILVEIRA VIGO - 3638444 - 5,20;020 - ELIZA MATTOS DA SILVA - 44479727 - 5,00;021 - PRISCILA CRISTINA CREPALDI - 5309885 - 5,00;022 - CLEBER DE SOUSA FARIAS - 1353828824 - 5,00;023 - MARCELO VIEIRA - 2788665 - 4,80;024 - THIAGO SALLAS MENDONCA - 4759528 - 4,80;025 - RENATA MACEDO CHELMINSKI - 8098701223 - 4,80;026 - IARA REGINA NUNES BRESCHIANI - 1257330 - 4,80;027 - LUIS ANTONIO ROSA - 3383750 - 4,80;028 - JOSÉ LEANDRO PALACE LEAL - 6084252541 - 4,80;029 - RUAN CHAVES DA SILVA - 5399558 - 4,80;030 - MARIANA DUARTE - 6291510 - 4,60;031 - ROSAN CREPALDI - 223887 - 4,60;032 - MIRYAN DEYSE ZACCHI - 23936 - 4,60;033 - KATHERINE MACHADO FARIAS - 2102725179 - 4,60;034 - BIANCA VARELA NUNES - 5507525 - 4,60;035 - MARCELO DELFINO - 6764632 - 4,60;036 - ANDRE DE ABREU DEMETRIO - 4304362 - 4,40;037 - JOICE DILZA CARDOSO - 5736345 - 4,40;038 - CARLOS HENRIQUE TUPINAMBÁ - 13796969 - 4,40;039 - LUANA ISABEL VALENTIN ALVES - 91050064 - 4,40;040 - MÁRCIO ANTONIO LACERDA - 2046643 - 4,20;041 - VIVIANE BORATI LIVRAMENTO DA CONCEICAO - 3728224 - 4,20;042 - GREICY DA CUNHA - 6665117 - 4,20;043 - JOAO LARA LUZ - 6895719 - 4,00;044 - MAICO PEREIRA DOS SANTOS - 3442048 - 3,80;045 - GUSTAVO FERNANDO DOS SANTOS - 3329690 - 3,60;046 - WASHINGTON ADRIANO DE BITTENCOURT - 99083450 - 3,40;047 - MARILEIDE PEREIRA MAHOEL - 52336891 - 3,20;048 - TANIA PEREIRA DO NASCIMENTO - 501847558 - 2,40.

Cargo: 2066 - Monitor de Transporte Escolar:

001 - KATRINI CORRÊIA - 6824865 - 6,80;002 - VIVIANE FORTE MORAES - 1073359836 - 6,60;003 - GICELE REGINA GAVA - 7272857 - 6,60;004 - IARA TEIXEIRA - 5643537 - 6,60;005 - FLARES ROBERTO MAURICO - 49759442 - 6,40;006 - LUCIANE APARECIDA CARDOSO - 49283863 - 6,20; 007 - CINTIA ROSA DE SOUZA - 4847247 - 6,20;008 - JESSICA SAIONARA GARCIA CAVASSA - 53645154 - 6,00;009 - DAYANE PIRES - 43938434 - 5,80;010 - NADINE JORDANA BORGES MACHADO - 6021851 - 5,80;011 - GILMARA TEIXEIRA DA SILVA - 5643538 - 5,80;012 - CLEUNICE MICHELON - 6129489 - 5,60;013 - FLAVIA CRISTINA GOULART - 2909345 - 5,60;014 - PAOLA RIBEIRO GOMES - 3728605 - 5,60;015 - ROSANE GORGES - 1462747 - 5,20;016 - LUCIANA APARECIDA FERREIRA - 5507904 - 5,00;017 - RENATA MARIA SOUZA - 5689545 - 5,00;018 - MÉRÍ TEREZINHA DE CARVALHO - 2670097 - 4,80;019 - ADRIANA APARECIDA SANTOS - 2492752 - 4,80;020 - CINTIA DOS SANTOS SAGÁS - 3650854 - 4,80;021 - ANA ALICE DE SOUSA NASCIMENTO - - 4,80;022 - FRANCIELI MARIA GOULART - 3941832 - 4,40;023 - CATIA JESUS PAULA - 7264118 - 4,20;024 - ROGERIA MARIA SAGAS MARQUES - 2673938 - 4,20;025 - ANDREIA DUARTE TOLENTINO - 4007055 - 4,20;026 - JOSMARA PEREIRA COSTA - 3750261 - 4,20;027 - EMANUELLE RUBINI MONEGATE - 5027285 - 4,00;028 - SANDRA MARIA LOPES GONÇALVES - 27858227 - 3,80;029 - SIMONE SABINO - 2677810 - 3,80;030 - MAYARA CRISTINA DA COSTA - 5915877 - 3,60;031 - EUNICE SILVA DOS SANTOS E SANTOS - 568199430 - 3,60;032 - MARIA APARECIDA TAVARES - 3096360 - 3,60;033 - ANA MARGARETE PEPPLER BESEN - 3573960 - 3,40;034 - ROSELENE DE

SOUZA - 3082622 - 3,20;035 - ENY PEREIRA DA SILVA - 558733 - 3,00;036 - DAIANA PEDROSO - 53001281 - 3,00;037 - JANETE LOPES LEAL PAZ - 367559729 - 2,40.

Cargo: 2070 - Técnico de Edificações:

001 - FELIPE GÓES - 6280500 - 9,20;002 - ADRYAN LUCAS SCHMITZ E SILVA - 5434012 - 8,40;003 - ISADORA COELHO KOCH - 6156376 - 8,40;004 - HAMILTON INACIO HASKEL JUNIOR - 6237374 - 8,40;005 - MATHEUS NILTON DE SOUSA - 6624086 - 8,40;006 - BARTIRA SILVA - 5040652 - 8,20;007 - HARLLAN ANDRÉ DUARTE DE JESUS - 5643462 - 8,20;008 - NATÁLIA SAGAZ - 6074519 - 8,00;009 - JHONATHAN LEMOS GOMES - 6222358 - 8,00;010 - JORGE ZIEGLER ZIEGLER - 11615940 - 8,00;011 - MONIKY HOFFMANN DE SOUZA - 50476351 - 8,00;012 - SERGIO LUIS KEIEL - 6237140 - 7,80;013 - GABRIEL ROMARIZ BATISTA DOS SANTOS - 4082169493 - 7,80;014 - ANA CAROLINA DUARTE - 5736694 - 7,60;015 - RUBENS LEMONIE JOSÉ - 5760215 - 7,60;016 - VINICIUS TEIXEIRA GODINHO - 5762656 - 7,40;017 - EVELYN BORGES DOS SANTOS - 4844100 - 7,40;018 - JORGE ALEXANDRE FERNANDES DE ARAÚJO - 4927720 - 7,40;019 - ARETHA LECIR RODRIGUES DOS SANTOS - 6692240 - 7,40;020 - THIAGO FERNANDO DE SOUZA - 48475688 - 7,20;021 - FELIPE DOS SANTOS MACEDO - 4147316 - 7,00;022 - PATRICK VIEIRA DOS SANTOS - 6197582 - 7,00;023 - PAULA RABELO DA SILVEIRA - 6011170 - 7,00;024 - RODRIGO EDUARDO PAULO DE OLIVEIRA - 53001958 - 6,80;025 - LETÍCIA PEREIRA - 5915053 - 6,80;026 - CASSIANE APARECIDA DA SILVEIRA - 6151657 - 6,80;027 - GUILHERME LIVRAMENTO - 6021916 - 6,60;028 - DANIEL DE CASTRO MELGAREJO - 3703962 - 6,60;029 - GUSTAVO LIVRAMENTO - 6021915 - 6,60;030 - RENATA STOPAZZOLLI SANTANA - 6105956 - 6,60;031 - ALESSANDRO DA CUNHA - 5689651 - 6,40;032 - FERNANDA PADILHA SCHURHAUS - 4564166 - 6,20;033 - ABRAAO AUGUSTO MIRANDA SILVA - 140918695 - 6,20;034 - ANDREA DE SOUZA OURIQUES - 3099459 - 6,00;035 - DEODATO NUNES DE FRANÇA JUNIOR - 2004009120690 - 6,00;036 - JULIANA MARIA FERMIANO - 44002254 - 5,80;037 - MATHEUS WINTER - 4646799 - 5,80;038 - JONATAS ROGINALDO RAMOS - 5100588 - 5,60;039 - SAULO VICENTE JUNIOR - 14480747 - 5,40;040 - ALEXSSANDRO QUINTINO ALVES - 5940078 - 5,40;041 - EVELYN DE OLIVEIRA - 6164579 - 5,40;042 - JOAO CARLOS ELEOTERIO DE OLIVEIRA - 5001302 - 5,20;043 - OTACILIA DA INHAIA - 3643521 - 5,00;044 - KARINA PRAZER DE JESUS SAUKIO - 5185432 - 4,80;045 - ANA CLAUDIA LUCAS - 5434554 - 4,40;046 - SANDRA MAR SOUZA DA SILVA - 20886276 - 4,20;047 - HENRIQUE KUHNEN HEINZ - 6237603 - 4,00.

Cargo: 2083 - Técnico em Enfermagem I:

001 - ELIDIANE PACHECO - 45544174 - 8,20;002 - DANIELLY AKAGUI MENEZES - 88197879 - 8,20;003 - DÉBORA CRISTINA WASIELEWSKI DA SILVA - 41237862 - 8,00;004 - CLEIDE TEREZINHA JUNCKES KOGA - 17653908 - 7,80;005 - MURIEL DE OLIVEIRA - 4061743 - 7,40;006 - KERLA SANTOS DA CONCEIÇÃO - 1157600409 - 7,40;007 - STÉFHANY SOARES - 5736837 - 7,40;008 - CHARLES ALTINO DE SIMAS - 2223632 - 7,40;009 - NYA LHULLIER - - 7,40;010 - GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO - 34141146 - 7,20;011 - CAROLINA ALONCO - 4679066 - 7,20;012 - NAIR TERESINHA DOS SANTOS - 2390232 - 7,20;013 - MARI SELMA MACHADO PEREIRA COELHO - 3788492 - 7,20;014 - MAYARA PORTELA SAIBRO - 33328188 - 7,20;015 - CHARLES BARBOSA SALAZAR - 1066459544 - 7,20;016 - ANNA RUBIA DE MELO DA SILVA - 4237263 - 7,20;017 - CAMILA TRATZ - 5943102 - 7,20;018 - ESTER AZEVEDO RAZZOLINI DE ALMEIDA - 9067841255 - 7,20;019 - ANETE VANDA FORTE - 3083162 - 7,00;020 - ALISON AGOSTINHO - 4025880 - 7,00;021 - SABRINA VANINI - 53010221 - 6,80;022 - ISABELA VANDERLINDE - 5623875 - 6,80;023 - MARILENE MARTINS LEITE - 27817822 - 6,80;024 - NÁDIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA - 3728453 - 6,80;025 - JEFERSON DOS SANTOS - 3617591 - 6,80;026 - JUCILENA MARIA DE OLIVEIRA - 43267181 - 6,80;027 - MAIRA DO NASCIMENTO BERNARDINO - 3591312 - 6,80;028 - GISELLE

GERHARDT - 5090505 - 6,80;029 - SCHEYLLA SILVA - 3789052 - 6,60;030 - RITA DE CASSIA NASCIMENTO LOPES - 32185618 - 6,60;031 - JUCÉLIO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR - 35368250 - 6,60;032 - THAYS FERNANDA OGG - 5653079 - 6,60;033 - IVO-NEI GALLAS - 31864104 - 6,60;034 - ELIETE FERREIRA DA CRUZ - 41973313 - 6,60;035 - LUANA PHILIPPE - 55070531 - 6,60;036 - ISABEL CRISTINA PEREIRA FERRADOR - 4046230779 - 6,60;037 - JOSEANE JOHANSON PAVANATTI - 40784622 - 6,40;038 - ESTER DA CUNHA LIRA - 2689474 - 6,40;039 - MICHELLY CRISTINA POLLMANN - 3879729 - 6,40;040 - JULIANE GONZAGA FLORES - 6155867 - 6,40;041 - CAROLINE NIETSCHKE - 5364923 - 6,40;042 - IRIA MARIA SAUSEN - - 6,40;043 - ALEXANDRE NERIS DOS SANTOS - 6939577 - 6,40;044 - GEOVANA GARCIA CAMPOS - 3573863 - 6,40;045 - GISELY ELIZA MACHADO - 32775032 - 6,40;046 - GRAZIELI APARECIDA DA SILVA - 5121627 - 6,40;047 - GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL - 4762250 - 6,40;048 - EDENIR DA SILVA E SA - 2200875 - 6,40;049 - JOSEMAR CAMPOS DA SILVA - 6257048 - 6,20;050 - SIMONE ÁUREA DOS SANTOS CARDOSO - 3165085 - 6,20.

Cargo: 2097 - Técnico em Saneamento:

001 - BIANCA VICENTE OSCAR - 55139400 - 9,00;002 - CAROLINNA VIEIRA DE CISNE - 50204530 - 9,00;003 - LIEGE MEDIANEIRA GEHM - 7076662282 - 8,20;004 - MAIARA SOUZA DA NATIVIDADE - 6223693 - 8,00;005 - FABRÍCIO ROBERTO PACHECO - 54250943 - 8,00;006 - DÉBORA PEREIRA RIBEIRO - 4701000 - 7,80;007 - ADRIELI LISSARAÇA WINTER - 110826915 - 7,80;008 - ALINE FERRAZZA DE OLIVEIRA - 5161099 - 7,80;009 - JULIA DE JESUS MARTINS - 55074790 - 7,80;010 - WANESSA DA COSTA GUIMARÃES - 2514044057 - 7,80;011 - ALEXANDRE JÚLIO PROENÇA - 5662263 - 7,60;012 - FERNANDA FERREIRA DA SILVA - 6435228 - 7,60;013 - MARIA GABRIELA ANTUNES GUILHERME - 5474348 - 7,40;014 - JOÃO PEDRO DA COSTA SILVA - 6129235 - 7,40;015 - IZABELLE SOARES DA SILVA - 5764671 - 7,40;016 - MARIANA LACERDA ASSINI - 5228049 - 7,20;017 - ELAINE DE OLIVEIRA FLORÊNCIO - 6197573 - 6,40;018 - THAMIRIS CORDEIRO GATA - 55329233 - 5,60;019 - TIAGO SILVEIRA DIAS - 44734875 - 5,20;020 - ANA CAROLINY DA SILVA GOUVEIA - 5550109 - 4,60.

Cargo: 2107 - Técnico em Topografia:

001 - SUELEN SANTOS MAURICIO - 53106059 - 8,40;002 - RUBENS EDUARDO UHLMANN FILHO - 4121662 - 8,40;003 - CEZAR NASCIMENTO DOS SANTOS - 4277107 - 7,60;004 - JÚLIO CÉSAR DA SILVA - 4820927 - 7,00;005 - ALEXANDRE CARPES DE SOUZA - 38293480 - 6,80;006 - LUIZ EDUARDO DIAZ DE CARVALHO - 3033199419 - 6,60;007 - PATRICIA DIAS - 3754081 - 6,00;008 - JONATTA PEREIRA - 5296526 - 6,00;009 - IVAN DA CUNHA - 5678021 - 6,00;010 - ANDERSON PACE - 85286099 - 5,40;011 - SERGIO LUIZ ANTERO - 4123076 - 4,20.

Cargo: 3010 - Agente Comunitária de Saúde - Bom Viver:

001 - GUILHERME ELIAS TEODOSIO - 6129004 - 7,20;002 - MARIA TORRESAN - 6735328 - 3,00;003 - DAIANA SOUZA MARTINS - 5260224 - 2,20;004 - ROSI CLEIA DE SOUZA - 2305168 - 2,00.

Cargo: 3023 - Agente Comunitária de Saúde - Cachoeiras:

001 - ELOISA HELENA LANGHINRICHES GARCIA - 6902613 - 5,20;002 - ELAINE CRISTINA MACHADO - 50029541 - 5,20;003 - MARIA DA GLORIA DE SOUZA - 972557 - 3,80;004 - PAULO SERGIO DOS REIS - 2909769 - 3,40;005 - ALINE RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA - - 1,80.

Cargo: 3037 - Agente Comunitária de Saúde - Centro:

001 - PATRÍCIA MELLO MÜLLER - 2305662 - 4,80;002 - PRISCILA VARGAS - 456340902 - 2,80.

Cargo: 3040 - Agente Comunitária de Saúde - CIABS/Fundos I:

001 - DIOVANA MACHADO GALO - 45637440 - 3,00;002 - FELIPPE LAIR GOULART - 5223888 - 2,40.

Cargo: 3054 - Agente Comunitária de Saúde - CIABS/Fundos II: 001 - SUÉLEN MACHADO COELHO MARCELINO - 4563930 - 6,00.

Cargo: 3068 - Agente Comunitária de Saúde - CIABS/Fundos III: 001 - ELIETE ALVINA MARCELINO KONS - 2308465 - 2,80;002 - ROSILENE BEZERRA DA SILVA - 2001029176017 - 2,20.

Cargo: 3085 - Agente Comunitária de Saúde - Fazenda:

001 - DAIANY DALVA VIEIRA MARCELINO - 55071040 - 3,60;002 - LUCRECIA DA SILVA - 5818500 - 2,80.

Cargo: 3109 - Agente Comunitária de Saúde - Jardim Janaina I:

001 - SANDRA ROSA LEAL - 2909775 - 4,00.

Cargo: 3112 - Agente Comunitária de Saúde - Jardim Janaina II:

001 - GISLANI ANTUNES GONÇALVES - 4167303 - 3,60;002 - MICHELE OLARIO LAURENTINO - 5002099 - 3,00.

Cargo: 3126 - Agente Comunitária de Saúde - Marco Antônio I:

001 - MARISETE LIMA DE OLIVEIRA DABOITE - 17630177 - 6,00;002 - EVANDINA MORAIS DE LIMA - 883467 - 4,40.

Cargo: 3130 - Agente Comunitária de Saúde - Marco Antônio II:

001 - MICHELE REGINA DE SOUZA - 5678908 - 6,00;002 - DAIANE LUIZ ANTUNES - 4007222 - 2,00.

Cargo: 3143 - Agente Comunitária de Saúde - Prado:

001 - DEISE FELTES - 5678304 - 5,00;002 - SIMONE DA SILVA - 39132030 - 4,80;003 - RAQUEL SUELI REUTER - 3439902 - 4,20;004 - GRAZIELA DE SOUZA - 3754871 - 2,40.

Cargo: 3157 - Agente Comunitária de Saúde - Rio Caveiras:

001 - ANA LUCIA RODRIGUES - 1668695 - 4,20;002 - MARLENE GONÇALVES NUNES DE MELLO - 2533885 - 3,40;003 - PAULA DANIÉLE TONIAL AGUIRRE - 49416057 - 3,40;004 - RENATA IVONETE DE FARIAS - 52235335 - 2,20;005 - ANDREZA DE SOUZA DA CRUZ - 4570788 - 1,60.

Cargo: 3174 - Agente Comunitária de Saúde - Saveiro:

001 - LUCILENE GONCALVES DE AGUIAR - 26755173 - 1,80.

Cargo: 3188 - Agente Comunitária de Saúde - Sorocaba de Dentro:

001 - BRUNA MORAES - 6021154 - 4,20.

Cargo: 3191 - Agente Comunitária de Saúde - Sorocaba de Fora:

001 - DAIANY DAROSCI - 53640080 - 4,40.

Cargo: 3201 - Agente Comunitária de Saúde - Tijuquinhas:

001 - MELÂNIA E. REIS - 3436975 - 3,80.

Cargo: 3215 - Agente Comunitária de Saúde - Três Riachos:

001 - MARIA EDUARDA PÉRES - 6155583 - 6,00;002 - TANIA NAIR DO AMARAL - 4762771 - 4,20;003 - RAFAELA DE SOUZA - 5689 - 3,60.

Cargo: 3229 - Agente Comunitária de Saúde - Vendaval:

001 - SCHEILA PEREIRA SCHU - 47951656 - 2,80;002 - ANNE CAROLINE JERONIMO DA SILVEIRA - 4078436 - 2,20.

Cargo: 3232 - Almoxarife:

001 - VANESSA DE ALMEIDA CABRAL - 2410416 - 8,20;002 - TIA-GO HEIDENREICH BOPPRE - 4126086 - 7,60;003 - ALLYSON WILSON RIGO DE SOUZA - 4927770 - 7,60;004 - JAISON CAMBRUZZI - - 7,40;005 - CINÉIA DE VARGAS - 6057295872 - 7,20;006 - VINICIUS BOEIRA BERNHARDT - 4717728 - 7,20;007 - RENATO JARDIM MEDEIROS - 1380384 - 7,00;008 - SANDRA VIEIRA FLÔRES - 3893868 - 6,80;009 - ISABELA DE OLIVEIRA - 4622482 - 6,80;010 - CAROLINE VALENTE CARDOSO - 3083433 - 6,40;011 - ANA PAULA BECKER - 4468769 - 6,40;012 - GABRIELLA DA SILVA

- 4214183 - 6,20;013 - MARCO MICHELENA - 4672511 - 6,20;014 - CARLA TALITA MACHADO LOUREIRO - 6687189 - 6,20;015 - THIAGO MICHELUSZI - 39003787 - 5,80;016 - ALEXSANDRO GOMES ANTONIO - 5183463 - 5,60;017 - FERNANDO RODRIGO KITAISKI - 6088742728 - 5,60;018 - JOÃO HENRIQUE DA SILVA - 4346367 - 5,60;019 - LUA CLARA GARCIA GOMES DE OLIVEIRA - 5719317 - 5,40;020 - MICHELLE DA COSTA - 4177385 - 5,40;021 - CAROLINA VOLPATO LOCATELLI - 4222135 - 5,20;022 - JOAO CARLOS DA SILVA NETO - 53555619 - 5,20;023 - EDSON GREGÓRIO COELHO - 3081185 - 5,00;024 - SUÉLEN MACHADO - 4762275 - 5,00;025 - ANDREZA RAMOS FERREIRA - 5507446 - 5,00;026 - CELIO MACE-DO COSTA - 1168046 - 4,80;027 - ADHEMAR SANTIAGO DO CARMO TEIXEIRA - 4207686 - 4,80;028 - ALVARO FRANCIS DE MOURA - 4282796 - 4,80;029 - EVILAZIO VIEIRA RAMOS - 5027578185 - 4,60;030 - ROBERTO PEREIRA MAGLIOCCA - 5331808 - 4,40;031 - DIEGO SCHMIDT CONCADO - 3219646 - 4,20;032 - TALES ANTONIO RIBEIRO DE AVILA - 1109150341 - 4,20;033 - ROBERTO ALEXANDRE - 2303961 - 4,20;034 - EMERSON CARLOS DE JESUS - 2580320 - 4,00;035 - LEANDRO DE SOUZA MOTTA - 4258180 - 4,00;036 - DANIELA DA LUZ - 55072950 - 4,00;037 - ALLAN PIRES DA SILVA - 5942621 - 4,00;038 - GIANE RITA DA COSTA GUIMARÃES - 30829003 - 4,00;039 - DAYSE ADRIANO DA SILVA - 2787502 - 3,80;040 - FERNANDO DIAS PORTO - 39970230 - 3,80;041 - MARCELO RODRIGUES ALVES - 4400453 - 3,80;042 - EVA DENISE RODRIGUES MOREL - 6688933 - 3,60;043 - IGOR LIMA VENTURA DA SILVA - 5485298 - 3,60;044 - CARLA MARIA LIMA PENNA - 43328210 - 3,60; 045 - JACKSON DA CUNHA COSTA - 33320101 - 3,20;046 - RAFAEL BOEING NASCIMENTO - 54733782 - 3,20;047 - ARNOLDO LONGEN FERREIRA - 4563446 - 3,20;048 - ANDERSON DOS SANTOS - 5152395 - 3,20;049 - RODRIGO MACIEL BARCELOS - 4583292 - 2,80;050 - GABRIEL LIMA - 5242972 - 2,80.

Cargo: 3250 - Auxiliar de Veterinário I:

001 - JEAN GUSTAVO SCHULTZ MUNHOZ - 5183593 - 7,80;002 - JOSIEL FRANCISCO ALVES - 51526182 - 7,60;003 - ALINE NUNES VOISKI - 12095450 - 7,00;004 - MARIANA RODRIGUES SAGARDOY - 6505647 - 6,60;005 - ANA KAROLINA FERREIRA - 5444905 - 6,40;006 - DULCINÉIA MACHADO - 3957240 - 6,40;007 - ANDREA DE AZEVEDO SCHALY - 2824460 - 6,20;008 - GEORGIA KADE LUFT - 6222562 - 6,20;009 - NATHALYA FLAVIA MACHADO DA ROCHA - 5948326 - 5,20;010 - RENATA SEIBUCHLER - 4415188 - 5,00;011 - LUCIANA DOS SANTOS - 1769395 - 4,60;012 - INGRID GARTNER PACHER - 5678850 - 4,60;013 - LIZIANE ANDREA DA SILVA - 3780921 - 3,80;014 - FABIULA PIRES REMIÃO - 9053081411 - 3,60.

Cargo: 3263 - Auxiliar de Veterinário II:

001 - AMANDA EMY GONÇALVES - 5342699 - 8,40;002 - GUI- LHERME DE OLIVEIRA FRANÇA - 5808529 - 8,00;003 - RAFAEL ALEXANDRE REIS DA ROSA - 1066150705 - 7,20;004 - ROSILENE BARROS - 5002785 - 6,60;005 - TERESINHA DE JESUS GARCEZ DOS SANTOS - 1056706516 - 6,40;006 - GIANE NADIR SIQUEIRA - 2582192 - 5,80;007 - ROSEMERI DE FÁTIMA GAMST RODRIGUEZ - 6291460 - 5,80;008 - ISMAEL MIRANDA CHAVES - 45641285 - 5,40;009 - PAULO ROBERTO VARGAS BORGES - 2058377686 - 5,20;010 - NILCEIA LILIAN DA SILVA - 4001581 - 5,00;011 - MARTIN BENITEZ RAMOS - 6564252 - 5,00;012 - PAULO ROBERTO DA SILVA - 813662 - 4,80;013 - MANOELLA CARDOSO LUDVIG - 6126974 - 4,60;014 - NORMA OLIVEIRA PARREIRA GOLTZ - 5734230 - 4,20;015 - DAYANA MARCELINO DE JESUS - 3976624 - 4,20;016 - LARISSA FIGUEIREDO SUBTIL - 7188906 - 4,00;017 - ELOISE SOLANO - 3732620 - 3,80;018 - TIAGO COSTA - 4049711 - 3,60;019 - TAINARA OURIQUES MACHADO - 6237217 - 3,60;020 - ADRIANA DE SOUSA - 2503603 - 3,40;021 - LAYZA CRISTINE RIBEIRO DE CAMPOS - 6196145 - 3,20;022 - ANITA CARDOSO RAMOS - 6505260 - 2,80;023 - RICHARD ADRIANI MACHADO - 4900321 - 2,60;024 - JOSIANE OLIVEIRA VIRISSIMO - 14646684 - 2,60;025 - KARINE ROSA BINHOTI - 5941723 - 2,40.

Cargo: 3321 - Recepcionista:

001 - DENISE ROMILDA QUINTINO - 3751965 - 8,60;002 - YANKA MACHADO SCHÜSLER - 5507593 - 8,00;003 - VIVIANE MONTEIRO DE AGUIAR RIBEIRO - 3079917963 - 7,60;004 - NIKOLE RAMOS BATISTA - 5434821 - 7,60;005 - JONATHAN JESUS DA SILVA - 4687151 - 6,80;006 - FABIANA DOS SANTOS - 46225293 - 6,60;007 - PALOMA CRISTINA NUNES RIBEIRO - 5689561 - 6,60;008 - CARLA MARIA MARIANO - 39574270 - 6,20;009 - PRISCILA PEREIRA MARTINS - 48470589 - 6,20;010 - LETICIA ANTUNES MARTINS - 6129993 - 6,20;011 - ANA LAURA BORTOLANZA - 5691189 - 6,20;012 - TÂNIA REGINA GOULART - 1818649 - 6,00;013 - VALE-RIA PEDROSO DA SILVA - 5941143 - 6,00;014 - ANNA CAROLINA VELOSO - 4737783 - 6,00;015 - LAIDE ZÉLIA SOUZA DE FREI- TAS NORONHA - 1254597 - 5,80;016 - LIDIANE SISTI SANDRE - 5087896519 - 5,80;017 - REJANE CHAVES - 5507691 - 5,80;018 - GISELE GOUDEL AZEVEDO - 3737092 - 5,60;019 - JAYNE DOS REIS SIMOES - 5310372 - 5,60;020 - RUTH CRISTINA TOZET- TI ALVES PEREIRA - 295538314 - 5,40; 021 - IONE WAGNER - 2012642472 - 5,40;022 - IRANIR FERREIRA DA SILVA FIGUEIREDO - 1240195642 - 5,40;023 - ALINNE RAMOS - 3821686 - 5,20;024 - ELENA MENDES DA SILVA - 1065313635 - 5,20;025 - LETICIA CARVALHO SEIXAS - 5125841 - 5,20;026 - DANIELA SOARES FER- REIRA COELHO - 4115632 - 5,00;027 - ANA CAROLYNA SPECK SANTOS LEAL - 3089267 - 5,00;028 - RENATA BREGUE GARCIA DANIEL - 4007088 - 5,00;029 - CRISTINA TEREZINHA DE ANDRA- DE - 4228537 - 5,00;030 - CAMILA NATALIA WAZLAVICK - 5397399 - 5,00;031 - CINTIA FERREIRA - 5643071 - 5,00;032 - JAQUELINE PEREIRA - 5643598 - 5,00;033 - ARIADNE VANESSA DE ALMEIDA - 6237601 - 4,80;034 - TAILANY CÂNCIO DE JESUS - 1369441673 - 4,80;035 - ELISÂNGELA GUIMARAES - 30904994 - 4,60;036 - SAIONARA MARIA PIVA WANZUITA - 6850931 - 4,60;037 - GEISA NUNES MORAES FUNES - 5695435 - 4,60;038 - CINTHIA RODRI- GUES DE CARVALHO KUNTZE - 5472632 - 4,60;039 - LAYZZA GA- BRIELA MORAIS DE OLIVEIRA - 4806939 - 4,60;040 - ROSÂNGELA PEREIRA DA SILVA - 299337406 - 4,40;041 - ADRIANA DA SILVA RAMOS - 27862615 - 4,40;042 - STEPHANYELLE SOFFIE DA SILVA - 4583491 - 4,40;043 - TAYNARA DA SILVA - 4646037 - 4,40;044 - RODRIGO SILVANO - 5331897 - 4,40;045 - ANGELA CRISTINA FERNANDES - 4151857 - 4,20;046 - KATIA LUCIANA DOS SAN- TOS - 45301565 - 4,20;047 - KARINE SILVA BARBOSA - 15495182 - 4,20;048 - RAQUEL APARECIDA PINTO - 7094895 - 4,20;049 - ELIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA HAMES - 15760529 - 4,00;050 - TANIA APARECIDA DA SILVA - 3084554 - 4,00.

Cargo: 3335 - Telefonista:

001 - ALINE MELO DE OLIVEIRA - 5507826 - 7,40;002 - ANA CA- ROLINA SANTOS DA SILVEIRA - 4941809 - 6,40;003 - SELMA SENA ZANGARINI DE CAMPOS - 99661342 - 6,20;004 - MARECI ALVES DOS SANTOS HINKEL LUCKNER DE SO - 44733194 - 6,20;005 - PATRICIA DA SILVA FORMIGONI PIRES - 1056669805 - 5,60;006 - THIAGO DAVID PEREIRA - 5806893 - 5,60;007 - DIEGO SOARES NICOLAU - 6656285 - 5,20;008 - CLAUDIA TOMAZI DE TOLEDO - 55879519 - 5,00;009 - JANAINA PATRICIA DOS REIS - 3167419 - 4,80;010 - CINTIA ANGIOLETT DE PAIVA NASCIMENTO - 4265066 - 4,60;011 - MARIANGELA CLESIA SCHNEIDER - 2653664 - 4,40;012 - LIDIA NASCIMENTO DE SOUZA - 3673026 - 4,20;013 - ANDREZA SILVA DOS SANTOS - 5862102 - 4,20;014 - SHEILA FERNANDES FIUZA DA SILVA - 2918350 - 3,80;015 - ANDRESSA KAROLINY DUARTE LUIZ - 3929123 - 3,80;016 - MARIA CLEUZA DE ALMEIDA SANTOS - 5835634 - 3,60;017 - ALICE DE LA VEIGA - 2788111 - 3,60;018 - SYBELLE THAYANA DA SILVA - 4583571 - 3,40;019 - LUCIANE COELHO PIRES DA SILVA - - 3,20;020 - LEILA DA SILVA MORENO - 2507209 - 3,20;021 - MARCIA STELA CAMPOS - 5833404908 - 2,80;022 - SIBELE NILDA BERNARDO - 5819560 - 2,80;023 - IVONETE DOS SANTOS - 5617497 - 2,80;024 - STÉ- FANI REJANE HEERDT - 5119831 - 2,80;025 - CARMEN GISELE REZENDE - 218367697 - 2,60;026 - TEREZINHA MARIA PEREIRA DA SILVA - 2228047 - 2,60;027 - ROSITA MARTINS ANTONIO - 735863 - 2,40;028 - ISABELA DA SILVA PEREIRA - 49948954

- 2,40;029 - BRUNA VIEIRA KRUG - 5107551 - 2,40;030 - ANA CLAUDIA SALAZAR - 5107114 - 2,40;031 - PRISCILA DE SOUZA - 51452898 - 2,20;032 - DANIELA REGINA DE AZEVEDO - 39139751 - 2,00;033 - TATIELI CORASSA - 6705240 - 2,00;034 - ARETUZA FERMINA LUIZ CONCEICAO - 37880616 - 1,80;035 - ROSIMERI MACHADO - 1579847 - 1,40;036 - AANDREIA DA LUZ DE CHAVES - 2892519 - 1,40;037 - ROSINETE MARIA JOSE - 4503156 - 1,00;

Cargo: 4011 - Auxiliar de Saúde II:

001 - MARCELO OSNI VIEIRA - 3893398 - 9,20;002 - CAROLINE LOPES MARTINS - 44448058 - 5,80;003 - ROSALINA APARECIDA WENGUE WOLFF - 27071677 - 5,00;004 - MARILENE SODRE DE MEDEIROS - 25564013 - 3,40.

Cargo: 4042 - Carpinteiro:

001 - MARLON HENRIQUE TEIXEIRA BALPARDA - 3083406946 - 9,20;002 - MOISAEI FRANCISCO FIDELIS DE OLIVEIRA - 5364853 - 7,00;003 - AGOSTINHO JOSE MANGRICH - - 6,20.

Cargo: 4056 - Coveiro:

001 - PEDRO JOÃO DE MELO - 1161366 - 2,00;002 - SEBASTIÃO CORRÊA - 779349 - 2,00.

Cargo: 4060 - Eletricista:

001 - LEANDRO FABIANO FALCONI DO AMARANTE - 3092707409 - 8,60;002 - JEFERSON CARLOS DE SOUZA - 5650190 - 8,40;003 - LUIZ GUSTAVO GUIDINI DOS SANTOS - 4794077 - 8,20;004 - GEAN MANOEL MACHADO - 3699862 - 8,00;005 - BEN HUR CONCEICAO - 4503149 - 6,20;006 - CARLOS EDUARDO FELIX - 9702113 - 5,20;007 - DIOGO GOMES DE SOUZA - 110436300 - 5,00.

Cargo: 4073 - Encanador:

001 - FREDOLINO SILVA - 7090100 - 2,20.

Cargo: 4128 - Pedreiro:

001 - ADEMIR JOÃO BATISTA - 2679094 - 7,60;002 - PEDRO PAULO DUARTE - 1121739047 - 4,20;003 - VALCIDES MANOEL DE FARIAS - - 3,20;004 - VALDIR CHAVES - 1889960 - 2,00.

Cargo: 4131 - Vigia:

001 - IVAN RODRIGO SILVA DE SOUZA - 3081871 - 9,60;002 - FABIO MATEUS CASTANHA - 39740650 - 9,20;003 - FILLIPE PEREIRA FAGUNDES - 5107390 - 8,40;004 - JOSÉ CARLOS PORTO JÚNIOR - 1254343 - 7,80;005 - JUCELIO AUGUSTO DOS REIS - 1317389 - 6,80;006 - DEOVANIO LUIZ - 1373404 - 6,60;007 - ITAMAR CARDOSO - 1055156 - 6,20;008 - CLAITON LUIS BROCCA REUS - 5146962 - 6,20;009 - TIAGO COSTA ALVES - 42225680 - 6,20;010 - ANTONIO LEOCADIO ELISARDO - 2584278 - 5,80;011 - JOÃO JOSÉ PERES - 1963279 - 5,80;012 - ANGELA OTILIA COELHO - 4051122 - 5,80;013 - JONAS DAVID BORGES DE SOUZA - 6837722 - 5,80;014 - SIMÉA DA SILVA VARELA - 3788162 - 5,20;015 - AGOSTINHO WALTRICH - 4372473 - 5,00;016 - EDSON GONÇALVES - 15793133 - 4,80;017 - SEBASTIAO MANOEL AMARAL - 667125 - 4,40;018 - LUIZ IDINEI DE ASSIS - 2505441 - 4,40;019 - HELCIO ISOLINO PERES - 7755724 - 3,60.

Cargo: 5027 - Auxiliar de Serviços Gerais IV - Merendeira:

001 - TAMARA FIGUEIREDO DOS SANTOS - 4570453 - 9,00;002 - ROSANA DE LOURDES MACHADO - 32510756 - 8,60;003 - EWELYN PAEGLE - 5764062 - 8,60;004 - MARCOS VINÍCIOS LOPES MARTINS - 4444806 - 8,60;005 - MARGARIDA CATARINA SIMAS TEIXEIRA - 448831 - 8,00;006 - GLÓRIA SANTINA ROCHA - 6846439 - 8,00;007 - GISELE PICHINATTI CARVALHO - 51071533 - 8,00;008 - CARMELI MARIA DA LUZ - 2585474 - 7,60;009 - ALESSANDRA SCHNECKEMBERG - 87520730 - 7,60;010 - FATIMA REGINA WERLICH - 3584463 - 7,40;011 - NILO VANDERLEI MAUERBERG - 1645878 - 7,20;012 - GISELE DALVA DE SOUZA - 3082925 - 7,20;013 - LUCIANE ERONDINA RAMOS - 2561624 - 7,00;014 - JACIARA DOS SANTOS - 3250704 - 7,00;015 - JULIA KARINY TELLECHEA DE

MELLO - 7103598152 - 7,00;016 - ROSANA ECHEVARRIA BALDA - 6892434 - 7,00;017 - JUCIANE APARECIDA FAVERO - 3544585 - 6,80;018 - JUCELY KARLA DA CONCEIÇÃO - 4430679 - 6,80;019 - CATARINA ANA DE MELO - 2045157 - 6,60; 020 - AMARILDA SUELI MENDES AVANSINI - 26751844 - 6,60;021 - REGINA LEITE - 892746 - 6,40;022 - MARIA LUZINETE DO NASCIMENTO - 39243737 - 6,20;023 - SONIA MARIA SILVA CAMPOS - 3540951 - 6,00;024 - ROSA MARIA PEREIRA DA SILVA - 22238140 - 5,80;025 - ANA CLAUDIA MULLER - 5678057 - 5,80;026 - CATARINA JULIA LEITE - 3167085 - 5,60;027 - SANDRA MARA PINHEIRO - 2954949 - 5,60;028 - MARIA JOSE TINOCO - 52234185 - 5,60;029 - HELENA MARIA LIMA - 6927967 - 5,40;030 - MARCELENA CUSTODIO ALVES - 29506140 - 5,20;031 - RITA DE CÁSSIA JACINTO - 972955 - 5,20;032 - LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO - 2824163 - 5,20;033 - ANGELA MARTINHA SOUZA - 26798336 - 5,00;034 - SILVANA HERONDINA DE JESUS - 4736327 - 5,00;035 - GERALDINA APARECIDA RIBEIRO - 2676106 - 4,80;036 - MÁRCIA APARECIDA DE JESUS - 7088906 - 4,80;037 - MARIA OLGA VIEIRA - 1376911 - 4,60;038 - ELIANE ZULMA CARDOSO - 27832252 - 4,60;039 - MAURINA JOAQUINA DE SOUZA GUIMARÃES - 1464456 - 4,60;040 - MARILEIA ROSA FERREIRA - 23063963 - 4,60;041 - ANDRÉIA SELMA DE SOUZA - 3573187 - 4,40;042 - LEOTILDA SOARES DOS ANJOS - 78628200 - 4,40;043 - LÚCIA MARIA FLÔRES - 3250749 - 4,00;044 - ALCIONEIA SOUZA FARIAS - 3600314 - 3,80;045 - JUÇARA MARTINS - 5223250 - 3,80;046 - TATIANE MARIA DE OLIVEIRA BERKEMBROCK - 4503551 - 3,40;047 - JANETE LUIZ - 3086598 - 3,20;048 - MARCIA VALERIA CARDOSO - 92730506 - 3,00;049 - SANDRA COSTA DE JESUS - 6735251 - 3,00;050 - HELOISA BETTE BITTENCOURT - 26760177 - 2,80.

Cargo: 5030 - Auxiliar de Serviços Gerais V - Servente:

001 - ANA PAULA CARDOSO - 5002133 - 9,60;002 - SÔNIA TERE-SINHA DE MELO FIRMO - 2081671 - 9,20;003 - ANGELA MARIA DE FARIA PEREIRA - 2588076 - 8,00;004 - JAQUELINE DE SOUSA RIBEIRO - 4759140 - 8,00;005 - TELMA CARDOSO DE PAULA - 6879812 - 7,80;006 - JANDIRA OLIVEIRA DE ABREU - 2428944 - 7,80;007 - FRANCISCA MARLEY AMARAL - 4943832 - 7,60;008 - SOLANGE DE FÁTIMA VIEIRA DA SILVA - 2087545 - 7,60;009 - ELIANE ANA DA SILVA CORREIA - 3425726 - 7,40;010 - CHARLENE MACHADO DOS SANTOS - 39625761 - 7,20;011 - ALCILIETE ANA-LIA SOARES ABREL - 2678780 - 7,00;012 - JAQUELINE DA ROSA - 5223144 - 7,00;013 - MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PEREIRA - 1376367 - 6,80;014 - CATIANA DENISE QUEVEDO DIAS GONÇALVES - 4078927755 - 6,80;015 - IRIANE APARECIDA ROSA CARMINATTI - 36588296 - 6,80;016 - ROSETE NEIS CORRÊIA - 3424396 - 6,60;017 - ILENE GUMS MAYER - 717625 - 6,60;018 - NAYARA CRISTINA DA COSTA - 48472492 - 6,60;019 - ROSELI DOS SANTOS CORREIA - 1664451 - 6,60;020 - IVANIR KRACZINSKI ALIONÇO - 835561 - 6,40;021 - ELZA TERESINHA OLENIKE FONSECA - 36641401 - 6,40;022 - RAQUEL VANDA MOREIRA - 45639744 - 6,20;023 - JANAÍNA DE FÁTIMA GONÇALVES - 4687234 - 6,20;024 - MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA - 24036773 - 6,00;025 - PERPÉTUA DO SOCORRO RIBEIRO ADRIANO - 36509019 - 6,00;026 - VANESSA CATARINA AMORIM PEREIRA - 4563241 - 6,00;027 - KRISLAINE DE MORAES FERREIRA - 50204912 - 6,00;028 - CEOLI TERESINHA VIEIRA CAETANO - 1664285 - 5,80;029 - ZILDA LUIZ DA ROSA - 1885052 - 5,80;030 - FABIANA CONRADO - 4202998 - 5,80;031 - FERNANDA DE SOUZA QUINT - 3768436 - 5,60;032 - DIANA GISLENE DOS SANTOS - 5689742 - 5,40;033 - MARISA PEREIRA - 2677944 - 5,20;034 - TEREZINHA DO NASCIMENTO - 3085010 - 5,20;035 - FRANCIELY ISETE COELHO - 6021426 - 5,20;036 - MARINES DA SILVA - 26562634 - 5,00;037 - CINTIA CRISTINA MACHADO - 3455579 - 5,00; 038 - RAQUEL ORLANDO VIEIRA - 46318569 - 5,00;039 - SIRLEI DE SIQUEIRA - 20824793 - 4,80;040 - ZULMIRA HEERDT DOERNER - 39817237 - 4,80;041 - KLISSIAN JUCYELLY DE SOUZA DE MELO - 6580179 - 4,80;042 - VANESSA MARIA VIEIRA - 45631778 - 4,80;043 - MARIA DE LOURDES MOREIRA DA SILVEIRA - 883718 - 4,60;044 - MARILU PEREIRA - 2185558 - 4,40;045 - AMARILDA MANES DA SILVA - 2089803

- 4,40;046 - JANE DE FARIA - 47776803 - 4,20;047 - MARIA TEREZINHA GOMES CORREIA - 1806519 - 4,20;048 - VALMIRA AVILA GOMES - 2677648 - 4,00;049 - BERNARDETE DA SILVA ANDRADE - 1767070 - 4,00;050 - SUELEN MORESCHI - 4886846 - 4,00;

Biguaçu (SC), 11 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito de Biguaçu

HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL 001/SEMAD/2015
Ato de Homologação nº 02/2015

O Prefeito de Biguaçu, RAMON WOLLINGER, no uso de suas atribuições legais, em face do que dispõe o item 12.2 do Edital 001/SEMAD/2015 do Processo Seletivo Público desta Secretaria Municipal de Administração da Municipalidade de Biguaçu, homologa o resultado final deste certame para os candidatos com deficiência aprovados e classificados, a seguir relacionados ao respectivo cargo em epígrafe, informando, para tanto, a classificação, o nome do candidato, o RG e a respectiva média final obtida:

Cargo: 1050 - Enfermeiro I
001 - ILDEFONSO CESAR MARTINS (PcD) - 36560758 - 6,40

Cargo: 1153 - Fisioterapeuta I
001 - ALAN VRONSKI PAEGLE (PcD) - 4610986 - 5,00

Cargo: 2049 - Escriturário
001 - JOÃO DAVID TERNES CORRÊA (PcD) - 5301029 - 6,60

Biguaçu (SC), 11 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito de Biguaçu

PORTARIA Nº 1384/2015

PORTARIA nº 1384 de 11 de maio de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Rafael Petri Machado, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rafael Petri Machado, detentor do cargo de provimento comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 24/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1385/2015

PORTARIA nº 1385 de 11 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Débora Manes Pelegri, detentor do cargo de provimento comissionado de Coordenador do CREAS, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1386/2015

PORTARIA nº 1386 de 11 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marleide Catarina Anselmo Dias, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1387/2015

PORTARIA nº 1387 de 11 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Maria Goreti Meier, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7171, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 05/05/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1388/2015

PORTARIA nº 1388 de 11 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/04/2015 a 22/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1389/2015

PORTARIA nº 1389 de 11 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Cristiane da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1390/2015

PORTARIA nº 1390 de 11 de maio de 2015

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Valdir José Ferrari, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Agropecuária, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a contar de 27/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1391/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1391 de 11 de maio de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) PAULO ROBERTO BINHOTTI, detentor(a) da matrícula 888 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) PAULO ROBERTO BINHOTTI, detentor(a) da matrícula 888 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00009/15-5, da qual se extraiu o período de 06 (seis) anos 01 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1392/2015

PORTARIA nº 1392 de 11 de maio de 2015

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Sandra da Cunha Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7208.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 17/06/2015 a 17/06/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 17/06/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1393/2015

PORTARIA nº 1393 de 11 de maio de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de

Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
BRUNO LOCKS BERNARDINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio Público;
CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar;
CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;
CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;

FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FABIULA MARA RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JIMMIY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Orçamento Participativo;
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NACET TOMAZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1355/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1394/2015

PORTARIA nº 1394 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA ROUSSENQ STOPAZZOLLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 11/04/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1395/2015

PORTARIA nº 1395 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1396/2015

PORTARIA nº 1396 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRASIELLE BEATRIZ CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1397/2015

PORTARIA nº 1397 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1398/2015

PORTARIA nº 1398 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI MARIA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/03/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1399/2015

PORTARIA nº 1399 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KETMA ALCILEIA GARCIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/03/2015 a 05/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1400/2015

PORTARIA nº 1400 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KARINE RODRIGUES VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/03/2015 a 12/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1401/2015

PORTARIA nº 1401 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOICE SOUZA FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 18/03/2015 a 17/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/03/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1402/2015

PORTARIA nº 1402 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA DUARTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/04/2015 a 03/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1403/2015

PORTARIA nº 1403 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA ROSA LEAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 19/04/2015 a 18/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1404/2015

PORTARIA nº 1404 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA APARECISA SEZOSKI COVATTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 18/04/2015 a 17/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1405/2015

PORTARIA nº 1405 de 11 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA ZELI DUARTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/04/2015 a 24/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/04/2015.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP 122/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 122/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 122/2015 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AFERIÇÃO E SELAGEM CONFORME O INMETRO, DOS CRONOTACOGRAFOS DE VEÍCULOS ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 27/05/2015, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 27/05/2015, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 144/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 26 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 26 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PP 118/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DO PP 118/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 118/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA AS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E TRANSPORTES", que devido a um pedido de esclarecimento da Empresa Auto Capital Comércio de Veículos Ltda, o anexo 01 sofreu alteração, passando a ter a seguinte redação:

Anexo 01

VEÍCULO 0 KM COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: 04 PORTAS; COR: BRANCO. COM AR CONDICIONADO. 04 PORTAS REVESTIMENTO: MALHA ITENS DE SÉRIE APOIOS DE CABEÇA DIANTEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA BANCO TRASEIRO REBATÍVEL BANCOS COM ASSENTO BANCOS DIANTEIROS RECLINÁVEIS BARRA DE PROTEÇÃO NAS PORTAS BRAKE LIGHT CALOTAS INTEGRAIS CAPÔ RETRÁTIL COM DOBRADIÇAS DE SEGURANÇA CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA CINTOS DE SEGURANÇA LATERAIS TRASEIROS FIXOS DE 3 PONTOS E CENTRAL FIXO DE 2 PONTOS COLUMNA DE DIREÇÃO ARTICULADA COM DEFORMAÇÃO PROGRAMADA CONSOLE CENTRAL COM PORTA-OBJETOS E PORTA-COPOS CONTROLE ELETRÔNICO DA ACELERAÇÃO FARÓIS BIPARÁBOLA - AIRBAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E FREIOS ABS COM EBD HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL) INDICADOR GRADUAL DE TEMPERATURA DA ÁGUA LUZ DE LEITURA DIANTEIRA MAÇANETAS E RETROVISORES EXTERNOS NA COR PRETA MOTOR 1.0 8V FLEX PAINEL DE INSTRUMENTOS BICOLOR PAINÉIS DE PORTA INTEGRAIS PÁRA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO RELÓGIO DIGITAL RETROVISOR INTERNO COM FUNÇÃO DIA/NOITE RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO INTERNO MECÂNICO REVESTIMENTO INTERNO COMPLETO DAS COLUNAS CENTRAIS E TRASEIRAS RODAS DE AÇO ESTAMPADO 5.0 X 13" + PNEUS 165/70 R13 TOMADA 12V VENTILADOR DE 3 VELOCIDADES COM RECÍRCULO VIDROS CLIMATIZADOS VERDES VÁLVULA ANTIRREFLUXO DE COMBUSTÍVEL FICHA TÉCNICA: MOTOR: NÚMERO DE CILINDROS: 04 EM LINHA POSIÇÃO DO MOTOR: TRANSVERSAL ANTERIOR NÚMERO DE VÁLVULAS POR CILINDRO: 2 CILINDRADA TOTAL (CC): 999 POTÊNCIA MÁXIMA (CV): 72,0 (G) / 75,0 (E) A 6.250 RPM TORQUE MÁXIMO (KGF.M): 9,5 (G) / 9,9 (E) A 4.500 RPM ALIMENTAÇÃO: COMBUSTÍVEL : GASOLINA/ ETANOL CÂMBIO E EMBREAGEM NÚMERO DE MARCHAS: 05 A FRENTE E 01 A RÉ DIREÇÃO: TIPO DE DIREÇÃO: MECÂNICA COM PINHÃO E CREMALHEIRA RODAS: PNEUS: 165/70 R13" 79T ARO: 5,0 X 13 DE AÇO DIMENSÕES EXTERNAS: CAPACIDADE DE PASSAGEIROS: 5 CAPACIDADE DO PORTA-MALAS (LITROS): 285 TANQUE DE COMBUSTÍVEL (LITROS): 48 COMPARTIMENTO P/ BAGAGEM - BCO POSIÇÃO NORMAL: 285 L

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:45 horas, do dia 26/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 26/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.104/2015

LEI Nº 8.104, DE 08 DE MAIO DE 2015.

PROÍBE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE "FLANELINHAS", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É proibido o exercício da atividade ilícita de guardadores de veículos, denominados como "flanelinhas", no âmbito do município de Blumenau.

§ 1º A proibição se dá no âmbito dos estacionamentos em vias públicas do Município.

§ 2º O descumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo, pelo Poder Executivo Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação oficial desta Lei, acarretará na interrupção da cobrança do Estacionamento Regulamentado.

Art. 2º. Para fins do disposto no caput do artigo 1º desta Lei, entende-se como guardadores de veículos aqueles que se utilizam de forma desautorizada pelo Poder Público a orientar ou efetuar o encostamento e desencostamento de veículos nas vagas existentes nos estacionamentos das vias públicas.

Art. 3º. Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado, através da Polícia Militar, para fins de autorizar o combate e a proibição prevista nesta Lei.

Art. 4º. Compete ao Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau (SETERB), em parceria com a Polícia Militar autuar e coibir a prática dos indivíduos que agem como guardadores de veículos de forma irregular nos estacionamentos públicos do Município.

Parágrafo único. Havendo irregularidades sendo cometidas, os Agentes da Guarda Municipal de Trânsito ou qualquer cidadão ficam autorizados a acionar a Polícia Militar para as providências cabíveis.

Art. 5º. O exercício irregular da atividade de "flanelinhas" em vias públicas acarretará nas sanções impostas pelo artigo 47, do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941 e pelo artigo 301, do Código de Processo Penal.

Art. 6º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suplementar a Lei Federal nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, para fins de regulamentar as atividades de guardadores de veículos em vias públicas, atendendo para todos os fins os preceitos definidos na respectiva legislação.

Art. 7º. As demais normas necessárias ao cumprimento e atuação dos órgãos competentes no combate às irregularidades cometidas por "flanelinhas" serão regulamentadas no respectivo convênio entre as partes e por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 08 de maio de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.625/2015

DECRETO Nº 10.625, DE 10 DE MAIO DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PELO FALECIMENTO DO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o lastimável falecimento na data de hoje do senador Luiz Henrique da Silveira aos 75 anos,

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade blumenauense pela perda de um dos principais expoentes políticos de toda a história de Santa Catarina, cujo trabalho em prol do Estado é reconhecido por todos os catarinenses;
CONSIDERANDO, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade,

DECRETA:

Artigo único - Em homenagem à memória de Luiz Henrique da Silveira, fica declarado luto oficial de três (3) dias no Município de Blumenau.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de maio de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.712/2015

PORTARIA Nº 18.712, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 123/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2011, a contar de 30 de abril de 2015:

EDILAMAR TENUTI MIOTTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIA MARILU BRAATZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MAIRA HINKEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NILCEIA DAS GRAÇAS SILVA GOMES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

AMAURI MARCOS DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABRICIO BARCELLOS DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PATRICIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELI JONES MATIAS CABRAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NARA ELISABETH GRAH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CAMILA CENSI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ESTER MAES CANZIANI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SAMARA GOIS BATISTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IRACI METTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA ADALGIZA DE OLIVEIRA FEITOZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANE MARIA KRAUSE LOPES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MICHELE SCHWAEMMLE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RÚBIA DUWE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOABE NOGUEIRA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.725/2015

PORTARIA Nº 18.725, DE 07 DE MAIO DE 2015.

EXONERA TALITA CATIE DE MEDEIROS DO EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da

Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e conforme Memorando GAPREF nº 081/2015, de 07/05/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 11 de maio de 2015, TALITA CATIE DE MEDEIROS, do exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, nomeada pela Portaria nº 16.606, de 31/01/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.726/2015

PORTARIA Nº 18.726, DE 07 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA YARA GOMES SCHRAM PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e Memorando GAPREF nº 081/2015, de 07/05/2015, resolve:

NOMEAR

YARA GOMES SCHRAM, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, a contar de 12 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.727/2015

PORTARIA Nº 18.727, DE 07 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA TALITA CATIE DE MEDEIROS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE JORNALISMO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e Memorando GAPREF nº 082/2015, de 07/05/2015, resolve:

NOMEAR

TALITA CATIE DE MEDEIROS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Jornalismo, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, a contar de 12 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.728/2015

PORTARIA Nº 18.728, DE 07 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ALINE ESPÍNDULA, matrícula nº 229836, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 03 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3413/04/2015;

MIGUEL KRUEGER, matrícula nº 229751, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 03 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3425/04/2015;

ZENITA MARIA MARTINS NUNES, matrícula nº 170585, do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 23 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3331/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.730/2015

PORTARIA Nº 18.730, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SESUR nº 217/2015, de 05/05/2015, resolve:

DISPENSAR, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, das seguintes funções gratificadas de confiança:

ADEMILDE MARIA FURTADO, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Serviços Internos do DSU, FGC-100%, designada pela Portaria nº 16.878, de 12/04/2013, a contar de 11 de maio de 2015;

GRAZIELA LORENCETTI, Educador, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Apoio Técnico, FGC-100%, designada pela Portaria nº 16.878, de 12/04/2013, a contar de 11 de maio de 2015;

MICHELLE LANG, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Controle de Exploração de Jazidas, FGC-90%, designada pela Portaria nº 17.757, de 24/04/2013, a contar de 11 de maio de 2015;

LINDOVAN DA SILVA, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços de Contabilidade, FGC-70%, designado pela Portaria nº 16.878, de 12/04/2013, a contar de 11 de maio de 2015;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.731/2015

PORTARIA Nº 18.731, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme o Memorando SESUR nº 218/2015, de 05/05/15, resolve:

DESIGNAR, a contar de 12 de maio de 2015, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013:

GRAZIELA LORENCETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, para a função de Chefe de Serviços Internos do DSU, símbolo FGC-100%;

MICHELLE LANG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para a função de Chefe de Apoio Técnico, símbolo FGC-100%;

LINDOVAN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para a função de Chefe de Controle de Exploração de Jazidas, símbolo FGC-90%;

CLARITA BALLOTIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para a função de Coordenador de Serviços de Contabilidade, símbolo FGC-70%;

CLAUDIA BERNARDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, para a função de Coordenador de Serviços Externos de Topografia, símbolo FGC-50%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.732/2015

PORTARIA Nº 18.732, DE 07 DE MAIO DE 2015.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CENTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso XVIII, do art. 7º, combinado com o inciso IV do art. 20 da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e conforme Memorando SEMUDES nº 151/2015, de 30/04/2015, resolve:

NOMEAR

FERNANDA SARITA TRIBESS para exercer a função de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – Centro, no período sucessivo de férias dos Conselheiros Tutelares titulares - Centro, de 21/05/2015 à 26/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.733/2015

PORTARIA Nº 18.733, DE 07 DE MAIO DE 2015.
EXONERA ELIANA LIZETE SPENGLER DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OUVIDORIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

ELIANA LIZETE SPENGLER, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Ouvidoria, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 17.388, de 13 de novembro de 2013, no dia 07 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.734/2015

PORTARIA Nº 18.734, DE 07 DE MAIO DE 2015.
EXONERA ALTEMAR JOSÉ NOGUEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS GEOTÉCNICOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO - SEDECI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

ALTEMAR JOSÉ NOGUEIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Desenvolvimento de Projetos Geotécnico, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, nomeado pela Portaria nº 17.660, de 21 de março de 2014, no dia 07 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.735/2015

PORTARIA Nº 18.735, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, combinado com a Lei nº 4.432/94 e alterações posteriores, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 379/2015, de 04/05/2015, resolve:

DISPENSAR o pagamento da gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, na função de Coordenador Administrativo de Ambulatório Geral, da servidora pública municipal CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida através da Portaria nº 17.775/2014, a contar de 05 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.736/2015

PORTARIA Nº 18.736, DE 07 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL QUE INDICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorandos SEDEAD nº 380/2015, 381/2015 e 383/2015, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, aos seguintes servidores públicos municipais:

MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador Administrativo de Ambulatório Geral, a contar de 01 de abril de 2015;

LUCIMARA ZGODA CARLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Enfermeiro da ESF, a contar de 17 de novembro de 2014;

CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Enfermeiro da ESF, a contar de 06 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.737/2015

PORTARIA Nº 18.737, DE 07 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL QUE INDICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorandos SEDEAD nº 380/2015, 381/2015 e 383/2015, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, aos seguintes servidores públicos municipais:

LUCIMARA ZGODA CARLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador Administrativo de Equipe da ESF, a contar de 17 de novembro de 2014;

CLEUSA ELIANE DE MENDONÇA PANDINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador Administrativo de Equipe da ESF, a contar de 06 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.738/2015

PORTARIA Nº 18.738, DE 08 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA ELISANGELA CRISTIANE DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS GEOTÉCNICOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO – SEDECI.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e Memorando GAPREF nº 084/2015, de 07/05/2015, resolve:

NOMEAR

ELISANGELA CRISTIANE DOS SANTOS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Desenvolvimento de Projetos Geotécnicos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, a contar de 12 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.739/2015

PORTARIA Nº 18.739, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEPLAN nº 063/2015, de 06/05/15, resolve:

DISPENSAR,

a contar de 06 de maio de 2015, a servidora pública municipal MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Estudo de Impacto de Vizinhança - FGC 70%, concedida pela Portaria nº 18.273, de 01/12/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.740/2015

PORTARIA Nº 18.740, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 064/2015, de 06/05/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 07 de maio de 2015, a servidora pública municipal MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Estudos de Impacto de Pólo Gerador de Viagens, símbolo FGC 80%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.191/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.191, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANI APARECIDA PRIM CARDOSO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ROSANI APARECIDA PRIM CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 23 de fevereiro de 2015 e término previsto para 07 de julho de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 37 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/12/009638.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.192/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.192, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE DE FÁTIMA PRIM DOS SANTOS DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ELIANE DE FÁTIMA PRIM DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 23 de fevereiro de 2015 e término previsto para 07 de julho de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 37 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2014/12/009635.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS 2014/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2205/15

OBJETO: Registro de preços para confecção de placas, faixas, banners e afins, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Contratada(s):

ITEM 01: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 28,00 (vinte e oito reais) e valor total R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais).

ITEM 02: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.950,00 (hum mil e novecentos e cinquenta reais).

ITEM 03: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 90,00 (noventa reais) e valor total R\$ 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais).

ITEM 04: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e valor total R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

ITEM 05: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 240,00 (duzentos e quarenta

reais) e valor total R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

ITEM 06: Zimba e Cabral Gráfica e Editora Ltda ME. CNPJ: 21.544.233/0001-25. Valor unitário R\$ 43,00 (quarenta e três reais) e valor total R\$ 1.806,00 (hum mil oitocentos e seis reais).

ITEM 07: Digitale Serviços de Serigrafia Ltda ME. CNPJ: 15.555.239/0001-03. Valor unitário R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

ITEM 08: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 70,00 (setenta reais) e valor total R\$ 700,00 (setecentos reais).

ITEM 09: Zimba e Cabral Gráfica e Editora Ltda ME. CNPJ: 21.544.233/0001-25. Valor unitário R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

ITEM 10: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais) e valor total R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

ITEM 11: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais) e valor total R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais).

ITEM 12: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais) e valor total R\$ 12.090,00 (doze mil e noventa reais).

ITEM 13: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 700,00 (setecentos reais) e valor total R\$ 21.000,00 (vinte e mil reais).

ITEM 14: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 197,00 (cento e noventa e sete reais) e valor total R\$ 19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais).

ITEM 15: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e valor total R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

ITEM 16: Digitale Serviços de Serigrafia Ltda. ME. . CNPJ: 15.555.239/0001-03. Valor unitário R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e valor total R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

ITEM 17: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 1.215,00 (hum mil duzentos e quinze reais) e valor total R\$ 36.450,00 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais).

ITEM 18: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) e valor total R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

ITEM 19: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e valor total R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ITEM 20: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 60,00 (sessenta reais) e valor total R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ITEM 21: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 0,23 (vinte e três centavos de reais) e valor total R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

ITEM 22: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e valor total R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

ITEM 23: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda. CNPJ: 11.505.113/0001-65. Valor unitário R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 2.825,00 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais).

ITEM 24: Digitale Serviços de Serigrafia Ltda. ME. . CNPJ: 15.555.239/0001-03. Valor unitário R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) e valor total R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

ITEM 25: Zimba e Cabral Gráfica e Editora Ltda. ME. CNPJ: 21.544.233/0001-25. Valor unitário R\$ 27,00 (vinte e sete reais) e valor total R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2202/2015, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei

8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
Blumenau, 15 de abril de 2015

3º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2203/2014
OBJETO – Aquisição de combustível (gasolina, diesel S-10 e diesel comum), período de 01 ano - SAMAE.

Contratada: Auto Posto Expresso Ltda., CNPJ: 02.050.924/0001-28
O presente Termo Aditivo tem por objeto a redução do valor unitário dos itens abaixo, com efeitos a partir de 06/04/2015, os quais passam a ser:

Item 01: Valor unitário R\$ 3,158

Item 02: Valor unitário R\$ 2,726

Item 03: Valor unitário R\$ 2,862

Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preço 2203/2014, do qual este aditivo passa a fazer parte.

BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2207/2014 e com o previsto na alínea "d" do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Blumenau, 28 de Abril de 2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo CONCORRÊNCIA Nº. 03-2201/2015 – Contratação de Empresa Especializada para a Gestão Comercial do SAMAE de Blumenau.

Contratada: Sandrini & Botega Ltda.

Valor Total R\$ 7.125.886,20

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 04 de Maio de 2015

Valdair José Matias – Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Pregão Presencial Nº. 06-2204/2015 – Aquisição de licença de uso de sistema de informações para controle de rotinas de laboratório com suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva do sistema, pelo período de 12 (doze) meses.

Contratada: Paulo Henrique Muller Sary Me

Valor Total R\$ 17.500,00

BASE LEGAL: Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 04 de Maio de 2015

Valdair José Matias – Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo CONVITE Nº 01-2202/2015 - Contratação de serviços técnicos especializados para identificar os índices de satisfação e insatisfação dos usuários dos serviços públicos prestados pelo SAMAE de Blumenau/SC.

Contratada: CPM – Central de Pesquisas e Marketing Ltda.

Valor global de R\$ 55. 255,21.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 05 de Maio de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Pregão Presencial Nº. 06-2211/2015 - Registro de preços para aquisição pressurizadores de rede, tipo: booster compacto para água tratada, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Contratada: Tecno Control Tecnologia e Sistema Ltda.

Valor Total R\$ 163.200,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 06 de Maio de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Pregão Presencial Nº. 06-2213/2015 - Aquisição de Tinta spray, Ferramentas e Cadeados para reposição do estoque do Almoxarifado - SAMAE.

Contratada: Comercio de Maquinas e Ferramentas do Vale Ltda.

Valor Total R\$ 11.709,60

Contratada: Construcon Materiais de Construção Ltda.

Valor Total R\$ 10.519,84

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 06 de Maio de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2205/2015 – Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para manutenção de redes de água, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Contratada: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda.

Valor Total R\$ 26.968,00

Contratada: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda.

Valor Total R\$ 978,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 05 de Maio de 2015

Valdair José Matias – Diretor Presidente

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2205/2015 – Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para manutenção de redes de água, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta,

revoga-se o item 03 da licitação acima epigrafada.

Blumenau, 05 de Maio de 2015

Valdair José Matias – Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2210/2015 - Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para manutenção de redes de água, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Contratada: Esaplast Indústria e Comercio de Materiais Plásticos LTDA. EPP.

Valor Total R\$ 19.500,00

Contratada: Nicoll Indústria Plástica Ltda.

Valor Total R\$ 59.138,08

Contratada: Tigre S.A. Tubos e Conexões

Valor total R\$ 89.829,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 05 de Maio de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2210/2015 - Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para manutenção de redes de água, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revogam-se os itens 05, 06, 08, 09, 11, 12, 13, 16, 24, 25, 27, 28, 34, 35, 42, 43, 44, 45, 76 e 77 da licitação acima epigrafada.

Blumenau, 05 de Maio de 2015

Valdair José Matias

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 76/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 076/2015

Dispensa de Licitação nº. 061/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE ROUPARIA, COM TRANSPORTE, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB.

Valor:

Descrição do Material	Quantidade	Preço por Quilo
Uniformes e material clínico	001 à 300 quilos mensais	R\$ 8,90
Uniformes e material clínico	301 à 350 quilos mensais	R\$ 8,45
Uniformes e material clínico	351 à 400 quilos mensais	R\$ 8,00
Uniformes e material clínico	Acima de 401 quilos mensais	R\$ 7,25

Contratada: Carlos Eduardo Duarte (Rede Clear Lavanderia).

Elemento de Despesa:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa
01.09.12.364.0076.2030 - Projetos Especiais	3.3.90.39.78
01.15.12.364.0076.2015 - Centro de Ciências Exatas e Naturais	3.3.90.39.78
01.09.10.302.0078.2292 - Hospital Universitário e Ambulatório	3.3.90.39.78
01.14.12.364.0076.2014 - Centro de Ciências da Saúde	3.3.90.39.78
01.23.12.362.0077.2023 - Escola Técnica Vale do Itajaí	3.3.90.39.78

Blumenau, 15 de abril de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Reitor

PORTARIA Nº 591/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 591

NOMEIA MÁRIO PELUSO ALBA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o artigo 5º, inciso IV, "b", artigo 14, III, "c" e artigo 20, todos da Lei Complementar nº 507, de 17/05/2005, e alterações subsequentes, resolve:

NOMEAR

MÁRIO PELUSO ALBA, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Controle da Poluição da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-3, a contar de 07/05/2015.

Blumenau, 08 de maio de 2015.

FERNANDO LEITE
Presidente da FAEMA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONVENIO Nº 011/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 011/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEDEC)

E A

COOPERPROVE COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU

Objeto: Cooperação técnico-científico e financeiro para a execução de ações que visam o desenvolvimento e fortalecimento das pequenas agroindústrias familiares localizadas no Município de Blumenau, permitindo a viabilização econômica desta atividade.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga de 1º de abril de 2015 até 30 de novembro de 2015.

VALOR: Renova para R\$ 66.668,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais).

ALTERAÇÃO: Itens 4, 5, 6 e 7 do Plano de Trabalho, relativos ao cronograma de execução, dotação orçamentária, cronograma de desembolso e plano de aplicação dos recursos.

DATA: 28 de abril de 2015.

EXTRATO CONVENIO IPEGEX/2015

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

INSTITUTO DE PÓS GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA - IPEGEX

OBJETO: Cooperação técnica mútua com o objetivo de estabelecer condições de realização do estágio curricular obrigatório dos cursos disponibilizados pelo IPEGEX com base na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: De 05 de abril de 2015 até 04 de abril de 2016.

DATA: 05 de abril de 2015.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONVÊNIO 03/2015

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONVÊNIO Nº 003/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PM/SC

Objeto: Manutenção de serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município.

Valor: 300 litros de gasolina comum por mês.

Vigência: 30 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2020.

Assinatura: 30 de Abril de 2015

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

EDITAL DE PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº. 01/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por sua presidente do conselho Municipal dos direitos da criança e adolescente ROSELI SIMONE JANDT, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que fara realizar na sede da Municipalidade e no CRAS (Centro de Referencia de Assistência Social) a inscrição de candidatos à eleição do conselho tutelar que se realizara no período de 10 de Maio 2015 a 10 de junho de 2015. O Processo será regido pela Lei Federal nº 8.069/90 e leis Municipais nº. 851/2012 e 965/2015, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao departamento de assistência social em anexo ao Centro Administrativo Municipal, sito a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, e no CRAS (Centro de Referencia de Assistência Social) situado na Rua Eduardo Sehnem, ambos na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 12 de Maio de 2015.

ROSELI SIMONE JANDT

Assistente social

PORTARIA Nº 076/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 076/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde em pessoa da Família a Servidora Municipal Sra. MARILIVA AMMES AIOLFI, inscrita na matrícula nº 56-6, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, conforme Atestado Médico, no período de 09 de maio de 2015 a 22 de maio de 2015, conforme prevê artigo 76 da Lei 542/2006 (estatuto dos servidores).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

460.05.15 - P. FÉRIAS SAULO STEIMBACH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 460/15 de 11.05.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Saulo Steimbach, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a partir do dia 11 de maio com término no dia 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de maio de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

462.05.15 - P. FÉRIAS VITORINO L. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 462/15 de 11.05.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Vitorino Lídio da Rosa, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 11 de maio com término no dia 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de maio de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

461.05.15 - P. FÉRIAS JOSE C. SCOTTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 461/15 de 11.05.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário José Carlos Scotti, ocupante do cargo de Auxiliar de Carpinteiro - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 11 de maio com término no dia 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de maio de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 058/2015

DECRETO Nº058/2015.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Charles Rafael Schwambach, no uso de atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, art. 52 INCISO V da Lei Orgânica do Município de Braço do Trombudo e com fundamento no art. 9º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, LRF e considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro.

DECRETA:

Art. 1º - Para fins de limitação de empenhos e movimentação financeira, fica bloqueado o valor de R\$ 1.471.832,22 (Um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos) do saldo atualizado das seguintes dotações correspondentes às despesas de custeios e investimentos.

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.002 – Construção do Centro Administrativo Municipal
(11) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 380.297,97

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(178) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0007.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.097,51

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.071 – Convênio Multas de Trânsito – Militar
(132) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0010.000000 – Aplicações Diretas R\$ 381,02
(134) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0010.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.072 – Convênio Multas de Trânsito - Civil
(136) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0011.000000 – Aplicações Diretas R\$ 638,22
(138) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0011.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.028 – Manutenção do Ensino Infantil
(59) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0018.000000 – Aplicações Diretas R\$ 16.613,08

(57) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.000000 – Aplicações Diretas R\$ 4.611,79

06 – SECRETARIA DE ESPORTES
03 – ACADEMIAS POPULARES

1.035 – Implantação de Academias Populares
(130) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0034.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.031 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil – Pré-Escola
(51) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0037.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.043 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Fundamental
(66) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0037.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar - Ensino Fundamental
(86) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0037.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.708,29

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(179) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0039.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.358,02

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar - Ensino Fundamental
(82) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0062.000000 – Aplicações Diretas R\$ 31.793,22

06 – SECRETARIA DE ESPORTES
02 – Estruturação de Espaços Para Prática de Esportes

1.033 – Construção de Ginásio de Esportes
(126) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0083.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.059 – Reequipamento do Departamento de Serviços Urbanos
(157) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0089.000000 – Aplicações Diretas R\$ 333,10

TOTAL R\$ 1.471.832,22

Art. 2º - Ao Órgão de Controle Interno da Administração Direta e

Indireta do Poder Executivo incumbe zelar pelo cumprimento do disposto neste decreto, responsabilizando os Secretários Municipais responsáveis por cada unidade orçamentária, dirigentes e demais servidores que praticarem em desacordo com o mesmo, podendo adotar medidas complementares para a correta aplicação do estabelecido neste decreto.

Art. 3º - Poderá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 11 de maio de 2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO 16 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 16/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 16/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 22/2015. Objeto: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP CNPJ: 81.322.141/0001-22, LOTE: 1, no valor total de R\$ 26.900,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 11/05/2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 28/2015

DECRETO Nº 28/2015

DECRETA LUTO OFICIAL

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando o falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira, um dos principais expoentes políticos de toda a história de Santa Catarina, cujo trabalho em prol do Estado é reconhecido por todos os catarinenses,

RESOLVE

Art. 1º. Decreta três dias de luto oficial, a partir desta data, em sinal de pesar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 11 de maio de 2015.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.597, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO nº 7.597, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Convoca a V Conferência Municipal de Saúde de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e, considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a V Conferência Municipal de Saúde, que será realizada no dia 15 de junho de 2015, na Uniasselvi (ASSE-VIM), localizada na Rua Gregório Diegoli, nº 35, bairro São Luiz, Brusque – SC.

Art. 2º A V Conferência Municipal de Saúde terá como tema: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO". Os eixos temáticos são:

- I – Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;
- II – Participação social;
- III – Valorização do trabalho e da educação em saúde;
- IV – Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;
- V – Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;
- VI – Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;
- VII – Ciência, Tecnologia e Inovação do SUS;
- VIII – Reformas democráticas e populares do Estado.

Art. 3º A V Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde e coordenada pela Secretária de Saúde do Município.

Art. 4º O regimento interno da V Conferência Municipal de Saúde será elaborado por uma comissão organizadora e disporá sobre a organização e o funcionamento da Conferência, inclusive das etapas preparatórias e o processo de escolha dos delegados.

Art. 5º As despesas com a organização e realização da V Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

EXTRATO CONTRATO Nº 002/2015 - IBPLAN

EXTRATO CONTRATO Nº 002/2015 - IBPLAN

Espécie: Contrato nº 002/2015 - IBPLAN, entre o Município de Brusque e a empresa BK2 Empreendimentos Ltda, em 04/05/2015. Objeto: Prestação de serviços de elaboração de estudo demográfico de projeção da população brusquense. Valor: R\$ 8.903,40. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2015 - IBPLAN. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Juliano Montibeller e Yuri Carvalho Bedra.

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2015

Espécie: Contrato nº 052/2015, entre o Município de Brusque e a Distribuidora de Alimentos BV Ltda EPP, em 28/04/2015. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, em caráter emergencial, para atender as escolas de ensino fundamental da rede Municipal de Ensino. Valor: R\$ 70.569,40. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 012/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Izabela Albani e Renato Bernardo.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 029/2015, em 11/05/2015. Objeto: Aquisição de telhas cerâmicas, de fibrocimento e tijolos. Valor: R\$ 263.750,00. Origem: Pregão nº 025/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 030/2015, em 11/05/2015. Objeto: Aquisição de bancadas de cozinha, banheiro, peitoril, soleiras, divisórias para banheiro e tampos de granito. Valor: R\$ 99.850,00. Origem: Pregão nº 029/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

PORTARIA N. 138/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 138/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor CARLOS EDUARDO BRANCO, ocupante do cargo de Agente de ETA, referente

aos exercícios de 05.03.2010 a 04.03.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 139/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 139/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, referente a um mês, sendo que dois meses já foram gozados ao servidor DJANGO DEUCHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, referente aos exercícios de 09.09.2009 a 08.09.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 140/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 140/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor FRANCISCO GILMAR DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, referente aos exercícios de 15.03.2010 a 14.03.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 141/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 141/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, referente a dois meses, sendo que um mês já havia concedido, ao servidor NESTOR EDSON PADILHA DE CARVALHO, ocupante do cargo de Operador de ETA, referente aos exercícios de 02.10.1994 a 02.10.1999;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 142/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 142/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor SIDNEI CESARI, ocupante do cargo de Operador de Máquina, referente aos exercícios de 01.03.2010 a 28.02.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 143/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 143/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor VALMIR GONÇALVES JUNIOR, ocupante do cargo de Operador de ETA, referente aos exercícios de 05.09.2009 a 04.09.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 144/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 144/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor VILSON SCHWARTZ, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, referente aos exercícios de 19.05.2004 a 18.05.2009;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 147/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 147/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor LAURICIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, referente aos exercícios de 01.03.2010 a 28.02.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 145/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 145/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor ADALBERTO JOÃO GARCIA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, referente aos exercícios de 01.03.2010 a 28.02.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 148/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 148/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor VALDEMIR JOSE DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de serviços Especiais, referente aos exercícios de 01.03.2010 a 28.02.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 146/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 146/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor JOSE AROLDO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Hidráulico, referente aos exercícios de 23.01.2010 a 22.01.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.05.2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 135/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 135/2015

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 147/09, os candidatos, abaixo nominados, habilitados em concurso público promovido por este Município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 07/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23/04/2014, para o provimento dos seguintes cargos efetivos:

Cargo: Agente Hidráulico

NOME	CLASSIFICAÇÃO
RUDINEI RODRIGUES FORTES	14
ELIAS AGUIAR DA SILVA	15
LUIZ GONZAGA RODRIGUES DE AGUIAR	16
LUIZ CARLOS DA SILVA OLIVEIRA	17

Art. 2º Nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, fixar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 07/05/2015.

Brusque, 07 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal de Brusque

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 136/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 136/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

- 1) Exonerar, ANDRÉ VISCONTI, do cargo de provimento em comissão de Coordenador.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 08 de maio de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--	--

PORTARIA Nº 137/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 137/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

- 1) Conceder Licença Falecimento de 03 (tres) dias ao servidor JOSE MÁRIO BEUTING, ocupante do cargo de Mecânico, devido ao falecimento de sua mãe, LUISA AMELIA VECHINI BEUTING no dia 04 de maio de 2015, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2015 4 00040 093 0016137 86 no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, bairro Azambuja – SC.
- 2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 04.05.2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 9.956, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 9.956, DE 05 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Carlos Eduardo Severino, lotado na Secretaria de Saúde do Município, para exercer a função de Enfermeiro Auditor, podendo auditar e realizar visitas técnicas aos prestadores do município de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.963, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 9.963, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativa a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - nº 315, referente à despesa empenhada e não paga, afeta a pessoa jurídica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 509/2014 DGI, expedido em 08 de Maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA RELATIVA A NOTA FISCAL nº 315, referente à despesa empenhada e não paga, afeta a empresa GREIDE ENGENHARIA LTDA., C.N.P.J. Nº 00.894.553/0001-35, prevista no Contrato nº 101/2013, referente elaboração de projeto de duplicação da Rodovia Ivo Silveira.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores:

- Alexandro Fabiano Gonçalves
- Júlio Cesar dos Santos
- Vanderlei Luís Dietrich
- Aurélio Augusto Batista Tormena

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.393

DECRETO Nº 6.393, de 07 de maio de 2015.

Delega poderes a Servidora Pública Municipal para autenticar documentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam delegados poderes à Servidora Pública Municipal MARLY POHLENZ ZANIN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para autenticar documentos referentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de maio de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.394

DECRETO Nº 6.394, de 07 de maio de 2015.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.660/2013, que Nomeia Servidoras Públicas Municipais efetivas para comporem o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos

Servidores Públicos de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.660, de 09 de agosto de 2013, que Nomeia Servidoras Públicas Municipais efetivas para comporem o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador, com suas alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

I – - Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC; (NR)
II - DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI - Advogada do IPASC; (NR)
III – JOCELI CRISTIANE MARTINS – Membro do Conselho Administrativo;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 6.181, de 27 de outubro de 2014 e 6.326, de 05 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de maio de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.395

PORTARIA nº 25.395, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 61, inciso I e art. 62, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, para exercer a Função de Confiança de Diretora de Escola, especificando: código, nome, cargo, escola de lotação, escola da função, com alteração de carga horária de 20 horas semanais para 40 horas semanais e percentual da função, com efeitos a contar de 13 de março de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de Lotação	Escola da Função	Percentual
864	Vera Marcia Westerlon de Oliveira	Professora 1º ao 5º ano	EMEB Castelhana	EMEB Castelhana	70%

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

IPASC**RELAÇÃO DE COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE MARÇO 2015**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARTES GRAFICAS S.R. LTDA. - EPP	CONFEÇÃO DE CARTILHA PREVIDENCIÁRIA	75	1,000	580,0000	580,00
IVONICE TERESINHA PIERDONA -ME	ÁGUA MINERAL GARRAÇÃO C/ 20 LT	66	4,000	13,0000	52,00
LUIZ CANDIDO CEOLLA - ME	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, PROGRAMAS E INTERNET	67	1,000	80,0000	80,00
UNIDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	LÂMPADA FLORESCENTE 40W	68	4,000	7,4500	29,80
Total Geral do Mês -->					741,80

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 028/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 027/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PESADO HORA/MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/05/2016

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 030/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 028/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/05/2016

1ª Publicação.

DECRETO N.º 2.030/2015

DECRETO N.º 2.030/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias

com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 548,80 m² (quinhentos e quarenta e oito vírgula oitenta metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 16, situado na Rua Lauro Francisco dos Santos, n.º 100, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao NORTE com a Rua Lauro Francisco dos Santos, onde mede 12,40m (doze vírgula quarenta metros); fundos ao SUL com o Loteamento Jardim Jornadas, onde mede 10,00 (dez metros); estrema ao LESTE com o lote 15, onde mede 50,00 (cinquenta metros) e estrema ao OESTE com lote 17, onde mede 48,00 (quarenta e oito metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Marcos Antonio Wagner, portador do RG n.º 1.809.766 e inscrito no CPF sob o n.º 659.033.159-68 e de Angela Regina de Oleira Wagner, portadora do RG n.º 1.999.227 e inscrita no CPF sob o n.º 666.511.159-87, ambos residentes e domiciliados na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.031/2015

DECRETO N.º 2.031/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 291,20 m² (duzentos e noventa e um vírgula vinte metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 265, situado na Rua Amor Perfeito, n.º 324, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I – faz frente ao SUL com a Rua Rosa Branca, onde mede 11,20 (onze vírgula vinte metros); com a mesma medida nos fundos ao NORTE com uma servidão; estrema ao LESTE com o lote 264, onde mede 26,00 (vinte e seis metros); com a mesma medida na outra frente ao OESTE com a Rua Amor Perfeito.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Rosemari de Souza Gomes, portadora do RG n.º 5.809.086 e inscrita no CPF sob o n.º 039.253.739-77 residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.032/2015

DECRETO N.º 2.032/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 152,40 m² (cento e cinquenta e dois vírgula quarenta metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 296, situado na Rua Margarida, n.º 285, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao NORTE com a Rua Margarida, onde mede 10,01m (dez vírgula zero um metros); medindo 10,00 (dez metros) nos fundos ao SUL com o Loteamento Jardim Jornadas; estrema ao LESTE com o lote 295, onde mede 15,58 (quinze vírgula cinquenta e oito metros); medindo 14,90 (quatorze vírgula noventa metros)

na estrema ao OESTE com o lote 297.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Mario Pielak, portador do RG n.º 5.906.774 e inscrito no CPF sob o n.º 339.881.029-20 e de Itamira Marques Pielak, portadora do RG n.º 5.922.295 e inscrita no CPF sob o n.º 412.062.159-68, ambos residentes e domiciliados na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.034/2015

DECRETO N.º 2.034/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 13 – Fundação Municipal da Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal da Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0004 – Gestão de Apoio a Cultura
Atividade: 2.055 – Manut. da Fundação Municipal da Cultura
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 7
VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação dos recursos próprios da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.035/2015

DECRETO N.º 2.035/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.260.000,00 (três milhões e duzentos e sessenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.008 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 00.5083 – Operações de Crédito Interna - Outros
Código Reduzido: 111
VALOR: R\$ 3.260.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos de operação de crédito junto a caixa econômica federal, referente ao contrato n.º 35233490000001, autorizado pela Lei Municipal n.º 2.671/2014, do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 23 de abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.037/2015

DECRETO N.º 2.037/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete da Prefeita
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122–Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira Administrativa
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 75.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 29 de abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.042/2015

DECRETO N.º 2.042/2015

Decreta Luto Oficial no Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o falecimento do atual Senador da República e Ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Luiz Henrique da Silveira, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na data de 10/05/15, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO sua destacada participação na vida política catarinense, como Prefeito de Joinville, Deputado Estadual e Federal, Ministro de Ciência e Tecnologia, Governador de Santa Catarina por 02 (dois) mandatos e Senador da República, constituindo-se em referência para as futuras gerações;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, exemplo e dedicação contribuíram para o bem-estar da coletividade;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em Camboriú, pelo período de 03 (três) dias, a contar do dia 11 de maio do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º Todos os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Município manterão Luto Oficial durante o período de que trata o artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 11 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DRECRETO N.º 2.036/2015

DECRETO N.º 2.036/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa

Atividade: 2.008 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 34

VALOR: R\$ 2.500,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração

Função: 04 – Administração

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa

Atividade: 2.008 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 33

VALOR: R\$ 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 23 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.810/2015

LEI N.º 2.810/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundação Municipal de Esportes e a Associação de Voleibol de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação de Voleibol de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.704.015/0001-80, com sede na Rua Pedro Honorato Amorim, n.º 580, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Voleibol de Camboriú, para custear as despesas com a execução do projeto "Talento Esportivo nas Escolas", que beneficiará crianças e adolescentes com o ensino e a prática da modalidade esportiva de voleibol.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 3.125,00 (três mil cento e vinte e cinco reais), que serão

depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.811/2015

LEI N.º 2.811/2015

Dispõe sobre autorização para repasse de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Saúde e o Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.219.137/0001-31, com sede na Estrada Geral dos Macacos, s/n, Localidade Vila das Pedras, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste no repasse de recursos financeiros destinados ao Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, para custear as despesas com o atendimento de pessoas com dependência química, sendo disponibilizado um total de 18 (dezoito) vagas para adultos do sexo masculino.

§ 1º O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 10 (dez) parcelas mensais no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

§ 2º O pagamento das parcelas será efetuado de acordo com a demanda de atendimentos efetuados no mês e devidamente comprovados junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º Fica estabelecido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao mês, por interno, para o custeio da internação e tratamento de dependência química.

§ 4º O pagamento das parcelas dentro do prazo estabelecido no § 1º deste artigo fica condicionado à entrega e aprovação das prestações de contas.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 12 (doze) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por

conta de dotação constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.812/2015

LEI N.º 2.812/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundação Municipal de Esportes e a Associação Catarinense de Esportes de Força e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação Catarinense de Esportes de Força, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.329.561/0001-03, com sede na Rua Minas Gerais, n.º 757, bairro Areias, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação Catarinense de Esportes de Força, para custear as despesas com a execução do projeto "Força Inteligente e Rua do Lazer", que objetiva o custeio da participação em competições esportivas de força de alto rendimento, a inclusão de jovens na prática da modalidade de levantamento de peso e a realização do evento "Rua do Lazer", proporcionando lazer e recreação a pessoas todas as idades.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.813/2015

LEI N.º 2.813/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/Fundação Municipal de Esportes e a Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.990.591/0001-45, com sede na Rua Flamboyant, n.º 951, Monte Alegre, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Futsal Unidos por Todos", que beneficiará crianças e adolescentes com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 035/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2015-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 11 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESUMO CONVENIOS 22, 23 E 24

RESUMO DOS CONVÊNIOS

Convênio nº 022/2015

Entidade conveniada: Associação Cultural, Social, Desportiva e de Eventos Torá de Santa Catarina

Data: 08/05/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Cultural, Social, Desportiva e de Eventos Torá de Santa Catarina, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Karate e Cidadania – Projeto Social Pequenos Tigres", o qual beneficiará crianças e adolescentes entre 06 (seis) e 17 (dezessete) anos de idade do Município de Camboriú com ensino e a prática da modalidade esportiva de karate.

Convênio nº 023/2015

Entidade conveniada: Associação Camboriú Futebol Clube

Data: 08/05/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Camboriú Futebol Clube, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Camboriú Categoria de Base 2015", o qual possibilitará a preparação de atletas da categoria de base, com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futebol, objetivando a representação do Município em suas competições municipais, estaduais e interestaduais.

Convênio nº 024/2015

Entidade conveniada: Associação Cultural e Esportiva Jogos Adaptados de Camboriú

Data: 08/05/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Cultural e Esportiva Jogos Adaptados de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Atividade Física para Terceira Idade – Voleibol Adaptado – Qualidade de Vida", que objetiva promover a qualidade de vida de 50 (cinquenta) idosos, de ambos os sexos, por meio da realização de atividades físico-deportivas, com aulas de alongamento, caminhadas, treinamento para campeonatos internos e externos

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 038/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 038/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, inscrito no CPF/MF sob nº. 020.740.819-01, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO I, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 13 de maio de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 039/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

CONVOCAÇÃO Nº 039/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CARLOS FRANCISCO ONOFRE, inscrito no CPF/MF sob nº. 004.309.919-08, aprovado em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 007/2014-/PMCA, para o cargo de PROFESSOR II - Professor da Educação Física, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 13 de maio de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 11 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Leda Carina Munhoz Odia
Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 040/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014
CONVOCAÇÃO Nº 040/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PAULO ALEXANDRE MOSER, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.418.079-79, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 007/2014-/PMCA, para o cargo de Professor IV - Professor de Matemática, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 13 de maio de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Leda Carina Munhoz Odia
Secretária Municipal de Educação.

RESOLUÇÃO Nº 009 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 009 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007

APROVA PRÉ-PROJETO PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PARA REFORMA PRÉDIO APAE DE CAMPO ALEGRE/SC.

IMELDA JÚLIA WATZKO, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Pré-Projeto de nº 83.102.749000107001, que corresponde ao Convênio do ano de 2007, para o recebimento de Recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para a Reforma do Prédio da APAE, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de novembro de 2007.
IMELDA JÚLIA WATZKO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS
Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006

APROVA PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2005.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova Plano de Ação do ano de 2005.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2006.

IMELDA JÚLIA WATZKO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007

COMISSÃO PROVISÓRIA DE SELEÇÃO, DESTINAÇÃO E DOAÇÃO DE BENS IMPRESTÁVEIS.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007

DECLARA IMPRESTÁVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA

A Comissão Municipal Provisória de Seleção, Destinação e Doação de Bens Imprestáveis ao Serviço Público Municipal, analisaram e selecionaram os Bens Móveis conforme relação em anexo. Assim sendo, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 4.364/06; Resolve:

Art.1º) Declarar imprestáveis ao Serviço Público Municipal os Bens Móveis do Patrimônio Público Municipal conforme relação em anexo.

Parágrafo Único – Os Bens Móveis foram declarados imprestáveis, sendo que não possuem valor de mercado em razão de seu péssimo estado de conservação. Por este motivo solicitamos a baixa destes Bens do Patrimônio Público Municipal.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 2007.

Lílian Terezinha Bartsch

Laércio Telles

José Carlos Nenevê Cordeiro

Maria Cristina M. Munhoz

Rosana Emília Greipel

RESOLUÇÃO Nº 018 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 018 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO DIA 11/07/2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do dia 11 de julho de dois mil e sete.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de Agosto de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 019 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 019 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

APROVAÇÃO SEM RESTRIÇÃO O RELATÓRIO DE GESTÃO 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório de Gestão 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de Agosto de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006

APROVA PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2006.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova Plano de Ação do ano de 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2006.

IMELDA JÚLIA WATZKO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 020 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 020 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

APROVAÇÃO DA PPI DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a PPI da Vigilância Epidemiológica 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de Agosto de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 021 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 021 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições alterações do Regimento Interno na composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de Agosto de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 022 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 022 DE 23 DE AGOSTO DE 2007

APROVAÇÃO DA INDICAÇÃO DE FLÁVIA NUNES PATRÍCIO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a indicação de FLÁVIA NUNES PATRÍCIO para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de Agosto de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 023 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 023 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO DIA 24/10/2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2007.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 024 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 024 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DE VISA/2008.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Plano de Ação Municipal de VISA/2008.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2007.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 025 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 025 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

APROVAÇÃO DO SIOPS/ 1º SEMESTRE DE 2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o SIOPS/ 1º semestre de 2007.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2007.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 026 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 026 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

APROVAÇÃO DO PRÉ-PROJETO DO HOSPITAL SÃO LUIZ E DO FMS/SMS DE CAMPO ALEGRE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o pré-projeto do Hospital São Luiz e do FMS/SMS de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2007.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 027 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 027 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

APROVAÇÃO DO BALANCETE FINANCEIRO DE MAIO A SETEMBRO DE 2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Balancete Financeiro de Maio a Setembro de 2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2007.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 028 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 028 DE 24 DE OUTUBRO DE 2007

APROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO AOS CONSELHEIROS EM 2008.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Capacitação aos Conselheiros em 2008.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2007.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006

PARECER FAVORAVEL A HABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DA GESTÃO BÁSICA DO SUAS.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Parecer favorável a Habilitação do Município de Campo Alegre/SC., na Gestão Básica do SUAS.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2006.

IMELDA JÚLIA WATZKO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 12 DE JULHO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 12 DE JULHO DE 2007

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no Art. 2º, Inciso XIII da Lei Municipal nº 2.146/96, que Institui o CMAS, define sobre a Conferência Municipal, publicada na data de 20 de março de 1996; Resolve:

Art.1º) Convocar a III Conferência Municipal de Assistência Social, com a finalidade de propiciar debate sobre a Avaliação da Implementação do SUAS no Município nos últimos 2 anos, a partir das metas de Gestão, Financiamento, Controle Social e Recursos Humanos, aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 2005, e discussão dos Direitos Socioassistenciais no Município, abordando as dificuldades para sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas para sua efetivação.

Art.2º) A Conferência Municipal será realizada no Município de Campo Alegre/SC., em data de 16 de Agosto de 2007, no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson.

Art.3º) O evento terá como tema geral: "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema único da Assistência Social (SUAS)".

Art.4º) Criar uma Comissão para organizar e coordenar a II Conferência Municipal de Assistência Social.

Art.5º) A Comissão de organização e coordenação da Conferência Municipal fica assim constituída:

- Imelda Júlia Watzko;
- Sirley Dranka de Souza Freitas;
- Auriene Roepke;
- Anídia Stolf;
- Valdete Arbighaus Bahr.

Art.6º) A comissão será coordenada pelo Presidente e Vice Presidente do CMAS.

Art.7º) O Município durante a Conferência elegerá delegados para participação da Conferência Estadual, baseada na tabela da proporcionalidade populacional e porte do Município, conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social, garantindo a paridade entre OG's e ONG's.

Art.8º) Fica delegado o CMAS para adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução.

Art.9º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Julho de 2007.

IMELDA JÚLIA WATZKO
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS
1ª Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 12 DE JULHO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 12 DE JULHO DE 2007

APROVA O PROGRAMA DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova o PROGRAMA DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de Julho de 2007.
IMELDA JÚLIA WATZKO
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS
1ª Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 04 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 04 DE OUTUBRO DE 2007

APROVA O PROGRAMA DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro, relativo a Prestação de Contas do Co-Financiamento Federal do ano de 2006 – 01/01/2006 a 31/12/2006.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 04 de outubro de 2007.
IMELDA JÚLIA WATZKO
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS
1ª Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 11 DE OUTUBRO DE 2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 11 DE OUTUBRO DE 2007

APROVA RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIA BENEFICIÁRIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/
SC.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova o Recadastramento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de outubro de 2007.

IMELDA JÚLIA WATZKO
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS
1ª Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO TP 01/2015 TOMADA DE PREÇOS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25/05/2015 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, tendo como objeto EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) PARA CONSTRUÇÃO DE MUROS, CERCAS, TOLDOS, ARBORIZAÇÃO DO POSTO DE SAUDE DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA E CEO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 12 de Maio de 2015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

ERRATA Nº 01-2015 MAT ODONTOLOGICO

ERRATA Nº 01 DO PROCESSO Nº 21/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E EQUIPAMENTOS PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO.

Onde se lê:

6.2.4. Documentação de Qualificação Técnica

a. Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu ou vem fornecendo, com qualidade e pontualidade, o (s) produto (s) e/ou serviço (s) compatíveis em características e quantidades com objeto lícitado.

Passa se a ler:

6.2.4. Documentação de Qualificação Técnica

a. Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu ou vem fornecendo, com qualidade e pontualidade, o (s) produto (s) e/ou serviço (s) compatíveis em características e quantidades com objeto lícitado.

b – Autorização de Funcionamento especial e para correlatos emitido pela ANVISA.

Nelson Luiz de Paula

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 1.037/15

PORTARIA Nº 1.037/15 de 23/04/15

NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica, c/c Art. 18, § 1º e 26 da Lei Complementar nº 04/09 de 10/07/09;

Considerando o resultado da eleição realizada no dia 21 de março de 2015 pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear JESSICA MORGANA FAGUNDES, CI nº 4768599 CPF 075.677.869-74, como Conselheiro Tutelar efetivo do Conselho Tutelar.

Art. 2º. O mandato do Conselheiro nomeado conforme Art. 1º durará até 09 de janeiro de 2016, a contar da data da publicação da Portaria.

Art. 3º. O Conselheiro nomeado cumprirá o mandato em tempo integral, cumprindo o horário das 8 às 12 horas e das 13h 30 min às 17h e 30 min.

Art. 4º. O valor da remuneração mensal do Conselheiro será equivalente ao vencimento atribuído ao cargo de provimento em comissão DAS-02, conforme Art. 21, § 2º da Lei Complementar nº 04/09 de 10/07/09.

Art. 5º. O Conselheiro nomeado não terá vínculo efetivo com o Município, e obrigatoriamente vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social da União (INSS).

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 23 de abril de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

CONTRATO DE TRABALHO, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO Nº 156/15

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CNPJ 82.939.232/0001-74, com sede Administrativa na Rua Expedicionária João Batista de Almeida, 323, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, NELSON CRUZ e JESSICA MORGANA FAGUNDES, CI 4768599, CPF 075.677.869-74; considerando a Portaria nº 1.037/15 de 23/04/15, resolvem celebrar este contrato de trabalho, que se regerá pelas normas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Município de Campos Novos, em decorrência da Portaria nº 1.037/15 nomeou JESSICA MORGANA FAGUNDES para exercer a função de membro efetivo do Conselho Tutelar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA: O contrato de trabalho terá a vigência até 09 de janeiro de 2016, a contar da data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Pelo exercício da função de Conselheiro do Conselho Tutelar do Município de Campos Novos, o contratado receberá o vencimento de R\$1.610,72 (Hum mil seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Para o desempenho das atribuições, o contratado cumprirá o horário das 8 às 12 horas e das 13h às 17 horas.

CLÁUSULA QUINTA: O contratado não estabelecerá vínculo efetivo com o Município, e obrigatoriamente se vinculará ao Regime Geral da Previdência Social da União (INSS).

CLÁUSULA SEXTA: Além da remuneração prevista na cláusula terceira, é assegurado ao contratado a percepção de gratificação natalina (13º) e férias anual remunerada.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Conselheiro Tutelar contratado deverá exercer o mandato em tempo integral, vedado o desempenho de qualquer outra atividade profissional.

CLÁUSULA OITAVA: O Conselheiro nomeado e contratado, tem pleno conhecimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 04/09 de 10/07/09.

CLÁUSULA NONA: Este contrato poderá ser rescindido conforme dispõe o Art. 27 da Lei Complementar nº 04 /09 de 10/07/09.

CLÁUSULA DÉCIMA: As partes elegem o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato.

E por estarem certos, firmam este contrato em duas vias de igual teor, perante duas testemunhas que também assinam.

Campos Novos, 23 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
Prefeito Municipal – Nelson Cruz

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PORTARIA Nº 1.044/15

PORTARIA Nº 1044/15 DE 24/04/15

FAZ READAPTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica e Constituição Federal;

Considerando a decisão do Processo de Sindicância nº02/2015 e após avaliação e laudo efetuado pela Junta Médica do Município, onde se verifica que a servidora pública CLAUDIA KLEIN está inapta para exercer as funções de seu cargo, com restrições para atividades com crianças do berçário onde estava desempenhando suas atribuições;

Considerando as regras contidas no art. 25 do estatuto dos Servidores Públicos do Município (LC nº 03/00);

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica readaptada a servidora CLAUDIA KLEIN no cargo de Segundo professor na turma de Maternal I do CEIM José Carlos Pisani – CAIO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 24 de abril de 2015.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.103/15

PORTARIA Nº 1.103/15 DE 28/04/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de abril de 2015
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.106/15

PORTARIA Nº 1.106/15 de 06/05/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA SIMARA ANTUNES GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido a servidora SIMARA ANTUNES GONÇALVES do cargo de PROFESSOR. Retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de maio de 2015.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.107/15

PORTARIA Nº 1.107/15 de 06/05/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALICIANE MARI SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALICIANE MARI SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 06 de maio de 2015
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.108/15

PORTARIA Nº 1.108/15 de 06/05/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)
FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 06 de maio de 2015
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 15/2015 AQUISIÇÃO DE PNEUS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/8

Processo Nº.: 43/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2015**

No dia 8 do mês de Maio do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2015, Processo Licitatório nº. 43/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS E PROTETORES PARA VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9066	BELLENZIER PNEUS LTDA	1, 2, 9, 12, 30, 32, 33, 38, 39, 43
6663	COPAL COM. PNEUS E ACESSORIOS LTDA	22, 24, 25
6664	JK PNEUS LTDA JOAÇABA	
6065	JOACABA PNEUS LTDA	3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 27, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 52
8729	LOJAS VOLPATO LTDA	
8363	MODELO PNEUS LTDA	10, 40, 42
10755	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	16, 18, 19, 23, 26, 29
9065	TEREZA PNEUS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BELLENZIER PNEUS LTDA	73.730.129/0001-29	HERLON R. SATO	000.407.550-10
COPAL COM. PNEUS E ACESSORIOS LTDA	88.197.330/0001-60	ARNALDO MORETI	445.072.910-20
JK PNEUS LTDA JOAÇABA	78.653.946/0003-06	ROGER SCHOENBERGER	009.248.449-22
JOACABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	AULEMIR DEBIASI	484.428.369-34
LOJAS VOLPATO LTDA	88.957.659/0052-21	RICARDO RAIMUNDO	025.778.320-28
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	EDEN L. FIM	898.870.420-72
RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	06.889.977/0001-98	ANDRE GUERINI	068.041.619-63
TEREZA PNEUS LTDA	01.179.914/0001-24	TERCIO G. SENFF	064.038.449-89

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS E PROTETORES PARA VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 43/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

Fornecedor: 6065 - JOACABA PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PNEU 750X16 12 LONAS LISO	UNI	CT52 PIRELLI	8,000	373,0000	2.984,00
4	PNEU 750/16, BORRACHUDO, 12 LONAS	UN	AS22 PIRELLI	20,000	409,0000	8.180,00
5	PNEU 12x16,5x10 lonas RETRO ESCAVADEIRA	UN	PN16 PIRELLI	8,000	662,0000	5.296,00
6	PNEU 1400X24 G-2, 24 LONAS, BORRACHUDO	UN	E3 RM95-E PI	84,000	3.690,0000	309.960,00
7	PNEU 10-16,5, mini carregadeira Bob Cat 10 LONAS	UN	PN16 PIRELLI	8,000	620,0000	4.960,00
8	PNEU 1000X20 LISO 16 LONAS	UNI	CT65 PIRELLI	50,000	710,0000	35.500,00
11	PNEU 185 R14 102/100S 8 Lonas KOMBI	UN	CHRONO PIR	124,000	233,0000	28.892,00
13	PNEU 12,5/80-18x12 lonas -RETRO	UN	PN12 10LON I	16,000	838,0000	13.408,00
14	PNEU 1000X20 BORRACHUDO	UN	RT59 PIRELLI	120,000	769,0000	92.280,00
15	PNEU 19,5L-24	UN	PN12 10LON I	4,000	1.910,0000	7.640,00
17	PROTETOR 750X16	UNI	16L SBN	30,000	15,0000	450,00
20	CÂMARA DE AR 14	UN	FR13/14 BBW	100,000	22,0000	2.200,00
21	CÂMARA DE AR 13	UN	FR13/14 BBW	30,000	22,0000	660,00
27	PNEU 275/80 R22,5 misto	UNI	FG85 PIRELLI	50,000	1.124,0000	56.200,00
28	PNEU 275/80 R 22,5 liso	UN	F. DR11 PIREL	50,000	972,0000	48.600,00
31	CÂMARA DE AR 20,5X25	UN	TRJ1175C BB	2,000	284,0000	568,00
34	CÂMARA DE AR PNEU 23-1-26	UN	TR218 BBW	8,000	309,0000	2.472,00
35	PNEU 1000X20 RADIAL MISTO LISO	UN	FG85 PIRELLI	20,000	1.078,0000	21.560,00
36	PNEU 1000X20 RADIAL MISTO BORRACHUDO	UN	TG85 PIRELLI	30,000	1.104,0000	33.120,00
37	PNEU 18.4.30	UN	10 TM95 PIRE	4,000	1.769,0000	7.076,00
41	PNEU 215/75 R 17,5 LISO MICRO	UN	F. DR11 PIREL	12,000	575,0000	6.900,00
44	PNEU 175/65 R14	UN	P4 CINT PIRE	8,000	177,0000	1.416,00
45	PNEU 7,50X16 COMUM	UN	10 CT52 PIRE	8,000	322,0000	2.576,00
46	PNEU 255/60 R 18 AMAROCK	UN	S-VEAS PIREI	16,000	690,0000	11.040,00
47	PNEU 205/75 R 16	UNI	CHRONO PIR	8,000	423,0000	3.384,00
51	PNEU 235/60 R17 102 S CAPTIVA	UN	S-VEAS PIREI	8,000	434,0000	3.472,00
52	PNEU 205/55 R16 91V BORA	UN	P7 PIRELLI	8,000	278,0000	2.224,00

Fornecedor: 6663 - COPAL COM. PNEUS E ACESSORIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
22	CÂMARA DE AR KM 24	UNI	MAGNUM	120,000	125,0000	15.000,00
24	CÂMARA DE AR 12,5X16	UN	FLEXEM	20,000	70,0000	1.400,00
25	CÂMARA DE AR 10,5X16	UN	RS	10,000	70,0000	700,00

Fornecedor: 8363 - MODELO PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	PNEU 175/70 R14 - VOYAGE/GOL	UN	SEIBERLING	28,000	174,0000	4.872,00
40	PNEU 1000X20 RADIAL PARA TERRENO MISTO TRAÇÃO 23mm	UN	FIRESTONE	24,000	1.205,0000	28.920,00
42	PNEU 215/75 R 17,5 MISTO MICRO	UN	FIRESTONE	26,000	694,0000	18.044,00

Fornecedor: 9066 - BELLENZIER PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 17,5X25 L2 16 LONAS	UN	Titan Eart Trac	45,000	2.527,0000	113.715,00
2	PNEU 175/70 R13	UN	Kelly Metric Xt	60,000	131,5000	7.890,00
9	PNEU 165X70 R13	UNI	Kelly Metric Xt	16,000	133,0000	2.128,00
12	PNEU 205/60R15	UNI	Goodyear Assi	12,000	259,0000	3.108,00
30	PNEU 20,5X25	UN	Titan Eart Trac	2,000	4.590,0000	9.180,00
32	CÂMARA DE AR 275 X 80 X 22,5	UN	QBOM 275	50,000	76,0000	3.800,00
33	PNEU 23.1-26	UN	Goodyear DTo	6,000	3.145,0000	18.870,00
38	PNEU 12.4.24	UN	Goodyear DTo	4,000	764,0000	3.056,00
39	PNEU 1000X20 RADIAL PARA TERRENO MISTO DIRECIONAL 19,9mm	UN	Goodyear G6E	12,000	1.340,0000	16.080,00
43	PNEU 215/70 R 14 8 LONAS 106 Q MISTO BESTA	UN	Goodyear G3E	8,000	360,0000	2.880,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 3/8
Processo Nº.: 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015**Fornecedor: 10755 - RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	PROTETOR 1000X20	UNI	CARRETEIRC	250,000	18,0000	4.500,00
18	CAMARA DE AR 1000X20	UNI	BBW V3	300,000	60,0000	18.000,00
19	CAMARA DE AR 750X16 BICO LONGO	UNI	BBW TR75	30,000	35,0000	1.050,00
23	CAMARA DE AR 12,5/80-18	UN	BBW TR218	16,000	63,0000	1.008,00
26	CAMARA DE AR 17.5X25	UN	BBW TR220	40,000	150,0000	6.000,00
29	CAMARA DE AR PNEU 19,5X24	UN	BBW TR218	10,000	165,0000	1.650,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo N°.: 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2015

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Maio de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BELLENZIER PNEUS LTDA	CNPJ: 73.730.129/0001-29	_____
COPAL COM. PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CNPJ: 88.197.330/0001-60	_____
JK PNEUS LTDA JOAÇABA	CNPJ: 78.653.946/0003-06	_____
JOACABA PNEUS LTDA	CNPJ: 84.587.245/0010-48	_____
LOJAS VOLPATO LTDA	CNPJ: 88.957.659/0052-21	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CNPJ: 06.889.977/0001-98	_____
TEREZA PNEUS LTDA	CNPJ: 01.179.914/0001-24	_____

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT. PP. 05/2015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 06/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REPOSIÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2000M² DE PEDRAS DE CALÇAMENTO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SC, SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS EM RUAS ONDE O SAMAE EXECUTARÁ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA E/OU ESGOTO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 22/05/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. PP. 06/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 07/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE REDES E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO SAMAE DE CAMPOS NOVOS-SC.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09:00hs do dia 25/05/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº. 3085, DE 07 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº. 3085, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

ANTONIO DA SILVA, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas por Lei;

Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para suplementar a Ação: (2.001) Câmara de Vereadores, pertencente ao órgão governamental, abaixo especificado:

01 - Câmara Municipal de Vereadores

01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional Programática: 01.031.0001

Modalidade da Aplicação: (003) 3.3.90 (Custeio) R\$ 40.000,00

(005) 4.4.90 (Investimento) R\$ 2.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.000 (Ordinários)

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta da anulação integral da Ação: (1.004) Reforma/Ampliação Física do Prédio da Câmara, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado na mesma importância:

01 - Câmara Municipal de Vereadores

01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional Programática: 01.031.0001

Modalidade da Aplicação: (001) 4.4.90 (Investimento)

Fonte de Recurso: 0.1.000 (Ordinários)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC., 07 de maio de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 42/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 68/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 42/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 42/2015, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SEREM USADOS PELA EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE ATUA NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA- SAMU E PARA AS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE COZINHA, SERVENTES E MONITORAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS. Motivo: LICITAÇÃO FRACASSADA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 49/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 83/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 49/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/05/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DO M² DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DE PRÉDIOS PÚBLICOS DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 27/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 06/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 14/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 06/2015 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/05/2015, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE AUTOMAÇÃO ANALISADOR EM BIOQUÍMICA, PARA REALIZAR EXAMES LABORATORIAIS ESSENCIAIS NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 26/05/2015. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 50/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 84/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 50/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/05/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 26/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FMDR 02/2015 (ELETRÔNICO)

- ATA DE SESSAO PUBLICA DO PREGAO -

Ata de sessao de licitacao publica, na modalidade de preqao eletronico, a que se refere 0 Edital 0002-2015 do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

NOME DO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
EDITAL I PROCESSO: 0002-2015/02/2015
DATA DE REALIZACAO: 4 de Maio de 2015 as 10:00
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Iniciado em 22/04/2015 08:00 e finalizado em 04/05/2015 09:00
LOCAL: www.bll.org.br
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK

Aos 4 dias do mes de maio de 2015, no endereco eletronico www.bll.org.br. nos termos da convocacao de aviso de licitacao, reuniram-se 0 pregoeiro(a) ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS para proceder a sessao publica de preqao eletronico, conforme especificacoes e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 08:00 horas do dia 22/04/15 teve inicio, par meio do sistema eletronico, conforme consta no

editais, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços, Foi(ram) registrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

LOTE: 000001 ADJUDICADO

Lote 1

ITEM ESPECIFICAÇÃO

1	CAÇAMBAPARAESCAVADEIRAHIDRAULICAPC 160, 0,8 M3		QUANTIDADE	PREÇO
UNIDADE	MARCA I MODELO			
UN	DELTRACTOR/PC160		1	12.650,00
CLASSIFICAÇÃO LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE	
1 DELTRACTORCOMERCIO E IMPORTADORA DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS	19.827.305/0001-08	30/04/15 09:00:36 12.650,00	12.700,00	05/05/15 11:56:49

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(es) individualizado(s) por lote(s), que é(são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o pregoeiro(a) declarou encerrados os trabalhos.

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK

1 1 1

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FUNR 01/2015 (ELETRÔNICO)

- ATA DE SESSAO PUBLICA DO PREGAO -

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de prego eletrônico, a que se refere o Edital 0001-2015 do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

NOME DO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

EDITAL / PROCESSO: 0001-2015/0

DATA DE REALIZAÇÃO: 4 de Maio de 2015 as 15:00

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Iniciado em 22/04/2015 08:00 e finalizado em 04/05/2015 13:00

LOCAL: www.bli.org.br

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK

Aos 4 dias do mês de maio de 2015, no endereço eletrônico www.bli.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS para proceder a sessão pública de prego eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 08:00 horas do dia 22/04/15 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços, Foi(ram) registrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial (is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

LOTE: 000001 ADJUDICADO

Lote: 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA / MODELO	QUANTIDADE	PREÇO
1	MANGUEIRA DE INCENDIO TIPO 4,1 1/2 POLEGADA, 38 MM, 15 METROS	UN	CM COUTO/ Tipo4 Pixatlex	1	10.090,00

CLASSIFICAÇÃO

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 FIORENZE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	ME 02.717.494/0001-55	3004/1510.1904	900,00 11/05/15 18:11:12 0,00
2 DANNA COMERCIAL EIRELI - ME	ME 13.550.358/0001-30	30.04/1522.00.06	694,52 11/05/15 18:11:12 0,00
3 PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES EPP	ME 85.241.693/0001-67	04.05/15 11.52.43	694,52 11/05/15 18:11:12 0,00
4 SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	ME 93.726.446/0001-89	29.04/1509.21.58	13.000,00 04/05/15 15:55:15 10.090,00
5 CONTRA - CHAMA COMERCIO DE EXTINTORES E EQUIPAMENT	ME 81.031.734/0001-30	04.05/1512.03.37	694,52 04/05/15 15:19:52 10.099,00
6 ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA - ME	ME 07.511.067/0001-30	30.04/1515.48.38	13.890,00 04/05/15 16:01:45 11.399,00000
7 GDC DA SILVA COSTA (ARAPONGAS)	ME 09.721.729/0001-21	30.04/1517.16.58	694,52 04/05/15 15:08:54 11.400,00
8 JS COMERCIAL LTDA - ME	ME 08.718.953/0001-40	24.04/1511.31.33	13.890,40 04/05/15 15:16:59 12.540,00

LOTE: 000002 ADJUDICADO

Lote: 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA / MODELO	QUANTIDADE	PREÇO
1	MANGUEIRA DE INCENDIO TIPO 4,2 1/2 POLEGADA, 63 MM, 15 METROS	UN	CM COUTO/ Tipo4 Pixatlex	1	7.200,00

CLASSIFICAÇÃO

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 FIORENZE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	ME 02.717.494/0001-55	3004/1510.1904	1.200,00 11/05/15 18:11:12 0,00
2 PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES EPP	ME 85.241.693/0001-67	04.05/15 11.52.43	948,70 11/05/15 18:11:12 0,00
3 SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	ME 93.726.446/0001-89	29.04/1509.21.58	9.000,00 04/05/15 15:36:20 7.200,00
4 CONTRA - CHAMA COMERCIO DE EXTINTORES E EQUIPAMENT	ME 81.031.734/0001-30	04.05/1512.03.37	948,70 04/05/15 15:36:10 7.270,00
5 ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA - ME	ME 07.511.067/0001-30	30.04/1515.48.38	9.487,00 04/05/15 15:22:49 7.999,01
6 GDC DA SILVA COSTA (ARAPONGAS)	ME 09.721.729/0001-21	30.04/1517.16.58	948,70 04/05/15 15:26:45 8.899,99
7 JS COMERCIAL LTDA - ME	ME 08.718.953/0001-40	24.04/1511.31.33	9.487,00 04/05/15 15:16:28 8.900,00

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessões individualizado(s) por lote(s), que é(são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o pregoeiro(a) declarou encerrados os trabalhos.

ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 41/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 65/2015

RESULTADO DO PREGÃO N.º PMC 41/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Pregoeiro, torna público o RESULTADO FINAL do Processo acima, que tem por objeto aquisição de 01 veículo novo, zero km 4 portas e 02 veículos novos, zero km, 4 portas, para serem utilizados, respectivamente, pela Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Administração. VENCEDOR empresa FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA com o valor global de R\$ 109.248,00. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Paulo Cesar Safanelli

Pregoeiro

Capinzal

PREFEITURA

CIALAR CONTRATO 0001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº...: 0001/2015 Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL Contratada...: INSTITUTO O BARRIGA VERDE Valor: 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) Vigência: Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015 Recursos: Dotação: Objeto: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e realização de Processo Seletivo Simplificado, para os cargos de Servente, Monitor Social, Assistente Social e Psicólogo, para o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - Cialar</p>		
Capinzal, 11 de Maio de 2015		

DECRETO 059/2015

DECRETO Nº 059, DE 4 DE MAIO DE 2015.

Procede à baixa de bens inservíveis, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica baixado do Patrimônio Público do Executivo Municipal, dos bens inservíveis especificados no Anexo Único, parte integrante do presente Decreto.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo atualizar o quantitativo dos bens em condições de uso ou recuperáveis, bem como baixar do controle patrimonial e da contabilidade os bens e valores insubsistentes.

§ 2º Considera-se inservível para efeito deste Decreto o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal para o fim a que se destina devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação dos referidos bens inservíveis para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos sediadas no Município de Capinzal, ou proceder à destinação para reciclagem mediante lavratura de Termo de Recibo por Comissão Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de maio de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM
01	Cadeira giratória estofada
02	Fragmentador de papel
03	Cadeira fixa de madeira
04	Central telefônica Intelbrás
05	Aquecedor de ar, marca ventisol
06	Armário de madeira, 04 portas
07	Cadeira estofada
08	Central telefônica
09	Micro computador Pentium 4 cpu 2.00ghz, 512mb de RAM
10	Cadeira giratória, estofada
	TOTAL

VALOR DE BAIXA DAS CONTAS CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO CONTÁBIL

	Mobiliário em geral
	Máquinas e utensílios de escritório
	Aparelhos e utensílios domésticos
	Equipamentos de processamento de dados
	TOTAL

FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0001/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0001/2015

Processo Licitatório Nº 0001/2015

Dispensa de Licitação Nº 0001/2015

ORLANDO THOLL, Gestor, do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº 0001/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Lixo Car para distribuição na Campanha Nacional Contra Abuso e Exploração Sexual Infantil, que se realizará no dia 19 de Maio de 2015.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1.000,00	UN	Lixo Car em TNT com impressão em duas cores.	IDEALIZE	0,65	650,00
Total						650,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
IDEALIZE COMUNICACAO E BRINDES LTDA - ME	001
650,00 (seiscentos e cinquenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 1 - Assistência à criança e ao adolescente.
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 175 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Projeto/Atividade: 2.109 - Assistência à criança e ao adolescente.
Elemento: 33903299000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 12 de maio de 2015

ORLANDO THOLL

Gestor do Fundo Municipal da Criança e Adolescente

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0094/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0004/2015

Processo Licitatório Nº 0094/2015

Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito Municipal do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa Jornalística O Tempo Ltda, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº 001/2015.

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	cm/co	O TEMPO	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Capa.	20,00	20,00
2	1,00	cm/co	O TEMPO	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Contracapa.	16,30	16,30
3	1,00	cm/co	O TEMPO	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada em preto e branco.	9,50	9,50
4	1,00	cm/co	O TEMPO	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada colorida.	13,50	13,50
Total						59,30

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
EMPRESA JORNALISTICA O TEMPO LTDA	001,002,003 e 004
59,30 (cinquenta e nove reais e trinta centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2015.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 001/2015.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO UTILIZADA

Despesa: 7 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Elemento: 33903990000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 12 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0103/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0020/2015

Processo Licitatório Nº 0103/2015
Dispensa de Licitação Nº 0020/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito Municipal, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº0103/2015, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de material para as atividades a serem desenvolvidas no Centro de Reabilitação e Estratégia Saúde da Família - ESF da Cidade Alta. Com Recursos oriundos da multa imposta à BRF Brasil Foods S/A perante a Justiça do Trabalho, Ação Civil Pública n. 001327-2009-012-12-00-0, movida pelo Ministério Público do Trabalho - MPT.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Livro de instruções Palográfico, vol. 1	VETOR EDITORA	135,00	135,00
2	1,00	UN	Livro de instruções HTP, vol. 1	VETOR EDITOR	125,00	125,00
3	1,00	UN	Livro de avaliação HTP, vol. 2 (conjunto com 10)	VETOR EDITOR	85,00	85,00
4	1,00	UN	Escalas Beck - Kit completo	CASA DO PSICÓLOGO	234,65	234,65
5	1,00	UN	EATA - Escala de Avaliação de Tendência a Agressividade - Kit	CASA DO PSICÓLOGO	103,55	103,55
6	1,00	UN	EFN - Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo	CASA DO PSICÓLOGO	108,30	108,30
7	1,00	UN	EBADEP - Escala Baptista de Depressão	VETOR EDITOR	93,12	93,12
8	1,00	UN	ISSL - Inventário de Sintomas de Stress	CASA DO PSICÓLOGO	129,20	129,20
Total						1.013,82

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
D & MZ COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS LTDA - ME	001,002,003,004,005,006,007 e 008.
1.013,82 (um mil e treze reais e oitenta e dois centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 219 - Construção, ampliação e reaparelhamento de Unidade
Órgão: 7 - SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade: 1 - SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 1.067 - Construção, ampliação e reaparelhamento de Unidade
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 12 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2015 - PREGÃO Nº 0030/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2015

PREGÃO Nº 0030/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o lanche dos encontros semanais da Terceira Idade no ano de 2015.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 27 de maio de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de maio de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 11 de maio de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

51 E 52/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 34/2015
PROCESSO: 51/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 34/2015, tipo MENOR PREÇO objetivando a: AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO LISO DE SOLOS NOVO, COM HORAS ZERADAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONVÊNIO COM A CAIXA, SOB NÚMERO: 1.019.100.95/2014/ME/CAIXA, APOIANDO O PROGRAMA: PRONAT - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 25/05/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 12 de maio de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 35/2015
PROCESSO: 52/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 35/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA/ROLO COMPACTADOR CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, ASSIM COMO OS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 26/05/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 12 de maio de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

224.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 224/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 083 de 06.02.2015, que admitiu em caráter temporário o servidor, CLAUDINEI DA SILVEIRA, professor ACT- 05 horas, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 04 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

225.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 225/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico, datado em 07.04.15 de (15 quinze) dias, já pagos pelo município;

- CONSIDERANDO, a apresentação de um novo Atestado Médico datado em 04.05.2015 de (15 quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, Professora de Anos Iniciais ACT - 20 horas, nível III, licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 04.05.15 a 18.05.2015, para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 04 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

230.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 230/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 07/03/2014 à 06/03/2015, a SOLANGE DA SILVA, Matrícula nº 265501, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 11.05.2015 à 30.05.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

231.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 231/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 à 30/06/2014, a ANDRÉ SEBOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 11.05.2015 à 09.06.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

232.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 232/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Jaques E. Bezerra	Médico Veterinário	Tempo de Serviço	Nível - II	Nível – III
Rosemari Raymundo	Agente de S. Gerais	Tempo de Serviço	Nível - IX	Nível – X
Sinara R.P. de Melo	Fiscal Sanitário	Tempo de Serviço	Nível – V	Nível - VI

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.05.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de maio de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

233.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 233/2015

- CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do Benefício nº 60999679018, referente ao requerimento de Auxílio-doença à Previdência Social, da servidora PATRICIA MACHADO HINCKEL;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,
RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº. 161 de 11.03.2015, que concede licença para tratamento de saúde, a servidora PATRICIA MACHADO HINCKEL, no que se refere ao período de concessão da Licença, passando este para 47(quarenta e sete) dias, no período de 24.03.15 a 09.05.15, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09.05.2015.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 11 de maio de 2015.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

234.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 234/2015

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 233/2015 de 11.05.15, da Servidora Patrícia Machado Hinckel;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 179/2015 de 31.03.15, que admitiu em caráter temporário a servidora, EVILANEA DE OLIVEIRA, professora - ACT- 15 horas, a partir de 09.05.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09.05.15.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 11 de maio de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

235.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 235/2015

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas;
- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;
- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública CLAUDIA ADRIANA AMORIN DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 11 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

236.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 236/2015

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas;
- O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Edital nº. 04/2015-SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário EVILANEA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professor ACT - 05 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Religião nas turmas de Anos finais do Ensino Fundamental, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, pelo período de 12.05.2015 a 18.12.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 11 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

237.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 237/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico datado em 05.05.2015 de (3 três) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do Servidor Público, ALLAN JUNIOR FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário 40 horas, licença pelo período de (3 três) dias, a contar de 05.05.15 a 07.05.2015, para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05.05.2015.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 11 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

238.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 238/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação dos atestados médicos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública CRISTIANE SOTELLI BETTOLY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 05.05.15 a 08.05.15 (04 quatro) dias, conforme Atestados Médicos, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05.05.2015 .

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: CONSONI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de materiais para manutenção de bens e imóveis (Material de construção, materiais elétricos e afins) para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 04/05/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 198.628,05 (Cento e noventa e oito mil seiscentos e vinte e oito reais e cinco centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

LEI N. 1.249

LEI N. 1.249, de 20 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou outras penalidades, é serviço público municipal, que pode ser explorado diretamente ou por delegação, mediante concessão ou permissão.

Parágrafo único. A delegação a pessoas jurídicas é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo e será sempre precedida de licitação pública.

Art. 2º No caso da delegação dos serviços a terceiros, o explorador do mesmo terá que cumprir os seguintes itens:

I - ter um local apropriado no Município, cercado, iluminado, com escritório, banheiro e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes de autoridades de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito, o público em geral, a realização de leilão, bem como zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser depositário fiel;

II - receber todo e qualquer veículo assim classificados no Artigo 96 da Lei Federal Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes da Autoridade de Trânsito, exceto àqueles de tração animal;

III - cobrar pela permanência do veículo no depósito o valor previsto no Anexo Único, desta Lei;

IV - receber e liberar os veículos somente para seus proprietários e unicamente com autorização da Autoridade de Trânsito, ou por pessoa por esta designada, uma vez atendida às exigências da Legislação de Trânsito;

V - possuir livro de registro diário, do qual devem constar, no mínimo:

- identificação dos Veículos recebidos;
- nome, endereço e identidade do proprietário ou condutor;
- data e horário de recebimento;
- nome e identidade do Agente de Trânsito responsável pela medida administrativa;
- data e saída do veículo.

VI - assumir toda e qualquer responsabilidade advinda do serviço prestado.

§ 1º O livro de registro diário deverá ser numerado tipograficamente e deve conter ata de abertura.

§ 2º O explorador desta atividade sujeitar-se-á a vistoria semestral realizada pela Autoridade Municipal, ou por qualquer pessoa designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 3º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei, sujeitará o referido explorador às sanções que podem variar de uma multa no valor de até 1.000 UFRM's, até a perda da delegação, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o

pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do delegante e, sem o prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

§ 4º A empresa para explorar este serviço, deverá estar em dia com a fazenda Municipal, sendo que o não cumprimento deste dispositivo acarretará na perda da Concessão dos Serviços.

Art. 3º O disposto nos incisos de II a V do art.2º, aplica-se ao Município, no caso de exploração direta.

Art. 4º O concessionário ou permissionário, para a realização de remoção, guarda e depósito de veículos abrangidos por esta lei, deverá:

I - prestar serviço de guincho mediante pedido ou requisição dos agentes ou autoridades de trânsito, durante 24 (vinte e quatro) horas e todos os dias do ano, removendo-os diretamente para o depósito;

II - comprovar dispor de no mínimo 02 (dois) veículos, sendo um com capacidade para veículos Leves e Médios e outro com capacidade para Veículos Pesados, ambos em bom estado de conservação;

III - manter os veículos guincho atualizados quanto aos procedimentos e formas de guinchamento correto dos veículos, tudo de acordo com a legislação pertinente;

IV - assumir toda e qualquer responsabilidade advinda do serviço prestado;

V - apresentar condutor devidamente uniformizado, com colete refletivo, durante a prestação do serviço.

VI - atender as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhe sejam correlatas, entregando cópias ao delegante quando solicitadas;

VII - apresentar o veículo guincho para vistoria técnica comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado;

VIII - zelar pela manutenção da continuidade do serviço;

IX - responder pelos seus atos, sujeitando-se as normas e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro;

X - submeter-se à fiscalização das autoridades e agentes de trânsito competentes;

XI - substituir imediatamente o veículo guincho quando este apresentar problemas mecânicos ou estiver em reparos.

Art. 5º São de exigências para a pessoa jurídica participar de licitação pública, de que trata esta lei:

I - contrato social ou ato constitutivo que comprove estar legalmente constituída, sob forma de empresa comercial, com o objetivo de explorar serviço de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos;

II - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - Carteira de Identidade e Cartão de Identificação do Contribuinte - CIC/CPF o proprietário, sócio-gerente;

IV - prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou sejam, Certidão de Quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, Certidão negativa de débito estadual, e certidão negativa de tributos municipais, inclusive de IPTU dos integrantes da sociedade;

V - Certificado de Registro de Licenciamento do veículo ou veículos destinados ao serviço objeto desta lei;

VI - atestado de segurança veicular;

VII - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão negativa de débito - CND - e ao FGTS - Certidão de Regularidade de Situação - CRS).

Art. 6º Os valores atinentes ao serviço prestado ficam estabelecidos no Anexo Único da presente Lei, reajustados de acordo com a variação da UFRM – Unidade Fiscal Referencia Municipal.

§ 1º O valor relativo ao serviço prestado será pago pelo proprietário do veículo, e o cessionário deverá indicar o respectivo valor, dados do veículo removido, dia, hora e local, quilometragem, no bloco de notas de prestação de serviço oficial.

§ 2º As viaturas da polícia militar, polícia civil e prefeitura, deverão ser atendidas sem quaisquer despesas com relação aos serviços de que trata a presente lei.

§ 3º A restituição dos veículos apreendidos só ocorrerá mediante prévio pagamento dos valores gastos com as despesas de remoção e estadia, além de outros encargos previstos na legislação específica.

Art. 7º Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, não reclamados ou não liberados pelo pagamento de que trata o artigo anterior, no prazo de 90 (noventa) dias serão levados à hasta pública pela administração pública municipal, deduzindo-se do valor arrecadado o montante da dívida relativa à multas, tributos e encargos legais, inclusive despesas de remoção e estadia, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma da lei.

Art. 8º Os veículos/guincho deverão atender as seguintes condições:

I - estar em excelente condição de uso, nas partes mecânicas, lataria e com um sistema de guincho eficiente;

II - estar o veículo adequado às exigências legais;

III - estar equipado de modo a efetuar guinchamento de qualquer veículo, independente do ano de fabricação;

IV - estar provido de todos os equipamentos obrigatórios de segurança, estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, bem como de sinalizador móvel e fixo que possibilite a prestação de serviço com plena segurança, principalmente no período noturno;

V - possuir apólice de seguro contra terceiros, por danos físicos e materiais;

VI - submeter-se a vistorias periódicas, conforme exigência do DETRAN.

Art. 9º A condenação do concessionário/permissionário em ação cível, por danos causados a veículo removido, será considerada justa causa para a revogação da delegação, a interdição do concessionário/permissionário para participar de qualquer licitação para o mesmo serviço pelo prazo de dois anos.

Art. 10. Em nenhuma hipótese é permitido ao permissionário provocar qualquer dano no veículo para permitir ou facilitar a sua remoção, a não ser em caso de necessidade e para prestar socorro à ocupante do veículo.

Art. 11. Admite-se em caráter temporário e precário a contratação de prestador de serviço para realização dos serviços descritos no art. 1º da presente lei, pelo prazo de 90 dias, prorrogável apenas uma vez, por igual período, ou até a conclusão do procedimento licitatório competente, o que ocorrer primeiro.

Art. 12. Fica autorizado o chefe do Poder Executivo municipal a suprir, através de Decreto, os casos omissos.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas qualquer determinação contrária a presente.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

LEI N. 1.249, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

ESPECIFICAÇÃO	TAXA DE ARRANCADA (UFRM)	Valores - UFRM/ Km Rodado	DIÁRIA NO PÁTIO (UFRM)
VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E MOTOS	39,43	0,62	3,89
VEÍCULOS PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS)	91,85	1,83	9,79

*A hora parada na Delegacia é de 20,94 UFRM.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI N. 1.250

LEI Nº. 1.250, de 20 de abril DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO RECICLANIP, VISANDO DESENVOLVER AÇÕES CONJUNTAS E INTEGRADAS PARA PROTEGER O MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DA DESTINAÇÃO, AMBIENTALMENTE ADEQUADA, DOS PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação RECICLANIP, estabelecida à Rua Flórida, Bairro Brooklin Novo, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.892.627/0001-06, visando desenvolver ações conjuntas e integradas para proteger o meio ambiente, através da destinação, ambientalmente adequada, dos pneumáticos inservíveis.

Art. 2.º A execução do Convênio, de que trata o Art. 1.º, dar-se-á através das seguintes competências:

I – Por parte da RECICLANIP:

a) e efetuar o carregamento dos veículos de transporte dos pneus, certificando-se e garantindo que o local atenda as exigências legais a que se destina;

b) retirar os pneus inservíveis, quando solicitado, com frequência a ser estabelecida entre as partes convenientes, após o início das operações, dando-lhes destinação ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente, em particular da Resolução 258/99 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente;

c) informar ao Município de Cocal do Sul, mensalmente, a quantidade de pneus retirados;

d) informar ao Município de Cocal do Sul, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, as comunicações recebidas de órgãos ambientais ou do Ministério Público, que possam acarretar prejuízo na realização do Convênio.

Art. 3.º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas através de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º O convênio, autorizado pela presente Lei, terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej. Fazenda e

Finanças Públicas

LEI N. 1.251

LEI Nº. 1.251, de 29 de abril de 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.219, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica alterada a redação da alínea “d” do inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º

[...]

II.

[...]

d) Concessão de direito real de uso, com ou sem edificações, à empresa existente ou que venha se instalar no Município, a fim de atender as prioridades sócio-econômicas.”

Art. 2º Fica revogado o §5º do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014.

Art. 3º O parágrafo único e o “caput” do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014 passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º Em consonância com a Lei Federal nº 8666/93, os imóveis concedidos terão o ônus da inalienabilidade e impenhorabilidade, o que deverá necessariamente constar de escritura pública.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá o empreendimento beneficiado, hipotecar ou dar em garantia o terreno recebido, no caso de operações de crédito ou financiamento junto às instituições bancárias de fomento, para os fins de que trata esta Lei, mediante aprovação por parte de dois terços dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, devendo a cláusula de reversão e demais obrigações serem garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município.”

Art. 4º Fica alterada a redação da alínea “e” do artigo 5º da lei mencionada, passando a vigor:

“Art. 5º

[...]

e) As empresas contempladas com a doação e concessão de direito real de uso de terreno na vigência das Leis nº 590, de 15 de Agosto de 2003 e 1053, de 25 de Maio de 2011, também poderão adquirir o seu terreno através de compra, devendo atender os requisitos previstos nesta Lei.”

Art. 5º O caput do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014, passa a vigor com a seguinte redação:

“Passados os 10 (dez) anos da concessão e tendo a empresa o interesse na aquisição do imóvel, poderá o Município efetuar a venda, mediante avaliação prévia, parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e autorização Legislativa.”

Art. 6º Ficam acrescidos a alínea “g” e Parágrafo único, ao art. 5º da mencionada Lei:

[...]

g) a empresa que, no lapso de 10(dez) anos, possuir mais de um imóvel concedido poderá efetuar a compra desde que comprove a devida utilização dos mesmos, nos termos previstos nesta Lei, caso contrário os imóveis inutilizados reverterão ao Município.

Parágrafo único. Para fins de aplicação da alínea “g” deste artigo, entende-se como imóvel útil aquele que serviu para ampliação e melhorias das atividades da empresa.

Art. 7º Dá-se nova redação ao “caput” do artigo 6º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014:

“Art. 6º A concessão de direito real de uso e venda dependerá de prévia inspeção “in loco” de uma Comissão de Avaliação composta por no mínimo 07 (sete) membros titulares do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que terá a seguinte representação:

[...]"

Art. 8º O § 1º e o "caput" do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014 passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 8º A empresa que for beneficiada com a concessão de direito real de uso perderá os direitos decorrentes desta Lei, caso, sem motivo justificado:

[...]

§ 1º A entidade beneficiada com a concessão de direito real de uso, que não cumprir com a finalidade de presente Lei ou rescindir o contrato, terá os valores restabelecidos por lançamentos de ofício e cobrados com os respectivos acréscimos legais, retroagindo a data da concessão do benefício.

[...]"

Art. 9º Fica alterado o artigo 26 da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 26. Quando esgotados os terrenos para a concessão de direito real de uso, ficará responsável o Executivo Municipal, num prazo máximo de 02 (dois) anos, pela aquisição de novo terreno para a implantação de uma nova área industrial."

Art. 10. Dá se nova redação ao artigo 27 da Lei Municipal nº 1.219,

de 18 de Setembro de 2014:

"Art. 27. Poderá o Executivo Municipal, com autorização legislativa, comprar, permutar áreas de terras, com ou sem edificação, desapropriar, amigável ou judicialmente, as áreas necessárias à implantação de indústrias e outros estímulos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município, mediante aprovação por dois terços dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE."

Art. 11. Altera-se a redação do artigo 29 da Lei Municipal nº 1.219, de 18 de Setembro de 2014, passando a vigor:

"Art. 29. Constarão do respectivo documento de concessão de direito real de uso, cláusulas que cite expressamente as condições e termos desta lei."

Art.12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planejamento, Fazenda e
Finanças Públicas

LEI N. 1.252

LEI N. 1.252, de 06 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL - ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Ficam criados os Conselhos Escolares nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Cocal do Sul - Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Os Conselhos Escolares órgão colegiado, resguardados os princípios constitucionais e a normas legais, terão funções: consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora nas questões pedagógicas, garantindo o acompanhamento da aprendizagem de todos os alunos, auxiliando nos casos que interferem diretamente nesse processo, como baixa frequência escolar, indisciplina e abandono da escola.

Art. 3º. Os Conselhos Escolares têm por finalidade democratizar a unidade escolar, propiciando espaços de informação, formação e organização, promovendo a integração do poder público e comunidade escolar.

Art. 4º. Os Conselhos Escolares objetivam a conjunção de esforços entre os segmentos da escola, favorecendo a aprendizagem e a organização do espaço, proporcionando uma convivência democrática entre os sujeitos.

Art. 5º. O Conselho Escolar será composto por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar: pais ou responsável legal do estudante representando os pais, estudantes com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos ou pais representando os mesmos, professores e funcionários, tendo como membro nato o(a) Gestor(a) do Estabelecimento de Ensino.

§ 1º. O Conselho será regido por regimento próprio que subsidiará sua operacionalização.

§ 2º. O Conselho Escolar será composto de acordo com o número de estudantes:

I - Abaixo de 150 alunos.

SEGMENTO	TITULAR	SUPLENTE
GESTOR	01	01
PROFESSOR	01	01
FUNCIONARIOS	01	01
PAIS REPRESENTANDO OS PAIS	01	01
ESTUDANTES COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 16 ANOS OU PAIS REPRESENTANDO OS MESMOS	01	01

II - Acima de 150 alunos.

SEGMENTO	TITULAR	SUPLENTE
GESTOR	01	01
PROFESSOR	02	01
FUNCIONARIOS	02	01
PAIS REPRESENTANDO OS PAIS	02	01
ESTUDANTES COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 16 ANOS OU PAIS REPRESENTANDO OS MESMOS	02	01

Art. 6º. Cabe ao Conselho Municipal de Educação, estabelecer as normas e procedimentos para implantação dos Conselhos Escolares na Rede Pública Municipal de Ensino de Cocal do Sul.

Art. 7º. A manutenção dos Conselhos Escolares ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/FMAS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/FMAS/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/FMAS/2015

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 25 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação do espetáculo teatral "Vim Ver Maria", no dia 14 de maio de 2015, para o público atendido pelo CREAS. Peça voltada para a prevenção ao abuso sexual infantil, sendo destinada a crianças de 06 a 10 anos, através de inexigibilidade de licitação, art. 25 inciso III da lei nº 8.666/93.

Executante: Associação Cultural Soarte.

Razão da Escolha do Executante: Através de uma peça teatral temática, tendo como base em sua pesquisa, relatos cedidos por psicólogas e assistentes sociais. Pretende-se assegurar de forma lúdica, ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças de 06 a 10 anos sejam educadas a identificar o abuso precocemente e gerar atitudes de autoproteção. Da estréia em 2009 junto ao Creas da Cidade de Ourinhos-SP, até hoje já foram mais de 120.000 crianças de 06 a 10 anos em 53 cidades de 06 estados. Todas as apresentações foram organizadas entre o Grupo Soarte e a articulação integrada de Secretarias Municipais da Assistência Social, Educação, Cultura, Saúde, Transporte e Imprensa de 53 prefeituras brasileiras.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Justificativa do Preço: O valor é compatível com os preços praticados em outras apresentações.

Previsão Legal: Artigo 25, inciso III, da lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 12.01.2.033.3.3.90.39.99 (34).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 11 de maio de 2015

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015 – PMC

Objeto: Contratação de serviço para retirada, montagem, ajuste e calibração da bomba hidráulica e de aquisição de peças para conserto de sistema hidráulico de escavadeira Hidráulica New Holland E 135 BSR, Código Patrimonial PMC 641, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h30min do dia 22/05/2015.

Abertura: dia 25/05/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de maio de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 – PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos, com base na Lei Municipal nº 4.750, de 28 de abril de 2015 e Decreto nº 5.973 de 28 de abril de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 22/05/2015

Abertura: dia 22/05/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de maio de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - PMC

AVISO DE SUSPENSÃO

Objeto: contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE, Salário Educação, SDR e contrapartida do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Comunicamos às licitantes que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO temporariamente em face à liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Assim que o processo for concluído, publicaremos novas datas e prazos.

Concórdia, SC, 11 de maio de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2015 – PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia visando à elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Concórdia, SC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 11/05/2015 foi proferido o seguinte resultado: Damos provimento as licitantes PREMIER ENGENHARIA & CONSULTORIA SOCIEDADE SIMPLES e NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA, considerando ambas como ME ou EPP, alterando assim a condição de participação no certame através de lavratura de nova ata e também a licitante AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA, mantendo a inabilitação da licitante JEAN SENEM –ME, e, NEGAMOS provimento as licitantes MPB SANEAMENTO LTDA e JEAN SENEM –ME mantendo inalterado o resultado da sessão do dia 10/04/2015. De consequência, ficam as licitantes habilitadas convocadas para participar neste mesmo local, às 14h00min (quatorze horas) do próximo dia 21 (vinte e um) de maio de 2015, para participar da sessão abertura e julgamento das propostas de Preços Envelope 02. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 11 de maio de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente CPL

PORTARIA Nº 31/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 31/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.382 de 04 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei nº 4.014 de 24 de novembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº14/2009 que regulamenta a Lei nº 4.014, de 24 de novembro de 2008 que dispõe sobre o funcionamento e administração do Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o inciso VI do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º (...)

VI – CATEGORIA 6: auditórios: palestras, conferências e colação de grau de formaturas”, (NR)

II – o item 6 do Anexo único – Tabela de Valores para utilização do Centro de Eventos Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

CATEGORIA	TIPO DE EVENTO	PERÍODO/VALOR-UFIRs
6-AUDITÓRIOS	-Auditório "A"(270 cadeiras): palestras,conferências e colação de grau de formaturas.	- até 4 (quatro)dias: 280 - a partir do 5º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
	-Auditório " B"(270 cadeiras): palestras,conferências e colação de grau de formaturas.	- até 4 (quatro)dias: 280 - a partir do 5º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
	-Auditórios " A" e "B"(540 cadeiras): palestras,conferências e colação de grau de formaturas.	- até 4 (quatro)dias: 560 - a partir do 5º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMAR ANTONIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 33/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 33/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Idade à servidora MARILENE DE BONA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 11 de maio de 2015, à servidora MARILENE DE BONA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, 20 (vinte) horas semanais, nível 10.12, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 100056-01, Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de

contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 11 de maio de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2630/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.630, DE 6 DE MAIO DE 2015.

Concede Adicional por Tempo de Serviço.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com os arts. 41 a 43 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor Ivonei Gasparin Giordani, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, o Adicional por Tempo de Serviço de 1% (um por cento) do padrão de vencimento do cargo efetivo do servidor, correspondente a 1 (um) anuênio do período de 4 de maio de 2014 a 3 de maio de 2015, a partir de 1º de maio de 2015.

Concórdia, 6 de maio de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Arlan Guliani

2º Secretário

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 49/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 49/2015

Contratado: CIBELE STANGA ME

Objeto: CONSERTO DO TRATOR JOHN DEERE SLC 5600 COD. FRO-
TA N° 17

Valor: R\$ 7.156,00 (Sete mil cento e cinquenta e seis reais)

Vigência: 31/12/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 036/2015 DE CONTRATO DE 11 DE MAIO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 036/2015 DE CONTRATO DE 11 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 009/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/02/2013

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AMPLIAÇÃO DO OBJETO

Fica ampliado o quantitativo do objeto previsto no Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo, mediante a disponibilização, pela contratada, de mais uma (01) impressoras/copiadoras a ser

utilizada pelo setor de ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato 009, firmado em 18 de fevereiro de 2013, que antecedeu a este Termo Aditivo, a partir do mês de junho de 2015, em função da ampliação do objeto previsto na cláusula anterior, passa a ser de R\$ 2.093,50 (dois mil e noventa e três reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 07.806.780/0001-00

CONTRATADO: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA

DECRETO Nº. 091 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 091 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 42.744,61 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	90	01.0034	42.744,61

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 42.744,61 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0034, para pavimentação com pedras irregulares em parte da Rua Aires.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 30 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

TERMO DE ANULAÇÃO - PROCESSO TP 21/2015 PMCP

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO Nº 21/2015 PMCP – TOMADA DE PREÇOS

Anulação de processo Licitatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações;

CONSIDERANDO que em razão de erro nos valores do Projeto Básico – Orçamento (Planilha de Quantitativos e Custos Unitários), o processo licitatório 21/2015 PMCP torna-se anulado.

RESOLVE:

ANULAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 21/2015 PMCP, e conseqüentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Correia Pinto, SC, 11 de maio de 2015.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 887/15

DECRETO Nº 887/15

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO o falecimento do Honroso Senador Senhor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, que em vida prestou grandes serviços sociais ao Município de Corupá/SC;

DECRETA:

Art. 1º - LUTO OFICIAL, por 3 (três) dias, no Município de Corupá, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 11 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME EDITAL 001/2015.

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal nº 1.612/2005

FELIPE RAFAELI RODRIGUES, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.069/1990 e Lei Municipal nº 1.612/2005 torna público, o resultado da prova objetiva do processo seletivo de escolha dos membros do conselho tutelar do município de Corupá, conforme Edital 001/2015.

INSCRIÇÃO	NOME	STATUS
001/2015	MARCELO BAIER	APROVADO

Corupá, 11 de maio de 2015.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 83/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 83/2015

Aos onze dias do mês de Maio de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 83/2015, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E VEÍCULO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 11 de Maio de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 84/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 84/2015**

Aos onze dias do mês de Maio de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 84/2015, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA E MATERIAS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que

eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 11 de Maio de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS OFICIAIS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra

forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 22/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 08 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 22/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 22/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 08 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DE BANHEIRO DA UNIDADE DA POLÍCIA MILITAR. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 25/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e

Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 11 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2015
REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e a empresa Antônio Sérgio Curioni, com o valor total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO, NO DIA 14/05/2015 - AUDITÓRIO DA UNC, NA FORMA DO ARTIGO 25, II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 11 de maio de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitiba, 11 de maio de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 11 de maio de 2015.

João Carlos Martins dos Santos
Presidente do Fundo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO191/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC
MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato191/2015

Contrato Nº.: 191/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME
Valor : 5.412,60 (cinco mil quatrocentos e doze reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 02/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO192/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato192/2015

Contrato Nº.: 192/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN
Valor : 8.994,27 (oito mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos)
Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 02/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO193/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ:83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.:89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato193/2015

Contrato Nº.: 193/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RR 1C,CM 30 IMPRIMICÃO, MASSA ASFALTICA CBUQ, BASE PARA ASFALTO (PEDRA BRITA GRADUADA) PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO194/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato194/2015

Contrato Nº.: 194/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 13.540,00 (treze mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATO ANULADO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO195/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ:83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato195/2015

Contrato Nº.: 195/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
Valor : 15.930,00 (quinze mil novecentos e trinta reais)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATO ANULADO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO196/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato196/2015

Contrato Nº.: 196/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SASSO E ORTIZ LTDA ME
Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATO ANULADO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO197/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato197/2015

Contrato Nº.: 197/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 54.960,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATO ANULADO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO198/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato198/2015

Contrato Nº.: 198/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PAVIMAQUINAS COM. DE PECAS E SERVICOS LT
Valor : 150,00 (cento e cinquenta reais)
Vigência : Início: 04/03/2015 Término: 04/03/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 50/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : DIPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA OBRIGATÓRIA DA RETROESCAVADEIRA RK-406 B DE USO DO SETOR DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ART. 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO199/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato199/2015

Contrato Nº.: 199/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 12.600,00 (doze mil seiscentos reais)
Vigência : Início: 04/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO FORD F-4000 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E VIATURA IVECO FIAT DO 2ºBBM/ CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO200/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato200/2015

Contrato Nº.: 200/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada....: RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.
Valor : 9.976,00 (nove mil novecentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NA IMPRENSA ESCRITA COM VEICULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO201/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato201/2015

Contrato Nº.: 201/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: AGROPECUARIA E PLANEJAMENTO MARTINS LTDA
Valor : 8.585,28 (oito mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO202/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato202/2015

Contrato Nº.: 202/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Valor : 30.482,89 (trinta mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO203/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato203/2015

Contrato Nº.: 203/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO204/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato204/2015

Contrato Nº.: 204/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME
Valor : 1.272,09 (um mil duzentos e setenta e dois reais e nove centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO205/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato205/2015

Contrato Nº.: 205/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

Valor : 463,73 (quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO206/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato206/2015

Contrato Nº.: 206/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SC CÓPIAS LTDA

Valor : 283,80 (duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2014

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO207/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato207/2015

Contrato Nº.: 207/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 30,80 (trinta reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN.

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO208/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato208/2015

Contrato Nº.: 208/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor : 92,00 (noventa e dois reais)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO209/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato209/2015

Contrato Nº.: 209/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME

Valor : 14,70 (quatorze reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO210/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato210/2015

Contrato Nº.: 210/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME
Valor : 24,87 (vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO211/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato211/2015

Contrato Nº.: 211/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 101,68 (cento e um reais e sessenta e oito centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00

(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO212/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato212/2015

Contrato Nº.: 212/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME
Valor : 68,18 (sessenta e oito reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO213/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato213/2015

Aditivo Nº : 213/2015 - Contrato Nº: 2/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 5.161,47 (cinco mil cento e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A AQUISIÇÃO
DE GASOLINA COMUM, TENDO EM VISTA O REAJUSTE DE 6,27%
AUTORIZADO PELO GOVERNO FEDERAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO214/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato214/2015

Contrato Nº.: 214/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA
Valor : 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DES-
TINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL,
POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEI-
ROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E
OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE
AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE
SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA
EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO215/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato215/2015

Contrato Nº.: 215/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - ME
Valor : 1,90 (um real e noventa centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DES-
TINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL,
POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEI-
ROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E
OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE
AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE
SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA
EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO216/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato216/2015

Aditivo Nº : 216/2015 - Contrato Nº: 3/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: STANG & STANG LTDA
Valor : 6.742,37 (seis mil setecentos e quarenta e dois
reais e trinta e sete centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A AQUISIÇÃO DE
ÓLEO DIESEL COMUM, TENDO EM VISTA O REAJUSTE DE 3,96%
AUTORIZADO PELO GOVERNO FEDERAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO217/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato217/2015

Contrato Nº.: 217/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 13.540,00 (treze mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00
(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉ-
TRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS

E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO218/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato218/2015

Contrato Nº.: 218/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA

Valor : 15.930,00 (quinze mil novecentos e trinta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO219/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato219/2015

Contrato Nº.: 219/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SASSO E ORTIZ LTDA ME

Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO220/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato220/2015

Contrato Nº.: 220/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA

Valor : 54.960,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO221/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato221/2015

Contrato Nº.: 221/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTE

Valor : 40,00 (quarenta reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO222/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato222/2015

Contrato Nº.: 222/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACES-
SÓRIOS L
Valor : 194,00 (cento e noventa e quatro reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO223/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato223/2015

Contrato Nº.: 223/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - ME
Valor : 24.024,00 (vinte e quatro mil e vinte e quatro reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO224/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato224/2015

Contrato Nº.: 224/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO225/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato225/2015

Contrato Nº.: 225/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 510,00 (quinhentos e dez reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADENAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO226/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato226/2015

Contrato Nº.: 226/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO227/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato227/2015

Contrato Nº.: 227/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD
Valor : 56,67 (cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO228/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato228/2015

Contrato Nº.: 228/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CLARO S.A.
Valor : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 310/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço móvel pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de longa distância nacional e roaming nacional. A relação com as quantidades e e

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO229/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato229/2015

Contrato Nº.: 229/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
Valor : 1.182,00 (um mil cento e oitenta e dois reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO230/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato230/2015

Contrato Nº.: 230/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900
Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)

Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 277/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00
(84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLICIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO231/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato231/2015

Contrato Nº.: 231/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSULT CONTADORES ASSOCIADOS S/S LTDA ME
Valor : 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 08/03/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÁBEIS PARA AS APP'S (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DAS ESCOLAS) DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME A LEI Nº 3.776/2005

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO232/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato232/2015

Contrato Nº.: 232/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PE-CAS E A
Valor : 166,00 (cento e sessenta e seis reais)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEICULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS,

POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO233/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato233/2015

Contrato Nº.: 233/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 60,00 (sessenta reais)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO234/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato234/2015

Contrato Nº.: 234/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 69,95 (sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO235/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato235/2015

Contrato Nº.: 235/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD
Valor : 544,95 (quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO236/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato236/2015

Contrato Nº.: 236/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FUNDACAO FREI ROGERIO
Valor : 54.034,95 (cinquenta e quatro mil e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO, COBERTURA DA RAINHA E DA EXPOCENTRO 2015, COBERTURA DE EVENTOS E DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DE RÁDIO AM E FM, CONFORME ANEXO I

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO237/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato237/2015

Contrato Nº.: 237/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD
Valor : 544,95 (quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO238/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato238/2015

Contrato Nº.: 238/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.
Valor : 382,20 (trezentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 10/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO239/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato239/2015

Contrato Nº.: 239/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DE MARCO LTDA - FILIAL
Valor : 45.400,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015
Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00 (73)

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO240/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato240/2015

Contrato Nº.: 240/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: GERHARDT & PELEGRINI LTDA.
Valor : 83,20 (oitenta e três reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO241/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato241/2015

Contrato Nº.: 241/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
Valor : 330,00 (trezentos e trinta reais)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 13/04/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26)

Objeto : LOCAÇÃO DE 05 TRANSFORMADORES PARA USO NAS IMPRESSORAS PARA IMPRESSÃO DE CARNES DE IPTU/2015 NO PERÍODO DE 11.03.2015 A 13.04.2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO242/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato242/2015

Contrato Nº.: 242/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 1.967,05 (um mil novecentos e sessenta e sete reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO243/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato243/2015

Contrato Nº.: 243/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: GERHARDT & PELEGRINI LTDA.
Valor : 23.690,35 (vinte e três mil seiscentos e noventa reais e trinta e cinco centavos)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO244/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato244/2015

Contrato Nº.: 244/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: JULIO SILVESTRI FILHO - ME
Valor : 292,10 (duzentos e noventa e dois reais e dez centavos)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO245/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato245/2015

Contrato Nº.: 245/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME
Valor : 20.164,00 (vinte mil cento e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO246/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato246/2015

Contrato Nº.: 246/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
Valor : 21.354,00 (vinte e um mil trezentos e cinquenta e quatro reais)
Vigência : Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (78),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO247/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato247/2015

Aditivo Nº : 247/2015 - Contrato Nº: 155/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Valor : 22.330,41 (vinte e dois mil trezentos e trinta reais e quarenta e um centavos)
Vigência : Início: 12/03/2015 Término: 21/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO AOS ESTAGIÉRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO248/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato248/2015

Contrato Nº.: 248/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BELLENZIER PNEUS
Valor : 7.432,00 (sete mil quatrocentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO249/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato249/2015

Contrato Nº.: 249/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTE
Valor : 6.882,98 (seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO250/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato250/2015

Contrato Nº.: 250/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACES-SÓRIOS L
Valor : 42.086,00 (quarenta e dois mil e oitenta e seis reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO251/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato251/2015

Contrato Nº.: 251/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME
Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (34)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA DE "MEIO-FIO" DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO252/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato252/2015

Contrato Nº.: 252/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00
(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO253/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato253/2015

Contrato Nº.: 253/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: JK PNEUS LTDA.
Valor : 45,80 (quarenta e cinco reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO254/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato254/2015

Contrato Nº.: 254/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
Valor : 2.005,00 (dois mil e cinco reais)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO255/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato255/2015

Contrato Nº.: 255/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
Valor : 1.470,00 (um mil quatrocentos e setenta reais)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO256/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato256/2015

Contrato Nº.: 256/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME
Valor : 808,80 (oitocentos e oito reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO257/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato257/2015

Contrato Nº.: 257/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME
Valor : 539,20 (quinhentos e trinta e nove reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO258/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato258/2015

Contrato Nº.: 258/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME
Valor : 674,00 (seiscentos e setenta e quatro reais)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO261/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato261/2015

Contrato Nº.: 261/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 29,80 (vinte e nove reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 070/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto Locação de software de tesouraria para a Administração Municipal....Origem: AF 791/2014 PMDC. Aditivo de Correção de Valor da mensalidade conforme índice IGP—M Correspondente a 3,5442% - Vigência: 08/05/2015 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 08/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO: 009/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Macoenge Ltda -EPP

Objeto Reforma e ampliação no Posto de Saúde do Bairro.Três Fronteiras..Origem: TP 011/2014 FMS. Valor R\$ 12.321,05 Vigência: 08/05/2015 à 30/06/2015

Dionísio Cerqueira 08/05/2015

João Sthal – Gestor do FM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO: 021/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Construtora da Cruz Ltda -ME

Objeto Reforma e ampliação no Posto de Saúde do Distrito de Jorge Lacerda – Valor R\$ 8.333,82 E Reforma e ampliação do Posto de Saúde do Distrito de Idamar – Valor R\$ 7.351,81 -.Origem: TP 025/2014 FMS. Vigência: 08/05/2015 à 30/06/2015

Dionísio Cerqueira 08/05/2015

João Sthal – Gestor do FM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO: 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.

Objeto Reforma e ampliação no Posto de Saúde do Distrito de São Pedro Tobias – Valor R\$ 8.740,92 -.Origem: TP 025/2014 FMS. Vigência: 08/05/2015 à 30/06/2015

Dionísio Cerqueira 08/05/2015

João Sthal – Gestor do FM

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do pregão Nº 29/2015 FMS Objeto A presente licitação tem por objeto a aquisição de acessórios para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde.. Origem: Pregão 029/2015 FMS. Vencedor SBA Abastec. e Fretes Rodoviários Ltda - Valor R\$ 11.213,00

Dionísio Cerqueira 11/05/2015

João Sthal – Gestor do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 22/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 22/2015.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Maior Percentual de Desconto" por item, para CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA OU DROGARIA, VISANDO O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES ATENDIDAS PELA ASSISTENCIA SOCIAL OU BENEFICIADAS POR DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, ATRAVES DO CRITÉRIO DE MAIOR INDICE DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC-FARMA VIGENTE, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 21/05/2015. Hora: 09h00min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 21/05/2015 Hora: 09h30min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148. Doutor Pedrinho/SC, 07 de Maio de 2015..

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 024 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 024 de 11 de maio de 2015.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Escolar da Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA- Educação de Jovens e Adultos de Ermo/SC.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado a Lei Municipal nº 366, de 10 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar da Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA – Educação de Jovens e Adultos de Ermo conforme segue:

I - Diretora da Escola:

- Giane Pires Leonardo

II - Representante dos Trabalhadores em Educação docentes:

- Valcirlene Silva da Rosa

Edinéia Machado Simão

- Aline Mezzari Serafim

Leda Tramontin Zanatta

III - Representante dos Trabalhadores em Educação não docentes:

- Jairo Borges de Souza

Maria Bernardete Borges

- José Adriano de Vargas

Alice Mezzari Serafim

- Diorgenes Simão

Ivonete Domingos Gabriel

IV - Representante dos Pais, Mães ou Responsáveis Legais:

- Maristela Possamai Leonardo

Elisângela Manarim de Oliveira

- Varcileni Zanatta

Ana Lúcia Mezzari Serafim Marques

- Edna Maria dos Reis Simão

Cristiani Possamai Furlaneto

Art. 2º O exercício da função de membro do conselho Escolar não será remunerado e é considerado de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 18/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: HOSPCLIN – COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES - EIRELI

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico e odontológico do Posto de Saúde do Município de Ermo, durante o exercício de 2015

VALOR : O valor total previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado em R\$ 14.383,93 (quatorze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), passando para R\$ 71.919,68 (setenta e um mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2015

DATA DE VIGÊNCIA: 27/04/2015 á 31/12/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2014 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2013

EXTRATO DO CONTRATO nº 36/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

OBJETO: Aquisição de produtos e serviços postais, telemáticos e adicionais.

VIGÊNCIA: 15/04/2015 até 14/04/2016.

VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais)

Data da assinatura: 14/04/2015

REVOGAÇÃO DE DECRETO Nº 020/2015

REVOGAÇÃO DE DECRETO

Fica revogado na íntegra o Decreto nº 020/2015, de 28 de abril de 2015 que Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Escolar da Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA- Educação de Jovens e Adultos de Ermo/SC.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 017-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 017/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital de Concurso Público nº002/2014 e Processo Seletivo nº001/2015.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência-atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Maio de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO:PROFESSOR DE ARTES- 20H NÃO HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
VIVIANE GRIGOL GIRELLI	4º

CARGO:PROFESSOR DE MATEMÁTICA- 20H NÃO HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
VANESSA ROBERTA CANDEIA BERTONCELLO	3º

CARGO:PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA- 20H HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
LARA BASSI SANDI	1º

CARGO:COZINHEIRA - 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SIRLEI VERDI	7º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no Processo Seletivo que trata o Edital de Processo Seletivo nº001/2015.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
Registro no órgão competente (depende do cargo);
Cédula de Identidade;
CPF;
Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.
01 foto 3x4 recente;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;
Comprovante de conta corrente em Banco;
Comprovante de residência-atualizado;
Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.
Carteira de motorista; (depende do cargo).
Carteira de vacinação;
Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.
Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:
- Contra Hepatite B
- Contra Tétano
- Contra Febre Amarela
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.
Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:
- Contra tétano
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.
Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.
Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Maio de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO:PROFESSOR DE ARTES- 20H NÃO HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MARILIA GABRIELA DE SOUZA	5º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/PMF/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 74/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1 JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, CNPJ 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050, Sala 01, Humaitá, Tubarão/SC, neste ato representado pelo Sr. Rodrigo Mazzucco, brasileiro, portador da CI nº 5/R-2.931.233 e inscrito no CPF nº 888.063.249-34;

2 TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ 01.780.703/0001-42, estabelecida na Rua Henrique Lage, 2277, Santa Bárbara, Criciúma/SC, neste ato representado pelo Sr. Júnior Nunes Passarin, brasileiro, portador da CI nº 5.635.007 e inscrito no CPF nº 032.450.829-83;

3 PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES RAMOS EIRELI ME, CNPJ 79.864.567/0001-66, estabelecida na Rua Alvaro Catão, 535, Operária Nova, Criciúma/SC, neste ato representado pelo Sr. Miguel Angelo Pacheco, brasileiro, portador da CI nº 1216507 e inscrito no CPF nº 028.814.438-42;

4 GAMAPE COMÉRCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.341.788/0001-25, estabelecida na Rodovia Luiz Rosso, 880, Criciúma/SC, neste ato representado pelo Sr. Jovane Mariano, brasileiro, portador da CI nº 5.082.684-0 e inscrito no CPF nº 054.594.129-60;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 74/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em

desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste

instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada

à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 74/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 07 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

JÚLIO SILVESTRI FILHO ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Rodrigo Mazzucco
CPF: 888.063.249-34

TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Júnior Nunes Passarin
CPF: 032.450.829-83

PLÍNIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES RAMOS EIRELI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Miguel Angelo Pacheco
CPF: 028.814.438-42

GAMAPE COMÉRCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Jovane Mariano
CPF: 054.594.129-60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 75/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. DL JARDINAGEM LTDA, CNPJ/MF nº 20.015.262/0001-37 estabelecida na Rua Dioclesio Leandro, em Forquilha, representada pelo Sr.

Clézio Sehnem, CI 1529941, CPF 505.178.729-00;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 75/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a execução de serviços gerais de roçada e corte de grama a fim de atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de execução dos serviços constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA pela entrega dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela CONTRATADA num prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e

responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência

de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 75/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

DL JARDINAGEM LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Clézio Sehnem
CPF: 505.178.729-00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 194/PMF/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 194/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 34/2014 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES para os alunos da rede municipal de ensino por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/11/2015
3ª Publicação.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 58/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER

OBJETO – Contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades dos Programas CRAS, e CREAS durante o exercício de 2015, por meio da Secretaria de Assistência Social do município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.352,05 (hum mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1301.2046.3390 (198); 1301.2048.3390 (206)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 46/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 09 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 69/PMF/2015

DOADOR - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DONATÁRIA – SIDERÚRGICA CATARINENSE LTDA

OBJETO – O DOADOR tem o domínio útil do imóvel objeto desta doação, Lote nº 02 do Núcleo Industrial II do bairro Santa Líbera, localizado na Rua 126, com área total de 46.354,16m² (quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e quatro metros e dezesseis centímetros quadrados), e as seguintes confrontações: ao NORTE, 100,00 metros com o lote 01 do município de Forquilha e 132,38 metros com os lotes 01 e 02 da L&B Indústria de Alimentos Ltda.; ao SUL, 126,46 metros com área remanescente do município de Forquilha; ao LESTE, duas linhas de 151,31 metros e 214,71 metros com a FUCRI/UNESC; e ao OESTE, 324,10 metros com a Rua 126, devidamente matriculado sob nº 4.987 do livro Nº 2 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Forquilha, conforme registro nº R-2-4.987 da referida matrícula.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990 e na Lei Municipal nº 1.782, de 05 de março de 2012.

DATA DA ASSINATURA – 04 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 70/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO – aquisição de 02 (dois) veículos utilitários pick-up 0 km, para uso da Secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).

VIGÊNCIA – 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO – 0703.1012.4490 (136)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 72/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 05 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 29/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 29/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 98/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC

CONTRATADO – LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria continuada para a Elaboração de projetos e Gestão de Contratos e Convênios com o Governo Federal, para o Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de 02 de maio de 2015 a 02 de maio de 2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0002-2015 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0002/2015 – SANEFRAI
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2015 – SANEFRAI

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de perfuração e instalação de poço tubular profundo, no bairro Macieira, neste Município, com profundidade prevista para 80 (oitenta) metros, para abastecimento de água dos bairros Liberata e Macieira, nos termos dos Projetos anexos; Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário. Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 29.05.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de maio de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005_2015 SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0021/2015 – SF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2015 – SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação de nº 0005/2015 – SF, para Contratação de licença de software para dimensionamento hidráulico de redes coletoras de esgoto sanitário, para uso do setor de Engenharia da SANEFRAI, indicando o software denominado SANCAD FOX . Contratada: SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 01.903.128/0001-28 Valor e pagamento: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais). Fundamento Legal: Art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 11 de abril de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014_2015-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0014/2015 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de impressoras portáteis térmicas, para uso da SANEFRAI na emissão instantânea das faturas de água. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 29.05.2015. Abertura: 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 11 de maio de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

PORTARIA Nº 1118/2015

PORTARIA Nº 1118, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 058.323.749-59, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1119/2015

PORTARIA Nº 1119, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JUSSARA GONÇALVES SEÍSL SOLANHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 043.313.359-76, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1120/2015

PORTARIA Nº 1120, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0664/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSENI DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.851.549-37, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1121/2015

PORTARIA Nº 1121, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JEISIANE MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 095.843.639-80, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1122/2015

PORTARIA Nº 1122, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 073/2015, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JEISIANE MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 095.843.639-80, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1123/2015

PORTARIA Nº 1123, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 2691, de 14 de abril de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 11 de maio de 2015, o servidor ACIR RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 201.869.919-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 15 de dezembro de 2014, Benefício nº 1650289399.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 081/2015**DECRETO Nº. 081, DE 11 DE MAIO DE 2015.**

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0011, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0011 de 17 de abril de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 11 DE MAIO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0011 DE 17 DE ABRIL DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	1	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Dez de Novembro							

Critérios de Desempate							
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	1	3	2	NÃO	0	08/08/1976	3
2	4	0	0	NÃO	0	16/03/1979	0
3	3	0	0	NÃO	0	29/01/1995	0
4	2	0	0	NÃO	0	28/12/1982	3

		Soma de Pontos
1	CLARICE MARIA ANGOLERI	11
2	MARIZA APARECIDA MELO	6
3	ANA CARLA DE OLIVEIRA	6
4	JULIANA HEPP RIOS	0

DECRETO Nº 082/2015**DECRETO Nº. 082, DE 11 DE MAIO DE 2015.**

DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0010, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática, assim como a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0010, de 13 de abril de 2015, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 11 DE MAIO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0010 DE 13 DE ABRIL DE 2015

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Culturais (masculino)**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
1	FABIO JOSÉ PEDROSO DOS SANTOS		Não compareceu na prova prática

segunda-feira, 11 de maio de 2015

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0010 DE 13 DE ABRIL DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Culturais (masculino)**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	0	NÃO	28/12/1993

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	2	ARNALDO DOS SANTOS	38	38,33

Frei Rogério

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 005/2015 TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, E AS ASSOCIAÇÕES "FREI ROGÉRIO USUÁRIOS DA ÁGUA – AFRUA" E "CONSUMIDORES DE ÁGUA DO NÚCLEO TRITÍCOLA – ACANT".

CONVÊNIO Nº 005/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

Termo de convênio que entre si celebram o Município de Frei Rogério, e as associações "Frei Rogério Usuários da Água – AFRUA" e "Consumidores de Água do Núcleo Tritícola – ACANT", visando repasse financeiro para realização de inspeção, coleta e distribuição de água aos usuários residentes na sede do Município e na localidade do Núcleo Tritícola.

Aos 11 dias do mês de maio de 2015, o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, doravante denominado Município, situado à Rua Adolfo Soletti nº 750, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Exmo. Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal e as Associações, AFRUA situada a Rua Adolfo Soletti, centro, Frei Rogério/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.636.316/0001-98, representada neste ato por seu Presidente José Batista Alberton, e ACANT situada no distrito do Núcleo Tritícola, Frei Rogério/SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.152.198/0001-781, representada neste ato por seu Presidente Rodrigo da Silva Ribeiro, doravante denominadas – ASSOCIAÇÕES, de conformidade com seus estatuto social e atas de eleição de diretoria, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente termo de convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a ajuda e colaboração para a manutenção do serviço de coleta, análise e tratamento da água pelas associações aos munícipes de Frei Rogério e elas associados, em conformidade com a Lei Municipal nº 819/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - ÀS ASSOCIAÇÕES:

I - Manutenção dos serviços de abastecimento de água potável nas áreas urbanas do município de Frei Rogério, compreendendo a captação, adução, reservação, análise de controle de qualidade para adequação a portaria 518 do Ministério da Saúde, e distribuição da água potável.

II - Efetuar a prestação de Contas, até o quinto dia útil de cada mês dos gastos efetuados, mediante notas e/ou recibos, sob pena do imediato cancelamento dos repasses subsequentes.

b) – AO MUNICÍPIO:

I. Disponibilizar, oito parcelas de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para cada associação acima designada;

II. Depositar a importância prevista no inciso I, até o dia quinze de cada mês, em conta bancária aberta e fornecida pelas associações;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e os representantes que forem designados pelos estatutos sociais das Associações.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser cancelado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município, nos termos da Lei.

Frei Rogério - SC, 11 de maio de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

JOSÉ BATISTA ALBERTON

Presidente da Associação Frei Rogério Usuários da Água

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO

Presidente da Associação dos Consumidores de Água do Núcleo Tritícola

Testemunhas:

DECRETO Nº. 713/2015 DECRETA LUTO OFICIAL PELA MORTE DO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

DECRETO Nº. 713/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETA LUTO OFICIAL PELA MORTE DO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

Considerando, o falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira e Ex-Governador do Estado de Santa Catarina, ocorrido em 10/05/2015.

Considerando, a relevância dos serviços prestados, o legado que o Ex-Governador e homem público, Senador Luiz Henrique da Silveira deixou como exemplo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado, com profundo pesar, Luto Oficial por 03 (três) dias, no município de Frei Rogério, em virtude do falecimento

do Senador Luiz Henrique da Silveira e Ex- Governador de Santa Catarina.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério SC, 11 de maio de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

RESUMO CONTRATO 77/2015

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº 077/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 15/2015
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A EMPRESA CONTRATADA ATRAVES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 NA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE GRUPO MUSICAL/CONJUNTO PARA ANIMAÇÃO DE BAILE/SHOW DURANTE A COMEMORAÇÃO DO VIGÉSSIMO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE JULHO DE 2015, FOI A EMPRESA G4 PRODUÇÕES LTDA – EPP, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 077/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

FREI ROGÉRIO - SC, 08 DE MAIO DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Galvão

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 01/2015 ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015 (com errata)

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Galvão - SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 02 de Abril de 2015, em sua sede localizada Rua Sete de Abril, 140, Centro e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e da Lei Municipal 072/1993, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Galvão - SC, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 072/1993, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 795,76 (Setecentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 07:45 às 11:45 e das 13:15 às 17:15.

2.5.1 Sobreaviso noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 27 de Abril de 2015 a 26 de Junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 07:45 às 11:45 e 13:15 às 17:15, no Centro de Referência de Assistência Social, localizada na Rua Sete de Abril, 140, Centro, Galvão - SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV – conclusão de ensino Fundamental, comprovada através de Diploma de Conclusão.

V – Possuir carteira Nacional de Habilitação categoria "B"

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, mediante declaração, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração

específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 30/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 01/07/2015 a 07/07/2015, no horário de atendimento ao público 07:45 a 11:45 a 13:15 as 17:15, no Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Sete de Abril, 140, Centro, Galvão – SC.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 08/07/2015 a 14/07/2015, no horário de atendimento ao público no horário de atendimento ao público 07:45 a 11:45 a 13:15 as 17:15, no Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Sete de Abril, 140, Centro, Galvão – SC.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 15/07/2015 a 17/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 20/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à

propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário 8:00 as 16:00 de nos seguintes locais:

◦ Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco do Santos".

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.4.6 Cada eleitor poderá votar em 01 (um) candidato.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015 em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

- 5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 072/1993 sem prejuízo das demais leis afetas.
- 5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.
- 5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.
- 5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.
- 5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.
- 5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
- 5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
- 5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.
- 5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Galvão/SC, 23 de Abril de 2015.

ARIANE VELHO DOS SANTOS POTER

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GALVÃO/SC

COMISSÃO ELEITORAL:

EVANDRO FERNANDES ANDRÉ

CRISTIANE NIENOV

ALANA RENATA BACCIN

FRANCIELI FERNANDA TREMEA

Anexo I

CRONOGRAMA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR	
02/04/2015	Publicação do Edital
02/04/2015 a 22/04/2015	Impugnação do Edital
27/04/2015 a 26/06/2015	Período para Inscrições
30/06/2015	Publicação das Inscrições
01/07/2015 a 07/07/2015	Impugnação da Candidatura
08/07/2015 a 14/07/2015	Recurso Impugnação
15/07/2015 a 17/07/2015	Análise da Comissão Eleitoral das inscrições
20/07/2015	Divulgação do Resultado Definitivo
04/10/2015	Eleições
05/10/2015	Divulgação Resultado Eleição
10/01/2016	Posse

ARIANE VELHO DOS SANTOS POTER

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GALVÃO/SC

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 024/2015. Processo nº 032/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: CRIS GUINCHO SERVIÇOS LTDA CNPJ: 10.525.637/0001-55; Objeto: Concessão para execução do serviço de remoção, guarda e depósito dos veículos cujos condutores cometerem em âmbito de sua circunscrição, infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro. Valor Total: R\$ 775.200,00 (setecentos e setenta e cinco mil e duzentos reais) Data da Assinatura: 08/05/2015.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 75/2015

DECRETO Nº 75 DE 11 DE MAIO DE 2015

Súmula: "Decreta Luto Oficial no Município, e dá outras providências".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando o falecimento do Senador Sr. Luiz Henrique da Silveira ocorrido em 10/05/2015;
Considerando que o Sr. Luiz Henrique da Silveira foi senador, Ministro de Ciência e Tecnologia, Deputado Estadual e Federal, Governador de Santa Catarina por dois mandatos, e prefeito de Joinville por três vezes.
Considerando que o Sr. Luiz Henrique foi um grande homem e um dos grandes políticos do Estado de Santa Catarina e do Brasil.

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial, por 03 (três) dias, a partir desta data, em sinal de pesar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO = CONTRATO – CM 002/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato – CM 002/2015.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Procedimento: Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2015.

Contratada: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA,, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua José Honorato Muller nº 305, Bairro Coloninha, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, CEP 89110-000, inscrita no CNPJ sob nº 05.255.508/0001-54.

Objeto: Contratação de serviço de transporte de alunos para assistirem as sessões plenárias da Câmara de Vereadores Mirins que ocorrem quinzenalmente.

Valor do Contrato: Até R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais).

Prazo: Máximo até 31 de dezembro de 2015.

Data de Assinatura: 07 de maio de 2015.

Gaspar-SC, 08 de maio de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 20/2015

OBJETO: Aquisição de bobinas de faturas de água.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 02/06/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 02/06/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 08 de maio de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa, manutenção de caminhão, ser serviço/aquisição de peças necessários e eficazes para o Município de Grão-Pará, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Justifica-se, ainda, a quebra de ordem cronológica haja vista que o fornecedor condicionou a prestação dos serviços e o fornecimento de produtos exclusivamente ao preço de à vista, com desconto que contempla o interesse público e o interesse da Administração.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Someval Sociedade Mercantil de Veículos Automotores

Empenho: 1755 e 1756

Valor: R\$ 1.608,75

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 11 de maio de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DECRETO DF 028/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N° 000028/15 de 11 de Maio de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.03 - DEPARTAMENTO DA PROT. SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

(250)3.3.50.00.00.00.00.2.043-0002 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 20.000,00

Total Suplementação: 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.03 - DEPARTAMENTO DA PROT. SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

(188)3.1.90.00.00.00.00.2.043-0000 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

(190)3.3.90.00.00.00.00.2.043-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 20.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Maio de 2015.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 11 de Maio de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATO 52.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 52/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
Contratada...: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
Valor : 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
ÁREA DA SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DE SAÚDE 2015, CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE EM
AÇÕES
DE GESTÃO PARTICIPATIVA E CONTROLE, E AÇÕES DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, VISANDO A EDUCAÇÃO
PERMANENTE PREZADA PELA COMISSÃO INTERGESTORES
BIPARTI

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 34.2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015
PROCESSO Nº 34/2015 HOMOLOGAÇÃO: 11/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
ÁREA DA SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE SAÚDE 2015, CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE
SAÚDE EM AÇÕES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E CONTROLE, E
AÇÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, VISANDO A
EDUCAÇÃO PERMANENTE PREZADA PELA COMISSÃO
INTERGESTORES BIPARTI

CONTRATADO: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos
reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 07.15 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SCFV

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICI-
PAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assis-
tência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade
com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei
Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 10/15,
Edital de Pregão Presencial Nº 07/15. Objeto: Aquisição de Gê-
neros Alimentícios para manutenção do SCFV; recebimento de pro-
postas até às 10:00 horas do dia 25/05/15; a abertura do Edital
será às 10:00 horas do dia 25/05/15, no Setor de Compras, Con-
tratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de
Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone:
0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e
das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de maio de 2015.
IDIONE FABBI KROTH,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 60.15 LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E STANDS PARA EVENTOS DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº60/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em
conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vi-
gentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitat-
ório nº 74/15, Edital de Pregão Presencial Nº 60/15, Objeto: RE-
GISTRO DE PREÇOS para Locação de Estruturas, stands e outros
para eventos do Município; recebimento de propostas até às 09:00
horas do dia 25/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas
do dia 25/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da
Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaracia-
ba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no
Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30
e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de maio de 2015.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE RP Nº03/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2015 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2015
Objeto: Aquisição de pães.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º05/2015 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o no 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n. º05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: PANIFICADORA E CONFEIT KENO'S LTDA EPP, com sede na Rua 28 de Agosto, 2737, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º73.823.015/0001-23
Valor: R\$30.487,00 (trinta mil quatrocentos e oitenta e sete reais).
Vigência: Início: 07/05/2015 Término: 06/05/2016.
Guaramirim-SC, 11 de maio de 2015.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 31

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 31/2015 - Pregão Presencial Nº. 19/2015.

Objeto: Aquisição de Caminhão e Caçamba para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 804809/2014 (Processo nº. 2623.1019103-50/2014) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 26/05/2015 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 11 de maio de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 77/2014 TA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 77/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 52/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: SCHAFER E BELING LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução (Quadra Esportiva Escolar) constante na Clausula Segunda do presente Contrato para ate 30 de julho de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 11 de maio de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 616/2015

PORTARIA Nº 616/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora TAILANA CRISTINA DE BORBA (Matr. 4128), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Médico Veterinário, Nível – 10/2, Referência "A", 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 11 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 617/2015

PORTARIA Nº 617/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO BORGES DOS SANTOS (Matr. 212), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "P", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de setembro de 2013 e 13 de setembro de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de maio de 2015 a 09 de junho de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 618/2015

PORTARIA Nº 618/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO NELSON ROMUALDO (Matr. 447), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de outubro de 2013 e 03 de outubro de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de maio de 2015 a 09 de junho de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 619/2015

PORTARIA Nº 619/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 292/2015, do Servidor FLÁVIO FACENDA (Matr. 582), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "H", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de maio de 2015 a 22 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 620/2015

PORTARIA Nº 620/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA (Matr. 351), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Secretário Administrativo, Nível – 8, Referência "C", Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 11 de maio de 2015 a 22 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO PORTO ALEGRE
Veronica Maria Ferreira De Albuquerque - Me
CNPJ/MF Nº 14.682.896/0001-40
Rua Alberto Silva, nº 835

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2015 DE 06 DE MAIO DE 2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa Veronica Maria Ferreira De Albuquerque - Me, estabelecida na Rua Alberto Silva, nº 835, Vila Ipiranga, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ nº 14.682.896/0001-40, neste ato representado por sua Administradora, Senhora Veronica Maria Ferreira de Albuquerque, brasileira, inscrita no CPF nº 367.974.198-75, resolve celebrar o presente Termo de Retificação ao Contrato nº 005/2015, retificando as seguintes informações do mesmo:

"...Retifica-se - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - ...item 04 ..."

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor unitário em R\$	Valor Total em R\$
4	35291	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS - AR3 (PROINFÂNCIA) Tipo 3 - 12.000 BTUS Modelo Split High Wall Tipo de ciclo Quente/Frio Cor Branco ENCE A Filtro de Ar Anti-bactéria Vazão de Ar No mínimo 500 m³/h Controle remoto Sim Termostato Digital Funções Sleep e Swing Voltagem 220 V Equipamento de ar condicionado tipo Split High Wall deve possuir a tecnologia INVERTER. Apresentar ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE autorizada pelo Inmetro. Todos os aparelhos de ar condicionado deverão ser acompanhados do manual de instruções em português para uso, conservação e manutenção dos equipamentos. indicação da Voltagem. Matérias primas, tratamentos e acabamentos: As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Corpo do aparelho construído em polipropileno e borracha. Jarra para a polpa construída em acrílico SAN. Jarra em plástico virgem de 1º uso, atóxico. O produto e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes. (Marca Elgin)	2	1.889,00	3.778,00

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato 005/2015, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d' Oeste – SC, 06 de maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 067/2015

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 067/2015

SUSTA ATO ADMINISTRATIVO DO PODER EXECUTIVO QUE ESPECIFICA (Decreto nº 3121/2013 - "INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS E FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE SERVIÇOS EXECUTADOS COM EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS")

LEONARDO MASCARELLO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste – SC, no uso de suas atribuições e conforme dispõe Inciso VIII e XXI do Art. 19º da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste, estado de Santa Catarina, faz saber a todos que o plenário aprovou e fica promulgado o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 3121/2013, de 24 de janeiro de 2013, que "INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS E FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE SERVIÇOS EXECUTADOS COM EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 11 de maio de 2015.

LEONARDO MASCARELLO

Presidente

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 034 - 2015 PMI - REGISTRO DE PREÇO - RECAPAGEM DE PNEUS (OBRAS, DMER, AGRICULTURA)

PROCESSO Nº. 164/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015 – PMI

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM

OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 25/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 25/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 12 de maio de 2015.

TERMO DE SUSPENSÃO 01-2015 - D&Z**TERMO DE SUSPENSÃO**

Fica suspenso em comum acordo, a partir de 30/04/2015, os serviços oriundos da ata de registro de preços celebrado em 04/12/2013, entre a Prefeitura Municipal de Ilhota, e de outro lado a empresa D&Z Construção Civil e Locação de Mão de Obra Maquinas e Equipamentos LTDA.

Processo Licitatório PRG nº 19/2013

Ilhota, 27 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Ilhota

D&Z Construção Civil e Locação de Mão de Obra Maquinas e Equipamentos LTDA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome
RG

2. _____
Nome
RG

Imarui

PREFEITURA

PORTARIA Nº 249/2015

PORTARIA GP Nº 249/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido
RESOLVE:
EXONERAR:

CAROLINA ANTUNES ÁVILA do Cargo De Agente Educador, de acordo com a C.I nº 034/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 250/2015

PORTARIA GP Nº 250/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Professor de Ciências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:
EXONERAR:

PATRICIA MARQUES CARDOSO MELO do Cargo De Professor de Ciências, de acordo com a C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 251/2015

PORTARIA GP Nº 251/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido,
RESOLVE:
EXONERAR:

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO do Cargo De Professor de Educação Física, de acordo com a C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, a partir do dia 10 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 252/2015

PORTARIA GP Nº 252/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Ampliação de carga horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve,

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) SAIONARA MEDEIROS LINO de 20 horas para 40 horas semanais, na licença de tratamento de saúde da professora Valdete Manoel da Silva, nas Series Iniciais conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 253/2015

PORTARIA GP Nº 253/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Ampliação de carga horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve,

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) ROGÉRIO MATIAS JUSTINO de 20 horas para 40 horas semanais, na licença de tratamento de saúde da professora Valdete Manoel da Silva, nas Series Iniciais conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 254/2015

PORTARIA GP Nº 254/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:
NOMEAR:

CAROLINA PEDRO VIEIRA NUNES com CPF: 044.613.379-52 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 255/2015

PORTARIA GP Nº 255/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:
NOMEAR:

DILCÉIA DELFINO ZANELA com CPF: 037.020.049-71 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 256/2015

PORTARIA GP Nº 256/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:
NOMEAR:

BERENICE APARECIDA PEDRO DE OLIVEIRA com CPF: 130.397.598-09 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIA GP Nº 257/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:
NOMEAR:

KLINSMAN COSTA DOS SANTOS com CPF: 102.749.929-57 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIA GP Nº 258/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido RESOLVE:
EXONERAR:

SÔNIA REGINA DA ROCHA CARDOSO do Cargo De Professor de Series Iniciais, de acordo com a C.I nº 034/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, a partir do dia 10 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIA GP Nº 259/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

EDSON DA SILVA NAZARIO com CPF: 082.399.159-81 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 10h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 260/2015**

PORTARIA GP Nº 260/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

OTÍLIA ROCHADEL NUNES DE CASTRO com CPF: 767.039.839-68 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 261/2015**

PORTARIA GP Nº 261/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Artes Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

CHÉRIDA ALVES VIDAL com CPF: 039.644.879-88 para exercer o Cargo de Professor de Artes, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação,

Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 262/2015**

PORTARIA GP Nº 262/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Ciências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

MARCIA EUNICE SANTIAGO SALES CARDOSO com CPF: 225.873.898-95 para exercer o Cargo de Professor de Ciência, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 263/2015**

PORTARIA GP Nº 263/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

PAULO CESAR PEREIRA com CPF: 578.780.489-91 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 12 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 264/2015

PORTARIA GP Nº 264/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Inglês Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

RICARDO JEREMIAS JUSTINO com CPF: 097.676.729-58 para exercer o Cargo de Professor de Inglês, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 265/2015

PORTARIA GP Nº 165/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

TAINARA FERNANDES DELFINO com CPF: 098.644.789-74 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro.

Imaruí, 11 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 266/2015

PORTARIA GP Nº 266/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Matemática Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

SABRINA PEREIRA FLAUZINO com CPF: 093.502.669-03 para exercer o Cargo de Professor de Matemática, com carga horaria de 10h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 10 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 267/2015

PORTARIA GP Nº 267/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Especial Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, RESOLVE:

NOMEAR:

ROBERTA CABRAL MATIAS com CPF: 085.910.399-47 para exercer o Cargo de Professor de Educação Especial, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 88, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 88, DE 11 DE MAIO DE 2015.
Decreta Luto Oficial e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial por 3 (três) dias, pelo falecimento do Senador da República Luiz Henrique da Silveira, ocorrido em 10 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 89, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 89, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a suspensão da conversão de um terço da Licença-Prêmio em abono pecuniário e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 93, VII, c/c art. 32, I, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas de contenção de despesas em virtude da queda de arrecadação para manter as condições de equilíbrio entre receita e despesa no âmbito das finanças municipais;

CONSIDERANDO o contingenciamento no orçamento da União efetuado pelo Governo Federal, por intermédio do Decreto;

CONSIDERANDO que a arrecadação de tributos continua estagnada comparando com o mesmo período do ano anterior;

CONSIDERANDO que as demandas impostas pelas normas federais, mormente de programas, que impactam diretamente no nível da despesa municipal, com as implicações insculpidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa, por prazo indeterminado, a conversão de um terço da Licença-Prêmio em abono pecuniário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EDITAL SEAGP Nº 062/2015

EDITAL SEAGP Nº 062/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Maio a 11 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 062/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Daniela Francisco

EDITAL SEAGP Nº 063/2015

EDITAL SEAGP Nº 063/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Maio a 11 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseq-ente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 063/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Instrutor de artesanato PETI
Juçara de Oliveira Borges Pacheco

EDITAL SEAGP Nº 064/2015

EDITAL SEAGP Nº 064/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Maio a 11 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseq-ente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 064/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Recreador
Mirian Laurentino Mota

EDITAL SEAGP Nº 065/2015

EDITAL SEAGP Nº 065/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Maio a 11 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseq-ente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 065/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Balseiro

Itamar Martins de Souza

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 009/2015

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO	
Termo do Convênio nº 009/2015. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e o Lanche da Amizade de Imbituba . FUNDAMENTO Lei nº 4.520 de 05 de MARÇO de 2015 OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município a LANCHE DA AMIZADE DE IMBITUBA, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da fazenda VIGÊNCIA: De 12/03/2015 a 31/12/2015. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Srª Ivone Lopes de Oliveira Presidente do Lanche da Amizade.	

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO 017/2011

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 017/2011PARTÍCIPES: Município de Imbituba e COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES. FUNDAMENTO: Lei complementar 3.901, de 24 de maio de 2011. OBJETO: O objeto do presente convênio atribuir à Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – CERPALO o encargo de arrecadar a contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica na área de Permissão do Município de Imbituba VALOR DO CONVÊNIO: A arrecadação de que trata a Clausula Primeira será feita juntamente com as contas de consumo de energia elétrica, ficando a COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES – CERPALO desobrigada da arrecadação das contribuições dos consumidores que por qualquer razão deixem de pagar as suas contas SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr Nilso Pedro Pereira .	

PORTARIA PMI/GGP Nº 287/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 287, de 08 de maio de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Médico - ESF, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,
Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,
Considerando o disposto junto aos Processos Administrativos nº 6.792, de 28 de abril de 2015 e nº 7.118, de 04 de maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter emergencial, para exercer o cargo/emprego público de Médico - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Ivandro Teixeira Romagna	014.832.179-81	06/04/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 288/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 288, de 11 de maio de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 18/2014 e Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Aline Nascimento Gonçalves	Professora I – 20h	096.075.829-18	PSS 18/2014	04/05/2015
Caroline Damázio de Souza	Professora I – 20h	090.800.919-44	PSS 01/2015	04/05/2015
Gabriela de Carvalho	Professora I – 20h	010.090.899-35	PSS 18/2014	04/05/2015
Josiane Natália Pacheco dos Santos	Professora I – 20h	017.914.099-03	PSS 18/2014	04/05/2015
Tuanny Constantino Nandi	Professora I – 20h	074.177.889-04	PSS 01/2015	04/05/2015
Maria Aparecida Martins	Professora I – 20h	029.115.549-90	PSS 01/2015	04/05/2015
Patrícia Couto de Oliveira Carvalho	Professora II – 20h	022.098.699-19	PSS 18/2014	04/05/2015
Célia Maurília da Silva Pacheco	Professora I – 20h	023.075.769-32	PSS 18/2014	06/05/2015
Jadna Pereira Moraes Gonçalves	Professora I – 20h	036.819.699-22	PSS 18/2014	06/05/2015
Renata Martinazzo Sernajoto	Professora I – 20h	097.781.499-84	PSS 18/2014	06/05/2015
Edimaura Vieira Marques	Professora I – 20h	320.951.848-31	PSS 18/2014	08/05/2015
Aloísio Mello Filho	Professor I – 20h	578.688.679-49	PSS 18/2014	11/05/2015
Thaymara da Rosa Freitas	Professora II – 40h	087.992.869-71	PSS 18/2014	11/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de maio de 2015.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 096/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 096/2015

CONTRATADA: MDR PRODUÇÕES LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: A contratação dos serviços de locação de sistemas de sonorização e iluminação em caminhão palco móvel incluindo montagem, desmontagem e operação dos equipamentos, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 28 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.

CONTRATO Nº 097/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 097/2015

CONTRATADA: WILLIAN WALTER SIEVERDT ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do contrato, a apresentação de espetáculos teatrais denominado "O Flautista de Hemlin", para público estimado de 1.000 (mil) pessoas, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 04 de maio de 2015 até 30 de junho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2015.

CONTRATO Nº 098/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 098/2015

CONTRATADA: CIA ALMA LIVRE – MÚSICA, TEATRO E ANIMAÇÃO S/S LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do contrato, a apresentação de espetáculos teatrais denominado "Tem Xente uma Feis", conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 04 de maio de 2015 até 30 de junho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 094/2015.

Pregão Presencial nº 039/2015-10430

Objeto: Aquisição de veículo tipo caminhão/caminhonete com capacidade de carga de 1.500kg.

Entrega dos envelopes: 25/05/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 25/05/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DECRETO 1608/2015

DECRETO Nº. 1608, DE 10 DE MAIO DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL PELA MORTE DO SENADOR DA REPUBLICA E EX-GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 23 da Lei Orgânica do Município de 12 de novembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1. Fica decretado luto oficial de 03(três) dias, a contar edição deste decreto, em todo o território do Município de Iomerê, em sinal de pesar pelo falecimento do senador da República e ex-governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009, revogadas as disposições em contrário.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças nesta data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC

REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de apresentação, divulgação e discussão do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM – SC (PME), instrumento base para implementação de políticas públicas visando à universalização do atendimento e à eficácia das metas e estratégias na área de educação para o decênio 2015 - 2024.

Art. 2º A Audiência Pública terá o objetivo específico de apresentar o conteúdo da Versão Preliminar do PME, receber sugestões, recomendações, críticas ou propostas, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do Plano.

Parágrafo único. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

Art. 3º. A audiência terá primeira chamada às 13h: 30 min., e iniciará em segunda chamada impreterivelmente às 14 horas, com qualquer número de presentes.

Parágrafo único. O encerramento da sessão acontecerá às 17 horas.

Art. 4º. O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

- I. Nome legível, endereço, e telefone;
- II. Número do documento de identificação;
- III. A entidade pública ou privada a que pertence; e,
- IV. Assinatura.

Parágrafo único. A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

CAPÍTULO II

DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 5º A Audiência será conduzida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes nos termos definidos neste Regimento, com o apoio da Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Presidente da Audiência Pública será a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou seu representante.

Art. 6º São prerrogativas do Presidente da Sessão:

- I. designar um ou mais secretários para assisti-lo;
- II. designar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;
- III. decidir sobre a pertinência das intervenções orais;
- IV. decidir sobre a pertinência das questões formuladas;
- V. dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
- VI. Alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.

Art. 7º O Presidente da sessão indicará um Moderador para lhe auxiliar na condução e organização da audiência, sendo atribuições do Moderador, com auxílio dos Secretários designados:

- I. Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- II. Controlar o tempo das intervenções orais;
- III. Registrar o conteúdo das intervenções;
- IV. Sistematizar as informações;
- V. Elaborar a ata da Sessão;
- VI. A guarda da documentação produzida na audiência.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 8º Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou cidadã residente na cidade de Ipumirim, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão mencionado no Edital de Convocação.

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I. Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- II. Debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública;

Art. 10º São deveres dos participantes:

- I. Respeitar o Regimento Interno da audiência pública;
- II. Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- III. Tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 11º É condição para a participação nos debates, a prévia inscrição.

Parágrafo único. A ordem de inscrição determinará a seq-ência dos debatedores.

Art. 12º A inscrição deverá ser realizada após a abertura da audiência, por meio de manifestação oral e encerrar-se-á após a exposição de cada tema.

Parágrafo único - A inscrição das perguntas ou sugestões deverá ser realizada, durante a exposição de cada eixo (tema), através de manifestação oral.

CAPÍTULO IV

DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 13º A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

- I. Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;
- II. Leitura e exposição – item a item – do conteúdo da versão Preliminar do Plano Municipal de Educação (PME) de Ipumirim, pelos responsáveis por sua elaboração;
- III. Debates orais;
- IV. Encerramento com a leitura resumida e aprovação dos pontos principais da sessão.

Art. 14º Nos debates as perguntas poderão ser respondidas em blocos, conforme sua similaridade, a critério dos secretários designados pelo Presidente.

Art. 15º Os participantes disporão de 02 (dois) minutos, após a exposição determinada no inciso II, do Art. 13º, observada a ordem de inscrição para manifestação.

Parágrafo único. Será permitida 01 (uma) intervenção oral de 01 (um) minuto durante manifestação dos participantes, desde que autorizadas pelo Presidente da sessão.

Art. 16º Os técnicos do Município e a Equipe Técnica de elaboração do Plano Municipal de Educação terão 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.

Art. 17º O participante terá direito a réplica, com o tempo de 02 (dois) minutos, desde que o questionamento ou observação seja pertinente ao assunto exposto.

Parágrafo único – A critério do Presidente da sessão, caberá resposta “a posteriori” por escrito.

Art. 18º Os técnicos terão direito a tréplica, com o tempo de (02) dois minutos.

Art. 19º Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

Concluídas as exposições e as intervenções, o será lavrada a Ata de Certificação da Realização do evento, relatando resumidamente o ocorrido durante a sessão, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente da sessão presidente do Conselho Municipal de Educação, e dará por encerrada a Audiência Pública,

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20º. As opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo e deliberativo, destinando- a alterações da proposta preliminar do Plano Municipal de Educação (PME) quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

Ipumirim, 11 de maio de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito

Marineide Pick Pilatti
Secretária Mun. de Educação, Cultura e Esportes.

Sandra Anater
Presidente do Conselho Municipal de Educação.

PORTARIA Nº.261/2015 DE 11 DE MAIO DE 2.015.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

C O N C E D E

A JOAO CARLOS FERRARI, matrículas 1089, Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 11/05/2015 a 09/06/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11 de Maio de 2015.

Ipumirim - SC, 11 de Maio de 2.015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito.

PORTARIA Nº. 258/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015.

ALTERA PORTARIA 222/2015 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

ALTERA PORTARIA

Fica alterada a portaria 222/2015 que contratou CRISTINA FERAZZO TORRES DOS REIS, sob a Matrícula 2412-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5962009 e do CPF 097.653.539-44, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu passando para professora para turmas de alunos com inclusão 20 horas semanais lotação Orides Rovani de Bom Sucesso, para o período de 04/05/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 04/03/2015.

Ipumirim - SC, 04 de Maio de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 262/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

C O N T R A T A

ROSANE LAZZAROTTO ROSSETTO, sob a Matrícula 2427-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.468.719 e do CPF 945.193.909-15, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 11/05/2015 a 18/12/2015. Em substituição a Marineide Pick Pilatti ocupante de cargo em comissão.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/05/2015.

Ipumirim - SC, 11 de maio de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 263/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

REDUZ CARGA HORARIA DA PORTARIA 177/2015 QUE ALTEROU CARGA HORARIA DA PORTARIA 153/2015 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

REDUZ CARGA HORARIA

Fica reduzida a carga horária da portaria 177/2015 da senhora GISELE RODRIGUES SANTOS DE AVILA, sob a Matrícula 2379-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.768.357 e do CPF 983.604.421-34, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Inglês, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, passando para 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional João Jacob Nicoden, para o período de 11/05/2015 a 18/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/05/2015.

Ipumirim - SC, 11 de Maio de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito.

PORTARIA Nº. 264/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SILVANO ANTONIO SCHMIDT, matrícula 507-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 02/02/2015 e gozo de 11/05/2015 a 09/06/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11/05/2015.

Ipumirim - SC, 11 de maio de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 265/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

PRORROGA PORTARIA 178/2015 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ENFERMEIRA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando que a titular esta em licença Maternidade.

PRORROGA

Fica prorrogada a portaria 178/2015 que contratou a senhora SIMONI CHIOTTI, sob a Matrícula 2398-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4134484 e do CPF 069.188.989-90, para ocupar o cargo em caráter temporário de Enfermeira (o), constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 182, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 11/05/2015 até a volta da titular Adriana Bortolanza que esta em licença Maternidade.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/05/2015.

Ipumirim - SC, 11 de Maio de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito.

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME e Papelaria São Bento Ltda EPP.

Irineópolis, 05 de maio de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2015.

“Cria o Fundo Municipal de Direitos do Idoso – FMDI de Irineópolis, e dá outras providências.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Irineópolis – SC.

Art. 2º. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso:

- I. – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;
- II. – transferências do Município;
- III. – as resultantes de doações do setor Privado pessoas físicas ou jurídicas;
- IV. – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V. – as advindas de acordos e convênios;
- VI. – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei nº 10.741/03;
- VII. – outras.

Art. 3º O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, tendo sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMI.

§ 1º. Será aberta uma conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Direitos do Idoso”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, a ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após análise e aprovação do CMI.

§ 2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Caberá a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, gerir o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, sob a orientação

e o controle do CMI, cabendo ao seu titular:

- I. – solicitar a política de aplicação dos recursos ao CMI;
- II. – submeter ao CMI demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III. – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV. – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 07 de Maio de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº 143/2015

PORTARIA Nº 143/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, letra “b” da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

R E S O L V E:

Art 1st - CONTRATAR, JENIFFER ALINE AVANCINI, nascida em 03/10/1995, portadora do CPF nº 055.797.789-45RG. nº 6.109.868 SSP/SC, para no período de 20/04/2015 a 19/04/2016, exercer as atividades de Auxiliar Administrativa (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo - Edital nº 001/2015/SMDC, homologado em 26/03/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 007/2015, para atuar da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, visando suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - O contrato de trabalho temporário, mencionado no art. 1º, poderá ter seu encerramento antecipado, caso haja preenchimento da vaga por servidor efetivo, aprovado em concurso público.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 20/04/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 148/2015

PORTARIA N º 148/2015.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 04/05/2015 à 01/08/2015, a servidora efetiva JANETE JUSAK DE OLIVEIRA.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Maio de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 149/2015

PORTARIA N º 149/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora ROSANE DENK, nascida em 18/05/1992, portadora do CPF nº 083.220.379-37, RG. n º 5.241.393-4 SESP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 025/2015 de 03/02/2015, com redação dada pela Portaria nº 125/2015, e Contrato de Trabalho Temporário nº 09/2015/SME, passando de 20 para 40 h/sem, para no período de 30/04/2015 à 17/07/2015, atuar no ensino fundamental do NE Guilherme Bosow, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ATA RP PROC 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2015 - PR

Processo Administrativo: 20/2015
Processo de Licitação: 20/2015
Data do Processo: 16/04/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONERS E TONERS COMPATÍVEIS PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 19/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 5 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pelo(a) Portaria nº 540/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 20/2015, Licitação nº 11/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão entendeu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 20/2015, Pregão Presencial nº 11/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andreza Bendini, Sra. Cassiana Laís Brand e Sra. Marcia Maria Kerschlar - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 540/2014; João Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda - ME e André Luis Müller - representante da empresa 19 - Soluções Tecnológicas Ltda ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Papelaria São Bento Ltda - ME e 19 - Soluções Tecnológicas Ltda ME as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Participante: 9299 - 19 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ME

Item	Descrição	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Recarga Toner 278-A	UN	130,00	PREMIUM	0,0000	51,50	6.695,00
5	RECARGA TONER SAMSUNG ML 2850	UN	15,00	PREMIUM	0,0000	81,10	1.216,50
6	RECARGA TONER SAMSUNG D 105 S	UN	15,00	PREMIUM	0,0000	65,90	988,50
16	TONER COMPATIVEL 285-A	UN	20,00	PREMIUM	0,0000	59,80	1.196,00
19	TONER COMPATIVEL SAMSUNG ML 2850	UN	5,00	PREMIUM	0,0000	90,00	450,00

Total do Participante -----> 10.546,00

Participante: 9397 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	RECARGA TONER 285 A	UN	70,00	ECOLOGIC	0,0000	51,50	3.605,00
3	RECARGA TONER TN 360	UN	30,00	ECOLOGIC	0,0000	69,20	2.076,00
4	RECARGA TONER BROTHER TN 580	UN	30,00	ECOLOGIC	0,0000	74,90	2.247,00
7	RECARGA TONER HP CF 350A	UN	8,00	ECOLOGIC	0,0000	58,80	470,40
8	RECARGA TONER HP CF 351A	UN	8,00	ECOLOGIC	0,0000	58,80	470,40
9	RECARGA TONER HP CF 352A	UN	8,00	ECOLOGIC	0,0000	58,50	468,00
10	RECARGA TONER HP CF 353A	UN	8,00	ECOLOGIC	0,0000	58,50	468,00
11	TONER COMPATIVEL 4P CF 350 A	UN	2,00	ECOLOGIC	0,0000	66,00	132,00
12	TONER COMPATIVEL 4P CF 351 A	UN	2,00	ECOLOGIC	0,0000	66,00	132,00
13	TONER COMPATIVEL 4P CF 352 A	UN	2,00	ECOLOGIC	0,0000	66,00	132,00
14	TONER COMPATIVEL 4P CF 353 A	UN	2,00	ECOLOGIC	0,0000	66,00	132,00
15	TONER COMPATIVEL 278-A	UN	20,00	ECOLOGIC	0,0000	59,40	1.188,00
17	TONER COMPATIVEL BROTHER TN 360	UN	8,00	ECOLOGIC	0,0000	69,00	552,00
18	TONER COMPATIVEL BROTHER TN 580	UN	8,00	ECOLOGIC	0,0000	75,10	600,80

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR	
CNPJ: 83.102.558/0001-05 RUA PARANA, 200 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC		Processo Administrativo: 20/2015 Processo de Licitação: 20/2015 Data do Processo: 16/04/2015	
			Folha: 2/2

Participante: 9397 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	TONER COMPATIVEL SAMSUNG D 105 S	UN	5,00	ECOLOGIC	0,0000	84,50	422,50
Total do Participante ----->							13.096,10
Total Geral ----->							23.642,10

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Irineópolis, 5 de Maio de 2015

COMISSÃO:

- ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA
ANDRESSA BENDLIN
CASSIANA LAIS BRAND RODRIGUES
MARCIA MARIA KERSCHER
PATRICIA FABIANE FRONCZAK MARQUES
REINALDO STASIAK
- - Pregoeiro(a)
- - MEMBRO
- - MEMBRO
- - MEMBRO
- - MEMBRO
- - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- ANDRE LUIS MULLER
JOÃO FRANCISCO CANDATEN
- - Representante
- - Representante

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 25 de maio de 2015, para contratação de empresa para efetuar o seguro de RCO para os veículos ônibus e vans para transporte escolar e de passageiros. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 25 de maio de 2015 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 11 de maio de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

EDITAL 008 - PROCESSO SELETIVO 002/2015

EDITAL008 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 002/2015, homologado pelo Decreto 027/2015 de 28 de abril de 2015, para comparecerem no dia 12 de MAIO 2015, às 9h na Secretaria Municipal de Saúde, Itá/SC.

Estagiários

SECRETARIA DE SAUDE

Nº inscrição Nome

027 Alessandra Hall

Itá, 11 de maio de 2015

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do contrato Nº 04/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada em Limpeza e desinfecção das Caixas e reservatório de água e aquisição de elementos filtrantes para manutenção dos Aparelhos de Bebedouro nas Unidades Sanitárias e ESFs da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Valceni Silveira de Oliveira - ME. Valor total: R\$ 4.940,00 (quatro mil novecentos e quarenta reais). Vigência: 30 de novembro de 2015. Itaiópolis, 11/05/2015. Eliseu Alexandre Gabardo – secretário Municipal da Saúde.

LICITAÇÃO Nº 16/2015

Processo Licitatório nº 16/2015, Pregão Presencial nº 16/2015. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de Serviços de Lavagem dos Veículos utilizados pela Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 25 de maio de 2015; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 25 de maio de 2015 na Secretaria Municipal da Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787. Itaiópolis/SC, 11/05/2015. Eliseu Alexandre Gabardo, Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

PREGÃO Nº 97/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 97/2015

Dispensa de Licitação nº 97/2015

Partes: Município de Itapiranga e Teresinha Petry Stulp

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados para o Programa de Merenda Escolar deste Município.

Fundamento: Artigo 14 §1 e os pressupostos do artigo 24, da Lei nº8.666/93.

Vigência: 31/12/2015

Valor: R\$ 14.000,00

Itapiranga - SC., 08 de maio de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 98/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 98/2015

Dispensa de Licitação nº 98/2015

Partes: Município de Itapiranga e Maquinas e Motores Sperandio Ltda

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças, mão de obra e deslocamento para manutenção dos tratores Massey Ferguson 4275/4, a disposição do setor de Urbanismo e Saneamento, desta Municipalidade.

Fundamento: Inciso XVII artigo 24, da Lei nº8.666/93.

Valor: R\$ 5.820,00

Itapiranga - SC., 08 de maio de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO - PREGÃO Nº 24/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data	11/05/2015	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	PREGÃO PROCESSO	Nº 24/2015 Nº 42/2015

OBJETO:

Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos para uso das Unidades de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Ao décimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Juliana Cristina Soares Speck, conforme Decreto nº 2438/2015, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

Itapoá, 11 de maio de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA PREGOEIRA OFICIAL	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL MEMBRO	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO

TERMO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 25/2015

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 12 de maio de 2015. HORÁRIO: 09h:30min (Abertura)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 - PROCESSO Nº 43/2015 - Contratação de empresa para fornecimento e transporte de 20.000m³ de saibro de rocha britado, classificação peneira no máximo até 4" (polegadas), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima mencionados, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, por razões de interesse público.

Itapoá, 08 de maio de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 26/05/2015 às 08h45min, com entrega dos envelopes até às 08h30min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS, MOBILIÁRIO EM GERAL E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br.

Jacinto Machado - SC, 11 de Maio de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado- SC, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

· TERMO DE COMPROMISSO Nº TC/PAC 0001/2014; Processo nº 25100.001.276/2014-11 firmado entre a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde e o Município de Jacinto Machado – SC.

Objeto do Convênio: Execução do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Origem dos Recursos: Ministério da Saúde - FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

Data do Repasse da 1ª Parcela: 07/05/2015

Valor da 1ª Parcela: R\$ 611.480,00 (Seiscentos e Onze Mil e Quatrocentos e Oitenta Reais).

Jacinto Machado/SC, 11 de Maio de 2015.

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO INEXIGIBILIDADE 2/2015/FMS - PL 12/2015/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2015 – FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 – FMS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DA CREDENCIADA

§ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA (HUST), entidade filantrópica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.592.369/0009-88, situada à Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, Joaçaba, SC.

4 – DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência até 31 de dezembro de 2015, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

30 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

31 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 08 de maio de 2015.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADEMIR LUIZ RIGHI
Secretário

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

003/2015

Diante da impossibilidade de notificação via correios e na residência do lançamento tributário, notificamos o contribuinte 14036 – ARCEDILIA NEVES DA CRUZ, que foi efetuado o lançamento complementar do Imposto Territorial Urbano, exercício de 2015, cujo valor é de R\$ 101,66. Conforme constatado diferença do logradouro frontal do lote, IPTU/2015. Os imóveis referidos na notificação é na Rua Pedro Santchuk, S/N, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, número do imóvel é 10460 e 10461, conforme apurado na Notificação de Lançamento nº 246/2015.

Valores e maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, em 11 de maio de 2015.

Iria Flávia Rodriguez Torrico

Secretaria de Gestão Financeira

Eduardo Barbosa

Chefe do Setor de Cadastro/IPTU

PORTARIA N.º 4310

PORTARIA Nº 4.310 DE 07 DE MAIO DE 2015

“NOMEIA COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 1º semestre 2015:

Secretaria Municipal de Saúde:

Ana Paula Franke

Marcia Maria Zimmermann Magro

Sulany de Fatima B. Welter

Secretaria Municipal de Educação :

Danusa de Britto Oliveira

Eliane Ferronato Filipiacki

Gabriela Pratto

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Nelia Maria Fin

José Antonio Martins

Venilton Rogerio Teles

Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito, Diretoria de Esportes:

Celso Felipe Bordin

Jose Otavio Dalmedico

Roberto Minati

Rony Edson Lenz

Secretaria de Gestão Financeira, Procuradoria:

Eliaana Zardo

Claudete Maria Toscan da Silva

Iria Flávia Rodriguez Torrico

Vania Brandalize

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação:

Jorge Ronaldo Pohl

Pedro AlvaDir Pereira

Valdecir Valentin Darold

Secretaria Municipal de Ação Social:

Ivone Zanatta

Maristela Rosa Abatti Schuler

Mario Wolfart

Art. 2º - Fica designada a direção de cada unidade escolar para acompanhar e realizar a avaliação dos respectivos servidores, em conformidade com o Anexo VI da Lei Complementar n.º 287/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4311

PORTARIA Nº 4.311 DE 07 DE MAIO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) MARISETE DA ROSA BOTTEGA, Gerente de Melhor Idade, nível CC-4, com lotação vinculada Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações, em especial a Lei Complementar n.º 299/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4312

PORTARIA Nº 4.312 DE 08 DE MAIO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) MARISETE DA ROSA BOTTEGA, Assistente da Melhor Idade, nível CC-4, com lotação vinculada Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações, em

especial a Lei Complementar n.º 303/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de maio de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4313

PORTARIA Nº 4.313 DE 08 DE MAIO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) IVETE APARECIDA FACIN, Gerente da Melhor Idade, nível CC-3, com lotação vinculada Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4314

PORTARIA Nº 4.314 DE 08 DE MAIO DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) ERICA TOMAZI RIBEIRO, para exercer as funções de Técnico de nível superior Programa Acessuas (Programa Municipal de Acesso ao Mundo do Trabalho), com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 248 de 09 de agosto de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial o disposto na Lei Complementar n.º 294 de 16 de março de 2015.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4315

PORTARIA Nº 4.315 DE 11 DE MAIO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos da “Sindicância”, que apura apontamento feitos pela

Superintendência Estadual da Funasa/SC, conforme notificação n.º 17/Sopre/Secov/Suest/SC, referente ao convênio n.º 2881/06 – Plano Municipal de Saneamento Básico, do qual a empresa ganhadora do processo licitatório foi Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PLASS

RESOLUÇÃO Nº 03/2015/PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone/Fax: 49 – 3527-8804

E-mail – plassjba@gmail.com RESOLUÇÃO N.º03/2015

“REAJUSTA O VALOR DAS CONSULTAS MÉDICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 29 de Abril de 2015, conforme Ata nº 321/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Reajustar o VALOR DA CONSULTA MÉDICA, a ser praticado pelo PLASS no valor R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/05/2015.

Joaçaba - SC, 29 de abril de 2015.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA PREGÃO 0014/2015 - SIMAE**

Errata
SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC.

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0014/2015
LICITAÇÃO Nº 0020/2015
PROTOCOLO 1017/2015

A Sra. Diretora Presidente do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação do Pregão 0014/2015, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração dos Itens 1.2 e 1.3:

Fica alterada a data de abertura dos envelopes (item 1.2) e de abertura da sessão (item 1.3) para o dia 21/05/2015, às 14:00 horas.

2ª Alteração – Item 13.6:

Fica excluída a letra "a" e a redação do item 13.6 passa a ser a seguinte:

"13.6 O valor estipulado no item 13.5 acima será reajustado pelo percentual de variação salarial resultante da Convenção Coletiva de Trabalho no mês da cada categoria considerada, sendo que além deste reajuste não haverá qualquer outro, sob qualquer título ou razão, estando excluídos também reajustes pela inflação".

3ª Alteração – Anexo I, Item 1.

Foi alterado o valor máximo mensal do item 01, que antes era 2.078,43, ficando da seguinte forma:

Item 01 – Preço Máximo = R\$ 4.156,86

4ª Alteração – Fica acrescentado na tabela do Anexo I o valor total máximo anual ficando da seguinte forma:

Valor Total Máximo Anual = R\$ 76.836,30

Joaçaba, 07 de Maio de 2015.

Patrícia Callegari Warken

Presidente da Comissão de Licitação do SIMAE".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de maio de 2015, obedecido disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 08 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0031/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0031/2015
TOMADA DE PREÇO JHL0004/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2015
PROTOCOLO Nº 0869/2015

Data: 08/05/2015

Objeto: contratação de empresa para aquisição e instalação de elevador convencional elétrico para uso geral, obedecendo as NBR NM 207 e NBR 13994, com 5 paradas e duas portas de abertura lateral automática de acesso em lados opostos, com alimentação trifásica de 380v, devendo sua instalação ser efetuada na Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123, Centro em Joaçaba.

Contratado: EQUIBRASIL LTDA EPP

Valor do Contrato: R\$ 172.958,82 (cento e setenta e dois mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos)

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.92.00

Prazo de vigência: 08/05/2015 a 07/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 099/2015

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 099/2015 DE 08.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: Evald Hommerding Junior, Operadora de ETA, P-6, N-3, Ref-J-9, para responder pela Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto do SIMAE, a partir de 11 de maio de 2015, e que será exercido cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, por motivo de Licença sem vencimentos do titular.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 19/2015 PEDRA ARDOSIA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 25/05/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE BRITA CORRIDA DE ARDOSIA MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 11 de Maio de 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

CONTRATO Nº 022/2015 - PML

CONTRATO Nº 022/2015 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.

CONTRATADA: EMPRESA MICROSEG SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO LTDA. ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

VIGÊNCIA: início em 08/05/2015 e término em 31/12/2015

VALOR TOTAL: R\$ 6.560,00 (seis mil e quinhentos e sessenta reais)

DATA: 08/05/2015

DECRETO Nº 4.351 DE 10 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 4.351 DE 10 DE MAIO DE 2015.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SR. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o falecimento do Sr. Luiz Henrique da Silveira;

Considerando os relevantes serviços prestados pelo mesmo ao povo Lagunense, na qualidade de Ministro, Deputado, Governador do Estado de Santa Catarina, e, por último, Senador da República;

Considerando que os serviços relevantes prestados à comunidade foi reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 004/2006, que concedeu título de cidadão lagunense;

Considerando o desejo do povo lagunense, em prestar-lhe uma justa e última homenagem,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado luto oficial no Município de Laguna, por 03 (três) dias, a partir desta data, em virtude do falecimento do Sr. Luiz Henrique da Silveira, ocorrido no dia de hoje.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 3170/15

Aviso de dispensa da licitação

A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Laguna torna público que será celebrado contrato de prestação de serviços na área de dedetização, com a Empresa Oliveira e Valerio Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.598.821/0001-05, por meio de dispensa de licitação, a teor do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93. O processo administrativo que tratou da referida dispensa tem o número de 3170/15 e possui o devido e necessário parecer jurídico. Laguna, 11 de maio de 2015. Paula Guedes Fretta.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2015, QUE ALTERA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA - COMJUV – SC. BIÊNIO 2015/2017.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2015, QUE ALTERA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA - COMJUV – SC. BIÊNIO 2015/2017.

A PREFEITURA DE LAGUNA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015, QUE ALTERA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA - COMJUV, objetivando a eleição de 10(dez) representantes da sociedade civil, diretamente ligados às entidades representativas das áreas elencadas no artigo 1º deste edital, em conformidade com a lei Nº 1157, de 31 de julho de 2006 e suas alterações instituídas pela lei 1634 de 28 de junho de 2013 na forma das condições a seguir:

1. DOS SEGMENTOS ELEGÍVEIS.

1.1 De acordo com a Lei Municipal Nº 1.634, de 21 de outubro de 2013, artigo 2º, incisos VI a XV, serão eleitos representantes, titulares e suplentes, das entidades pertencentes aos segmentos nela constituídos e assim distribuídos:

I - um representante da Associação Lagunense dos Estudantes Universitários

II - um representante dos Estudantes Universitários, matriculado em Instituição de Ensino com sede no município de Laguna;

III - dois representantes de associação ou organização ligados a defesa e cidadania dos jovens;

IV - um representante do segmento jovem empreendedor ligado à Indústria, Comércio, Micro e Pequena Empresa;

V - dois representantes de movimento religioso organizado no Município;

VI - um representante dos Movimentos Culturais do Município;

VII - um representante dos Grêmios Estudantis do Município;

VIII - um representante do segmento esportivo do Município;

IX - um representante do movimento organizado com trabalho voltado à defesa e conservação do Meio Ambiente; e

X - um representante de associação ou organização ligada ao segmento da pesca.

2. DATA, LOCAL E HORÁRIO DO EVENTO.

2.1 Será realizada a "1ª Assembleia Geral do COMJUV", em 03 de junho de 2015, com início às 13h30min, a realizar-se no auditório do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES / UDESC, localizado na rua Cel. Fernandes Martins, 270 – Progresso – Laguna SC.

3. COORDENAÇÃO DO EVENTO.

3.1 A condução, organização e realização do evento, incluindo o processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil que comporão o Conselho, ficarão sob a responsabilidade da Mesa Diretora, composta pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2 Compete à Mesa Diretora:

- I – Realizar a inscrição de delegados e observadores da 1ª Assembléia Geral do COMJUV;
- II - receber e conferir os documentos apresentados pelas entidades inscritas ao Processo Eleitoral;
- III – receber e analisar as impugnações de candidaturas, assegurando ampla defesa;
- V – receber e julgar os recursos ao resultado das eleições, se houver;
- VI – Proclamar os eleitos.

4. DAS INSCRIÇÕES.

- 4.1 Qualquer cidadão ou cidadã poderá participar da Assembleia como "Observador", podendo se inscrever junto a mesa diretora, no local do evento, com dispensa de apresentação de documentação.
- 4.2 Poderão concorrer às 10(dez) vagas destinadas à sociedade civil, representantes indicados oficialmente pelas entidades representativas com atuação nas áreas citadas no item nº.1 deste edital, em conformidade com a Lei nº. 1634/2013.
- 4.3 São eleitoras todas as entidades e movimentos da sociedade civil organizada com personalidade jurídica própria, com sede e atuação no âmbito do município de Laguna, que tenham militância e incluam em seus objetivos estatutários a temática da juventude, constituídas há pelo menos 01(um) ano.
- 4.4 As inscrições dos (as) delegados (as) deverão ser efetuadas no dia do evento, conforme item 02 deste edital, junto a mesa diretora, das 13h30min as 14h30min.
- 4.5 A entidade, no ato da sua inscrição, deverá preencher a ficha de cadastro, apresentar ofício indicando o representante, Documento de identificação com foto do representante, cópias da ata de criação da entidade, estatuto social, comprovante de CNPJ e endereço da sede da entidade.
- 4.6 Os documentos para a inscrição deverão ser entregues à mesa diretora no dia do evento.

5. IMPUGNAÇÕES.

- 5.1. Qualquer entidade a que se refere o item nº. 1 poderá impugnar eleitores e candidatos, desde que o façam no prazo de 24(vinte e quatro) horas após o processo eleitoral.
- 5.2. Sobrevida impugnações na forma e prazo indicados, será ouvido o impugnado, que terá prazo de 24(vinte e quatro) horas para oferecimento de contra razões escritas.
- 5.3. A decisão será proferida no prazo de 24(vinte e quatro) horas e somente poderá ser revista pela autoridade judiciária competente.

6. VOTAÇÃO, APURAÇÃO, RESULTADO E RECURSOS.

- 6.1 O processo eleitoral será conduzido pela mesa diretora, em reuniões separadas por segmentos e através de consenso.
- 6.2 Caso não haja consenso, a escolha será realizada por voto, com a forma de votação definida pelo regimento interno da eleição.
- 6.4 Encerrado o processo eleitoral, a Mesa Diretora verificará se a composição no conjunto dos eleitos ao COMJUV – Laguna atende as exigências da Lei Municipal Nº 1.634, de 21 de outubro de 2013.
- 6.5 Confirmada a composição nos termos definidos na referida lei, a Mesa Diretora fará a homologação dos eleitos.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 7.1 O presente Edital de Chamamento Público ficará à disposição dos interessados na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e no site www.laguna.sc.gov.br
- 7.2 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Lorena Barbosa de Andrade
Secretária Municipal de Assistência Social

ERRATA - CONTRATOS Nº 020/15, 021/15 E 023/15

Errata

CONTRATO Nº 020/2015 – PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: MALVO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
VIGÊNCIA: início em 04/05/2015 até 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 14.320,00 (quatorze mil e trezentos e vinte reais)
DATA: 04/05/2015

CONTRATO Nº 021/2015 – PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
VIGÊNCIA: início em 04/05/2015 até 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 2.056,00 (dois mil e cinquenta e seis reais)
DATA: 04/05/2015

CONTRATO Nº 023/2015 – PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
VIGÊNCIA: início em 07/05/2015 até 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 63.666,00 (sessenta e três mil e seiscentos e sessenta e seis reais)

DATA: 08/05/2015

*as inscrições em negrito representam a realidade do contrato e alteram as publicações anteriores.

PORTARIA Nº 678/2015

PORTARIA RH Nº 678/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DANIELA SERAFIM DE FREITAS Técnico em Enfermagem, do período de 05/03/2012 a 28/04/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 679/2015

PORTARIA RH Nº 679/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FERNANDO FERNANDES MENDONÇA Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 680/2015

PORTARIA RH Nº 690/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, VALDIR RODRIGUES DA SILVA Oficial de Administração, do dia 29.04.2015 a 28.05.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.
OLDACIR RECH DOS SANTOS
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 681/2015

PORTARIA RH Nº 681/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SÉRGIO JOÃO DA SILVA Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Obras e Saneamento, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 682/2015

PORTARIA RH Nº 682/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FABIANO SILVEIRA Engenheiro Civil, do período de 05/03/2012 a 12/03/2015, lotado na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 683/2015

PORTARIA RH Nº 683/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO ZULAIR DA SILVA PEDROSO do Cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, admitido em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 684/2015

PORTARIA RH Nº 684/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO FABIANA VALÉRIO DE CARVALHO FAUST do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 685/2015

PORTARIA RH Nº 685/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BRUNA AGUIAR DE OLIVEIRA GUEDES do Cargo de Psicólogo, de provimento efetivo, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 686/2015

PORTARIA RH Nº 686/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR TAMIRIS REBELO JACINTO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em caráter temporário, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 687/2015

PORTARIA RH Nº 687/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor LIRANE MORENO Naturóloga, do período de 03/05/2012 a 04/05/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 688/2015

PORTARIA RH Nº 688/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ALEXANDRA MOTTA MARINHO Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 03/05/2012 a 04/05/2015, lotado na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 689/2015

PORTARIA RH Nº 689/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 2276/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 04 de Maio de 2015 a 01 de Agosto de 2015, ao Servidor CAROLINA RODRIGUES VILLA, Assistente de Administração, com lotação Procuradoria Geral, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 690/2015

PORTARIA RH Nº 690/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, VALDIR RODRIGUES DA SILVA Oficial de Administração, do dia 29.04.2015 a 28.05.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

OLDACIR RECH DOS SANTOS

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 691/2015

PORTARIA RH Nº 691/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário, JANAINA DE SOUZA DOMINGOS EUFRAZIO para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, em substituição a Sra. Cassiane Turíbio Gariba, que solicitou demissão, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir de 04/05/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 692/2015

PORTARIA RH Nº 692/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário KÁTIA REGINA CONSTANTE para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, HAB 030, 20 horas, em substituição a Sra. Cristiane Pires dos Santos que solicitou demissão, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/05/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 693/2015

PORTARIA RH Nº 693/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário CLEIDE DA CONCEIÇÃO PINTO para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, HAB 300, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/05/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 694/2015

PORTARIA RH Nº 694/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário BRUNA MUNCINELLI para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, HAB 010, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/05/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 695/2015

PORTARIA RH Nº 695/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário LETÍCIA BORTOLATO PAES para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, HAB 100, 30 horas, em substituição a Sra. Fabiano Espíndola Camilo que solicitou demissão, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/05/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 696/2015

PORTARIA RH Nº 696/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.05.2015 a 03.06.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Fernandes Rodrigues	2014/2015
Ana Lúcia de Queiróz Machado	2014/2015
Alzira Cândido da Silva	2014/2015
Christiane Souza Nunes	2014/2015
Diego Guedes Cypriano de Araújo	2013/2014
Ivandro Antônio João	2013/2014
Lenita Luiza Lindermann	2014/2015
Morgane Marques	2014/2015
Regina de Oliveira Ramos	2014/2015
Rosane Regina Figueiredo Freitas	2014/2015
Sandra Maria Estrella Guedes	2014/2015
Thamires Larissa da Silva Sá	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

LUÍZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 697/2015

PORTARIA RH Nº 697/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a Portaria RH Nº 1857/2012, que designou GISELE NASCIMENTO COSTA, Assistente de Administração, para responder pela Divisão de Apoio a Licitação, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 698/2015

PORTARIA RH Nº 698/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, RODOLFO MICHELS GODINHO Fiscal de Obras, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

OLDACIR RECH DOS SANTOS

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 699/2015

PORTARIA RH Nº 699/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, EDER ALVES LÚCIA Fiscal de Obras, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

OLDACIR RECH DOS SANTOS

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 700/2015

PORTARIA RH Nº 700/2015

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, LETÍCIA RAMOS CARNEIRO Secretário Adjunto, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

LEONARDO FERNANDES PASCOAL

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 701/2015

PORTARIA RH Nº 701/2015

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, IVANETE PINHEIRO SANTANA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

LEONARDO FERNANDES PASCOAL

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 702/2015

PORTARIA RH Nº 702/2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ALESSANDRO GRANDEMAGNE Diretor de Departamento, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

LEONARDO FERNANDES PASCOAL

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 703/2015

PORTARIA RH Nº 703/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, GISELI PEREIRA TORQUATO Agente de Proteção Social, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 704/2015

PORTARIA RH Nº 704/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JADSON DE OLIVEIRA FRETTA Fiscal Sanitário, do dia 04.05.2015 a 02.06.2015, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Maio de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 705/2015

PORTARIA RH Nº 705/2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, RUAN BORGES Motorista, do dia 05.05.2015 a 03.06.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Maio de 2015.

GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 706/2015

PORTARIA RH Nº 706/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 1505/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. CLAUDIANE CORRÊA DA SILVA VIEIRA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/05/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 707/2015

PORTARIA RH Nº 707/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO SÔNIA SILVEIRA DA SILVA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em caráter temporário, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 708/2015

PORTARIA RH Nº 708/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR ERALDO CARDOSO DUARTE do cargo de Secretário Municipal de Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 059/2015

DECRETO Nº 059/2015.

DECRETO LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE LAURO M-LLER EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO EX-GOVERNADOR DO ESTADO E ATUAL SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO M-LLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o falecimento do Honroso Luiz Henrique da Silveira, que, em vida, prestou grandes serviços ao Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, a relevância dos serviços prestados, o legado que o Ex-Governador e Senador e homem público Luiz Henrique da Silveira, deixou como exemplo e modelo de dignidade.

D E C R E T A:

Art. 1º. – LUTO Oficial, por 03 (três) dias, no Município de Lauro M-ller, em razão do falecimento do Ex-Governador e Senador Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO M-LLER, 11 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

LEI Nº 1.862/2015

LEI Nº 1.862/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRICIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO M-LLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a contratação de pessoal por tempo determinado dos órgãos da Administração Municipal direta, as autarquias e as fundações públicas submeter-se-ão às condições do regime administrativo especial previsto nesta Lei.

Parágrafo Único. O contratado temporariamente, nos moldes desta Lei, será considerado servidor temporário municipal.

Art. 2o. A contratação de servidor temporário somente poderá ser

realizada nas hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público enumeradas neste artigo, desde que não possam ser satisfeitas pela Administração com os recursos de pessoal disponível:

I - casos de emergência, calamidade pública, necessidades de serviços inadiáveis como limpeza pública e obras temporárias indispensáveis;

II - combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a sanidade animal e vegetal;

III – assistência às emergências em saúde pública;

IV - Execução de programas especiais de trabalho instituídos por Decretos do Executivo, para atender necessidades conjunturais e emergenciais que demandam a atuação da Prefeitura e do Hospital Municipal Henrique Lage, durante o período de vigência dos Programas;

V – Nos dois primeiros anos de implantação de programa decorrente de convênios ou acordos bilaterais com outros entes ou órgãos públicos;

VI – Substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;

VII – suprimimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença (tratamento de saúde, gestação) por prazo superior a 30 (trinta) dias, exceto no caso de licença e atendimento a interesse particular;

VIII – atuação temporária e emergencial nas áreas da saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e habitação, promovendo, imediatamente, a abertura de edital do concurso público necessário;

IX – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos;e

X – especificamente ao magistério público:

- a) em substituição aos afastamentos legais dos titulares;
- b) em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concurso público; e
- c) em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante.

Art. 3o. A contratação temporária será precedida de processo seletivo público, que deverá contar no mínimo com a aplicação de uma prova, podendo ser de provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 60 (sessenta) dias.

§ 1o. O processo seletivo terá ampla divulgação em órgão oficial, em jornal de circulação local e publicação na pagina da internet, na forma de edital, atendidos os seguintes pressupostos de validade:

- I - motivação da necessidade da contratação;
- II - estabelecimento de critérios objetivos de avaliação;
- III - relação das funções públicas a serem exercidas pelos contratados e especificação da escolaridade exigida;
- IV - prazo de duração do contrato, carga horária, local de prestação

do serviço e remuneração;

§ 2o. Os aprovados no processo seletivo deverão submeter-se a exame médico admissional realizado por médico da rede municipal ou por médico credenciado pela Administração, dispensado no caso do inciso I do art. 2o.

Art. 4o. A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergência em saúde pública prescindirá de processo seletivo, devendo ser motivada expressamente;

Art. 5o. Igualmente prescindirá de processo seletivo a admissão, por tempo determinado, quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interesse ou aprovado, devendo ser realizado novo processo no prazo máximo de um ano depois da última seleção;

Art. 6o. Frustrada a admissão por concurso público, por ausência de interessado ou aprovado, poderá ser realizado processo seletivo simplificado, devendo ser lançado novo edital de concurso no prazo máximo de um ano depois da seleção;

Art. 7o. As contratações temporárias terão o prazo máximo de doze meses, que poderá ser prorrogada uma única vez em caso de extrema relevância e urgência, justificadas pela exposição de motivos;

Art. 8o. As contratações por tempo determinado deverão ser solicitadas ao Prefeito pelos Secretários Municipais, por meio de ofício onde constem:

I - justificativa sobre a necessidade da contratação;
II - caracterização da temporariedade da contratação;
III - funções a serem exercidas, carga horária exigida, local de prestação do serviço e remuneração da função;

Parágrafo único. A Administração poderá alterar unilateralmente, por conveniência, de acordo com a necessidade e o interesse público o local de prestação do serviço do servidor temporário.

Art. 9. Os Servidores contratados em Caráter Temporário, terão os direitos conferidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a contratação será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) .

Art. 10. A remuneração não será superior ao valor do vencimento constante no início da carreira relacionada para servidores que desempenhem a função semelhante, excluídas as vantagens de natureza individual;

Parágrafo Único. Havendo necessidade de redução de carga horária, haverá, consequentemente, redução de salário proporcional à quantidade de horas trabalhadas.

Art. 11o. É vedada a nomeação ou designação de servidor temporário para ocupar cargo em comissão ou função gratificada, inclusive em caráter de substituição.

Art. 12. O contrato por tempo determinado extinguir-se-á pelo término do prazo contratual ou por vontade de qualquer das partes.

§ 1º. A extinção do contrato gera a obrigação de pagamento do saldo dos dias trabalhados, décimo terceiro salário proporcional e férias proporcionais.

Art. 13. Fica proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta, exceto a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e/ou professores, com profissões regulamentadas

e, desde que haja compatibilidade de horários, na forma disposta nas alíneas "a", "b" ou "c", inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 14. As despesas para atender às contratações a que se refere esta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1.503/2008 de 02/04/2008.

LAURO M-LLER, 08 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.863/2015

LEI Nº 1.863/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO M-LLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal da Juventude (CMJ), órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude.

Art. 2º - Para efeito desta Lei, considera-se juventude, pessoa com idade compreendida entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos completos, sem prejuízo de determinação especial estabelecida em legislação estadual e/ou federal.

Art. 3º Ao Conselho Municipal da Juventude (CMJ), compete:

I - decidir sobre as estratégias de acompanhamento e avaliação da política municipal para a juventude;

II - apoiar as políticas públicas voltadas para a juventude na articulação com outros órgãos da administração pública;

III - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;

IV - apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

V - articular com os movimentos da juventude e outros conselhos de direitos e/ou setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas para a juventude;

VI - receber sugestões oriundas da sociedade e opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas, no âmbito de suas atribuições, dando ciência delas aos órgãos competentes do Poder Público, apoiar, acompanhar e assessorar projetos de interesse da juventude;

VII - promover e participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para a juventude; e

VIII - fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis estaduais, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º No desenvolvimento de suas ações, discussões e na definição de suas resoluções, o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) observará:

I - o respeito à organização autônoma da sociedade civil;

II - o caráter público das discussões, processos e resoluções;

III - o respeito à identidade e à diversidade da juventude;

IV - a pluralidade da participação juvenil, por meio de suas representações; e

V - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromissos, finalidades e resultados das políticas públicas para a juventude.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal da Juventude (CMJ) será integrado por representantes do Poder Público e da sociedade civil, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos da juventude.

Art. 6º O Conselho Municipal da Juventude (CMJ) será constituído de doze membros titulares e respectivos suplentes, divididos paritariamente entre Poder Público municipal e entidades não-governamentais, designados pelo Prefeito Municipal de Lauro Muller, observada a seguinte composição:

I - seis representantes e seis suplentes do Poder Executivo, sendo um de cada um dos seguintes órgãos, indicados pelo seu respectivo titular:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um representante da Comissão Municipal de Esportes (CME);
- e) um representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
- f) um representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

II - seis jovens integrantes efetivos e seis suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

- a) um representante de entidades ligadas a Cultura e Artes;
- b) um representante de estudantes do ensino superior;
- c) um representante de estudantes do ensino médio e profissionalizantes;
- d) um representante dos movimentos religiosos do município, que tenham juventude organizada;
- e) um representante de entidades ligadas a esportes e lazer;
- f) um representante de associação de moradores;

§ 1º As entidades da sociedade civil devem estar legalmente organizadas em instituições, ONGs, associações legalmente constituídas, sediadas em Lauro Muller e que sejam voltadas para a defesa dos direitos e interesses da juventude.

§ 2º Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência através de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação local;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

§ 3º A designação dos conselheiros de que trata o inciso I deste artigo será feita pelo Secretário da pasta e a nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 4º A designação dos conselheiros de que trata o inciso II deste artigo deverá considerar nomes de jovens de comprovada atuação na defesa e nos interesses da juventude que, uma vez indicados pela entidade ou associação inscrita e eleitas na forma da convocação editalícia, através de fórum próprio, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 5º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - convocar o fórum através de chamamento público, a ser realizado no órgão oficial do município e em diário de grande circulação municipal, para a escolha dos representantes da sociedade civil, enumerados no inciso II deste artigo, que cumprirão o primeiro mandato do Conselho Municipal da Juventude (CMJ);

II - submeter ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Lei, os nomes dos membros do Conselho a que se refere o inciso II deste artigo.

§ 6º A partir da constituição da Diretoria do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), a convocação do fórum de que trata o inciso I do § 5º deste artigo para a eleição dos seus representantes para os mandatos posteriores à criação da presente Lei será efetuada pelo respectivo presidente que, por sua vez, deverá submeter ao Chefe do Poder Executivo os nomes dos membros do Conselho para nomeação em forma de decreto.

§ 7º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, desde que conte da pauta temas da sua área de atuação.

Art. 7º Os conselheiros do Conselho Municipal da Juventude (CMJ) referidos no inciso II do art. 5º poderão perder o mandato, antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por renúncia;

II - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do Conselho Municipal de Juventude (CMJ);

III - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do Conselho Municipal da Juventude (CMJ); e

IV - por requerimento da entidade da sociedade civil representada.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Conselho Municipal da Juventude (CMJ) terá a seguinte

organização:

I - Plenário; e

II - grupos de trabalho e comissões.

Art. 9º Compete ao Plenário do Conselho Municipal da Juventude (CMJ):

I - aprovar seu regimento interno;

II - eleger anualmente o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), por meio de escolha dentre seus membros, por voto de maioria simples, para cumprirem mandato de dois anos;

III - instituir grupos de trabalho e comissões, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos;

IV - deliberar sobre a perda de mandato dos membros do Conselho Municipal da Juventude (CMJ) referidos nos incisos II e III do art. 7º;

V - aprovar o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal da Juventude (CMJ);

VI - aprovar anualmente o relatório de atividades do Conselho Municipal da Juventude (CMJ); e

VII - deliberar e editar resoluções relativas ao exercício das atribuições do Conselho Municipal da Juventude (CMJ).

§ 1º As funções de Presidente e de Vice-Presidente serão exercidas, alternadamente, entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 2º A função de Presidente, no primeiro ano do mandato de cada gestão do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), será exercida por representante do Poder Público.

§ 3º As deliberações do Plenário dar-se-ão, preferencialmente, por consenso ou por maioria simples de votos.

§ 4º Os grupos de trabalho e as comissões terão duração pré-determinadas, cronograma de trabalho específico e composição definida pelo Plenário do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), ficando facultado o convite a outras representações, personalidades de notório conhecimento da temática de juventude que não tenham assento no Conselho Municipal da Juventude (CMJ).

Art. 10. São atribuições do Presidente do Conselho Municipal da Juventude (CMJ):

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Municipal da Juventude (CMJ);

II - solicitar ao Conselho Municipal da Juventude (CMJ) ou aos grupos de trabalho ou às comissões a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

III - firmar as atas das reuniões do Conselho Municipal da Juventude (CMJ); e

IV - constituir e organizar o funcionamento dos grupos de trabalho e das comissões e convocar as respectivas reuniões.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), dos grupos temáticos e das comissões serão prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 12. Fica facultado ao Conselho Municipal da Juventude (CMJ) promover a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de suas atribuições específicas.

Art. 13. No prazo de até sessenta dias da posse dos Conselheiros, o Conselho Municipal da Juventude (CMJ) elaborará o seu regimento interno que complementará a estruturação, as competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do colegiado, devendo ser submetido à assembleia que será especialmente convocada para este fim submetendo-o, após, a aprovação do Chefe do Poder Executivo para homologação, mediante decreto.

Parágrafo Único - Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do Conselho Municipal da Juventude (CMJ) e aprovação, por decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. Caso a representação de algum setor da sociedade civil não preencher a respectiva vaga, será substituída pela entidade ou organização suplente mais votada.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO M-LLER, 08 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.864/2015

LEI Nº 1.864/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO M-LLER - SC, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1o - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a contratação de pessoal por tempo determinado O Poder Legislativo de Lauro M-ller submeter-se-á às condições do regime administrativo especial previsto nesta Lei.

Parágrafo Único - O contratado temporariamente, nos moldes desta Lei, será considerado servidor temporário municipal.

Art. 2o - A contratação de servidor temporário somente poderá ser realizada nas hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público enumeradas neste artigo, desde que não possam

ser satisfeitas com os recursos de pessoal disponível:

- I – Substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;
- II – suprimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença (tratamento de saúde, gestação) por prazo superior a 30 (trinta) dias, exceto no caso de licença e atendimento a interesse particular;
- III – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços.

Art. 3º - A contratação temporária será precedida de processo seletivo público, que deverá contar no mínimo com a aplicação de uma prova, podendo ser de provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º - O processo seletivo terá ampla divulgação em órgão oficial, em jornal de circulação local e publicação na página da internet, na forma de edital, atendidos os seguintes pressupostos de validade:

- I - motivação da necessidade da contratação;
- II - estabelecimento de critérios objetivos de avaliação;
- III - relação das funções públicas a serem exercidas pelos contratados e especificação da escolaridade exigida;
- IV - prazo de duração do contrato, carga horária, local de prestação do serviço e remuneração.

§ 2º - Os aprovados no processo seletivo deverão submeter-se a exame médico admissional, dispensado no caso do inciso I do art. 2º.

Art. 4º - Igualmente prescindirá de processo seletivo a admissão, por tempo determinado, quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interesse ou aprovado, devendo ser realizado novo processo no prazo máximo de um ano depois da última seleção;

Art. 5º - Frustrada a admissão por concurso público, por ausência de interessado ou aprovado, poderá ser realizado processo seletivo simplificado, devendo ser lançado novo edital de concurso no prazo máximo de um ano depois da seleção;

Art. 6º - As contratações temporárias terão o prazo máximo de doze meses, que poderá ser prorrogada uma única vez em caso de extrema relevância e urgência, justificadas pela exposição de motivos;

Art. 7º - Os Servidores contratados em Caráter Temporário terão os direitos conferidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a contratação será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Art. 8º - A remuneração não será superior ao valor do vencimento constante no início da carreira relacionada para servidores que desempenhem a função semelhante, excluídas as vantagens de natureza individual.

Parágrafo Único - Havendo necessidade de redução de carga horária, haverá, conseqüentemente, redução de salário proporcional à quantidade de horas trabalhadas.

Art. 9º - É vedada a nomeação ou designação de servidor temporário para ocupar cargo em comissão ou função gratificada, inclusive em caráter de substituição.

Art. 10 - O contrato por tempo determinado extinguir-se-á pelo término do prazo contratual ou por vontade de qualquer das partes.

§ 1º - A extinção do contrato gera a obrigação de pagamento do saldo dos dias trabalhados, décimo terceiro salário proporcional e férias proporcionais.

Art. 11 - Fica proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta, exceto a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e/ou professores, com profissões regulamentadas e, desde que haja compatibilidade de horários, na forma disposta nas alíneas "a", "b" ou "c", inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 12 - As despesas para atender às contratações a que se refere esta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.796 de 26 de dezembro de 2013.

LAURO M-LLER, 08 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 199/2015

PORTARIA Nº 199 DE 04 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, ERICA MARISA DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 200/2015

PORTARIA Nº 200 DE 04 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOEL ALMIR DE SOUZA, para ocupar o cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 201/2015

PORTARIA Nº 201 DE 04 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JESSE PESENTI, para ocupar o cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 202/2015

PORTARIA Nº 202 DE 04 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ELIANE SCHLEDER CEZAR, para ocupar o cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 203/2015

PORTARIA Nº 203 DE 04 DE MAIO DE 2015

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária SIMONE ANDRADES RODRIGUES, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 204/2015

PORTARIA Nº 204 DE 04 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CAMILA GUEDES DE MELO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 205/2015

PORTARIA Nº 205 DE 04 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARIZETE MARTINS DE CARVALHO, para ocupar o cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 206/2015

PORTARIA Nº 206 DE 04 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ROSANGELA RIBEIRO, para ocupar o cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 207/2015

PORTARIA Nº 207 DE 04 DE MAIO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, LUCIANE APARECIDA FIDELIS FREITAS, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 208/2015

PORTARIA Nº 208 DE 04 DE MAIO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR APOSENTADORIA, DINACI MACIEL KUWAHARA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 209/2015

PORTARIA Nº 209 DE 04 DE MAIO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR APOSENTADORIA, ROSANI DE OLIVEIRA SOUZA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de maio de 2015.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 210/2015

PORTARIA Nº 210 DE 04 DE MAIO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, VALDELIR RODRIGUES, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 211/2015

PORTARIA Nº 211 DE 04 DE MAIO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, LOURENÇO DA SILVA CAETANO, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 212/2015

PORTARIA Nº 212 DE 05 DE MAIO DE 2015
ALTERA CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário VOLNEI ALVES MORAES, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, alteração

de carga horaria de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 213/2015

PORTARIA Nº 213 DE 05 DE MAIO DE 2015
ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária SABRINA VESARO, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 214/2015

PORTARIA Nº 214 DE 05 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VANESSA CINELLI MACERI, para ocupar o cargo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios

(DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 215/2015

PORTARIA Nº 215 DE 05 DE MAIO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, VALDECIR PEREIRA RODRIGUES, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 25 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 216/2015

PORTARIA Nº 216 DE 04 DE MAIO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ALIONA RIBEIRO DA SILVA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 06/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 06 de maio de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de maio de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

RESOLUÇÃO N. 006/2015**RESOLUÇÃO N. 006/2015**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação Federal e Municipal, torna público através da RESOLUÇÃO 06/2015 a relação dos candidatos inscritos para o cargo de Conselheiro Tutelar no município de Lebon Régis:

- 01 – VIVIANE CONTAGEM VILAÇA PEREIRA
- 02 – STEFANI CARDOZO PEREIRA
- 03 – ROBERTO CAETANO MORAES
- 04 - CONCEIÇÃO APARECIDA DE BAIRRO
- 05 - ROSANE APARECIDA DA SILVA PAHL
- 06 - MARCIO FERNANDES DE PAULA
- 07 - ADEMIR BATISTA COSTA
- 08 - ROSANGELA RIBEIRO
- 09 - CLAUDEMIR PAULIK RISELO
- 10 - ELOI SALETE PRETO DE ALMEIDA
- 11 - ANGELITA RIBEIRO SCHEFFMACHER PERETTI
- 12 - EVERTON LUIZ CAETANO
- 13 - JOSOENNI RAUEN XAVEIR
- 14 - VANESSA GOES DE OLIVEIRA
- 15 - JOSIANE RIBEIRO
- 16 - LARESSA GABRIELA WEBBER
- 17 - LUICIANO DE SOUZA BAUER
- 18 - CARLA SIMONE CARLIM DO PRADO LIMA
- 19 - ANGELA MARIA FARIAS DA COSTA
- 20 - CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS
- 21 - ZENITA TOBIAS DE LIMA
- 22 - SCHEILLA ALVES DOS SANTOS BARRETO
- 23 - VERA MARCIA ANTUNES
- 24 - GRACIELA DE JESUS FERNANDES
- 25 - SABRINA SIQUEIRA
- 26 - SARLETE RIBEIRO
- 27 - JUCELE APARECIDA ORTIZ

Lebon Régis, 08 de maio de 2015

ENY TRAMONTINA COFFERRI

Presidente do CMDCA

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONVITE Nº 002/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015

CONVITE Nº 002/2015

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de profissional e/ou empresa com o respectivo registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, para realizar os serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos, conforme especificações constantes no Anexo I, do Convite nº 002/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 19 de maio de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 11/05/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2034

DECRETO Nº 2034 de 07 de maio de 2015.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada MARIA GILDA CAVALLERI como titular e EVERTON MARTINI como suplente para substituir respectivamente HILDAMARA PASQUALINI DE ALMEIDA OLIVEIRA e ROSELI TE-REZINHA SCHNEIDER PADILHA como representantes dos professores e SANDRA APARECIDA FERREIRA VIVAN, como titular para substituir a MARISTELA GOMES como representantes de pais e alunos junto ao CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE de Luzerna(SC).

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 1627 de 13/05/2013, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de maio de 2015.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE CANDIDATOS INSCRITOS CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015 - CMDCA

PUBLICA A LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS PARA CONSELHEIRO TUTELAR PARA A GESTÃO 2016/2020 NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL responsável pelo Processo Eleitoral de Escolha membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna/SC, nomeada pela RESOLUÇÃO Nº 001/2015 de 31 de março de 2015, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2015 de 31 de março de 2015, que "Regulamenta o processo de escolha unificado dos candidatos a membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna/SC, e dá outras providências"

PUBLICA:

Art.1º- A relação dos candidatos inscritos no processo de eleição do CONSELHO TUTELAR de LUZERNA(SC) nos termos da RESOLUÇÃO NORMATIVA 002/2015 de 31 de março de 2015, que foram DEFERIDOS através da análise da documentação:

INSCRIÇÃO Nº	NOME DO CANDIDATO
001	ANA PAULA VALDUGA IAGHER
002	LAURIANE SARITA MATTE
003	MÔNICA BEAL
004	MÁRCIA GATELLO PATZLAFF
005	MARILENA MITTERER DE SOUZA
006	DANIELA DENGÓ BARBOSA DOS SANTOS
007	TATIANA KRUG
008	ANA ELISA MORESCO CASADO
009	BRUNA HULTHMANN GELATTI

010	ANDREA MARTENDAL
011	ADRIANA CASSOL
012	JANELISE BRESSAN DE LÁZARO
013	DORACI DAHMER
014	MARGARETE TONIN PELICIOILLI
015	INGART MARLONE GRAHK EBERT
016	PAULA ADRIANA DE GODOIS DOS SANTOS LAZZAROTTI
017	MARLEI SALETE BRESSAN DIESEL
018	QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO FREIBERGER
019	BEATRIZ MARIA DE OLIVEIRA ETGES
020	DAIANE KLEINUBING
021	MAICON ANDREIAS DIAS
022	RAFAEL DEIGE
023	JÚLIO CÉSAR FUHR
024	INÊS CLEONICE SCHROEDER SCHNEIDER
025	NEIVA MARLI FUHR JUNGES
026	GABRIELA DEZANET

Art.2º- Em conformidade com o item 4.1.2. da RESOLUÇÃO NORMATIVA 002/2015, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período constante no cronograma, ou seja, de 11 a 15/05/2015, no horário de atendimento ao público, na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social – sala de Assessoria aos Conselhos.

Art.3º- O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de maio de 2015.

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - 1 QUADRIMESTRE DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUZERNA

Edital de Convocação

Audiência Pública

Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, com fulcro na Lei Municipal nº 325/01, e na Lei Complementar Federal nº 101/00 em seu artigo 9º, parágrafo 4º, convoca os habitantes deste Município para participarem da Audiência Pública, na qual o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o primeiro quadrimestre de 2015.

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna

Av. 16 de fevereiro nº 151 – Luzerna - SC

Data: 25 de maio de 2015

Horário: 20:00 horas

Aproveite este importante espaço para conhecimento dos atos da administração municipal.

Luzerna (SC), 05 de maio de 2015.

Moisés Diersmann

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL - PL 036/2015 - PP 022/2015 - EPI'S - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 036/2015 - PML
Pregão nº 022/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 036/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de equipamento de proteção individual - EPI's, de forma parcelada, para a utilização dos servidores da Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, conforme descrições em Anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* PROTEGER COMERCIO DE MATERIAL DE SEGURANCA LTDA

* TREEBUUCHET EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA

* CENCI EQUIPAMENTO DE SERGURANÇA LTDA

- Valor total: R\$ 36.993,20

Luzerna (SC), 11 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

4º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0002/2011

4º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0002/2011 de 11/04/2011

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0002/2011 de 11/04/2011, proveniente do Processo Licitatório nº CMV.0004/2011, Pregão nº CMV.0002/2011, celebrada entre a CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC), e as empresas REDE DE COMUNICAÇÃO OESTE LTDA ME e LUCIANO JUSTI – ME.

JOÃO BATISTA ZAMBONI, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº CMV.0002/2011 de 08/04/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0004/2011, Pregão nº CMV 0002/2011, reajustando os valores pactuados em 8,34% (oito virgula trinta e quatro por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Maio/14 a abril/15), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Contratado	Reajuste INPC Fev/10 a Jan/11	Valor Unitário Reajustado
02	01	R\$ 33,27	+ 8,34%	R\$ 36,04
03	02	R\$ 2,38	+ 8,34%	R\$ 2,58

Luzerna(SC), 11 de Maio de 2015.

JOÃO BATISTA ZAMBONI
Presidente em Exercício

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE N° 0002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0025/2015

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Inexigibilidade de Licitação n° 0002/2015 que trata da contratação de empresa especializada para substituição de sistema de injeção de combustível, com colocação de peças genuínas e mão de obra qualificada, de acordo com a relação de peças e laudo técnico, em anexo, para o Trator de Esteiras Komatsu D 51, pertencente à frota municipal. CONTRATADA: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Contrato Administrativo: 0025/2015. Valor total da contratação: R\$ 23.163,01 (vinte e três mil cento e sessenta e três reais e um centavo). Prazo de entrega: Em até 10 dias após emissão de Autorização de Fornecimento. Pagamento: Em até 30 dias após a entrega, prestação dos serviços e emissão de nota fiscal. Fundamentação Legal: Artigo 25, I, da Lei 8666/93 e alterações subseq-entes.

Macieira, 11 de maio de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão de Licitações

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 3850

DECRETO Nº 3850

DATA: 11/05/2015

DECRETA LUTO OFICIAL PELA MORTE DO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE no uso de suas atribuições, de acordo com o item XVII do Art. 68, da Lei Orgânica do Município de Mafra e memorando nº 112 de 11 de Maio de 2015;

Considerando o Falecimento do Senhor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA na data de 10 de Maio de 2015,

Considerando que este ilustre homem público desempenhou, ao longo de sua vida, importante papel de cidadão honorário do Município de Mafra.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarado luto oficial por 07 (sete) dias, no Município de Mafra-SC, em sinal de pesar pelo falecimento do Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 11 de Maio de 2015.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 006/2015.

FORNECEDOR: NGT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 15.574.961/0001-87

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de internet via fibra óptica, destinada as Secretarias Municipais de Administração, Saúde e Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 30.117,60 (Trinta mil cento e dezessete reais e sessenta centavos).

Mafra, (SC) 11 de maio de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 4117/15

LEI MUNICIPAL Nº 4117, de 11 de maio de 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI 4045, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei 4045 de 16 de setembro de 2014 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominado Centro de Educação Infantil Municipal "Sara Rosa Rodrigues", localizado na Rua Getúlio Vargas s/nº, neste município".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2015

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 50/2015

DECRETO Nº 50, DE 11 DE MAIO DE 2015

Homologa Resoluções do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODEM do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto homologada as seguintes Resoluções do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODEM do Município de Maravilha/SC: Resolução nº 008, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 009, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 010, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 011, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 012, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 013, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 014, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 015, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 016, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 017, de 15 de abril de 2015; Resolução nº 018, de 15 de abril de 2015; e Resolução nº 019, de 15 de abril de 2015.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2015.

O Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n. 82.821.190/0001-72, com Prefeitura situada na Avenida Euclides da Cunha, 60, Centro, no Município de Maravilha, torna público Edital de Chamamento para as empresas que firmaram Termo de Concessão de Direito Real de Uso com o Município até 31 de dezembro de 2012 interessadas a realizar habilitação para fins de permuta dos referidos imóveis nos termos da Lei Complementar 034/210, Lei Complementar 72/2015 e este edital.

1 - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é o chamamento das empresas que firmaram Termo de Concessão de Direito Real de Uso com o Município até 31 de dezembro de 2012, e que tenham cumprido integralmente, no prazo de três anos, os encargos assumidos, para habilitarem-se a permutar referidos imóveis por barracões e material de construção, conforme disposições das Leis Complementares Municipais nº 34/2010 e nº 72/2015.

2 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

I - certidões negativas de débitos municipal, estadual, federal, INSS, e FGTS;

II - certidão negativa de débitos trabalhistas;

III - cópia do Termo de Concessão de Direito Real de Uso firmado com o Município e eventuais termos aditivos;

IV - comprovar por documentos oficiais, o cumprimento dos encargos assumidos no Contrato de concessão de direito real de uso, no período de três anos;

V - comprovar por documentos oficiais o tempo de atividade empresarial, a contar da data da assinatura do termo;

VI - comprovar por documentos oficiais a quantidade de empregos gerados que a empresa mantém em seu atual quadro;

VII - comprovar por documentos oficiais a ampliação dos investimentos, a contar da data da assinatura do termo, conforme as alíneas abaixo:

a) Investimentos em máquinas e equipamentos;

b) Investimentos em valores;

c) Investimentos em área construída.

3 - DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

3.1. As empresas interessadas em participar do presente chamamento deverão apresentar requerimento (modelo – Anexo Único) e a documentação de habilitação exigida no item no período de 11 de maio a 11 de abril de 2015, no horário de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 18h no Gabinete da Secretaria de Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Prédio da Prefeitura Municipal de Maravilha, situado na Avenida Euclides da Cunha, nº 60.

3.2. Os requerimentos e documentação serão analisados pelo Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico – CODEM, que emitirá parecer individualizado para cada empresa.

3.2.1. O Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico – CODEM poderá realizar diligências e requerer informações adicionais que entender necessárias para efetivação do parecer.

3.3. Para a obtenção do valor da permuta será considerado os critérios estabelecidos na Lei Complementar Municipal nº 72/2015.

3.3.1. O valor da avaliação do imóvel e da infraestrutura será minorado conforme a pontuação que a empresa obter conforme a seguir:

I - 20 pontos positivos por ano, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da avaliação, pelo cumprimento de tempo da atividade empresarial;

II - 20 pontos positivos por emprego gerado, até o limite de 1,0% (um por cento) do valor da avaliação;

III - pelo cumprimento do compromisso de ampliação de investimentos:

a) 2 pontos positivos a cada 11 UFM (Unidade Fiscal Municipal) investido em máquinas e equipamentos, até o limite de 1,7% (um vírgula sete por cento) do valor da avaliação;

b) 3 pontos positivos a cada 11 UFM (Unidade Fiscal Municipal) investido em edificações e equipamentos, até o limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da avaliação;

c) 4 pontos positivos a cada 10 m² (dez metros quadrados) investido em barracões, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da avaliação.

3.3.2. O valor de cada ponto positivo será de 3 UFM (Unidade Fiscal Municipal), obtendo-se a partir deste cálculo o valor a ser minorado da avaliação para fins de permuta.

3.3.3. O valor da permuta não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor base da avaliação do imóvel.

4 - DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Emitido o parecer pelo Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico – CODEM, cópia deste será encaminhado à empresa, e esta, se habilitada, será convocada a oferecer proposta de permuta, observado os parâmetros do parecer e as disposições da Lei Complementar Municipal 72/2015.

4.1.1. Cumpridos os requisitos e condições pela empresa a permuta será autorizada por lei específica.

5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a este Edital, deverão ser obtidos junto a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, de segunda a sexta-feira no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Maravilha – SC, 11 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

ANEXO “ÚNICO”

AO MUNICÍPIO DE MARAVILHA

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

_____ (nome da empresa) _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, através do presente instrumento vem requerer habilitação para realizar a permuta disciplinada na Lei Complementar nº 034/210 e Lei Complementar nº 72/2015, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2015, para o qual anexo os documentos solicitados no referido edital.

Declaro(a) para todos os fins de direito, conhecer todas as cláusulas e condições do edital do Chamamento Público nº 02/2015 e disposições inerentes constantes nas Leis Complementares Municipais nº 034/2010 e nº 72/2015.

Nestes Termos

P. Deferimento

Assinatura

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3096 DE 07 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº. 3096 DE 07 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das atividades do CRAS

0701 - 33900000 – Aplicações Diretas

0701 – 33502 – Outras transferências do Fundo da Assist.Social R\$ 11.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Maio de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 25/05/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2015, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA CONFEÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL. A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400.

Meleiro/SC, 11 de maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 201/2015

PORTARIA n.º 201/2015
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, à servidora GEISE RECCHIA, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 27/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 202/2015

PORTARIA n.º 202/2015
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 052/2015, de 06 de Fevereiro de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 052/2015, de 06 de Fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 09 de Fevereiro de 2015, edição 1680, pg 639, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1.º A Senhorita TAYNARA MARTINS DA SILVA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em substituição à servidora Rosemeri Scarpari Presa Ronzani, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma”.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/05/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0131/2015

DECRETO Nº 0131/2015 de 04.05.2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DA SERVIDORA LINETE RINTZEL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora LINETE RINTZEL, nomeada através do Decreto nº 286/2014, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, as atribuições de coordenação do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), igualmente das atividades da equipe de referência, no desenvolvimento de Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais, e no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Modelo/SC, juntamente com as demais atribuições do cargo.

Parágrafo Único: A carga horária da Servidora é de 40 horas semanais, sendo Nível CC - 04 do quadro de vencimentos, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social, com dedicação integral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 04 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 0135/2015

DECRETO Nº 0135/2015 DE 05.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.883/2009, 2.198/2015,

Considerando os prazos das convocações em andamento para o cargo, relativo ao Concurso Público 001/2015, Considerando a exoneração a pedido da Servidora Delina Scatolin, Considerando em especial a necessidade de pessoal para atendimento à campanha de vacinação da Influenza 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento ao Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC, a Sra. TATIANE VANESSA GEMELLI, portadora do CPF nº 069.625.759-98, RG nº 4.910.074, para exercer as funções do cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 028/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 06.05.2015 a 05.06.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 22, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 05 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 028/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: TATIANE VANESSA GEMELLI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 069.625.759-98, RG nº 4.910.074, residente e domiciliada na Rua Vereador Nelson Binot, Centro – município de Sul Brasil/SC CEP 89.855-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA.

LOCAL DE TRABALHO: lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude dos prazos para convocações em andamento para o cargo, relativo ao Concurso Público 001/2015, bem como a exoneração a pedido da Servidora Delina Scatolin e em especial considerando a necessidade de pessoal para atendimento à campanha de vacinação da Influenza 2015. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.883/2009 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 06 de maio de 2015 - Término: 05 de junho de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.340,40 (Um mil, trezentos e quarenta reais e quarenta centavos) conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Nível 22, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino/Vespertino, 40 (quarenta) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 05 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER TATIANE VANESSA GEMELLI
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas: 1. _____

2. _____

DECRETO Nº 0136/2015

Decreto nº 136/2015 de 05/05/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 235/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

DECRETA:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 235/2015, Modalidade Dispensa por Justificativa, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE - ETAPA II (PARTE DA OBRA) COMPREENDENDO OS SERVIÇOS: PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO (SENDO: IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSÃO CM 30, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C, CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE - CBUQ COM CAP 50/70 5,5% DMT 30 KM, PINTURA LONGITUDINAL C/ TINTA TERMOPL. C/ 750/M² MICROESFERAS DE VIDRO - FAIXA LONG. LATERAL BRANCA, PINTURA LONGITUDINAL C/ TINTA TERMOPL. C/ 750/M² MICROESFERAS DE VIDRO - FAIXA LONG. CENTRAL AMARELA), DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.921-44/2013/MTUR/CAIXA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	236.235,17

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 05 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0137/2015

Decreto nº 137/2014 de 05/05/15

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2015, credencia os proponentes habilitados, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Edital de Credenciamento Nº 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º- Ficam credenciadas as empresas citadas abaixo para o objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Credenciados	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
* POSTO MODELO LTDA	ÓLEO DIESEL	LITROS	2,89

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 05 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0138/2015

Decreto nº 138/2014 de 07/05/15

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2015, credencia os proponentes habilitados, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Edital de Credenciamento Nº 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º- Ficam credenciadas as empresas citadas abaixo para o objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Credenciados	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
* AURI ADEMIR JUNG – ME	AVEIA CRIOLA	KG	2,35
* AURI ADEMIR JUNG – ME	AVEIA PRETA	KG	1,30
* AURI ADEMIR JUNG – ME	AZEVÉM	KG	5,22
* AURI ADEMIR JUNG – ME	MILHETO MELHORADO	KG	5,48
* AURI ADEMIR JUNG – ME	AVEIA DE VERÃO	KG	2,21
* AURI ADEMIR JUNG – ME	ADUBO 9.33.12	SACA 50 KG	85,00
* AURI ADEMIR JUNG – ME	ADUBO 2.20.20	SACA 50 KG	73,33
* AURI ADEMIR JUNG – ME	URÉIA 45% NITROGÊNIO	SACA 50 KG	71,33

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 07 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0139/2015

Decreto nº 139/2015 de 07/05/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 215/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

DECRETA:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 215/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO MBB 2013, PLACAS LYN9271, ANO 1978, DA FROTA DO DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
GB VEÍCULOS LTDA - ME	6.806,93
FERNANDO DE QUADROS FUNILARIA ME	6.452,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 07 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0140/2015

Decreto nº 140/2014 de 11/05/15

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2015, credencia os proponentes habilitados, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Edital de Credenciamento Nº 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º- Ficam credenciadas as empresas citadas abaixo para o objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Credenciados	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
* CESCO E CIA LTDA EPP	AVEIA CRIOLA	KG	2,35
* CESCO E CIA LTDA EPP	AVEIA PRETA	KG	1,30
* CESCO E CIA LTDA EPP	AZEVÉM	KG	5,22
* CESCO E CIA LTDA EPP	MILHETO MELHORADO	KG	5,48
* CESCO E CIA LTDA EPP	AVEIA DE VERÃO	KG	2,21
* CESCO E CIA LTDA EPP	ADUBO 9.33.12	SACA 50 KG	85,00
* CESCO E CIA LTDA EPP	ADUBO 2.20.20	SACA 50 KG	73,33
* CESCO E CIA LTDA EPP	URÉIA 45% NITROGÊNIO	SACA 50 KG	71,33

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 11 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0141/2015

DECRETO Nº 0141/2015 DE 11.05.2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2013 homologado pelo Decreto nº 244/2013 em 21.11.2013, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA, portadora do CPF nº 034.590.309-92, RG nº 4.112.002-7, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2013, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, do Município de Modelo/SC, nível 13 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 11 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

TERMO DE POSSE Nº 019/2015 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013**REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0141/2015****CARGO:** Auxiliar de Serviços Gerais Internos

Aos onze dias de maio de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu a Sra. CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA, portadora do CPF nº 034.590.309-92, RG nº 4.112.002-7, nomeada a fim de tomar posse no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme especificado pelo Decreto 0141/2015.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 11 de maio de 2015.

CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. APRESENTAÇÃO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015

Convocação de Audiência Pública. Apresentação do 1º quadrimestre de 2015, conforme art. 41 º da Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012.
Local: Câmara Municipal de Vereadores, Rua 20 de Maio, 100, Centro, Morro da Fumaça/SC. Dia: 25/05/2015. Hora: 15:00 horas.

Navegantes

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇO 02/2015 FMC

Tomada de Preço 02/2015 FMC
ABERTO O CERTAME COM O LICITANTE EMP. MÃO DE OBRA VB, AUSENTE, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO EM SEGUIDA O ENVELOPE DE PROPOSTA E CONSTATADO QUE FORAM ATENDIDAS AS EXIGENCIAS DO EDITAL, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA-SE OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO
NAVEGANTES, 11 DE MAIO DE 2015

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 73/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 73/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ORIENTAÇÃO, PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 27/05/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 27/05/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 11 de Maio de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA-Prefeito.

DECRETO 280 PONTO FACULTATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO Nº 280 DE 11 DE MAIO DE 2015
DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III, DECRETA:

Art. 1º Fica determinado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais de Navegantes no dia 5/6/2015 em vista do feriado municipal de Corpus Christi no dia 4/6/2015.

Art. 2º Os atendimentos de Saúde serão realizados no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes no dia em questão.

Art. 3º A partir da segunda-feira, 8/6/2015, o horário de expediente voltará ao normal em todas as Secretarias, Superintendências, Subprefeituras e demais Departamentos da Prefeitura de Navegantes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de maio de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME 02/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME Nº02/2015.

PROCESSO FME Nº 02/2015

Data: 11 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA, DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO PISO DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES "DOMINGOS ANGELINO RÉGIS" COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa/Fornecedor: EMPRESA NG QUADRATEC CONSTRUÇÕES ESPORTIVAS LTDA.

CNPJ: 09.286.748/0001-77.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93. Navegantes, 11 de maio de 2015.

LEI 2988 CONVENIO REPASSE SOCIEDADE 18 DE MAIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2988 DE 11 DE MAIO DE 2015

CELEBRA CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação Recreativa 18 de Maio, inscrita no CNPJ sob o número 76.704.675/0001-83, com sede na Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, 8689 – Gravatá – Navegantes.

Art. 2º O Convênio em questão consiste no repasse, à entidade beneficiada, do valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em parcela única.

Art. 3º A quantia a ser repassada será utilizada na realização de melhorias na sede social da entidade beneficiada.

Art. 4 º A entidade beneficiada apresentará a prestação de contas do valor repassado à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

.Navegantes, 11 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2989 CONVENIO REPASSE ÁGUA DOIDA ESPORTE CLUBE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2989 DE 11 DE MAIO DE 2015

CELEBRA CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com o Água Doida Esporte Clube, entidade inscrita no CNPJ sob o número 12.326.803/0001-10, com sede na Rua Tancredo Neves s/nº, no Bairro Hugo de Almeida
Parágrafo Único: A entidade em questão foi declarada de utilidade pública pela lei n º 2462 de 11 de julho de 2011.

Art. 2 º O Convênio em questão consiste no repasse, à entidade beneficiada, do valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em parcela única.

Art. 3 º A quantia a ser repassada será utilizada na realização de melhorias na sede social da entidade beneficiada.

Art. 4 º A entidade beneficiada apresentará a prestação de contas do valor repassado à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

.Navegantes, 11 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2990 ALTERA LEI 2796 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO MAIS MÉDICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2990 DE 11 DE MAIO DE 2015

ALTERA A LEI 2796, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE TRATA DO AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º O § 2 º do artigo 1º da lei n º 2796 de 5 de novembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1 º

§ 1 º

§ 2 º O valor a ser repassado a título de auxílio-alimentação será de R\$ 700,00 (setecentos reais)"

Art. 2 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

.Navegantes, 11 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015 - AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO**

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

COMUNICAMOS que houve alteração na data do Processo Licitatório / Tomada de Preços nº 01/2015, cujo objeto é a contratação de Agência de Propaganda para prestar serviços de publicidade à Câmara de Vereadores de Navegantes-SC. A NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA fica redesignada para o dia 21 de maio de 2015, às 10 (dez) horas (horário de Brasília - DF). Outras informações poderão ser obtidas pessoalmente, no endereço constante no cabeçalho ou telefone: (47) 3342-1818.

Navegantes, 7 de maio de 2015.

Vilsemar Olímpio Duarte

Presidente da Comissão de Licitação

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 451/2015

PORTARIA Nº 451/ 2015

Nomeia

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, através do Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, de acordo com os arts. 11, 15 e 66 da Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal (Grupo 2), GIOVANA CADORIN HOFFMANN, matrícula nº 6688, para exercer o cargo de Coordenador Escolar Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 05 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 453/2015

PORTARIA Nº 453/ 2015

Designa Servidor Para Substituição Remunerada

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal GENICE TOMASI, matrícula nº 6653, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, para substituição remunerada do Servidor Juliano Gulini, que estará em gozo de férias, conforme o art. 61 e 62 do Estatuto do Funcionário Público Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2172

DECRETO Nº 2.172, de 02 de janeiro de 2015.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 513/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), relativo a recursos vinculados:

40 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 1.001 – Manutenção e Ampliação Rede Física Ensino Fundamental

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1.0061 – Aplicações Diretas
..... R\$ 499.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 499.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Em 02 de janeiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2173-2015

DECRETO Nº 2.173, de 02 de janeiro de 2015.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 513/2014

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.460,00 (hum mil, quatrocentos e sessenta reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

30 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 – Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.1.71.01.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 534,00

Elemento de Despesa 3.3.71.01.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 926,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 1.460,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ R\$ 1.460,00 (hum mil, quatrocentos e sessenta reais)

30 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 – Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 4.6.90.01.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.460,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.460,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte-SC

Em 02 de janeiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2174-2015

DECRETO Nº 2.174, de 02 de janeiro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 466/2012;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 187.277,39 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais com trinta e nove centavos), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

30 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.1 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 – Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.973,70

Atividade 2.007 – Manutenção da Segurança Pública

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.150,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0056 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.548,61

Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 161,33

Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0056 – Aplicações Diretas

..... R\$ 133,98

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Atividade 2.010 – Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento de Despesa – 3.1.90-0.1.0012 aplicações diretas

.....R\$ 16.421,89

Elemento de Despesa – 3.1.90-0.1.0013 aplicações diretas

.....R\$ 11.508,36

Atividade 2.011 – Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elemento de Despesa – 3.3.90-0.1.0001 aplicações diretas

.....R\$ 75,72

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS

Atividade 2.022 – Manutenção do Fundo de Habitação

Elemento de Despesa – 4.4.90-0.1.0055 aplicações diretas

.....R\$ 219,00

Atividade 2.023 – Manutenção do Departamento de Transportes

Elemento de Despesa – 3.3.90-0.1.0064 aplicações diretas

.....R\$ 7.203,26

Atividade 2.028 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Elemento de Despesa – 3.1.90-0.1.0050 aplicações diretas

.....R\$ 25.713,36

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030 – Manutenção Do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0014 aplicações diretas

.....R\$ 3.321,44

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.3.0014 aplicações diretas

.....R\$ 1.528,86

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.3.0062 aplicações diretas

.....R\$ 2.998,05

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0062 aplicações diretas

.....R\$ 18.005,74

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.1.0062 aplicações diretas

.....R\$ 10.263,60

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção Do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90-00.1.0077 aplicações diretas

.....R\$ 8.123,43

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0074 aplicações diretas

.....R\$ 17.150,43

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0076 aplicações diretas

.....R\$ 2.329,76

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0075 aplicações diretas

.....R\$ 1.807,22

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0067 aplicações diretas

.....R\$ 8.779,95

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0072 aplicações diretas

.....R\$ 10.230,78

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.1.0076 aplicações diretas

.....R\$ 9.037,12

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 187.277,39

Art. 2o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 12 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2175-2015

DECRETO Nº 2.175, de 02 de janeiro de 2015.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 513/2014

DECRETA:

Art. 1o – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

10 – CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CAMARA DE VEREADORES

Atividade 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.3.93.00.0000 – Aplicações Diretas

..... R\$ 80,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ R\$ 80,00 (oitenta reais)

10 – CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CAMARA DE VEREADORES

Atividade 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas

..... R\$ 80,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte-SC.

Em 02 de janeiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2176-2015

DECRETO Nº 2.176 de 05 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a homologação do Resultado do CONCURSO PÚBLICO 001/2014 e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação do Concurso Público 001/2014 na seguinte forma:

AGENTE ADMINISTRATIVO			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	103	MARCIA COAN JANCESKI	6,80
2º	84	FABIO HENRIQUE REGERT	6,50 ¹
3º	43	ERASMO JUNIOR DALZUCHIO	6,50
4º	70	JAKELYNE LIBERA BARZAN	6,40
5º	28	GESSICA TAÍS CATANEO DREI	6,00
6º	90	IGOR GUILHERME BRESSAN	5,85 ¹
7º	94	SANDRO FORNARI	5,85
8º	111	GUILHERME PIZZATTO	5,50
9º	66	JOÃO PAULO WAGNER MURARO	5,30 ¹
10º	50	UÁLICE ÁLEM CANEVER	5,30
11º	100	PERLA BOTTEGA BRUM	5,15
12º	49	LUCI DOS SANTOS COSTA	4,35 ¹
13º	92	JUCIELI PERIN	4,35 ²
14º	9	LUCAS TREZ	4,35
15º	89	CLEUSA PIETA	4,20
16º	93	CAMILA FALLEIROS PIRES	4,15
17º	68	ALAN ROCHA DOS SANTOS	4,10
18º	32	ANGELICA COMIN	3,90
19º	87	ALISSON MARCON	3,60
20º	48	ALEX RODRIGO DETONI	3,35 ²
21º	57	ANA PAULA TAPPARO MARIOTT	3,35 ²
22º	58	RAQUEL CECCHIN	3,20
23º	116	ADRIANA APARECIDA SIMON	2,50
24º	109	DAIANE MICHELE RIBEIRO DOS SANTOS LARA	1,70

¹ desempate realizado nas assertivas de língua portuguesa.² empate em todos os critérios de desempate, fica a idade como desempate.

AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	78	MARIA APARECIDA MATIAS BUZIN	4,80

ASSISTENTE SOCIAL			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	62	SONIA MARA LIMA DOS SANTOS DALZÓCHIO	3,55

AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	98	VANIA DENDENA GOMES	2,65
2º	112	ROMILDA ROCHA TRENTON	2,15
3º	83	SIRLEI DA ROSA	2,00
4º	63	IRENE MARIA MATTOS SANAGIOTTO	1,80

AUXILIAR DE ENFERMAGEM			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	29	ANA PAULA DE OLIVEIRA SOSTER	4,50
2º	2	ADRIANA FERREIRA	4,35
3º	55	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES	4,25
4º	18	CLAUDIA COMIN	4,20
5º	107	AMARILDE LUNKES	3,75
6º	61	ADRIELI DE LAZARI	2,30
7º	97	EDINEIA ZATTERA	1,95

FISIOTERAPEUTA			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	14	ADRIANE MORONA CANEI	7,90
2º	17	ANDRE KIMURA	6,40
3º	99	KARINE MUHL	6,35

4º	69	DANIELI BOZA	5,95
5º	36	CAMILA LAZARIN GALLINA	5,65
6º	72	LEDA CARLA SEGALIN	5,60
7º	67	VANESSA PEDOTT FERRARI	5,15

MOTORISTA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA PRÁTICA	NOTA ESCRITA	MÉDIA FINAL
1º	53	VIRMAR CARMINO ALEXANDRE	9,67	5,40	7,53
2º	34	ARNOLDO WEISE	8,68	5,70	7,19
3º	115	ADRIANO GOES DA SILVA	9,01	5,25	7,13
4º	4	DOMINGOS LERI CORDEIRO	8,35	6,25	7,03
5º	75	TARLIS FAGNER BARCAROL	8,68	4,35	6,51
6º	19	VANDERLEI LUIZ BATISTI	9,34	3,15	6,24
7º	95	DEMETRIO GANDINI	9,01	3,25	6,18
8º	6	SIDNEY DE OLIVEIRA	9,01	3,05	6,03
9º	51	DANIEL PINTO	8,02	3,70	5,86
10º	117	VILMAR FRESCHI	8,35	2,50	5,42
11º	5	ROGÉRIO PANDINI	8,68	1,80	5,24
12º	24	EVANDRO SANTIN	NÃO COMPARE-CEU	3,05	3,05

OPERADOR DE MÁQUINAS					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA PRÁTICA	NOTA ESCRITA	MÉDIA FINAL
1º	86	GEOVANI MEZZARI	10	4,60	7,30
2º	88	MEURO CELSO	9,30	4,75	7,02
3º	16	VOLMIR PIAIA	10	3,95	6,97
4º	30	VALDEVINO ANTUNES RODRIGUES	10	3,55	6,77
5º	120	VALDECIR LUIZ CORDEIRO	7,55	4,00	5,77
6º	38	JUSCEMAR LUIZ FILIPINI	8,95	1,65	5,30
7º	59	GILMARCIO LUIZ ROSSIGNOL	NÃO CUMPRIU COM OS REQUISITOS	4,00	4,00

PSICÓLOGO(A)			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	1	CRISTINA BORDIGNON	8,20
2º	3	KATIA RAQUEL SAUGO	7,90
3º	8	ADILMIA MALACARNE	6,00
4º	12	DHEIMI SINTIA BATISTI BATZNER	5,70
5º	33	DANIELLE LAZAROTTO FELTES	5,60
6º	113	JULIENE DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO CAMILLO	5,50
7º	108	EMILLY CRISTINA ARTMANN	4,85
8º	114	CAROLINE GEREMIA	4,55
9º	110	ELISANGELA VIEIRA	3,95
10º	20	PAMELA PANSERA	3,85
11º	26	MARCIA NICOLA FRANCHINI	3,60
12º	106	FERNANDA RAVARENA	3,50

AUXILIAR DE ENFERMAGEM			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	52	ROSELI LEITE MORES	3,30

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 05 de janeiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

MARCIO DE MACEDO

Secretário da Administração e Fazenda

DECRETO 2177-2015

DECRETO Nº 2.177 de 05 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a homologação do Resultado do PROCESSO SELETIVO 001/2014 e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação do Processo Seletivo 001/2014 na seguinte forma:

MATEMÁTICA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	15	ADRIANA SAUGO TREVILIN	3,65	1,75	5,40
2º	10	JAIMA LUIZ CITTADIN	2,75	1,45	4,20
3º	60	ROSELEINE MARIA DE ALMEIDA	2,60	1,40	4,00

GEOGRAFIA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	79	ELIANE DOS SANTOS DE O. VALESE	3,20	1,40	4,60

HISTÓRIA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	90	RUBIA JULIETE C. SMANIOTTO	4,00	1,65	5,65

EDUCAÇÃO FÍSICA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	71	JOSE VITOR VAUCHER SOUTO	3,85	1,70	5,55
2º	50	EZEQUIELE FURLANETTO	3,70	0,9	4,60
3º	80	PATRICIA MARTINELLO	3,85	0,70	4,55
4º	75	THIAGO FAGUNDES LOURENÇO	4,00	0,00	4,00
5º	68	JULIANA MOREIRA	1,65	0,25	1,90

CIÊNCIAS					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	88	ANDREIA VILANI	4,75	1,35	6,10
2º	43	CRISTIANE GOBATO	2,00	1,10	3,10
3º	33	ROSELANE BRAZZO	1,75	0,10	1,85

ENSINO RELIGIOSO					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	9	ROSINEI PEDROTTI FERRARI	2,95	1,20	4,15

ARTES					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	92	IDOGENE APARECIDA C. GENERO	3,25	1,20	4,45

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	78	JANIA RAMOS	4,75	1,35	6,10
2º	24	FRANCIELI APARECIDA SAQUETTI	4,55	1,25	5,80
3º	32	REJANE BRAZZO SANTIN	3,75	2,0	5,75
4º	97	ANNY LAIS BORTOLUZZI	4,05	1,35	5,40
5º	40	MARILAK LUCIA MURARO ROVARIS	4,10	0,90	5,00
6º	54	ZELENIR CÁTIA DE MENEZES	3,40	0,55	3,95
7º	27	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	3,20	0,75	3,95
8º	86	MARCIA RHODEN	3,05	0,75	3,80
9º	72	ERICA INES BECK	2,60	0,75	3,35
10º	17	RAQUEL ROVARIS	2,35	0,75	3,10
11º	87	ROMELANDIA CANEVER	2,40	0,60	3,00

EDUCAÇÃO INFANTIL					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	89	ELIGIANE MONICA CARDOSO	4,30	0,65	4,95
2º	59	MARCIANE MARIA TENUTTI	3,65	0,50	4,15
3º	96	MARCIA DE ABREU CAMARGO	2,30	1,25	3,55
4º	52	CARÍCIA ROVARIS	1,90	1,45	3,35

EDUCAÇÃO ESPECIAL					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	93	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	4,10	1,40	5,50
2º	22	KELIN KATIA KOLLING	3,75	1,60	5,35

PROFESSOR AUXILIAR					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	35	CACIANA CANEVER	2,55	1,80	4,05
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA PRÁTICA	NOTA ESCRITA	MÉDIA FINAL
1º	44	MONICA SANAIOTTO	8,88	6,00	7,44
2º	07	MARILDE FERNANDES C. RAMPINELLI	8,15	6,00	7,07
3º	42	LEILA BATISTELLA CECCHIN	8,61	4,90	6,75
4º	23	CLECI ANA ROMANN MATTOS	8,60	4,75	6,60
5º	11	MARILETE BRASSO BRATTI	8,11	4,50	6,30
6º	03	NEUSA STEFFENS DE OLIVEIRA	8,50	3,50	6,00 ¹
7º	12	MONICA APARECIDA TOMASI TOLFO	8,75	3,25	6,00
8º	16	ARLENE TEREZINHA DE SANTI	7,69	4,25	5,90 ¹
9º	62	DERLI DE FÁTIMA LOPES	8,34	3,50	5,90
10º	05	MARIZETE DE OLIVEIRA D'SANTI	8,50	3,25	5,87
11º	70	JUSSARA CANONICO PALOSQUI	8,00	3,75	5,80 ¹
12º	06	LUCIA G. DOS SANTOS PAVELECINI	8,19	3,50	5,80 ²
13º	21	CLAIR GREGOLON DE OLIVEIRA	8,65	3,00	5,80
14º	67	MARIVONE DE FÁTIMA CECCHIN	NÃO COMPARECEU	NÃO COMPARECEU	NÃO COMPARECEU

¹ desempate no conhecimento de atualidades² desempate no conhecimento de língua portuguesa

DOS CANDIDATOS NÃO HABILITADOS

LÍNGUA PORTUGUESA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	8	MARCIA BAESSO	2,30	0,60	2,90
2º	34	GILVANA LOUREIRO DE QUIROZ	1,85	0,00	1,85
3º	31	ELIZANDRA MACULAN	1,65	0,00	1,65
4º	41	ELIS PAULA BOITO	0,90	0,70	1,60
5º	56	SANDRA MARIN	N. COMPARECEU	N. COMPARECEU	N. COMPARECEU

GEOGRAFIA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	04	PAULO ALBERTO VAZATTA	2,70	0,00	2,70

HISTÓRIA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	39	ROSELI ORLANDI	1,45	0,40	1,85

LÍNGUA ESTRANGEIRA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	82	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	2,00	0,00	2,00
2º	73	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO	0,90	0,10	1,00

INFORMÁTICA					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	95	FABIANA CÚNICO	3,60	0,50	4,10
2º	13	MAIARA CRISTIANE G. RODRIGUES	3,35	0,10	3,45
3º	101	ALCIONE DALLA RIVA	3,15	0,00	3,15
4º	64	DJEISON RESCH	2,20	0,00	2,20
5º	2	ELIZIANA WESOLOVSKI DE BRIDA	NÃO	COMPA	RECEU
6º	69	ROBERTOM DA CAMPO	NÃO	COMPA	RECEU

ARTES					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	26	ANDERLEIA SCHULZ DE LIMA	2,65	0,20	2,85

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL
1º	19	MARIZETE ORLANDI	3,65	0,50	4,15

EDUCAÇÃO INFANTIL					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	MÉDIA FINAL

1º	84	TALICA CÚNICO	3,25	0,50	3,75
2º	01	DELICIA MARIA FREITAS	3,50	0,20	3,70
3º	61	KATIA COMIN	3,65	0,00	3,65
4º	47	ANA PAULA DANIEL	2,85	0,50	3,35
5º	100	ALINE SPRICIGO	2,60	0,00	2,60
6º	76	MARIA SALETE SOZO SALVADOR	1,90	0,50	2,40
7º	91	CAMILA APARECIDA MINOSSO	1,75	0,00	1,75

PROFESSOR AUXILIAR					
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	NOTA TITULOS	MÉDIA FINAL
1º	65	VANESSA BRATTI GIOMBELLI	3,35	0,50	3,85

Art. 2o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 05 de janeiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

MARCIO DE MACEDO

Secretário da Administração e Fazenda

DECRETO 2179

DECRETO nº 2.179, de 10 de fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e amparado pelo disposto na Lei Complementar 040/2010, que institui o Código Tributário do Municipal,

DECRETA:

Art. 1o – Fica alterado o anexo único do calendário fiscal do Município de Novo Horizonte-SC, para o exercício financeiro de 2015, para recolhimento de tributos municipais, vigorando a partir desta data a redação que segue em anexo único do presente Decreto.

Art. 2o – Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o recolhimento de tributos, estes ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, bem como a inscrição em dívida ativa, na forma do art. 129 a 132 do Código Tributário Municipal.

Art. 3o – O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única, antes de vencida a primeira parcela, fará jus ao desconto de 10% (dez por cento).

Art. 4o – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

em 10 de fevereiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário da Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 2.179/2015

CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Espécies de Tributos:

I – Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Permanência:

Vencimento: 16/03/2015 – parcela única

II – Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

Vencimento: cota única 29/05/2015 – 10% de desconto

29/05/2015 – 1a parcela

30/06/2015 – 2a parcela

31/07/2015 – 3a parcela

III – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Vencimento: 16/03/2015 – 1a parcela

16/03/2015 – 2ª parcela

31/03/2015 – 3a parcela

30/04/2015 – 4a parcela

29/05/2015 – 5a parcela

30/06/2015 – 6a parcela

31/07/2015 – 7a parcela

31/08/2015 – 8a parcela

30/09/2015 – 9a parcela

30/10/2015 – 10a parcela

30/11/2015 – 11a parcela

31/12/2015 – 12a parcela

IV – Taxa de Coleta de Lixo:

Vencimento: Cota única – 30/09/2014

30/09/2015 – 1a parcela

30/10/2015 – 2ª parcela

30/11/2015 – 3a parcela

Novo Horizonte-SC, em 10 de fevereiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

DECRETO 2180-2015

DECRETO nº 2.180, de 12 de fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA E DIRETA DE IMÓVEL, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, COMO FAZ CONSTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, no art. 55, inciso VI;

Considerando o disposto o art. 5º, inciso XXIV da Constituição Federal e artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, suas alterações posteriores e as demais leis e normas aplicáveis;

Considerado o disposto no Decreto 2151/2014, que trata da declaração de imóvel de utilidade pública, para fins de desapropriação, visando a readequação e pavimentação da rua Eulívio Pastre que dá acesso da empresa Laticínios Horizonte.

DECRETA

Art. 1º. Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, a área de 509,60 m² (quinhentos e nove vírgula sessenta metros quadrados) da área total de 36.200 (trinta e seis mil e duzentos metros quadrados), do perímetro no vértice M-008, de coordenadas N 7.072.899,41 m. e E 317.064,98 m., situado no limite com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, deste, segue com azimute de 121°55'51" e distância de 31,372 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta até o vértice M-009, de coordenadas N 7.072.882,82 m. e E 317.091,61 m.; deste, segue com azimute de 121°40'55" e distância de 20,029 m., confrontando neste trecho com parte do

lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, até o vértice M-010, de coordenadas N 7.072.872,30 m. e E 317.108,65 m.; deste, segue com azimute de 117°55'45" e distância de 7,211 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, até o vértice M-001, de coordenadas N 7.072.868,92 m. e E 317.115,02 m.; deste, segue com azimute de 178°20'26" e distância de 10,505 m., confrontando neste trecho com parte da chácara reserva de Vitorio Zanatta, até o vértice M-002, de coordenadas N 7.072.858,42 m. e E 317.115,33 m.; deste, segue com azimute de 295°16'13" e distância de 8,696 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-003, de coordenadas N 7.072.862,14 m. e E 317.107,47 m.; deste, segue com azimute de 302°44'55" e distância de 8,755 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-004, de coordenadas N 7.072.866,87 m. e E 317.100,10 m.; deste, segue com azimute de 304°47'33" e distância de 12,626 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-005, de coordenadas N 7.072.874,08 m. e E 317.089,73 m.; deste, segue com azimute de 304°19'19" e distância de 18,013 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente -, até o vértice M-006, de coordenadas N 7.072.884,23 m. e E 317.074,86 m.; deste, segue com azimute de 305°01'12" e distância de 16,596 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-007, de coordenadas N 7.072.893,76 m. e E 317.061,27 m.; deste, segue com azimute de 33°17'53" e distância de 6,768 m., confrontando neste trecho com a estrada existente e com área do Laticínio Horizonte, até o vértice M-008, de coordenadas N 7.072.899,41 m. e E 317.064,98 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, parte constante na matrícula nº 14.911 do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, que consta pertencer ao senhor Verdelino Zanatta, seus herdeiros ou sucessores legais.

Parágrafo Único. O referido imóvel é destinado a readequação e pavimentação da Rua Eulívio Pastre que dá acesso da empresa Laticínios Horizonte, tendo sido avaliado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º. Fica, outrossim, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, com nova redação dada pela Lei nº 2.786/56.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

Em 12 de fevereiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2181-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.181, de 26 de fevereiro de 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Registro Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviços junto ao Município de Novo Horizonte, assim constituída:

PERLA BOTTEGA BRUM - Presidente

ALTAIR MATTOS - Membro

JUSSARA CECCHIN - Membro

Art. 3º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,
em 26 de fevereiro de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Márcio de Macedo
Secretário da Administração e Fazenda

DECRETO 2182-2015

DECRETO Nº 2.182, de 03 de março de 2015.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 466/2012;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 71.010,00 (setenta e um mil, com dez reais), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.03 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atividade 2.032 – Manutenção Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0000 aplicações diretas
.....R\$ 71.010,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 71.010,00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 03 de março de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

JUSSARA CECCHIN

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2183-2015

DECRETO Nº 2.183, de 03 de março de 2015.

Dispõe sobre a convocação ordinária da Conferência Regional/Município dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte em conjunto com o Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, Senhor Neri Pederssetti, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, na perspectiva de sua efetivação no âmbito da região;

DECRETA:

Art. 1º Convocar ordinariamente a realização da 1ª Conferência Regional/Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que terá como tema central: “Política e Plano Decenal dos Direitos dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente”.

Art. 2º A 1ª Conferência Regional/Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente apresenta como objetivos:

I – Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

III - Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentre outros, destinados à infância e à adolescência.

IV – Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

V – Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estaduais, Distrito Federal e Municipais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente.

Art. 3º A 1ª Conferência Regional/Municipal dos Direitos de Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 18 de Março de 2015, no município de São Lourenço do Oeste, no Centro de Eventos, situado na Rua Via Parque s/n, Bairro Cruzeiro.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste/a Decreto/ Portaria, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,
em 03 de março de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

JUSSARA CECCHIN
Secretária da Administração e Fazenda

LEI 519-2015

Lei nº 519 de 27 de março de 2015
DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE NOVO HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura de Novo Horizonte (PMCNH), constante do anexo único da presente Lei o qual terá duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º O Município, através do Conselho Municipal de Cultura, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 5º Cabe ao Conselho Municipal de Cultura coordenar o processo de avaliação e revisão do Plano Municipal de Cultura, a cada 2 (dois) anos.

Art. 6º O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC.
Em 27 de março de 2015
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE NOVO HORIZONTE

APRESENTAÇÃO

Planejarmos o desenvolvimento cultural de Novo Horizonte para a próxima década pode parecer um ato de ousadia, mas deve ser encarado como o ápice da valorização da cultura local, além da necessidade de organização e da tentativa de superação das limitações quanto à sustentabilidade e o efetivo desenvolvimento da área.

O Plano Municipal de Cultura de Novo Horizonte é o resultado da soma de esforços da Administração pública Municipal juntamente com população novorizontina organizada nas diferentes vertentes artístico-culturais que buscam uma estruturação devida para as ações culturais que desenvolvem.

Um Plano Municipal decenal deve promover a solidificação da área, garantindo à comunidade a construção de políticas públicas abrangentes dentro da diversidade cultural inerente a este município.

Ao longo do debate democrático promovido junto à sociedade civil organizada conseguimos elencar propostas para a realização de muitos anseios socioculturais da população que aqui vive. Estas propostas devem permear as próximas gestões sobre nossas realidades e necessidades, sem permitir a obscuridade de nenhum ator ou setor cultural presente neste município.

Seni Antonia Brum Dalzochio
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

INTRODUÇÃO

Novo Horizonte é resultado de múltiplas culturas. Talvez esta multiplicidade cultural se dê em função deste município se localizar no Oeste do Estado de Santa Catarina, uma região que é ponto de acesso aos diferentes estados brasileiros, bem como rota de passagem para os países da América do Sul. Por esta situação, tem recebido influências culturais de muitos que aqui se domiciliaram ou passaram.

Inserida neste contexto, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, tem atuado como difusora da arte, da cultura e do conhecimento, realizando alguns programas, projetos e eventos que atraem a população local à participação em cursos, oficinas, exposições, etc.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes tem como missão institucional desenvolver políticas públicas que assegurem ao cidadão o acesso à cultura, valorizando a produção artística local e preservando o patrimônio e a memória deste município.

O Conselho Municipal de Cultura acompanha as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes como órgão fiscalizador e normatizador, com um grupo de treze conselheiros eleitos democraticamente a cada dois anos.

A Conferência Municipal de Cultura, realizada em 08/07/2013, foi o momento cujo objetivo maior era construir as diretrizes para Conferência Estadual de Cultura, porém também serviu para dar início à discussão a respeito da elaboração do Plano Municipal de Cultura. A principal diretriz construída neste momento em relação ao Plano Municipal de Cultura foi concepção que a cultura é um direito fundamental do ser humano e ao mesmo tempo um importante vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social. Daí a importância de políticas públicas que visem o desenvolvimento da cultura local.

O passo seguinte foi a realização de assembleias realizadas com a população em geral realizadas em comunidades polos para apresentação de propostas para elaboração do Plano Municipal de Cultura. O marco definitivo na construção do Plano Municipal de cultura foi dado no dia 22 de setembro de 2014, momento em que se reuniram os representantes do poder público municipal juntamente com os representantes da sociedade civil organizada e os delegados das comunidades polos para a leitura, apreciação e aprovação do texto final do já mencionado Plano.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 POVOAMENTO DE NOVO HORIZONTE

Terminada a Guerra do Contestado, resolvida a questão dos limites, estavam abertos os caminhos para a colonização do Oeste de Santa Catarina.

O Oeste de Santa Catarina foi colonizado em consequência da solução da campanha do Contestado, a construção da estrada de ferro São Paulo Rio Grande e a vinda de descendentes de imigrantes alemães e italianos do Rio Grande do Sul e poloneses do Paraná e outros.

A principal atividade dos primeiros colonos do Oeste Catarinense era agrícola e pastoril, com seu trabalho braçal produziam produtos de qualidade e era exportado para a Argentina. No fim da década de 40, foi introduzido na região o trator e o caminhão, as estradas são abertas e o homem toma conta da natureza e transporta a madeira para as grandes cidades do Brasil.

E por ordem política administrativa foi instalado com a criação de quatro municípios. Um entre esses municípios foi Chapecó pela lei

numero 1147 de 25.08.1917, ainda antes de Santa Catarina toar posse definitiva da área que lhe coube o acordo dos limites. Por volta de 1927, chegaram os primeiros colonizadores descendentes de italianos e alemães tomando o lugar dos caboclos, onde teve novos povoamentos e aí foram criados os distritos do município de Chapecó que entre eles, São Lourenço D' Oeste em 1951. Entre os anos de 1953 e 1965 ocorreram, no Oeste de Santa Catarina, um rápido processo de emancipações municipais. Do velho Chapecó foram desmembrados 34 novos municípios, a partir dos distritos já existentes, entre eles, São Lourenço D' Oeste, pela lei nº 348, de 21 de junho de 1958 e sua instalação foi dia 26 de julho de 1958.

O município de Novo Horizonte tem sua colonização nos moldes dos demais municípios do Oeste catarinense. No ano de 1946 havia um barraco de madeira para abrigar os demarcadores de terras e os colonizadores que chegavam para ocupar as referidas terras, nesta época que Novo Horizonte teve seu primeiro nome: Pito Aceso, devido às tropas que passavam por esta vila com gado vindos do Rio Grande do Sul até os campos de Palmas, os tropeiros pernoitavam em uma pensão, ali realizavam bailes, e como era de costume os caboclos dançavam com o palheiro na boca. Quando esses tropeiros eram indagados onde passavam a noite, respondiam: passamos a noite lá no Pito Aceso.

Mais tarde chamou-se Santa Lúcia devido o grande número de pessoas que eram devotas desta Santa. E como um número elevado de habitantes era oriundo de Lauro M-Iler, os mesmos deram o nome de Novo Horizonte porque lá existia um lugarejo chamado de Novo Horizonte.

1.2. A EMANCIPAÇÃO DE NOVO HORIZONTE

Aos trinta e um dias do mês de março de 1991 foi realizado o plebiscito do distrito de Novo Horizonte.

Então se deu a criação do município de Novo Horizonte pela lei aprovada em 09 de janeiro de 1992 através da Lei Estadual nº 8530 e a instalação de Novo Horizonte deu-se em primeiro de janeiro de 1993 com a posse do primeiro prefeito municipal, vice-prefeito e vereadores.

1.3 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

O município de Novo Horizonte esta localizado no Oeste de Santa Catarina e se limita com os seguintes municípios: ao Norte com São Lourenço Do Oeste, ao Sul com Formosa do Sul e Santiago do Sul, ao Leste com Coronel Martins e Galvão e ao Oeste com São Lourenço Do Oeste.

O município de Novo Horizonte tem uma superfície territorial de 151,4km quadrados, distribuídos entre a área urbana e rural com 19 localidades no total. Possui uma população de aproximadamente 2.750 habitantes.

Sua economia é voltada quase que totalmente à atividade agrícola, produzindo milho, soja, feijão e trigo, além de madeira e de outros produtos para subsistência.

Na pecuária o gado de leite e de corte também tem expressivo valor, como também a suinocultura e avicultura que são organizados no sistema de integração. No setor secundário, destacam-se algumas atividades no gênero de madeira, confecções e comércio de gêneros básicos.

Com relação à educação no município de Novo Horizonte emancipado foi criado pelo decreto municipal nº 479/97 de 10.09.1997, para atender alunos pertencentes a zona rural do município os quais passaram a frequentar a escola no ano de 1998, em processo de Nucleação do Ensino Fundamental Municipal.

Das 19 escolas existentes inicialmente, com o processo de nucleação, foram criados dois núcleos, um na comunidade de Platanéia, interior do município, e uma escola na Sede do município. O município conta ainda com uma escola da Rede Estadual de Ensino que atende alunos do Ensino fundamental e do Ensino Médio.

2. DIRETRIZES GERAIS

2.1 Eixo 1: Produção Simbólica E Diversidade Cultural - Fortalecer As Ações Do Município No Planejamento E Execução De Políticas

Culturais

2.1.1 Instituições e mecanismos de integração

- Apoiar as atividades existentes, realizadas pelos grupos, associações e entidades que desenvolvem ações relacionadas à diversidade cultural na cidade de Novo Horizonte - SC;
- Possibilitar o desenvolvimento da cultura do município, representada pelos seus significativos patrimônios material e imaterial;
- Promover eventos de inserção e integração das diversas etnias e manifestações formadoras da identidade cultural do município;
- Referenciar as ações artístico-culturais do município;
- Estimular a produção, a qualificação e a integração das diversas áreas da cultura;
- Fortalecer parcerias com instituições de ensino e iniciativa privada, ligadas direta ou indiretamente à promoção e difusão artístico-cultural.

2.1.2 Financiamento

- Prever no orçamento a incorporação de pelo menos 1% da receita corrente líquida para custear os gastos referentes aos programas de cultura.

2.1.3 Legislação

- Incentivar e instruir as representatividades culturais locais quanto à regulamentação legal para o desenvolvimento das atividades de grupos e associações em formação;
- Programar Políticas Públicas que garantam preservação, pesquisa, difusão, produção e ensino das manifestações da diversidade cultural local;

2.2 Eixo 2: Cultura, cidade e cidadania - proteger e valorizar a diversidade artística e cultural do município

2.2.1 Preservação e valorização do patrimônio artístico, cultural e ambiental.

- Criar programas de apoio à preservação e ao ensino-aprendizagem da oralidade das etnias formadoras do município, assegurando a pesquisa, a produção, a manutenção, a ampliação, a preservação, a promoção, a exposição e o fortalecimento dos acervos artísticos e históricos existentes;
- Promover resgate e diagnóstico dos diversos contextos históricos, patrimoniais e culturais do município garantindo a preservação da identidade histórico-cultural do município e a valorização dos acervos históricos e documentais;
- Preservar os patrimônios naturais ambientais do município, através de políticas públicas que garantam a harmonização e o equilíbrio entre estes patrimônios e as ações necessárias para o desenvolvimento sustentável.

2.2.2 Estímulo à reflexão cultural e valorização da diversidade

- Promover palestras, seminários, oficinas de caráter educativo, de qualificação técnico-artístico-cultural e apresentações artísticas em instituições de ensino e entidades de caráter público e privado;
- Garantir e fortalecer a inter-relação dos espaços de memória públicos e privados existentes nas áreas urbana e rural, preservando a cultura popular do município de Novo Horizonte –SC.

2.3 EIXO 3: Cultura e desenvolvimento sustentável - universalizar o acesso dos novorizontinos à fruição e à produção cultural

2.3.1 Fluxos de produção e formação de público

- Apoiar a criação de espetáculos e exposições das diversas linguagens artístico-culturais, difundindo a prática artístico-cultural como instrumento de apropriação, junto às instituições de educação básica no município.

2.3.2 Equipamentos culturais e circulação da produção

- Aperfeiçoar e disponibilizar espaços físicos públicos para capacitação nas diversas linguagens artísticas e históricas, bem como

apoiar a circulação e a difusão de exposições e exposições das diversas linguagens e manifestações artístico-culturais.

2.4 EIXO 4: Cultura e economia criativa - ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável

2.4.1 Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura

- Incentivar e auxiliar na comercialização de produtos relacionados à cultura e à diversidade de cada etnia e manifestação artístico-cultural, promovendo a valorização dos diversos espaços culturais através de políticas públicas;

3. PROPOSTAS, PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS

3.1 Arquivos, Museus, Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial

- Promover ações de mapeamento, identificação e tombamento de prédios (públicos e privados) que possuem relevância na construção da identidade histórica e arquitetônica do município;
- Realizar diagnóstico, inventário e restauro dos acervos públicos, bem como aquisição de objetos para compor estes acervos;
- Promover a valorização dos espaços de memória, a partir de ações de visibilidade, divulgação e finalidade turística;
- Realizar fóruns, debates e seminários voltados às questões que envolvem o Patrimônio Material e Imaterial local;
- Contribuir para a garantia das condições socioambientais necessárias para produção, reprodução e transmissão de bens culturais de natureza imaterial;
- Promover projeto de educação patrimonial nas instituições de ensino públicas e privadas do município;
- Criar um catálogo acerca das espécies nativas e de arborização urbana de maneira a promover seu conhecimento e apropriação por parte da população;
- Apoiar iniciativas comunitárias de trabalho voluntário na implantação e manutenção dos espaços públicos;
- Capacitar agentes para elaboração de projetos culturais dentro da demanda local;
- Desenvolver banco de dados culturais para informações que subsidiem pesquisas, trabalhos históricos, bibliotecas escolares, etc;
- Promover a inclusão no currículo escolar conteúdos sobre a história do município e as culturas existentes neste espaço;

3.2 Culturas Populares, Afro-Brasileiras e Indígenas.

- Promover e garantir o reconhecimento das etnias e outras entidades relacionadas às culturas populares, revelando e valorizando suas potencialidades turísticas e culturais;
- Incentivar e auxiliar na comercialização de produtos gastronômicos, artesanato e de vestimenta, relacionados à cultura e à diversidade de cada etnia;
- Articular parcerias públicas e privadas para apoio ao trabalho de resgate cultural étnico;
- Promover a aproximação dos diversos grupos étnicos, envolvendo-os em eventos culturais;
- Adquirir para o acervo da biblioteca municipal e escolas municipais livros relacionados à cultura afro-brasileira, culturas populares e indígenas;
- Criar parcerias com instituições públicas de Ensino Superior para assessorar o município na elaboração, organização e articulação da cultura local;

3.3 Audiovisual

- Adequar e disponibilizar um espaço para exibição de filmes;
- Incentivar a discussão da sétima arte nas escolas públicas e particulares do município;

3.4 Artes Visuais e Digitais

- Elencar e adequar espaços públicos apropriados para exposições;
- Promover exposições com artistas de outras localidades sejam locais e regionais;
- Promover o uso de mídias e internet como ferramenta para divulgar a cultura local, inclusive o calendário cultural do município;

3.5 Artesanato

- Consolidar espaço específico para comercialização dos produtos artesanais do município de Novo Horizonte;
- Promover cursos e palestras de qualificação do artesão local;
- Garantir espaços para comercialização de produtos artesanais em feiras e eventos expoentes no calendário local;

3.7 Dança e Teatro

- Promover ações que fomentem e difundam a linguagem das artes cênicas, por meio da capacitação de professores dentro de escolas do município e formação de núcleos artísticos;
- Criar espaços cênicos multiuso que sejam destinados a espetáculos de pequeno porte;
- Promover cursos de dança folclórica, clássica e moderna para a população do município;
- Promover curso de artes cênicas para a população local;

3.8 Literatura, Livro e Leitura

- Promover oficinas e cursos de capacitação em produção textual para profissionais e estudantes;
- Investir em materiais de divulgação de atividades, trabalhos, eventos, ações que envolvem a leitura, a literatura e o livro bem como a biblioteca pública municipal;
- Criar programa municipal de leitura, livro e literatura em parceria com as redes de ensino públicas e privadas, básicas, ensino médio, técnico e superior, para alavancar o setor desde a infância até a terceira idade, garantindo acesso e valorização do cidadão através da leitura;
- Criar projetos de leitura e produção literária nas escolas;
- Efetivar um espaço moderno e adequado para a Biblioteca Pública Municipal Ari Mendes;
- Promover capacitação para os professores para contribuir nas escolas com contação de histórias;

3.9 Música

- Promover cursos de iniciação em música instrumental e canto coral para a população local;
- Incentivar a participação de escolares no projeto de Musicalização Infantil;
- Criar uma mostra municipal de música infanto-juvenil e adulto com talentos locais;

LEI 520-2015

Lei nº 520 de 30 de abril de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos na ordem de R\$15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais), em pecúnia para premiação com competições esportivas em campeonatos municipais e olimpíadas municipais na forma do anexo único.

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC.

Em 30 de abril de 2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

2º LUGAR : 80,00

* FUTEBOL DE CAMPO-1º, 2º, 3º e 4º LUGAR

1º lugar : 700,00

2º lugar : 500,00

3º lugar : 250,00

4º lugar : 150,00

*JOGO DA LATINHA FEMININO-1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 120,00

2º LUGAR : 80,00

* CAMPEONATO SUÍÇO- 1º, 2º, 3º e 4º lugar

1º lugar : 500,00

2º lugar : 250,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

*TÊNIS DE MESA MASCULINO- 1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 120,00

2º LUGAR : 80,00

*TÊNIS DE MESA FEMININO- 1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 120,00

2º LUGAR : 80,00

*CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALÃO MASCULINO-1º, 2º, 3º, 4º LUGAR

1º lugar : 500,00

2º lugar : 250,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

*JOGO DO 48 MASCULINO-1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

*JOGO DO 48 FEMININO-1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

CAMPEONATO FUTEBOL DE SALÃO FEMININO -1º, 2º, 3º, 4º LUGAR

1º lugar : 500,00

2º lugar : 250,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

*BISCA MASCULINO -1 e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

*CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALÃO VETERANO -1º, 2º, 3º, 4º LUGAR

1º lugar : 500,00

2º lugar : 250,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

*BISCA FEMININA -1 e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

*TRÊS SETE MASCULINO -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

*CAMPEONATO DE BOCHA MASCULINO - 1º, 2º, 3º, 4º LUGAR.

1º lugar : 500,00

2º lugar : 250,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

*ESCOVA MASCULINO-1º e 2º LUGAR.

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

*TRUÇO MASCULINO -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

*CAMPEONATO DE BOCHA MASCULINO, TAÇA DE PLATA - 1º, 2º, 3º, 4º LUGAR.

1º lugar : 350,00

2º lugar : 200,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

* CANASTRA MASCULINO 1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

* CANASTRA FEMININO 1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 200,00

2º LUGAR : 100,00

CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA FEMININO-1º, 2º, 3º e 4º LUGAR

1º lugar : 500,00

2º lugar : 250,00

3º lugar : 150,00

4º lugar : 100,00

* BOLÃO MASCULINO -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

* BOLÃO FEMININO-1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

OLIMPIADAS MUNICIPAIS

MODALIDADES:

* CHUTE NO PNEU MASCULINO -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 120,00

2º LUGAR : 80,00

*BOCHA MASCULINA -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

* CHUTE NO PNEU FEMININO -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 120,00

2º LUGAR : 80,00

*BOCHA FEMININA -1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

*JOGO DA LATINHA MASCULINO – 1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 120,00

*FUTEBOL DE SUÍÇO MASCULINO – 1º e 2º LUGAR

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

***FUTEBOL DE SALÃO MASCULINO -1º e 2º LUGAR**

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

***FUTEBOL DE SALÃO FEMININO -1º e 2º LUGAR**

1º LUGAR : 300,00

2º LUGAR : 200,00

TOTAL : 7.400,00

TOTAL GERAL: 15.800,00

LEI COMPLEMENTAR 049/2015

Lei Complementar nº 49 de 16 de abril de 2015.

Altera a Lei Complementar nº 037/2009, criando novo cargo e fixando novos valores aos vencimentos dos respectivos cargos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a redação do § 1º, do art. 7º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. (...)

§ 1º O nível, código e vencimento dos cargos descritos neste artigo são os constantes no Anexo I, da presente Lei Complementar.

Art. 2º. Fica criado, na estrutura administrativa da Câmara Municipal, o cargo de provimento comissionado, de Assessor de Comunicação, passando, o artigo 8º, a vigorar acrescido do inciso III e, os seus §§ 2º e 3º, com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

(...)

III – Assessor de comunicação

(...)

§ 2º O nível, código e vencimento dos cargos de provimento comissionado estão descritos no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 3º A habilitação exigida, número de vagas e atribuições dos cargos descritos neste artigo são os constantes no Anexo IV da presente Lei Complementar.

Art. 3º. Fica alterado o vencimento do cargo de Assessor Legislativo, constante do Anexo III, bem como, em razão da criação do novo cargo de assessor de comunicação, fica alterado o Anexo III e IV, que passarão a vigorar com os valores e acréscimo da redação constantes do Anexo Único, desta lei complementar.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC.

Em 16 de abril de 2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Lei Complementar 049/2015

ANEXO III**GRUPO OCUPACIONAL II****QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CPC)**

Denominação	Nível	CÓDIGO	Vencimento (R\$)
Assessor Legislativo	CC – 1	1003	R\$1.350,00
Assessor de Comunicação	CC - 1	----	R\$ 1.350,00
-----	-----	-----	-----

ANEXO IV**DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO (CPC)**

(...)

3. Assessor de Comunicação:

3.1. Carga horária semanal: 40 horas;

3.2. Condições para o ingresso: Livre Nomeação;

3.3. Habilitação para o exercício do cargo: Ensino Médio;

3.4. Vagas: 01;

3.5. Descrição das atribuições:

3.5.1. Acompanhar todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, seja em seu recinto ou descentralizadas;

3.5.2. Acompanhar a Presidência ou representante designado em cerimônias oficiais;

3.5.3. Elaborar notícias e demais matérias acerca das atividades da Câmara Municipal;

3.5.4. Dar ampla cobertura e divulgações dos trabalhos da Presidência, Mesa Diretora e Comissões da Câmara;

3.5.5. Manter arquivos com matérias e fotos da Câmara Municipal, especialmente as vinculadas nos meios de comunicações;

3.5.6. Elaborar protocolo e coordenar as atividades solenes da Câmara Municipal;

3.5.7. Recepcionar e acompanhar autoridades e visitantes na Câmara Municipal;

3.5.8. Elaborar boletins informativos dos trabalhos e atividades da Câmara Municipal;

3.5.9. Controlar o sistema de som;

3.5.10. Efetuar a gravação das sessões plenárias e solenes;

3.5.11. Operar sistemas de computação, aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;

3.5.12. Auxiliar na leitura das matérias das sessões, quando solicitado;

3.5.13. Elaborar e apresentar notícias, mensagens e informativos da Câmara nos meios de comunicações contratados;

3.5.14. Auxiliar os demais órgãos de assessoria ou administração no que for solicitado;

3.5.15. Dirigir veículos oficiais para o exercício das atribuições do cargo.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-2015

Página: 1/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vigas em eucalipto vermelho e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, de espessura 8 x 15 cm e comprimento 4 metros (01-01-25445)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	24.0000	1
2	Barrotes em eucalipto vermelho e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, de espessura 5 x 12 cm e comprimento 2 m e 50 cm (01-01-25446)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	6.6000	1
3	Pé direito em pinus e/ou eucalipto vermelho e/ ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, plainados em três faces, com espessura 5 x 10 cm e comprimento 2 m e 50 cm (01-01-25447)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	6.7500	1
4	Linhas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, de espessura 5 x 10 cm e comprimento 4 metros (01-01-25448)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	9.9500	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PERAZOLI	0	10.0000	2
5	Linhas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, de espessura 5 x 10 cm e comprimento 3 metros (01-01-25449)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	7.5000	1
6	Linhas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, de espessura 5 x 10 cm e comprimento 3 m e 50 cm (01-01-25450)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	8.7000	1
7	Ripas em eucalipto vermelho e/ou pinus, e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, para fixação de telhas de fibrocimento, de espessura 5 x 5 cm (01-01-25451)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	1.4000	1
8	Faixas em eucalipto vermelho e/ou pinus, e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, plainadas em três faces para fixação das paredes externas, de espessura 5 x 8 cm (01-01-25452)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	2.6500	1

Página: 2/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Tesouras prontas em eucalipto vermelho e/ou pinus com comprimento de 7 m e 50 cm e angulação de 20 ° (01-01-25453)	PEÇA	BRDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PERAZOLI	0	2,7000	2
10	Espeelho fresado em madeira de pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, com espessura de polegada e largura de 15 cm (01-01-25454)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	167,0000	1
11	Assoalho em eucalipto vermelho e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, plainado do tipo macho e fêmea com polegada de espessura (01-01-25455)	M2	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	167,5000	2
12	Tábuas de eucalipto vermelho e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, do tipo macho e fêmea, plainadas nas duas faces, para paredes externas, com espessura de polegada por comprimento de 3 metros. (01-01-25456)	M2	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	7,0000	1
13	Roda-pé em pinus e/ou eucalipto vermelho e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, com espessura de polegada por largura de 5 cm. (01-01-25457)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	30,0000	1
14	Meia-cana em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós. (01-01-25458)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	30,0000	1
15	Forro em pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, plainado do tipo macho e fêmea para paredes divisórias internas. (01-01-25459)	M2	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	1,2000	1
16	Ripas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, para fixação das paredes divisórias internas de espessura 5 x 3 cm (01-01-25460)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	0,8000	1
					0	7,5000	1
					0	1,0000	1

Página: 3/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Ripas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, para fixação do forro de PVC, com espessura de 4 x 3 cm (01-01-25461)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	0,9500	1
18	Calibros em eucalipto vermelho e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, de espessura 5 c 10 cm e comprimento 2 m e 15 cm (01-01-25462)	PEÇA	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	6,2500	1
19	Vistas plainadas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, para trinta e cinco janelas de 1m x 1m e 20 cm e espessura de polegada com largura mínima de 6cm. (01-01-25463)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	1,0000	1
20	Vistas plainadas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, para vinte e uma portas de 2 m e 10 cm por 85 cm, com espessura de polegada, com largura mínima de 6cm. (01-01-25464)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	1,0000	1
21	Vistas plainadas em eucalipto vermelho e/ou pinus e/ou pinheiro de 1ª qualidade, sem nós, para sete portas de 2 m e 10 cm por 90 cm, com espessura de polegada, com largura mínima de 6cm. (01-01-25465)	ML	MADEIREIRA FAVERO LTDA (1945)	Favero	0	1,0000	1
22	Pilares em concreto armado com espessura de 15 x 15 cm e comprimento de 1 m e 50 cm (01-01-25466)	PEÇA	VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	58,0000	1
23	Telhas em fibrocimento com espessura de 6 mm e tamanho de 1,10 m x 2,13 metros (01-01-25467)	UN	VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	45,4000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	VISOLI	0	60,0000	2
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CONFIBRA	0	45,5000	2

Página: 4/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Telhas cumeleiras em fibrocimento em 20° com espessura de 6 mm (01-01-25468)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	BRASELUT	0	46,0000	3
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	26,0000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CONFIBRA	0	26,5000	2
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	BRASELUT	0	27,0000	3
25	Parafusos completos, para fixação de telhas em fibrocimento de espessura 5 mm (01-01-25469)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	CISER	0	0,5700	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CONFIBRA	0	0,5800	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	0,6000	3
26	Forro em PVC frisado de espessura 8 mm por largura de 10 cm ou 20 cm (01-01-25470)	M2	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	EUROPLASTE	0	15,5000	1
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	MEGAPLASTI	0	16,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	16,0000	3
27	Roda forro em PVC, perfil U, 10,6 mm x 3 cm (01-01-25471)	ML	VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	3,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	EUROPLASTE	0	3,4500	2
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	MEGAPLASTI	0	3,5000	3
28	Parafusos para fixação do forro em PVC, caixas com 1000 unidades (01-01-25472)	CX	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	CISER	0	58,0000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CISER	0	59,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	60,0000	3
29	Janelas metálicas de correr, com 3 venezianas e sem vidro, nas dimensões: 1 m x 1,20 m (01-01-25473)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	GASPARIN	0	158,5000	1
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	160,0000	2
30	Janela basculante metálica, sem vidro, nas dimensões 60 cm x 40 cm (01-01-25474)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	GASPARIN	0	21,9000	1
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	22,0000	2
31	Porta interna semi-oca, completa , nas dimensões 80 cm x 2 m e 10 cm (01-01-25475)	CJ	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)		0	179,0000	1
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	180,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
32	Porta de ferro mista, externa, sem vidro, nas dimensões 85 cm x 2 m e 10 cm (01-01-25548)	CJ	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	GASPARIN	0	169,0000	1			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	170,0000	2			
33	Porta externa de ferro, inteira para o banheiro, nas dimensões 85 cm x 2 m e 10 cm (01-01-25476)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	GASPARIN	0	169,0000	1			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	170,0000	2			
34	Galão de tinta óleo de 3,6 litros para pintura de portas e janelas, cor a ser definida (01-01-25477)	UN	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	REVESTIN	0	49,0000	1			
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	BRASILUX	0	50,0000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	50,0000	3			
35	Galão de tinta óleo de 18 litros para pintura de paredes externas, cor a ser definida. (01-01-25478)	UN	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	REVESTIN	0	240,0000	1			
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	BRASILUX	0	250,0000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	250,0000	3			
36	Aguarraz (litro) (01-01-25479)	UN	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	REVESTIN	0	14,9000	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Vidro canelado com massa, colocado (01-01-25480)	M2	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	CRIATIVA	0	15.0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15.0000	3
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	MULTIVIDRO	0	59.8000	1
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)		0	60.0000	2
38	Azulejo branco PI-4 20x30 cm (01-01-25481)	M2	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	LEF	0	19,7000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CRISTOFOLET	0	19.8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	20.0000	3
39	Piso cerâmico PI-4 30 x 30 cm, cor a ser definida (01-01-25482)	M2	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	LEF	0	19,7000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CRISTOFOLET	0	19.8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	20.0000	3
40	Argamassa colante (20 kg) p/assentamento de pisos e azulejos. (01-01-25483)	SC	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	quartzolit	0	9.9700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 8/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	VOTORAN	0	9,9800	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	3
41	Argamassa de rejunte (1 kg), cor a ser definida. (01-01-25484)	SC	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	QUARTZOLIT	0	2,9700	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CERTA	0	3,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	3,0000	3
42	Ferro CA-50 5/16 (8,0 mm) (01-01-25485)	BR	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	24,0000	1
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	24,5000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	24,5000	3
43	Ferro CA-60 4.2 mm (01-01-25486)	BR	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	6,2900	1
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	6,3000	2
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	6,3000	3
44	Arame recozido 18BWG (01-01-25487)	KG	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	8,7000	1

Página: 9/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 **Data do Registro: 07/05/2015** **Válido até: 06/05/2016**

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	8,8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	9,0000	3
45	Prego 15 x 18 para assoalho (01-01-25488)	KG	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	8,3900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	8,4000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,5000	3
46	Prego 12 x 12 para paredes divisórias (01-01-25489)	KG	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	10,8500	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	10,9000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	11,0000	3
47	Prego 17 x 27 para paredes, ripamentos e espelhos (01-01-25490)	KG	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	8,3900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	8,4000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,5000	3
48	Prego 18 x 30 para madeiramento médio (01-01-25491)	KG	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	GERDAU	0	8,3900	1

Página: 10/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALÚBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Prego 19 x 39 para madeiramento grosso (01-01-25492)	KG	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	8,4000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,5000	3
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	GERDAU	0	8,3900	1
50	Areia grossa (01-01-25493)	M3	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ACELORMITTAL	0	8,4000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,5000	3
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	GR	0	139,5000	1
51	Areia média/fina (01-01-25494)	M3	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	GR EXTRAÇÃO	0	139,8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	140,0000	3
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	GR	0	139,5000	1
52	Pedra britada n° 2 (01-01-25495)	M3	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	GR EXTRAÇÃO	0	139,8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	140,0000	3
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	BRITALAJE	0	73,5000	1

Página: 11/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	BRITALAJE	0	74,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	75,0000	3
53	Cimento CP II - 32 (50 kg) (01-01-25496)	SC	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	VOTORAN	0	31,8000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	SUPREMO	0	31,9000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	32,0000	3
54	Cal queimada (20 kg) (01-01-25497)	SC	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	CAL CEM	0	11,4500	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CEM	0	11,5000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	12,0000	3
55	Alvenari (litro) (01-01-25498)	LI	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	REBBOCAL	0	5,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	VEDACIT	0	6,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	6,0000	3
56	Tijolo de seis furos 9x14x24 cm (01-01-25499)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	CERAMICA CELSO	0	0,5400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PRUDENTOPOLIS	0	0,5500	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	0,5500	3
57	Meio tijolo de seis furos (01-01-25500)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	CERAMICA CELSO	0	0,5400	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PRUDENTOPOLIS	0	0,5500	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	0,5500	3
58	Tubo de PVC rígido 100mm para colunas da varanda. (01-01-25501)	ML	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTLIT	0	8,3900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	8,4000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,5000	3
59	Caixa d'água com capacidade de 300 litros (01-01-25502)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	BAKOF	0	138,5000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CONFIBRA	0	139,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	140,0000	3
60	Torneira boia de 25 mm x ½ (01-01-25503)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTLIT	0	23,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	HERC	0	23,4000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	23,5000	3
61	Tubo de PVC rígido soldável 25 mm (01-01-25504)	ML	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	PLASTILIT	0	1,7700	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	1,7800	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	1,8000	3
62	Tubo de PVC rígido soldável 20 mm (01-01-25505)	ML	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	PLASTILIT	0	1,4700	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	1,4800	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	1,5000	3
63	Conexões de PVC rígido soldável para água fria de 25 mm (01-01-25506)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	PLASTILIT	0	2,0900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	2,1000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	2,2500	3
64	Conexões de PVC rígido para água fria de 20 mm (01-01-25507)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	PLASTILIT	0	2,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	2,1000
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	2,2500
65	Registro de gaveta 25 mm (01-01-25508)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	24,7900
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CALA	0	24,8000
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	25,0000
66	Registro de pressão 25 mm (01-01-25509)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	22,9900
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	HERC	0	23,0000
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	25,0000
67	Fita veda rosca 18 mm x 50 m (01-01-25510)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	8,9900
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	GOOL	0	9,0000
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000
68	Adesivo plástico 170 g (01-01-25511)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	11,4900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PULVETEK	0	11,5000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	12,0000	3
69	Torneira plástica "longa ½" (01-01-25512)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	13,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	LIEGE	0	14,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000	3
70	Torneira plástica curta (01-01-25513)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	13,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	LIEGE	0	14,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000	3
71	Lavatório de louça com coluna, cor a ser definida. (01-01-25514)	CJ	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	FIORI	0	119,4900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ETERNIT	0	119,5000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	120,0000	3
72	Vaso sanitário com caixa acoplada, cor a ser definida (01-01-25515)	CJ	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	FIORI	0	270,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	270,0000	2			
73	Tampa plástica p/ vaso sanitário, cor a ser definida (01-01-25516)	UN	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ALUMASA	0	57,0000	1			
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	DURIN	0	57,5000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	60,0000	3			
74	Chuveiro elétrico 5.600 W (01-01-25517)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	ZAGONEL	0	89,0000	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CINTEX	0	90,0000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	100,0000	3			
75	Kit acessório plástico com peças (01-01-25518)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	DURIN	0	48,9900	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	LIEGE	0	49,0000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	50,0000	3			
76	Haste de 40 cm p/chuveiro (01-01-25519)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	DURIN	0	9,9900	1			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Engate flexível 1/2" - 40 cm (01-01-25520)	UN	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	LORENZETTI	0	10,0000	3
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	DURIN	0	3,8500	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	HORKER	0	3,9000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	4,0000	3
78	Parafuso p/ fixação de louças sanitárias (01-01-25521)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	CISER	0	3,2900	1
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	3,3000	2
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CISER	0	3,3000	3
79	Válvula plástica p/lavatório (01-01-25522)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	PLASTILIT	0	14,8900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ASTRA	0	14,9000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000	3
80	Bolsa de vaso sanitário com cera (01-01-25523)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT (2602)	PLASTILIT	0	14,8900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ASTRA	0	14,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000
81	Sifão plástico 50 mm (01-01-25524)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	17,9900
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CALA	0	18,0000
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	20,0000
82	Tubo de PVC rígido, 50mm para esgoto (01-01-25525)	MT	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	4,0400
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	4,0500
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	4,1000
83	Tubo PVC rígido 100 mm para esgoto (01-01-25526)	MT	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	8,3900
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	8,4000
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,5000
84	Conexões em PVC rígido para esgoto (01-01-25527)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILIT	0	9,4900
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PEVESUL	0	9,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	3			
85	Ralo sifonado 40 mm (01-01-25528)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PLASTILT	0	7,8900	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	HERC	0	7,9000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,0000	3			
86	Fossa séptica pré-moldada de concreto para cinco pessoas (01-01-25529)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PANDINI	0	199,0000	1			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	200,0000	2			
87	Caixa de gordura pré-moldada (01-01-25530)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	PANDINI	0	59,9000	1			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	60,0000	2			
88	Fio isolado 2.5 mm² (01-01-25531)	MT	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUcoes LT (2602)	MEGATRON	0	0,9700	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ENERGY	0	0,9800	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	1,0000	3			
89	Fio isolado 6 mm² (01-01-25532)	MT	BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ENERGY	0	2,1100	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 07/05/2015 Válido até: 06/05/2016

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE;

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Fio isolado 10 mm² (01-01-25533)	MT	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	MEGATRON	0	2,1200	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	2,2000	3
			BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	MEGATRON	0	4,7900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ENERGY	0	4,8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	5,0000	3
91	Eletroduto PVC (01-01-25534)	MT	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	MEGATRON	0	5,7900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	TRAMONTINA	0	5,8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	6,0000	3
92	Fita isolante preta 19 mm x 20 m (01-01-25535)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	WORKER	0	4,8900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	LORENZETTI	0	4,9000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	5,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
93	Roldana plástica média com prego (01-01-25536)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	WORKER	0	0,4800	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	RISAMPIET	0	0,4900	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	0,5000	3			
94	Canaleta PVC branca (01-01-25537)	BR	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	TRAMONTONA	0	8,4900	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	CALA	0	8,5000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	3			
95	Caixa de PVC 2 x 4" (01-01-25538)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	TIGRE	0	4,9900	1			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	TRAMONTINA	0	5,0000	2			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	7,0000	3			
96	Caixa de distribuição c/ seis disjuntores (01-01-25539)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LT (2602)	TIGRE	0	19,9900	1			
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	20,0000	2			
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	PERLEX	0	20,0000	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Pafion fixo para lâmpada (01-01-25540)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	ILUMI	0	12,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ILUMI	0	13,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000	3
98	Tomada de sobrepor (01-01-25541)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	ILUMI	0	7,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ILUMI	0	8,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	3
99	Interruptor de sobrepor c/ uma tecla (01-01-25542)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	ILUMI	0	8,4900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ILUMI	0	8,5000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	3
100	Interruptor de embutir, uma tecla, com espelho (01-01-25543)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	ILUMI	0	12,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ILUMI	0	13,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 23/25

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Tomada d embutir simples c/espelho (01-01-25544)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	ILUMI	0	12,9900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	ILUMI	0	13,0000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	15,0000	3
102	Disjuntor monopolar 20A (01-01-25545)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	FAME	0	7,8900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	SOPRANO	0	7,9000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	8,0000	3
103	Disjuntor monopolar 30A (01-01-25546)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)	FAME	0	9,7900	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	SOPRANO	0	9,8000	2
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (2669)		0	10,0000	3
104	Padrão monofásico completo instalado com poste de 7 metros e 30 metros de fio para rede até entrada da casa (01-01-25547)	UN	BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCOES LT (2602)		0	881,5000	1
			BRIDI & FABRO LTDA - ME (2872)	HB	0	882,0000	2

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME		0	885.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015

PROCESSO Nº 31/2015

(1945) - MADEIREIRA FAVERO LTDA

(2602) - BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LT

(2669) - VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

(2872) - BRIDI & FABRO LTDA - ME

Novo Horizonte, 7 de Maio de 2015.

Orleans

PREFEITURA

AVISO ERRATA Nº 77/2015/PMO - PROFESSORES

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE ERRATA E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015.
Tipo: Menor Preço/Por Item

A Prefeitura de Orleans comunica a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Presencial nº 77/2015, contendo as seguintes alterações:

Onde lê-se: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MÚSICA; CAPOEIRA CRIANÇA; DANÇA; LEITURA/TEATRO E ARTESANATO, COM FAMÍLIAS DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

Leia-se: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MÚSICA; CAPOEIRA CRIANÇA; DANÇA; LEITURA/TEATRO E ARTESANATO, COM FAMÍLIAS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF E SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS.

ALTERA-SE:
Item 5 – ORIENTAÇÃO DE ARTESANATO (...)
Quantidade: 96 Hs
Preço Unitário Máximo: 50,00

PRORROGA-SE A DATA DE ABERTURA PARA:

Recebimento das Propostas: até o dia 22/05/2015 às 13h45m.
Abertura das Propostas: dia 22/05/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 11 de Maio de 2015.
Eduardo Bertoncini
Secretario de Administração

exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
MAIRA OLIVEIRA BITENCOURT	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 h

Orleans, 11 de maio de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PREGÃO PRESENCIAL 08/2015 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.08/2015

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.08/2015 cujo objeto é de LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, PARA ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIO POR EVENTUAL DESABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO ORLEANS – SC. A entrega de documentação e propostas até 10hr00min do dia 22 de maio de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual fica CONVOCAÇÃO(A), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 275

DECRETO Nº 275, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Aprova desmembramento de área urbana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana, com área total de 2.085,00 m² (dois mil e oitenta e cinco metro quadrados), imóvel registrado sob a matrícula nº 7.101, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, situada na Rodovia SC 303 (SC 150), neste Município, com confrontações conforme o mapa topográfico, requerido por André Luiz Bortoli portador do CPF nº 069.853.859-58 e Daniela Bortoli, portadora do CPF nº 057.613.889-44.

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 2.085,00 m²

Chácara nº 04 Bloco B-2	1042,50 m²
Chácara nº 05 Bloco B-2	1042,50 m²

Art. 2º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento ao Registro Imobiliário, consoante a legislação em vigor, ou seja, a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 3º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Lei, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 29 de abril de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 276

DECRETO Nº 276, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Aprova unificação de área urbana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação do Lote nº 05, da Quadra "T", com área de 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), matrícula nº 5.600 com o Lote nº 5-A, da Quadra "T", com área de 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), matrícula nº 5.601, situados na Rua Felipe Schmidt, Centro, neste Município, constituindo-se no Lote Unificado nº 05, da Quadra "T", com área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), com confrontações conforme o mapa topográfico, requerido pelo Egenor Cerino da Silva e Herdeiros de Pedrinho Menin:

ÁREA TOTAL DO LOTE UNIFICADO Nº 05: 800,00 m²

Lote nº 05 400,00 m²

Lote nº 05-A 400,00 m²

Art. 2º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento ao Registro Imobiliário, consoante a legislação em vigor, ou seja, a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 3º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Lei, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 29 de abril de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 277

DECRETO Nº 277, DE 04 DE MAIO DE 2015.

Convoca a 1ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 05 de junho de 2015, no Auditório da SULCREDI, situado a Rua Felipe Schmidt, no município de Ouro, com início às 13 horas e término às 17 horas e 30 minutos, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades" e com os seguintes eixos:

I - GESTÃO: PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES;

II - FINANCIAMENTO: FUNDO DO IDOSO E ORÇAMENTO PÚBLICO;

III - PARTICIPAÇÃO: POLÍTICA E NO CONTROLE SOCIAL.

Parágrafo Único. Integram a Conferência Municipal da Pessoa Idosa os Idosos do município de Ouro.

Art. 2º A Conferência Municipal tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas intersetoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3º A designação de Delegados (a) à Conferência Regional do Idoso seguirá os critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual do Idoso.

Art. 4º Os resultados da Conferência Municipal subsidiarão a realização da Conferência Estadual do Idoso, a realizar-se até julho e esta, à Conferência Nacional.

Art. 5º Fica Instituída a Comissão organizadora da 1ª Conferência Municipal sob a coordenação da Presidente do CMDPI sendo composta pelos seguintes membros:

- a) Maria Carmen Meneghini
- b) Mafalda Contessoto
- c) Tatiane Biarzi
- d) Lainir Durigon
- e) Nilda Schlingwin
- f) Juliana Steckling
- g) Derci de Araújo,

Art. 6º Caberá a Secretaria de Assistência Social, os custos provenientes da referida Conferência, e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a adoção de todas as medidas quanto ao cumprimento dos objetivos deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 04 de maio de 2015.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 279

DECRETO Nº 279, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Convoca 5ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 27 de julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 11 de maio de 2015.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 280

DECRETO Nº 280, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Convoca a 8ª Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Ouro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 8ª Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Ouro, a se realizar no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro, no dia 22 de maio

de 2015, das 13 horas às 17h, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

Art. 2º A 8ª Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Ouro desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "A POLÍTICA E O PANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE, FORTALECENDO OS CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Art. 3º A Comissão Preparatória expedirá o regimento da 8ª Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Ouro.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 8ª Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Ouro, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 4º As despesas com a realização da 8ª Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Ouro correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 11 de maio de 2015.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araújo
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

EXTRATOS 2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N 0020/2015

Objeto: Aquisição de tubos de concreto e planchas de eucalipto. ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO: O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o ANEXO I - DESCRIÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO NO ITEM passou por alteração. A data de abertura do Processo Licitatório n.0033/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0020/2015 dar-se-á no dia 25/05/2015, às 09hs, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Ouro. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 24/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0021/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 25/05/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0034/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0021/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de um veículo de passeio. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 29/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0022/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 26/05/2015, às 09hs30min, o Processo Licitatório n.0035/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0022/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de uma motocicleta, para uso da Polícia Militar de Ouro/SC. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 29/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2626

DECRETO Nº. 2626/2015

"Dispõe sobre suplementação e anulação de dotações orçamentária e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 919/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

3001 - SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
4-122-402-2.6	Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças	
(17) 3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00	R\$	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$	25.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

3001 - SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
4-122-402-2.6	Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças	
(18) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00	R\$	25.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestã

DECRETO Nº2627

DECRETO N.º 2627/2015

"NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTOS EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas leis complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. RONIVAL PLAZDO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Dirigente de Gestão Contábil e Tributária, lotado Junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 11 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2628

DECRETO N.º 2628/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA FERNANDES VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, 16:00 hs. semanais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 11 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2629

DECRETO N.º 2629/2015

"DECRETA LUTO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ouro Verde SC.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial de 03 (três) dias, pela Morte do Senador da República Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 11 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N.º091/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º091/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA-ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução da reforma da Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo da Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 81.535,64 (oitenta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). DATA: 07/05/2015.

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO CARTA CONVITE Nº 02/2015

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

CARTA CONVITE 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – Comunica que a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME, foi VENCEDORA DA CARTA CONVITE Nº 002/2015, para fornecimento de gêneros alimentícios e água mineral sem gás, conforme memorial descritivo. Maiores informações Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani – Palhoça e no Site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 32421501.

Palhoça, 08 de maio de 2015.

Cristiane Aparecida de Silva

Presidente da CPL

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 038/15

DECRETO Nº 038/2015. De 01 de abril de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.031 – Manutenção e Melhoria Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0011(146)
R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
Modalidade de Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0(28) R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

DECRETO Nº 038/2015.
De 01 de abril de 2015.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.031 – Manutenção e Melhoria Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0011(147)
R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de que trata o art. 2º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0(35)
R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 01 de abril de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 039/15

DECRETO Nº 039/2015. De 10 de abril de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 2.443,90 (dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.020 – Construção de Centros Comunitários
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000(177)
R\$ 2.443,90
TOTAL R\$ 2.443,90

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 2.443,90 (dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 – recursos ordinários, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320

de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 10 de abril de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 052/15

DECRETO Nº 052/2015 De 04 de maio de 2015.	DESIGNA A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada a nova Diretoria do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

- Presidente:

Shirlei Steffens (representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas no Município)

- Vice – Presidente:

Tatiane Schaefer Agustini (Representante da Sociedade Civil – APAE)

- Secretária:

Gabriela Paula Rebelatto (Representante do Poder Executivo)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 04 de maio de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 053/15

DECRETO Nº 053/2015 De 04 de maio de 2015.	APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento da parte leste do lote urbano nº 559 e parte nordeste do lote urbano nº 558, situado na Rua Tamandaré esquina com a Rua Tiradentes, no Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade de Marli Claas, com área total de 1.655,00 m², matrícula nº 14.161 Ofício de Registro de Comarca de Palmitos/SC, pretende desmembrar a sua as frações acima indicadas cujas confrontações e medidas estão assim identificadas:

Confrontações:

Norte: com a Rua Tiradentes, por uma linha de 42,76 m;
Sul: com parte do mesmo lote urbano nº 558 de Elói Paulo Dumke ou quem de direito, por uma linha de 42,30 m;
Leste: com a Rua Tamandaré, por uma linha de 42,22 m sendo 5,20 m do lote urbano nº 558 e 37,02 m do lote urbano nº 559;
Oeste: com Parte do mesmo lote urbano nº 558 de Wilmara Azzolini Levinski ou quem de direito, por uma linha de 5,20 m com parte do mesmo lote urbano nº 559 de Wilmara Azzolini Levinski ou a quem de direito, por uma linha de 30,70 m, totalizando 35,90 m.

Situação Proposta (à desmembrar):

Lote urbano nº 559 "A" com área de 220,00 m² do lote urbano nº 558 e 287,60 m² do lote urbano nº 559, totalizando 507,60m².

DECRETO Nº 053/2015

De 04 de maio de 2015.

Norte: com o lote urbano nº 559 "B" de Marli Claas ou quem de direito, por uma linha de 42,30 m;

Sul: com parte do mesmo lote urbano nº 558 de Elói Paulo Dumke ou quem de direito, por uma linha de 42,30 m;

Leste: com a Rua Tamandaré, por uma linha de 12,00 m sendo 5,20 m do lote urbano nº 558 e 6,80 m do lote urbano nº 559;

Oeste: com Parte do mesmo lote urbano nº 558 de Wilmara Azzolini Levinski ou quem de direito, por uma linha de 5,20 m com parte do mesmo lote urbano nº 559 de Wilmara Azzolini Levinski ou a quem de direito, por uma linha de 6,80 m, totalizando 12,00 m.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapas, memorial descritivo e A.R.T. firmado pela Arquiteta e Urbanista Adriana Pifer, CAU/SC A51277-0, Parecer Técnico nº 197/2014, 054/2015 e 065/2015 do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 14.161, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submete-ló ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 04 de maio de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LEI 3.847/2015

LEI Nº. 3.847/2015. De 04 de maio de 2015.	AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
---	---

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover a disponibilização de servidor público municipal efetivo ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, por intermédio da celebração de Convênio.

Art. 2º O servidor efetivo disponibilizado em razão da presente Lei, observará a carga horária do Município e os horários e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum, no qual prestarão serviços.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 04 de maio de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

PROCESSO 63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 63/2015. Modalidade: CONVITE 02/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE FORMA OSTENSIVA E PRESENCIAL, PARA MUNICÍPIO DE PALMITOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 20/05/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 20/05/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 11 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 62/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 62/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 29/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FLORES COM FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE PLANTIO, ADUBAÇÃO, REPOSIÇÃO DE MUDAS MORTAS E CUIDADOS, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 27/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 27/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 11 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2015. Objeto: Registro de preços para a contratação de serviços de assentamento de lajotas, paralelepípedos e meios fios em calçamentos. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 25 de maio de 2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 25/05/2015 – 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 08 de maio de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2533, DE 11.05.2015 - DECRETA LUTO OFICIAL

DECRETO Nº 2533, DE 11.05.2015.
DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o falecimento do Catarinense LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA;

CONSIDERANDO que o mesmo exercia atualmente o cargo de Senador da República por Santa Catarina;

CONSIDERANDO a trajetória política do grande homem público que foi, ocupando diversos Cargos como: Ministro de Ciência e Tecnologia, Deputado Estadual e Federal, Governador de Santa Catarina por dois mandatos, e Prefeito de Joinville por três vezes, e atualmente Senador; CONSIDERANDO enfim, que Luiz Henrique da Silveira tinha uma Liderança Fundamental à política catarinense, em especial ao Planalto Norte,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por 07(sete) dias a contar de 10 de maio de 2015, em todo o território do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, em homenagem ao Senador Luiz Henrique da Silveira, pelo seu falecimento, devendo a bandeira do Município ser hasteada à meia verga, na sede do Paço Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 11 de maio de 2015.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

ERRATA 001/2015

ERRATA N° 001/2015

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres informa para quem possa interessar que a Lei nº 991/2015 , publicada em 08/05/2015, no DOM/SC Edição nº 1738 onde se lê : CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, lê-Se: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES.

Passo de Torres, 08 de maio de 2015

Marilda Rodrigues da Silva Ferreira

Departamento Pessoal

EXTRATO DE COMODATO N°001/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Contrato de Comodato nº 001/2015/PMPT

Comodatário: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

Comodante: SABB – SOCIEDADE AMIGOS DE BALNEÁRIO BELLATORRES

Valor: Sem ônus

Vigência: Início 10.04.2015 Término: 10.04.2020

Passo de Torres, 10 de Abril de 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO N. 0053/2015

EXTRATO DE CONTRATO N. 0053/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0010/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA – SC

CONTRATADA: LGM ELETRIFICAÇÕES LTDA-EPP

OBJETO: O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços de execução de rede de distribuição de energia elétrica.

VALOR: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 13.397,69 (treze mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até o dia 31 de dezembro de 2015, iniciando-se na data da sua assinatura.

Passos Maia-SC, 06 de maio de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 354, DE 8 DE MAIO DE 2015.

DECRETO N.º 354, de 8 de maio de 2015.

“APROVA DESMEMBAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica APROVADO O DESMEMBRAMENTO do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Serrada sob matrícula n.º 6.593, Livro n.º 2-X, Fls. 293, com área total de 2.086,25m² (dois mil e oitenta e seis metros e vinte e cinco centímetros quadrados), Lote 07, Quadra 40, localizado na Av. Padre João Botero, Centro deste Município, resultando em duas áreas, uma com 420m² (quatrocentos e vinte metros quadrados) de área urbanizável, e outra com 908,25m² (novecentos e oito metros e vinte e cinco centímetros quadrados) de área urbanizável e 758m² (setecentos e cinquenta e oito metros quadrados) de área de preservação permanente, conforme mapa e memorial descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia-SC, 8 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PROCESSO LICITATORIO N.0031/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2015

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0010/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, torna público a Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada em distribuição de energia elétrica.

Valor: R\$ 13.397,69 (treze mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos).

Amparo Legal: Art.24, inciso I, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 04 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 184/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 184/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Adelaide Maria Soares, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 927.572.009-68, matrícula nº 34, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela portaria nº 049/1942 com lotação na Secretaria Municipal de Saúde no período de 07/05/2015 á 06/06/2015, referente ao quinquênio de 05/06/2006 á 04/06/2011, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 185/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 185/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE:

TRANSFERE DE SECRETARIA, Mariane Luize Caetano, brasileira, portadora do CPF nº 008.951.439-41, matrícula nº 11123, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, contratada pela portaria nº 126/2015, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 186/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 186/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE:

DESIGNAR, o Servidor Público Municipal, Aldo Laurentino, brasileiro, portador do CPF nº 245.478.919-15, matrícula nº 10732, contratado pela portaria nº 032/2012, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, para responder pela Secretaria Municipal de Obras, a partir de 07/05/2015, sem ônus para o erário público municipal.

Município de Paulo Lopes – SC, em 07 de Maio de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 187/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 187/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Legislação Municipal Vigente RESOLVE:

CONSTITUIR:

A Comissão Especial de seleção integrada pelos seguintes servidores de carreira deste município, Milena Montardo Serri de Castro, matrícula nº 10322, Cleusa Antonio Vieira, matrícula nº 729, Rodrigo Dias Nunes, matrícula nº 656, Juliana Cristina Derner, matrícula nº 808. Ficando sobre a responsabilidade da primeira executar e julgar, com os demais, o Chamamento Público nº 003/2015, para a contratação temporária emergencial de dois (02) Médicos Clínico Geral ESF(Estratégia Saúde da Família) equipe 01 e 02, um médico Clínico Geral para 20 (vinte horas). A Comissão ora constituída deverá realizar a Chamada Pública nº 003/2015, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Maio de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 188/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 188/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Laurimar da Silva Santos, brasileira, portadora do CPF nº 376.461.689-04, matrícula nº 11088, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 073/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 08 de Maio de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 01/2014 - ACT EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 13/05/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 – ACT Educação.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA – 2º CHAMADA

COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
57º	0000596	RUTE VICENTE
58º	0000045	MARISA CORREIA DA CONCEIÇÃO

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS: Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da

documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de maio de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 03/2015 – PMP
CONVENIADA: SOCIEDADE CULTURAL, BENEFICENTE, ASSISTENCIAL E ESPORTIVA SANTA LÍDIA
OBJETO: repasse financeiro para auxiliar nas despesas para participação da 24ª Copa Primavera, de acordo com o estatuto social
VIGÊNCIA: até 31.12.2015

Penha, 08 de maio de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10-2015

PORTARIA 10-2015

CONCEDE CESTAS BÁSICAS

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com a Lei Municipal nº 1906,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01(uma) cesta básica para cada servidor da Câmara Municipal de Peritiba, conforme valor estabelecido na Lei Municipal nº 1906.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 11 de maio de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente

PORTARIA Nº 9-2015

PORTARIA 9-2015

DESIGNA RESPONSÁVEIS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII e XXVII do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que todas as contas bancárias da Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba, da agência do Banco do Brasil, serão movimentadas pelas pessoas abaixo descritas:

I - GILBERTO MACIEL – Presidente. CPF nº 077.618.479-91;

II - JOSÉ ORIDES DE BRITTO – Vice-presidente. CPF nº 295.212.899-53;

III - GEOVANE PETTER - Responsável pela Tesouraria. CPF nº 002.433.830-37.

Art. 2º Poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

I - SOLICITAR SALDO E EXTRATOS;

II - REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;

III - RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;

IV - ENDOSSAR CHEQUES;

V - SUSTAR OU CONTRA-ORDENAR CHEQUES;

VI - CANCELAR CHEQUES;

VII - EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;

VIII - CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS.

Art. 3º Poderão efetuar em conjunto, com no mínimo a assinatura (eletrônica ou física) de dois dos autorizados a movimentação das seguintes transações:

I - EFETUAR SAQUES;

II - EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;

III - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;

IV - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA A MESMA TITULARIDADE;

V - ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO;

VI - EMITIR CHEQUES;

VII - ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;

VIII - AUTORIZAR COBRANÇA;

IX - MOVIMENTAR CONTA CORRENTE POR MEIO FÍSICO OU ELETRÔNICO.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Peritiba, 11 de maio de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 189, DE 06 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 189, DE 06 DE MAIO DE 2015.

EXONERA VANESSA BARBIERI DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE NUTRICIONISTA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, VANESSA BARBIERI, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 061.914.629-05, da função de "Nutricionista", em caráter temporário, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, para o qual foi nomeada através da Portaria 272, de 14 de Outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de abril de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 190, DE 06 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 190, DE 06 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SALETE LURDES GRIS BENDER DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA de Atendente de Creche II.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, SALETE LURDES GRIS BENDER, brasileira, inscrita no CPF n.º 296.292.689-49, da função de Atendente de Creche II, em caráter temporário, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 052, de 13 de Fevereiro de 2015, com alteração dada pela portaria 145, de 06 de Abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de abril de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 191, DE 06 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 191, DE 06 DE MAIO DE 2015.

EXONERA BARBARA VENTORIN ZUCCO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS".

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, BARBARA VENTORIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 082.905.229-16, do cargo de provimento em comissão de "ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, Lotada na secretaria de Saúde e Bem estar Social, para o qual foi nomeado através da Portaria 385, de 17 de dezembro de 2014, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO N.º 2. 928, DE 10 DE MAIO DE 2015.

DECRETO N.º 2. 928, DE 10 DE MAIO DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE POMERODE PELO FALECIMENTO DO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município, consternado pela morte do senador e cidadão honorário de Pomerode, Luiz Henrique da Silveira, DECRETA

Art. 1º - Fica decretado luto oficial no Município de Pomerode de três (3) dias, em homenagem à memória de Luiz Henrique da Silveira, ilustre cidadão catarinense, uma das principais lideranças políticas de toda a história de Santa Catarina, cujo trabalho em prol do Estado é reconhecido junto ao cenário nacional.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de hoje.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 10 de maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.921, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 2.921, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

REGULAMENTA O ART. 6º DA LEI MUNICIPAL N.º 2.129, DE 17 DE MARÇO DE 2009 – "LEI DO PROGRAMA DE ESTÁGIO", DISPONDO SOBRE O VALOR DA BOLSA MENSAL E DO AUXÍLIO-TRANSPORTE A SEREM DISPONIBILIZADOS AOS ESTAGIÁRIOS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade de estabelecer os valores referentes a bolsa do programa de estágio para os níveis médio e superior, e o valor e condições para o recebimento do auxílio-transporte,

DECRETA:

Art. 1º. Os valores referentes à bolsa do programa de Estágio do Município de Pomerode serão estabelecidos em função da carga horária, nível médio ou superior do estagiário e os dias de atuação, e o valor do auxílio-transporte mediante comprovação da necessidade pelo estagiário.

§ 1º Para os Estagiários que estiverem cursando o nível superior e médio e participarem do programa de estágio aos sábados e domingos será fixado o seguinte valor:

I - Ensino Superior – 30 (trinta) Horas - R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais);

II - Ensino Superior – 20 (vinte) Horas - R\$645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais);

III - Ensino Médio – 20 (vinte) Horas - R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais).

§ 2º Fixa os valores para os estagiários de nível médio e superior que participarem do programa de estágio no período de segunda a sexta-feira:

I - Ensino Superior – 30 (trinta) Horas - R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais);

II - Ensino Superior – 20 (vinte) Horas - R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais);

III - Ensino Médio – 20 (vinte) Horas - R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais);

§ 3º Fixa o valor do auxílio-transporte em R\$ 90,00 (noventa reais).

§ 4º Fará jus ao auxílio-transporte o estagiário remunerado que expressamente manifestar a necessidade de receber tal benefício, perante a supervisão da Entidade contratada, responsável pela administração do Programa de Estágio, em formulário próprio.

§ 5º O controle para a percepção do benefício será feito através dos registros de freqüência do estagiário.

§ 6º O benefício será pago ao estagiário optante, juntamente com o pagamento de sua bolsa-mensal.

§ 7º A declaração falsa da necessidade de deslocamento constitui falta punível na forma da Lei.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto n.º 2.834 de 31 de março de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor em 1º de maio de 2015.

Município de Pomerode, em 27 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.929 DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.929 DE 11 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2065 – Programa de Farmacia Basica

Elemento 339300.00 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380501 – Progr. Farmácia Básica Federal R\$ 41.000,00

TOTAL R\$ 41.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 11 de maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 038/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACAS UNIFORMES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COMPREENDENDO A RETIRADA DA GRAMA EXISTENTE COM TRANSPORTE, FORNECIMENTO DO ADUBO, BARRO PARA NIVELAMENTO E A MÃO DE OBRA PARA O PLANTIO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 25/05/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 25/05/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 11 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO ATA 2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 015/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: PROTESES FERNANDES LTDA EPP CNPJ: 20.752.506/0001-64

OBJETO: Registro de preço válido por 12 meses para possível aquisição de prótese dentária, reembasamento de próteses e consertos de próteses dentárias em geral, para a distribuição da secretária municipal de saúde de Ponte Serrada..

VALOR DO CONTRATO: R\$ 74.120,00 (SETENTA E QUATRO MIL CENTO E VINTE REAIS).

VIGÊNCIA: DE 11 DE MAIO DE 2015 A 11 DE MAIO DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 11 DE MAIO DE 2015.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.337, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO 1.337, DE 11 DE MAIO DE 2015.

cria a Comissão de Avaliação do Procedimento de Manifestação de Interesse e dá outras providências

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI do Município de Porto Belo.

Art. 2º O Comissão de Avaliação do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI compõe-se dos seguintes membros:

I - Não Governamental:

- a) Antônio Carlos Lopes;
- b) José Prilho Otero Neto;
- c) Ricardo César Pamplona Silva
- d) Vander Braz Dell'Antônio;
- e) Aldo Kirsten Junior.

II - Governamental

- a) Valmor Guerreiro Filho
- b) Roberto Bayer Battistotti
- c) Claudio Souza

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.338, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO 1.338, DE 11 DE MAIO DE 2015.

cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Porto Belo.

Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico compõe-se dos seguintes membros:

I - Antônio Carlos Lopes;

II - José Prilho Otero Neto;

III - Ricardo César Pamplona Silva

IV - Vander Braz Dell'Antônio;

V - Aldo Kirsten Junior.

VI – Elke Georg

VII – Hamilton Linhares

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico é órgão consultivo do Prefeito de Porto Belo.

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, órgão colegiado vinculado ao Gabinete do Prefeito é destinado a promover, incentivar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento econômico em nosso Município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

EDITAL 02/2015 DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 02/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de Porto Belo no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo – SC, vem tornar público às entidades de atendimento à criança e ao adolescente, a abertura de inscrições para fins de apresentação de projetos financiados pelo FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Porto Belo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O objetivo do chamamento público é oportunizar as entidades de atendimento à criança e ao adolescente registradas neste conselho, apresentar projetos sociais que após analisados e aprovados pelo CMDCA serão custeados pelo FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Porto Belo, em conformidade com o Plano de Ação e Aplicação do CMDCA / 2015.

1.2 Os projetos apresentados deverão ter seu prazo de execução em até um (01) ano a contar da data de aprovação do projeto, incluindo nesta mesma data a entrega do Relatório Final do projeto ao CMDCA.

2. CRONOGRAMA

2.1 Lançamento do Edital – Dia 11/05/2015, conforme deliberação da plenária ocorrida em 05/05/ 2015.

2.2 Divulgação – O edital será divulgado na sede da Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Fórum da Comarca de Porto Belo, na Secretaria de Educação, no site da Prefeitura Municipal de Porto Belo, na Sala dos Conselhos e Projetos, na Câmara de Vereadores de Porto Belo e encaminhado via e-mail às entidades no dia 11/05/2015.

2.3 Recebimento de Projetos – Os Projetos deverão ser encaminhados em 01 cópia impressa e 01 cópia gravado em CD e ou entregue em pendrive ao CMDCA, na Sala de Projetos e Conselhos, situada no Centro de Cidadania, na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57 - Vila Nova, Porto Belo SC, no período de 12/05/2015 a 26/06/2015. Entregar em envelope lacrado os documentos solicitados no anexo III deste edital.

· Análise e resultados dos Projetos – A análise será no período de 29/06/2015 a 30/06/2015, passando pela Plenária do CMDCA no dia 01/07/2015.

· Publicação dos projetos aprovados - O resultado final com a publicação dos projetos aprovados será divulgado no dia 02/07/2015 no site da Prefeitura de Porto Belo, na sede da Prefeitura de Porto Belo, na Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo, na Sala dos Conselhos e Projetos, no Fórum da Comarca de Porto Belo e na Câmara de Vereadores de Porto Belo.

2.4 O CMDCA encaminhará ofício às entidades selecionadas no dia 03/07/2015, informando das providências a serem tomadas.

2.5 Prazo para as adequações - As entidades que não se classificarem terão o prazo do dia 06 a 07 de julho de 2015 para entrar com Recurso e realizar as adequações do projeto.

2.6 No dia 08/07/2015 serão publicados os resultados dos recursos.

3. DAS INSCRIÇÕES DOS PROJETOS

3.1 Poderão se inscrever pessoas jurídicas devidamente cadastradas no CMDCA deste município conforme Resolução 13/2007 retificada pela Resolução 13/2013.

3.2 Os projetos deverão ser entregues em 01 (um) envelope lacrado e rubricado. Deverão ser elaborados conforme modelo do Roteiro para Elaboração do Projeto Básico constante no anexo I; Deverá estar na formatação: Letra Arial ou Times New Roman, Fonte 12. Configuração da margem: Esquerda 3, Direita 2; Superior 2, Inferior 2.

3.3 O Plano de Trabalho é o instrumento que revelará todo o detalhamento das responsabilidades assumidas por cada um dos participantes. O modelo de Plano de Trabalho encontra-se disponível no Anexo II deste Edital. Deverá seguir a mesma formatação e configuração do Projeto Básico.

3.4 No envelope deverá conter toda a documentação solicitada no anexo III deste edital.

3.5 O projeto deverá estar em consonância com os eixos descritos no item 4.1 desse Edital.

3.6 Os projetos deverão ser apresentados em 01 (uma) via original, com todas as folhas numeradas e rubricadas pelo proponente com no máximo 20 (vinte) páginas e na formatação conforme item 3.2.

3.7 Deverá ser anexado ao projeto o currículo do profissional que executará o mesmo (projeto), devidamente comprovado.

3.8 Os projetos deverão ser formulados com prazo máximo de execução de até um (01) ano contados a partir da data da aprovação do projeto.

3.9 A análise do Projeto Básico e Plano de Trabalho obedecerá aos critérios de avaliação previstos no item 4 deste Edital.

3.10 Não serão cobertas quaisquer despesas referentes à:

a) Cerimonial (a exemplo de coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia);

b) Custos administrativos de manutenção e funcionamento das instituições proponentes (luz, água, telefone, aluguel de imóvel, entre outros);

c) Realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

d) Gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos federais, estaduais e municipais integrantes da administração direta ou indireta, salvo em situações relacionadas a atividades de caráter eventual (ministração de aulas, supervisão especializada e bolsas de extensão), desde que formalmente autorizados pela autoridade responsável pelo respectivo órgão;

e) Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora

de prazo;

f) Aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou qualquer bem durável.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

4.1 Os projetos submetidos a presente seleção deverão indicar, entre os eixos abaixo discriminados, aqueles de atuação:

I - Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

a) Projetos que tenham como objetivos a implantação e/ou implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos na Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - Acolhimento Institucional ou familiar:

a) Projetos que tenham como objetivo: auxílio, apoio e orientação à família, a criança e ao adolescente (atendimento psico-social e/ou jurídico) e ações que estimulem e provoquem o desacolhimento e propiciem os encaminhamentos necessários para garantir o direito à convivência familiar natural, ampliada ou substituta e comunitária conforme § 2º do art. 260 do ECA.

III - Enfrentamento a violência, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes:

- a) Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- b) Níveis de prevenção e atendimento as vítimas de violências sexuais, bem como combate ao abuso e exploração sexual.

IV - Violência doméstica:

a) Projetos que tenham como objetivo a prevenção, acompanhamento e atendimento às vítimas de violências domésticas.

V - Acidentes domésticos:

- a) Projetos que tenham como objetivo campanhas para informação, orientação e prevenção dos acidentes domésticos;
- b) Projetos que tenham como objetivo o acompanhamento e/ou atendimento às vítimas de acidentes domésticos.

VI - Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei e suas ações:

- a) Atendimento a adolescentes egressos das medidas de internação e semi-liberdade e que cumpram medidas sócio-educativas em meio aberto, excepcionalmente até 21 anos;
- b) Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei;
- c) Apoio a Serviços de Defesa Técnica dos Adolescentes em Conflito com a Lei.

VII - Saúde:

- a) Projetos voltados à prevenção, atendimento e acompanhamento em sofrimento mental;
- b) Projetos voltados à prevenção, atendimento e acompanhamento e / ou tratamento ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas;
- c) Projetos voltados à prevenção, acompanhamento e/ou tratamento da DST/AIDS;
- d) Projetos voltados à questão da sexualidade na adolescência;
- e) Projetos para crianças e adolescentes com deficiências voltadas ao diagnóstico, acompanhamento e/ou tratamento e inclusão social;
- f) Projetos voltados à prevenção e acompanhamento de distúrbios alimentares em crianças e adolescentes.

VIII - Crianças e adolescentes em situação de/na rua:

- a) Projetos voltados ao diagnóstico de crianças e adolescentes, em situação de rua;
- b) Projetos voltados ao apoio, orientação e acompanhamento sócio familiar das crianças e adolescentes em situação de rua.

IX - Educação:

- a) Ações inovadoras e /ou complementares ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente que visem à complementação da política de atendimento por meio de formação continuada aos profissionais da rede de ensino.
- b) Projetos que propiciem a complementação ao desenvolvimento da criança e do Adolescente na perspectiva educacional.

X - Esporte, Cultura e Lazer:

- a) Projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte, cultura e lazer que tenham como foco a inclusão social

e ações preventivas.

XI - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas ações:

a)

Fortalecimento dos Fóruns de defesa da criança e do adolescente;

b) Incentivo à participação ativa da criança e adolescente na elaboração de ações visando seu desenvolvimento.

c) Capacitação de Profissionais para Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

d) Atores do sistema de garantia de direito (Conselheiros Tutelares).

XII - Trabalho:

a)

Iniciativas voltadas à formação e/ou qualificação profissional do adolescente - apoio à entrada no mercado de trabalho e geração de renda.

4.2 Os projetos serão analisados por uma Comissão Paritária, composta por representantes governamentais e não governamentais, sem vínculos com a entidade e/ ou parentescos com os representantes das entidades proponentes.

Parágrafo 1º: Os conselheiros que fizerem parte de entidades com interesse em apresentar projetos ficarão impedidos de participar das reuniões de avaliação, seleção e aprovação dos projetos, bem como, parentes de representantes das entidades até 2º grau.

4.3 Após a análise da Comissão os projetos serão submetidos à aprovação em plenária do CMDCA.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

5.1 Serão admitidos projetos em consonância com a legislação vigente relacionada à criança e adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente, aos planos aprovados pelo CONANDA, lei municipal 1482/2006 e deverão contemplar:

o Consonância do projeto com as áreas de atuação prioritárias indicadas no item 4 deste edital.

o Condições da Entidade para o desenvolvimento do projeto;

o Coerência do projeto com a proposta da entidade;

o A aplicabilidade do Plano de Trabalho;

o Se o valor solicitado é compatível com o que será executado e em relação ao porte e à realidade da entidade, devendo ser comprovado com apresentação de três (03) orçamentos.

5.2 Conforme Regimento Interno do CMDCA de Porto Belo, os conselheiros que fizerem parte de entidades com interesse em apresentar projetos ficarão impedidos de votar nas reuniões de avaliação, seleção e aprovação dos projetos, bem como, parentes de representantes das entidades até 2º grau.

5.3 Caberá à Comissão de análise realizar a avaliação, emitindo parecer fundamentado nas diretrizes do item 4 deste edital.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os valores disponibilizados neste edital para repasse dos projetos custeados pelo Fundo da Infância e Adolescência – FIA – de Porto Belo serão de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

7. DO REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 A entidade que tiver seu projeto selecionado deverá apresentar ao CMDCA declaração do banco de abertura de conta bancária específica para depósito dos recursos do projeto, no prazo máximo de 15 dias após o encaminhamento do ofício citado no item 2.4 deste Edital, bem como cópia de todos os documentos solicitados no anexo III deste edital. A apresentação dos referidos documentos é obrigatório à formalização do convênio.

7.2 Os recursos serão repassados diretamente para a Entidade na forma de convênio conforme Lei Municipal 039/2013 e Legislação aplicável.

8. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

8.1 A entidade proponente responsável pelo projeto deverá apresentar relatórios de acordo com o plano de execução.

8.2 Os projetos serão monitorados pelo CMDCA e os recursos a serem pagos a instituição estarão sob a responsabilidade da administração municipal através de convênio com a entidade proponente.

8.3 Os relatórios e prestações de contas serão encaminhados ao CMDCA para análise e aprovação. Após cumprimento desta ação pelo CMDCA o mesmo encaminhará as documentações a administração municipal.

8.4 O não cumprimento do estabelecido no projeto, por parte da instituição, acarretará em denúncia aos órgãos competentes e a restituição

dos recursos repassados, atualizados monetariamente.

9. CALENDÁRIO

- Lançamento do edital: 11/05/2015
- Recebimento dos projetos: 12/05/2015 a 26/06/2015
- Análise dos projetos: 29/06/2015 a 30/06/2015
- Plenária do CMDCA: 01/07/2015
- Resultado da análise dos projetos: 02/07/2015
- Prazo para recurso: 06 a 07 de julho de 2015
- Plenária do CMDCA: 08/07/2015
- Publicação dos projetos aprovados: 08/07/2015

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Informações adicionais ou pedidos de esclarecimento deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao CMDCA.

10.2 Os casos omissos neste Edital serão dirimidos pelo CMDCA.

10.3 Anexos referentes a este Edital:

Anexo I: Roteiro para elaboração do projeto básico

Anexo II: Modelo do Plano de Trabalho

Anexo III: Apresentação dos documentos para inscrição do projeto

Anexo IV: Apresentação dos documentos que devem acompanhar a

Prestação de contas

10.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 05 de maio de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora do CMDCA

ANEXO I – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Projeto:

Instituição proponente:

CNPJ da Instituição proponente:

Responsável pela Instituição proponente (nome, endereço, telefone, fax e e-mail):

Responsável pelo projeto (nome, endereço, telefone, fax e e-mail).

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Explicitar, de maneira sucinta, o comprometimento da Instituição com a política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

As considerações deverão conter, ainda, diagnóstico e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, dados que permitam a análise da situação em âmbito territorial, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

3. EIXOS DE ATUAÇÃO (Conforme item 4. Deste edital)

Justificar o eixo de atuação escolhido pela entidade.

4. JUSTIFICATIVA

Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificados de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

5. OBJETIVOS

A partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que se pretende alcançar com o projeto de maneira que os objetivos específicos possam ser quantificados em metas e resultados esperados.

6. METAS/RESULTADOS ESPERADOS

Indicar e quantificar metas e resultados esperados de modo a permitir a verificação de seu cumprimento, além da identificação dos beneficiários (direta e indiretamente) do projeto. As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada.

7. CRONOGRAMA E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DESDOBRADO EM ETAPAS

Indicar cada uma das ações do projeto:

- META: É o objetivo a ser alcançado;

- ATIVIDADE: É a ação principal;

- ETAPA DA ATIVIDADE: É a prática detalhada da ação;

- DURAÇÃO DE CADA ETAPA: Prazo, Datas e Horários.

- INDICADOR FÍSICO: Local de execução

- ENCAMINHAMENTOS: Direcionamento de documentos, materiais e outros às entidades governamentais e não governamentais vinculados

ao projeto.

- AVALIAÇÃO: Instrumentos, estratégias e datas de monitoramento.

7.1 Modelo

METAS	ATIVIDADES	ETAPAS DA ATIVIDADE	DURAÇÃO DE CADA ETAPA	INDICADOR FISICO	ENCAMINHAMENTOS	AVALIAÇÃO
Desenvolver a cultura através do teatro	Oficinas de teatro	1ª – Visita à Secretária de Educação	Horário a combinar com a Secretária de Educação.	Secretaria de Educação	Apresentação e protocolo do projeto.	Discussão do projeto entre executor e Secretária.

ANEXO II – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

1. DADOS DO PROPONENTE

Órgão/instituição proponente, CNPJ

Endereço, Cidade, UF, CEP

DDD/Telefone/Fax

E-mail:

Conta corrente: Banco (nome e nº), Agência, Praça de pagamento

Nome do responsável pela instituição, CPF

RG/Órgão expedidor/Estado

Endereço, Cidade, UF, CEP

DDD/Telefone/Fax

E-mail:

2. OUTROS PARTICÍPES (Interveniente ou Executor)

Órgão/instituição, CNPJ

Endereço, Cidade, UF, CEP

DDD/Telefone/Fax

E-mail:

Nome do responsável pela instituição, CPF

RG./Órgão expedidor/Estado

Endereço, Cidade, UF, CEP

DDD/Telefone/Fax

E-mail:

Currículo:

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do projeto

Período da execução

Início

Término

Identificação do objeto

Justificativa da proposição

4. CRONOGRAMA E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

- META: É o objetivo a ser alcançado;

- ATIVIDADE: É a ação principal;

- ETAPAS DAS ATIVIDADES: É a prática detalhada da ação;

- DURAÇÃO DE CADA ETAPA: Prazo, Datas e Horários.

- ENCAMINHAMENTOS: Direcionamento de documentos, materiais e outros às entidades governamentais e não governamentais vinculados ao projeto.

- AVALIAÇÃO: Instrumentos, estratégias e datas de monitoramento.

5. PLANO DE APLICAÇÃO

Tipo da despesa

Total

Concedente
Proponente
Código (Exclusivo da contabilidade)
Especificação: também
TOTAL GERAL

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente
Mês / Valor
Total

6. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), vinculado administrativamente à Prefeitura Municipal de Porto Belo, através da Secretaria Municipal de Educação, para os efeitos e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que inexistente mora ou débito junto a qualquer órgão ou instituição da Administração Pública Federal direta ou indireta que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento municipal, na forma deste plano de trabalho.

Porto Belo, ____/____/____
Carimbo e assinatura do proponente

8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE APROVADO:

Porto Belo, ____/____/____
Carimbo e assinatura do concedente

ANEXO III - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DO PROJETO

- I. Solicitação ao dirigente máximo da concedente;
- II. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- III. Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
- IV. Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante do cargo equivalente;
- V. Cópia do Estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente.
- VI. Cópia autenticada da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
- VII. Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
- VIII. Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertence, com data de emissão não superior a doze meses;
- IX. Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto; (Após o encaminhamento do ofício citado no item 2.4 deste Edital;
- X. Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- XI. Cópia a Lei de Utilidade Pública, quando exigida pela legislação da concedente;
- XII. Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativas CPD-EM emitido pela Previdência Social;
- XIII. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de serviço–CRF;
- XIV. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br> quando a concedente for o estado;
- XV. Certidão Negativa de Débitos Municipais, quando a concedente for o município;
- XVI. Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- XVII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

ANEXO IV – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS

- I. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- II. Parecer do Conselho Fiscal quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- III. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibos, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- IV. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- V. Ordem bancária e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;
- VI. Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- VII. Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- VIII. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitários e totais dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha.

LEI MUNICIPAL Nº 2.259, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.259, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"FICA INSTITUÍDO TODAS ÀS SEXTAS-FEIRAS O DIA DA FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador João Mendes

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído todas às sextas-feiras o dia da Feira de Produtos Orgânicos no Município de Porto Belo.

Art. 2º - Fica vetado qualquer liberação de alvarás de funcionamento para feiras livres que não seja de comercialização de produtos orgânicos nas sextas-feiras.

Art. 3º - A presente lei tem por objetivo estimular o desenvolvimento de feiras livres exclusivamente de produtos orgânicos.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária como forma de incentivo aos agricultores locais fomentar o desenvolvimento de mais produtores orgânicos no município de Porto Belo.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, através de decreto, o que julgar conveniente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.260, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.260, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"INSTITUI O MÊS "MAIO AMARELO", DEDICADO ÀS AÇÕES PREVENTIVAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA A REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO." AUTOR: VEREADOR FRANCISCO SCOTTINI.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Porto Belo o mês "Maio Amarelo", dedicado à realização de ações preventivas à conscientização para a redução de acidentes de trânsito.

Art. 2º - No mês "Maio Amarelo", tanto sociedade civil organizada quanto o Poder Público poderão realizar campanhas de esclarecimento e outras ações educativas e preventivas visando à redução de acidentes, priorizando:

I - estimular a adesão de toda a sociedade no compromisso de cidadania e respeito ao trânsito;

II - promover discussões e debates, iniciativas, convocando todos a exercitar a cidadania em prol de um trânsito mais seguro;

III - propagar a importância de uma conduta lícita, respeitosa e prudente no trânsito;

IV - Incluir nos eventos, calendários, ações e atividades que forem realizados no decorrer do mês, e do ano, informações, dicas, estímulos e mensagens educativas de trânsito, respeito e prudência, valorizando a conscientização de toda a sociedade.

Art. 3º - O "Maio Amarelo" tem por objetivo iluminar durante o mês de maio, a partir o dia 1º (primeiro) monumentos, prédios, residências, pontos turísticos e afins do município de Porto Belo, com o propósito de chamar a atenção de forma visual, em sinal de

alerta, sobre a importância de um trânsito seguro.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.261, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.261, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"ESTABELECE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO VERDE NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido diretrizes para a Política Municipal de Educação e Valorização do Verde no Município de Porto Belo.

Art. 2º- O Poder Público, em sua Política Municipal de Educação e Valorização, irá capitanear esta iniciativa, podendo contar para isso com o apoio de outras Secretarias.

Art. 3º - O Poder Público, em sua Política Municipal de Educação e Valorização do Verde, terá como foco, entre outras, as seguintes ações:

I - realizar programas de arborização e de educação ambiental em todas as Escolas Municipais e, sempre que possível, em suas imediações;

II - difundir junto aos estudantes das Escolas Municipais noções sobre a importância do plantio e de conservação de árvores;

III - enviar esforços para realizar eventos em dias nos quais toda a comunidade escolar, especialmente os estudantes, poderão realizar o plantio de mudas de árvores doadas pela municipalidade, a quem caberá, também, fornecer o devido apoio técnico;

IV - estimular os responsáveis pelas escolas a levarem seus alunos a realizar caminhadas, em grupo, nas áreas mais próximas para conhecer e apreciar a vegetação arbórea, podendo solicitar, nessas ocasiões, que um servidor municipal especializado na área sirva de guia para aprofundar o interesse e ampliar as informações dos estudantes;

V - promover eventos de caráter pedagógico, educativo, lúdicos e culturais na semana do dia 21 de setembro, "Dia da Árvore", como gincanas, concursos literários, abrangendo poesias, crônicas e contos, que tenha com tema a árvore.

Art. 4º - As Instituições da sociedade civil organizada e demais entidades públicas poderão contribuir com sugestões, informações e recursos humanos e materiais para viabilizar a consecução dos objetivos desta lei, através da celebração de acordos, convênios e parcerias com o Poder Público Municipal.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.262, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.262, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"Inclui a Pedalada Caminho de Santa Paulina no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Porto Belo e dá Outras Providências". Autor: Vereador João Paulo Serpa.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica Incluída a Pedalada de Santa Paulina no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Porto Belo.

Art. 2º A pedalada Santa Paulina é um evento esportivo e religioso, que partirá da Praça da Bandeira, com destino ao Santuário de Santa Paulina na cidade de Nova Trento - SC.

Art. 3º O Evento de que trata o caput do artigo 2º, realizar-se-á sempre na semana da Páscoa, especificamente na "Sexta-Feira Santa", por munícipes já envolvidos com a atividade, em parcerias com o Poder Público Municipal e entidades privadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Poder Executivo, tomar as providências necessárias para a devida inclusão.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.263, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.263, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DÁ DENOMINAÇÃO A RUA". Autor: Vereador Jonas Amadeu Raulino.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "JOÃO ANTÔNIO", a Rua "M" com Código de Logradouro nº 43, que tem seu início na Rua João Camilo e tem seu término na Rua Mario Padilha, situada no Loteamento Jardim Dourado, no Bairro Pereque, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.264, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.264, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE E ASSEGURA A MATRICULA PARA O ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA LOCOMOTORA E NECESSIDADE ESPECIAIS NAS UNIDADES ESCOLARES MAIS PRÓXIMAS DE SUA RESIDÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica assegurada a matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora e necessidades especiais nas Unidades Escolares mais próximas de sua residência no Município de Porto Belo.

Art. 2º- O aluno portador de deficiência locomotora apresentará documento comprobatório de residência próxima à escola no

instante que for feita a matrícula.

Art. 3º - A escola solicitará atestado médico para comprovar a deficiência ou necessidade alegada, quando o aluno não estiver presente no ato da matrícula.

Art. 4º - As escolas garantirão a permanência de alunos com deficiência locomotora, ficando assegurada prontamente sua matrícula, priorizando a adequação dos seus espaços físicos para o devido acolhimento.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.265, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.265, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE UTILIZAÇÃO DE SALAS DE AULA E DEMAIS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DESENVOLVIDOS POR ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica assegurada às entidades da sociedade civil que realizam cursos de alfabetização de jovens e adultos a utilização de salas de aula e demais instalações das escolas da Rede Pública de Ensino do Município de Porto Belo.

Art. 2º- O Poder Público informará, semestralmente, as escolas, o número de salas de aula disponíveis por turno.

§ 1º A utilização das salas de aula e das instalações dar-se-á sem ônus para as entidades, para os estudantes ou para os alfabetizadores.

§ 2º As entidades usuárias assinarão termo por meio do qual se responsabilizarão por subtração e danos ao patrimônio público.

Art. 3º - Os pedidos de utilização das salas poderão ser encaminhadas às direções das escolas que, prontamente, repassarão a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - As direções das escolas assegurarão as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho de alfabetização.

Art. 5º - O Poder Público garantirá a todos os alfabetizados nos programas de que trata esta Lei a continuidade dos estudos nas escolas onde estiverem estudando.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada no prazo de trinta dias.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.266, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.266, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE DA ELABORAÇÃO DE ESTATÍSTICA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, NA FORMA QUE ESPECIFICA." Autoria: Vereadores Estevão Bertemes Guerreiro - Maninho, Francisco Scottini - Kiko e Jonas Amadeu Raulino.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Poder Executivo manterá organizado um banco de dados

destinado a dar publicidade aos índices de violência contra mulher, a fim de instrumentalizar a formulação do políticas de segurança pública na cidade de Porto Belo.

Parágrafo único. Considera-se violência contra a mulher, para os efeitos desta lei, os delitos estabelecidos na legislação penal praticados contra a mulher e, em especial, os previstos nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei Federal nº 11.340/2006.

Art. 2º- A Secretaria de Assistência Social publicará, semestralmente, no Diário Oficial do Município, e disponibilizará para consulta, os seguintes dados sobre a violência contra a mulher em Porto Belo:

I - número de ocorrências registradas pelas policias militar e civil, por tipo de delito;

II - número de inquéritos policiais instaurados pela policia civil, por tipo de delito;

III - número de inquéritos policiais encaminhados ao Poder Judiciário;

IV - números de registros de atendimentos médicos pela rede pública e particular de saúde, procedidas em mulheres vitimas de violência doméstica.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.267, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.267, DE 08 DE MAIO DE 2015.

“CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DIABETES E DA ANEMIA NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Diabetes e da Anemia nas crianças e adolescentes matriculados nas creches e demais estabelecimentos de ensino da rede pública municipal de Porto Belo.

Art. 2º- O Programa, contará com uma ação integrada das Secretarias de Saúde e Educação, tendo por objetivo:

I - diagnosticar as situações precoces de diabetes e da anemia em crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal;

II - detectar possíveis casos em crianças e adolescentes matriculados, buscando evitar ou protelar seu aparecimento;

III - orientar crianças, adolescentes, pais, professores e responsáveis, visando evitar ou minimizar as graves consequências em função do desconhecimento dessas doenças.

Art. 3º- Visando à concretização dos objetivos do presente programa, serão adotadas as seguintes ações pelos estabelecimentos de ensino, juntamente com profissionais da Saúde:

I - identificação, cadastro e acompanhamento de crianças e adolescentes portadores do diabetes e da anemia;

II - sensibilização de pacientes, pais, alunos, professores e outras pessoas que desenvolvam atividades junto às escolas;

III - fornecimento aos portadores do diabetes e da anemia, de alimentação adequada às suas necessidades especiais;

IV - oportunizar aos portadores do diabetes e da anemia a prática diária de exercícios físicos adequados às suas necessidades especiais;

V - manutenção de dados estatísticos sobre o número de crianças e adolescentes atendidos pelo programa, suas condições de saúde

e de aproveitamento escolar;

VI - abordagem do tema, quando da realização de reuniões com pais de alunos, como forma de disseminar as informações a respeito da doença, seus sintomas e gravidade, modos de identificação da hipoglicemia e a importância dos exercícios físicos e da reeducação alimentar na prevenção das complicações decorrentes das doenças, entre outras.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde realizará, podendo contar com a parceria de entidades da sociedade civil organizada, palestras periódicas sobre o Diabetes nas creches e demais estabelecimentos de ensino da rede pública, seguindo cronograma estipulado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Para garantir que nenhuma criança ou adolescente fique excluído dos benefícios da presente Lei, por ocasião da matrícula, os pais ou responsáveis responderão, sob a orientação de profissionais da área da saúde, a questionário elaborado de modo a obter informações suficientes para propiciar a identificação de alunos possivelmente portadores do diabetes e da anemia ou que possam vir a desenvolvê-los.

§ 1º - Analisadas as respostas dos questionários e evidenciados sintomas que apontem à possibilidade da criança ou adolescente ser portador do diabetes e/ou anemia, os pais ou responsáveis serão orientados a comparecer nas unidades de saúde para consulta médica e exames necessários.

§ 2º - Os resultados obtidos pelas unidades de saúde deverão ser encaminhados aos pais e estes deverão encaminhá-los aos dirigentes da instituição de ensino onde o aluno estiver matriculado, para serem tomadas medidas que beneficiem a criança ou o adolescente.

Art. 5º - De posse do número de crianças portadoras do diabetes e da anemia, sua faixa etária e do estabelecimento de ensino em que estão matriculadas, serão os dados encaminhados ao setor responsável pela merenda escolar a fim de que, em conjunto com os demais órgãos competentes, determine as providências para o fornecimento de alimentação diferenciada.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação manterá listas e estatísticas referente às ações executadas na conformidade da presente Lei, entre elas:

I - idade e número de crianças atendidas em cada estabelecimento de ensino municipal;

II - relatório bimestral informando cardápio normal e cardápio especial servido;

III - relação dos nutricionistas que participaram da elaboração dos cardápios;

IV - quadro demonstrativo da melhora ou não, quanto ao aproveitamento escolar das crianças e adolescentes atendidos pelo presente programa.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.268, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.268 DE 08 DE MAIO DE 2015.

Altera a Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 - que Instituiu as Taxas no Município de Porto Belo-SC.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O inciso I, do §2º do art. 40 da Lei Municipal nº 2.146, de

06 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40...

§2º....

I - imóvel com área edificada de até setenta metros quadrados: isento"

Art. 2º O caput do art. 48 da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. A Taxa para Licenciamento de Loteamento, Desmembramento e/ou Unificação - TLDU, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização, acerca dos requisitos estabelecidos para loteamento, desmembramento e/ou unificação na área urbana, compreendendo a viabilidade, análise do projeto e aprovação do mesmo, nos termos do Plano Diretor do Município de Porto Belo."

Art. 3º O caput do art. 50 da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50. A TLDU será lançada e cobrada no valor de cinquenta (50) UFM-PB por lotes resultantes do loteamento, do desmembramento e/ou unificação, e o recolhimento será efetuado por intermédio de documento próprio de arrecadação, com vencimento imediato.

Art. 4º O item 31199, do Anexo VI, da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

31199	Congêneres até 100 m2	26,00
	Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m2 (por m2)	0,26

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.269, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.269 DE 08 DE MAIO DE 2015.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 2085, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Renumero o atual artigo 4º como artigo 5º, acrescentando Parágrafo Único ao artigo e renumera os artigos subsequentes, na forma da redação a seguir:

"Art. 5º O FUMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Parágrafo Único - Em situações que possam oferecer perigo iminente de dano físico à vida humana e/ou ao patrimônio constatado em laudo da Defesa Civil, em imóveis de terceiros e desde que estes, não possuam condições de arcar com as despesas para eliminar ou minimizar o risco iminente, poderá o FUMDEC dispor de seus recursos para custeá-las.

Art. 6º Compete ao órgão gestor do FUMDEC:

I - Administrar recursos financeiros;

II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC;

III - Prestar contas da gestão financeira;

IV - Desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

Art. 7º Constitui receita do FUMDEC:

I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - Os recursos transferidos da União, Estado ou Município;

III - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades

públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;

IV - Os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - A remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VII - Outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos do FUMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial, sediado no Município de Porto Belo.

Art. 8º Compete à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC:

I - fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;

II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUMDEC;

VII - promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 9º O FUMDEC será implementado em 2013 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

Art. 10 O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do FUMDEC.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.270, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.270 DE 08 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A RECEBER ÁREAS DE TERRAS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação as áreas descritas neste Artigo, de propriedade de Luigi Del Re, italiano, aposentado, portador da carteira de identidade para estrangeiro nº W485.200-5, expedida em 21 de setembro de 1987, inscrito no CPF sob o nº 000.619.640-34, residente e domiciliado na Rua Dr. Armando Barbedo, nº 571, apto. 503, bairro da Tristeza, Porto Alegre - RS:

I - Lote 04 do Desmembramento Luigi Del Re, colocado fora de comércio em 1989, com a seguir identificado: Terreno situado em zona urbana, bairro Centro, no Município de Porto Belo - SC, com área de 360m², e as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto 15, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.824,050m e E=743.505,623m, deste, confrontando a Leste com a Rua Manoel Felipe da Silva Neto, seguindo com distância de 12,00m, e ângulo interno de 90º00'00", chega-se ao ponto 16, com coordenada UTM N=6.993.813,231m e E=743.510,815m, deste, confrontando ao

Sul com Antonio Bayer Battistotti (mat. Nº 28.163-RI-PB), seguindo com distância de 30,00m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 5, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.800,253 e E=743.483,768m, deste, confrontando a oeste com a Rua Venino Pereira da Cruz (anterior: Rua Projetada), seguindo distância de 12,00 e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 4, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.811,072 e E=743.478.576m, deste, confrontando ao Norte com Carlos Roberto Moreira (Mat. 17.123-RI-PB), seguindo distancia de 30,00m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 15, ponto inicial da descrição deste terreno.

II - Lote 10 do Desmembramento Luigi Del Re, colocado fora de comércio em 1989, com a seguir identificado: Terreno situado em zona urbana, bairro Centro, no Município de Porto Belo - SC, com área de 360m², e as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto 14, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.879,046m e E=743.479,235m, deste, confrontando ao sul com Rafael Pereira e Raquel Pereira (Mat. Nº 14.039, 14.040 e 14.042 - RI-PB), seguindo com distância de 30,00m, e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 3, com coordenada UTM N=6.993.866,069m e E=743.452,188m, deste, confrontando a Oeste com a Rua Sem Denominação, seguindo com distância de 12,00m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 2, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.876,887m e E=743.446,996m, deste, confrontando ao Norte com Naime Abrahan de Brito (Mat. 00005-RI-PB), seguindo distância de 30,00 e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 13, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.889,865m e E=743.474,004m, deste, confrontando a Leste com a Rua Manoel Felipe da Silva Neto, seguindo distancia de 12,00m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 14, ponto inicial da descrição deste terreno.

Art. 2º Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação as áreas descritas neste Artigo, de propriedade de Carlo Del Re, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 294.741.160-91 e RG 2003441983, residente e domiciliado na Rua Rodonel Guatimozim, nº 121, Porto Alegre - RS:

I - Terreno situado em zona urbana, bairro Centro, no Município de Porto Belo - SC, com área de 784,25m², e as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto 4, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.811,072m e E=743.478,576m, deste, confrontando a leste com a Rua Venino Pereira da Cruz, seguindo com distância de 12,00m, e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 5, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.800,253 e E=743.483,768m, deste, confrontando ao sul com a Área Remanescente 3, seguindo com distância de 66,24m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 8, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.771,599m e E=743.424,049m, deste, confrontando a oeste com Carlo Fayet Del Re (Mat. 832-RI-TJ), seguindo distância de 12,21m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 9, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.783,3826m e E=743.420,8692m, deste, confrontando ao norte com a Área Remanescente nº 2, seguindo distancia de 64,01m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 4, ponto inicial da descrição deste terreno.

II - Terreno situado em zona urbana, bairro Centro, no Município de Porto Belo - SC, com área de 618,62m², e as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto 02, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.876,887m e E=743.446,996m, deste, confrontando a Leste com a Rua Projetada, seguindo com distância de 12,00m, e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 3, com coordenada UTM N=6.993.866,069m e E=743.452,188m, deste, confrontando ao Sul com Área Remanescente nº 2, seguindo com distância de 52,67m e ângulo interno de 90°00'00", chega-se ao ponto 10, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.843,285m e E=743.404,704m, deste, confrontando a oeste com Carlos Fayet Del Re (Mat. 832-RI-TJ), seguindo distância de 12,00 e ângulo interno de 79°28'10", chega-se ao ponto 11, com coordenada UTM SAD69 N=6.993.855,069m e E=743.401,524m, deste, confrontando ao Norte com Área Remanescente 01, seguindo distancia de 50,44m e ângulo interno de 100°31'50", chega-se ao ponto 2,

ponto inicial da descrição deste terreno.

Art. 2º A presente doação destina-se a legalização de vias a décadas consolidadas.

Art. 3º A presente doação é a título gratuito, e em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável.

Art. 4º Serão de responsabilidade do Município as despesas decorrentes de escritura e despesas de registro no Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.271, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.271 DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal, nos termos da Lei nº 1936/2011, a Mitra Metropolitana de Florianópolis, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o 83.932.343/0034-80, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1445, Bairro Centro, neste Município, a qual administra a Igreja Senhor Bom Jesus dos Aflitos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.272, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.272, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o Município de Porto Belo a destinar recursos para Projetos Culturais e Artísticos.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a destinar recursos para Projetos Culturais e Artísticos, no valor bruto de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), especificamente, por área, conforme Edital:

I - Música: R\$7.000,00 do montante da Lei;

II - Dança: R\$7.000,00 do montante da Lei;

III - Teatro: R\$6.000,00 do montante da Lei;

IV - Artes Populares, Artesanato e Circo: R\$6.000,00 do montante da Lei;

V - Patrimônio Cultural (material e imaterial): R\$5.000,00 do montante da Lei;

VI - Literatura: R\$5.000,00 do montante da Lei;

VII - Intercâmbio (nacional e internacional): R\$7.000,00 do montante da Lei;

VIII - Artes Visuais: R\$7.000,00 do montante da Lei.

IX - Comunidade Quilombola – Valongo: R\$5.000,00

Art. 2º Fica destinado o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para as despesas exclusivas para cachês para os membros avaliadores de cada área e demais despesas decorrentes de necessidades

administrativas.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.273, DE 08 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.273, DE 08 DE MAIO DE 2015.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL 2192 DE 28 DE AGOSTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º- Altera o artigo 9º da Lei Municipal 2192 de 28 de agosto de 2014 , o qual passará a ter a seguinte redação:

“Art. 9º - Não serão passíveis de regularização as obras que possuam abertura a menos de um metro e meio do terreno vizinho, salvo se o proprietário as fechar integralmente ou houver a concordância expressa daqueles vizinhos que estejam a menos de metro e meio da obra a ser regularizada”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 063/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 063/2015 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Kiferro Comércio de Ferro e Aço Ltda.
Objeto: Aquisição de chapas e tubos de aço galvanizado.
Valor Total: R\$ 37.362,00 (trinta e sete mil trezentos e sessenta e dois reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 018/2015, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de abril de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Kiferro Comércio de Ferro e Aço Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 023/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 023/2015 - Educação
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 090/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e Kanyama Engenharia Ltda - EPP.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE EXECUÇÃO

Prorroga-se por 90 (noventa) dias o prazo de execução da obra.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 24 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 057/2015- PREFEITURA
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 003/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por lote, para aquisição de caminhão com baú refrigerado e caixas para transporte de leite ensacado. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.cidadecompras.com.br" até as 08h00min do dia 26 de maio de 2015, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.cidadecompras.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de maio de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.321/2015

LEI Nº 4.321, de 05 de maio de 2015.
Altera a Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 2.576, de 15 de dezembro de 2000 e 2.585, de 14 de março de 2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra sinistros, conforme as Normas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, previstas na Lei nº 16.157, de 07 de novembro de 2013 e regulamentados pelo Decreto nº 1.957, de 20 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. (...) "

Art. 2º Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica criado o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado em Porto União, com a finalidade de prover recursos para investimento em equipamentos e materiais permanentes, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, proteção e combate a sinistros, construção e ampliação de instalações, despesas de custeio da OBM, realização de cursos de aperfeiçoamento, aquisição de fardamentos, alimentação e combustível.

Parágrafo único. (...) "

Art. 3º Altera o parágrafo único do artigo 3º da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

Parágrafo único. A Prefeitura repassará, mensalmente, ao FUNREBOM o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de subvenção, com a finalidade de garantir para a Organização de Bombeiro Militar, sediada no município, o investimento em novos equipamentos, viaturas e seu custeio."

Art. 4º Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os recursos constitutivos do FUNREBOM, oriundos da subvenção prevista no Parágrafo único do Artigo 3º desta Lei, serão integral e obrigatoriamente, depositados em Agência Bancária de interesse da Administração Municipal e/ou FUNREBOM, imediatamente após o seu registro contábil pela Secretaria Municipal de Finanças, em conta especial denominada: "FUNREBOM" – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, a qual será movimentada, exclusivamente, pelo Conselho Diretor do Fundo.

Parágrafo único. (...) "

Art. 5º Altera o artigo 5º da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O FUNREBOM será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros:

- a) Prefeito Municipal – Presidente;
- b) Oficial Comandante da OBM (Organização Bombeiro Militar) – Vice-presidente;
- c) Presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários;
- d) Secretário Municipal de Finanças de Porto União;
- e) Secretário Municipal de Planejamento Urbano de Porto União;
- f) Vereador Indicado pelo Poder Legislativo de Porto União;
- g) Representante da Associação Comercial e Industrial Porto União;
- h) Representante da Câmara de Diretores Lojistas;
- i) Representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos;
- j) Assessor Jurídico indicado pelo Executivo Municipal de Porto União.

Parágrafo único. Competirá ao Oficial Comandante da OBM (Organização de Bombeiro Militar) do Corpo de Bombeiros, a execução dos planos de aplicação do FUNREBOM, mediante Diretrizes do Comando do Corpo de Bombeiros e aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo.”

Art. 6º Altera o artigo 13 da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os bens adquiridos serão destinados ao uso exclusivo da Organização de Bombeiro Militar de Santa Catarina, e incorporados ao patrimônio do FUNREBOM.”

Art. 7º Altera o artigo 15 da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Para a realização das receitas do FUNREBOM, previstas no Artigo 3º, letra “a” desta lei, ficam instituídas as seguintes taxas:

I- Taxa de Exame de Projetos para Segurança Contra Sinistros, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia do Corpo de Bombeiros e devida por ocasião do requerimento para exame de projeto preventivo, no valor correspondente a 0,35 (trinta e cinco centavos de real) por metro quadrado de área a ser construída;

II- Taxa de Vistoria de Segurança contra Sinistros, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia do Corpo de Bombeiros e devida anualmente por estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviço e condomínios residenciais, por ocasião da realização de vistoria para obtenção do habite-se, alvará de localização ou funcionamento, no valor correspondente a 0,45 (quarenta e cinco centavos de real) por metro quadrado de área construída e dividida pelo índice de risco (ir) da edificação.

III- Taxa de Serviços Gerais, tendo como fato gerador a utilização efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte mediante requerimento ao Corpo de Bombeiros para prestação dos serviços constantes do “Anexo II” da Lei nº 2486/99.

§ 1º Para a determinação da classificação dos riscos das edificações observar-se-á o Art. 4º da Instrução Normativa nº 03/DAT/CBMSC, suas posteriores alterações, ou outras disposições legais que vierem a substituí-lo.

§ 2º Delega-se, desde já, a competência para arrecadação das taxas previstas neste artigo, ao próprio FUNREBOM.

§ 3º - Para as taxas previstas neste artigo, fica estipulado o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais).”

Art. 8º Altera o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de

dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Fica instituída a Contribuição Espontânea de Segurança Contra Sinistros, decorrente dos serviços de prevenção e combate a incêndios ou outros sinistros, conforme o Anexo I desta Lei, a qual poderá ser arrecadada mensalmente através da fatura de água ou de energia elétrica, ou ainda diretamente ao FUNREBOM, através de boleto bancário.”

Art. 9º Suprime o Artigo 19 da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Municipal 2.576, de 15 de dezembro de 2000.

Art. 10. Altera o artigo 20 da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. A falta de pagamento da taxa no prazo devido sujeitará o contribuinte, cumulativamente, às seguintes penalidades, calculadas sobre o valor inicialmente devido:

- I- (...)
- II- (...)
- III- (...)
- IV- (...).”

Art. 11. Os valores monetários expressos em UFIR (Unidade Fiscal de Referência), constantes do “Anexo I” e do “Anexo II” da Lei nº 2486/99, serão convertidos em moeda corrente nacional.

Art. 12. Revogam-se a Lei Municipal nº 2.576, de 15 de dezembro de 2000, e as demais disposições em contrário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 035/2015
Pregão Presencial 018/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Kiferro Comércio de Ferro e Aço Ltda

Porto União SC, 28 de abril de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSOS 020 2015 PMPR E 010 2015 FMS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 22.05.2015, para Aquisição de água mineral, para consumo das Secretaria de Educação, escolas e creches, Secretaria de Administração, Esportes, Agricultura, Obras, e Assistência Social. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 11 de Maio de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 22.05.2015, para Aquisição de água mineral, para consumo nos Postos de Saúde do Município e Secretaria Municipal de Saúde. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 11 de Maio de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 210/2015

PORTARIA Nº. 210 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ODAIR KOCHANSKI, Gerente Administrativo, pelo período de 06 de Abril de 2015 a 05 de Maio de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2013 à 31/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 211/2015

PORTARIA Nº. 211 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) GERMANO RACHADEL, ocupante do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 212/2015

PORTARIA Nº. 212 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ALVERINHO WOLF, ocupante do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Esporte e Turismo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 213/2015

PORTARIA Nº. 213 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado(a) partir desta data, o(a) Senhor(a) GERMANO RACHADEL, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Esporte e Turismo, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº.1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO municipal

PORTARIA 214/2015

PORTARIA Nº. 214 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado(a) partir desta data, o(a) Senhor(a) ALVERINHO WOLF, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº.1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação em Mural Público.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO municipal

PORTARIA 215/2015

PORTARIA Nº 215 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DEFINI JORNADA DE TRABALHO TEMPORARIA DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18 da Lei Complementar Nº 001 /2002 de 18/12/2002 e

Considerando ainda, o disposto no Art. 18, § 1º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002,

RESOLVE

Art. 1º - Defini a partir desta data, a jornada de trabalho temporária dos servidores municipais CARLINHO FRANZEN, EDER SCHWARTZ ocupante do cargo de efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, e TIAGO ZAGUINI ocupante do cargo de efetivo de OPERARIO BRAÇAL, segue abaixo os seguintes horários:

06h às 8:30h
11:30h às 13:30h
17h às 19h

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação em Mural Público, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 285/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 285/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSA EZOLETE FLORIANO CORRÊA, portador(a) do CPF nº 044.490.159-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Lages, nº 447 - Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Aquarela, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/05/2015 e encerrando-se em 10/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA	ROSA EZOLETE FLORIANO CORRÊA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 286/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 286/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLENE DA SILVA CORREA, portador(a) do CPF nº 045.560.339-18, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 1º de maio, nº 109 - Bairro Jardim América - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Sebastião Back, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 12/05/2015 e encerrando-se em 11/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao

vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA	CHARLENE DA SILVA CORREA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4660, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4660, de 22 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 030/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 030/2015, de 20.03.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante: - RIOSUL TINTAS LTDA EPP
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4660/2015

CARTA CONVITE Nº 030/2015, de 20.03.15.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA DA PONTE VIRIATO ALVES GARCIA, COM ACESSO AO BAIRRO CANOAS E PONTILHÕES.

Empresas Convocações:

- LUXPOLI COMÉRCIO DE TINTAS LTDA;
- COTIL COMÉRCIO DE TINTAS LTDA;
- CASAS DA AGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA;
- RIOSUL TINTAS LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- RIOSUL TINTAS LTDA EPP.

DECRETO Nº 4684, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4684, de 04 de maio de 2015.

"EXONERA EDUARDO LINK".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonerado a pedido, a partir de 30/04/2015, o servidor EDUARDO LINK, do cargo em comissão de Chefe Divisão Estação de Resíduos Sólidos, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4685, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4685, de 06 de maio de 2015.

"EXONERA E NOMEIA NILSO CRESPI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/04/2015, o servidor NILSO CRESPI, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Transporte da Secretaria Municipal de Educação. E nomeado, para a partir de 02/04/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais da Secretaria de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4688, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4688, de 07 de maio de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.587, de 05 de maio de 2015,

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Desportos:		
----------	---	--	--

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	75.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.029	Construção e Ampliação do Centro de Educação Infantil		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	75.000,00

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4689, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4689, de 07 de maio de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.588, de 05 de maio de 2015,

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.029	Construção e Ampliação do Centro de Educação Infantil		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4690, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4690, de 07 de maio de 2015.

"Abre crédito especial no orçamento do município de Rio do Sul."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.589, de 05 de maio de 2015,

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por conta do repasse do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul, para aquisição de maquinário, implementos e equipamentos rodoviários, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.419	Aquisição de Maquinário, Implementos e Equipamentos Rodoviários		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01645505	Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente	R\$	2.000.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4691, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4691, de 11 de maio de 2015.
"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Município do de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições asseguradas pelo inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município,

DECLARA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial no Município de Rio do Sul, nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2015, em virtude do falecimento da Senhor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, que ocupou os cargos de: Prefeito de Joinville, Governador do Estado de Santa Catarina e Senador da República por Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
11 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO.
Prefeito do Município de Rio do Sul

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO 007/2014

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007/2014. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Rio do Sul. OBJETO: Cessão do veículo marca Mercedes Benz, modelo Atego 1725, espécie/tipo caminhão, combustível diesel, ano de fabricação e modelo 2011/2012, chassi nº 9BM958074CB836940, código Renavam nº 1022425657, placas MMA – 7918, com todos os equipamentos obrigatórios.VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Rio do Sul, 12 de janeiro de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Garibaldi Antônio Ayroso, pelo Município.

LEI 5.583

LEI Nº 5.583, de 05 de maio de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INTERVENIÊNCIA DA 7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, para uso exclusivo da 7ª Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul, do seguinte equipamento: - 01 (um) vídeo boroscópio com display wireless, extech br200/250, de patrimônio nº 22518.
	Parágrafo único - O equipamento objeto desta Lei deverá ser destinado exclusivamente à utilização da 7ª Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul, ficando a cessionária responsável pela conservação e o fornecimento de pessoal necessário para utilização do equipamento.
Art. 2º-	As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão à conta do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, com a interveniência da 7ª Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul.
Art. 3º-	A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo determinado na minuta, parte integrante desta Lei, podendo ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.
Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

05 de maio de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.587

LEI Nº 5.587, de 05 de maio de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Desportos:		
30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	75.000,00
Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.029	Construção e Ampliação do Centro de Educação Infantil		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	75.000,00
Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.		
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.		

GABINETE DO PREFEITO

05 de maio de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.588

LEI Nº 5.588, de 05 de maio de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.029	Construção e Ampliação do Centro de Educação Infantil		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

05 de maio de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.589

LEI Nº 5.589, de 05 de maio de 2015.

"Abre crédito especial no orçamento do município de Rio do Sul."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por conta do repasse do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul, para aquisição de maquinário, implementos e equipamentos rodoviários, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.419	Aquisição de Maquinário, Implementos e Equipamentos Rodoviários		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01645505	Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente	R\$	2.000.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
05 de maio de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA N. 0272/RH
PORTARIA N. 0272/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 151382/2015, da servidora municipal FRANCINI BIANCA CIPRIANI MANFREDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de ADVOGADO, durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 09/02/2015, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 137, da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 0276/2015
PORTARIA N. 0276/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Designar, para no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal MARILENE BACK ESPINDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para exercer as atribuições do cargo de Diretor de Unidade Educacional de "Médio Porte" – Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, durante o impedimento da titular, por motivo de Afastamento para Tratamento de Saúde. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) do seu vencimento base durante a referida designação, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 23 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

PORTARIA Nº 0294/2015
PORTARIA N. 0294/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 01/04/2015, o servidor AFONSO CARLO NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Administração e Serviços Gerais da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Nomear, o servidor AFONSO CARLO NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para a partir de 02/04/2015, exercer as atribuições do cargo de Chefe de Transporte, com opção de 20% do cargo comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA Nº 0301/2015

PORTARIA Nº. 0301/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/04/2015, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ocupado pelo(a) servidor(a) CLAUDIO MARCELINO, matrícula nº 130901, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4.603 de 18 de março de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0302/2015

PORTARIA Nº. 0302/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/04/2015, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ocupado pelo(a) servidor(a) MARGARETE MARIA EISSMANN, matrícula nº 74306, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4.604 de 18 de março de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0303/2015

PORTARIA Nº. 0303/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/04/2015, o cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA (36H), ocupado pelo(a) servidor(a) MARIA JULIA PAMPLONA, matrícula nº 1 901, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4.603 de 18 de março de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0304/2015

PORTARIA N. 0304/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonera a pedido, a partir de 04/05/2015, a servidora VALMIRIA DE AMORIM NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ipm

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 008, 22 de Abril de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARIA DE LOURDES MACHADO"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Maio de 2015, o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Maria de Lourdes Machado, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.678.151, CPF nº 751.008.359-15, domiciliada e residente na Rua Progresso, 20, Bairro Canoas, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Maio de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Abril de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 22 de Abril de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 009, 22 de Abril de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. EDITE TEREZINHA DE ANDRADE HOFFMANN"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Maio de 2015, o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Edite Terezinha de Andrade Hoffmann, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 803.661, CPF nº 292.881.189-34 domiciliada e residente na Rua Alfredo Swarowsky, 1365, Bairro Bela Aliança, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Maio de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Abril de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 22 de Abril de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 010, 22 de Abril de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. SALETE JASPER DE JESUS"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Maio de 2015, o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora pública Sra. Salete Jasper de Jesus, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.031.790 e CPF nº 715.526.859-34, domiciliada e residente na Rua Nova Trento, 718, Bairro Santana, em Rio do Sul – SC no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível A, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 01 de Maio de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Abril de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 22 de Abril de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 227/2015

PORTARIA Nº. 227/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. MARIANA RAGNINI, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 20, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de maio 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA
DISPENSA 08/2015
PROCESSO DE COMPRA 038/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de DISPENSA nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Doação de imóvel em função de excepcional interesse público

Contratado: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Fundamento legal: Lei 8.666/93, art. 17, par. 4º

Salto Veloso (SC), 11 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 226/2015

PORTARIA Nº. 226/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARIANA RAGNINI, matrícula funcional nº 1175, do cargo de Médica 40hrs semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 228/2015

PORTARIA Nº. 228/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 10 de maio de 2015, a Sra. BARBARA VITALI, do cargo de ATENDENTE DE CRECHE 40hrs semanais, nomeada pela portaria nº 129/2014, lotada da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 11 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA APRECIÇÃO DE RECURSOS EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSOS

Edital nº 005/2015 – Chamada Pública para Credenciamento

Faze análise de Impugnação

Às dezessete horas do dia onze de maio de dois mil e quinze, após análise de pedido de Impugnação do Edital nº 005/2015-Chamada Pública para credenciamento, a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, designada pelo decreto Nº 02/2015 de 02 de janeiro de 2015, reuniu-se com o objetivo de analisar os termos do Pedido de Impugnação apresentado pelo Sr. Daniel Elias Garcia. Manifestando-se nos seguintes termos:

1. A comissão permanente de licitação indefere o pedido apresentado pelo senhor Daniel Elias Garcia, não concordando com sua alegação.
2. DA DECISÃO: Certifica-se que a recorrente protocolou seu pedido de impugnação ao edital no prazo concedido, todavia, em que pese os argumentos lançados pela impugnante, suas considerações não merecem prosperar. Com relação ao questionamento sobre a legalidade do Edital, a comissão acolhe o parecer jurídico, entendemos não ser necessária à alteração pleiteada pela recorrente – muito embora seja louvável a preocupação demonstrada – porquanto a Administração Pública está sujeita aos estritos comandos da Lei Federal nº. 8666, de 21 de Junho de 1993, em sua totalidade.
3. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelo presidente e membros da Comissão de Licitação.

Santa Rosa do Sul, 11 de maio de 2015.

Joelson Farias Pereira

Presidente Comissão de Licitações

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

094/2015 carlos alexandre mayer

DECRETO N° 094/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar n° 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar n° 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: CARLOS ALEXANDRE MAYER

CARGO: COORDENADOR DE SERVIÇOS

NÍVEL: CC-04

CÓDIGO: 1049

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Agricultura

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 11 de Maio de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA N°1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 49/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 59/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 49/2015.
Objeto: Aquisição de filtros para substituição nos veículos e máquinas utilizados nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 22 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 22 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 08 de maio de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 778/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº 778/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2016 e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Santiago do Sul, para o exercício de 2016 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, e de acordo com a Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011, são as identificadas no ANEXO I desta lei, que contera:

- I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2014;
- II - Anexo I.2 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

- III – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IV – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;
- V – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- VI – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VII - Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VIII – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- IX – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- X – Anexo I.9 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.
- XI - Anexo I.10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS.
- XII – Anexo I.11 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XIII - Anexo I.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XIV - Anexo II – Prioridades e Metas;
- XV - Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- XVI - Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal são aquelas definidas e apresentadas nos demonstrativos de que trata o Art. 2º, desta lei.

§ 1º As prioridades terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício do ano de 2016 atendidas, primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

§ 2º Integrarão a Lei Orçamentária do ano de 2016 e a sua execução os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e

fiscais estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a promover ajustes na classificação das ações e na estrutura de que trata o caput deste artigo, com o objetivo de compatibilizá-lo com o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2014/2017.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF Nº3/2008 e alterações.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura, sendo que os Fundos Municipais Integrarão o Orçamento Geral do Município como Unidades Orçamentárias distintas na Secretaria aos quais estão vinculados, com exceção do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Parágrafo Único – O Município, por meio de Lei específica, poderá criar Autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e

Despesas, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº42/1999, Interministerial nº163/2001 e suas alterações e, Portaria Conjunta STN/COG nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta STN/COG nº 02, de 13 de julho de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos: I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64) e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016 (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016 (Art. 8º e 50, I da LRF);

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

III – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

IV – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2014 (Art. 20 e 48 da LRF);

V – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT);

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde (Art. 77 dos ADCT);

VII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2015 (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

VIII – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2014, 2015 e 2016. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora será constituída, exclusivamente, de recursos Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados à riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 10. O Orçamento para o exercício de 2016 e a sua execução, obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas identificadas com a sigla do Fundo, para sua devida caracterização nos demonstrativos, visando dar transparência aos órgãos fiscalizadores, e estas, por sua vez, vinculadas às Despesas relacionadas aos seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

Art. 12. Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (Art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 13. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não

atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF):

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados à recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II – Recursos previstos no orçamento relativos à convênios, termos de compromisso, ajustes ou contratos, desde que ainda não firmados ou comprometidos;

III – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

IV – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

V – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º A limitação de empenho e a movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, deverão ser compatíveis com os ajustes na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de exercícios anteriores.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. O orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a Reserva de Contingência, em até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (Art. 5º, III da LRF).

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento

da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Parágrafo único - Tendo em vista a obtenção das metas fiscais de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo poderá efetuar revisões no cronograma anual de desembolso mensal.

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do ANEXO I.11 desta lei, será considerada em forma de dedução da receita bruta, de acordo com cada fonte de recurso. (Art. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único: Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada e poderão, igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida na legislação municipal. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentadas no Anexo IV.

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº163/2001 e alterações posteriores.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito (Art. 167, VI da CF), bem como a abertura de créditos suplementares até 30% da receita estimada para o orçamento, utilizando como fonte de recursos, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais desde que não comprometidas, o excesso de arrecadação ou o superávit de exercícios anteriores.

§ 2º As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderão sofrer alterações, inclusões ou exclusões, mediante ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei (Art. 167, I da CF).

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados por meio de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Parágrafo Único - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

Art. 34. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a parcelar dívidas que venham a ser apuradas, junto à Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei Federal N.10.522 de 19/07/2002 e alterações.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;
- III – rescisão dos contratos de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV – exoneração dos servidores não estáveis.

Art. 38. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração

Municipal de Santiago do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (Art. 14 da LRF).

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 46. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa
Catarina, em 11 de maio de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração.

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 955/2015

DECRETO Nº 0955, DE 07 DE MAIO DE 2015
ALTERA O DECRETO Nº 0721 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014 QUE
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – COMDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO
SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a
Lei nº 3403/2014,

D E C R E T A:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 0721, de 23 de outubro de 2014,
passa a ter a seguinte redação:

“REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

V - Representantes da Fundação Cultural

ELIANE MEDEIROS MALLON – Titular

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

III - Representantes dos Profissionais Ligados a Reabilitação

PAOLA BENVENUTTI COSTI – Suplente”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 956/2015

DECRETO Nº 0956, DE 08 DE MAIO DE 2015
ALTERA O DECRETO Nº 0626 DE 15 DE JULHO DE 2014 QUE DE-
SIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO, FISCA-
LIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PARA O
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/CONVÊNIO Nº 11.291/2011-7
- ESTADO DE SANTA CATARINA - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO
SUL, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 0626, de 15 de julho de 2014, passa
a ter a seguinte redação:

“VII - 2º Ten Marcelo Pereira”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 957/2015

DECRETO Nº 0957, DE 08 DE MAIO DE 2015.
CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALI-
MENTAR E NUTRICIONAL – ETAPA MUNICIPAL DA V CONFERÊN-
CIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que
dispõe a Lei nº 11.346/2006 e Lei Municipal nº 1691/2006,

DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nu-
tricional é o fórum máximo em âmbito municipal de deliberação
da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme a Lei
Federal nº 11.346/2006.

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional, em reunião ordinária do dia 17 de abril
de 2015, fica convocada a II Conferência Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional, Etapa Municipal da V Conferência Nacional
de Segurança Alimentar e Nutricional para o dia 11 de junho de
2015, das 08hs às 17hs.

Art. 3º. O tema central da Conferência será: “Comida de Verdade
no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar.”

Art. 4º. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutri-
cional será realizada no Centro Social Urbano do bairro Serra Alta,
Rua Mathias Nossol, nº 659, São Bento do Sul.

Art. 5º. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nu-
tricional será presidida e coordenada pelo Conselho Municipal de
Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, cor-
rerão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor
municipal de assistência social.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 958/2015

DECRETO Nº 0958, DE 08 DE MAIO DE 2015

CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – ETAPA MUNICIPAL DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Etapa Municipal da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiente a realizar-se no período de 07, 08, e 09 de dezembro de 2015 em Brasília/DF.

Art. 2º O tema central da Conferência será: “O desafio na implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência: A transversalidade como a radicalidade dos direitos humanos”.

Art. 3º A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será realizada nos dias 18 e 19 de junho de 2015, tendo sua abertura no dia 18 de junho de 2015 a partir das 19h:30min no auditório do Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper e sua continuação no dia 19 de junho de 2015 no mesmo local, das 08hs às 17:00hs.

Art. 4º A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será presidida e coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 959/2015

DECRETO Nº 0959, DE 08 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 4.004 – Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

(305) 3.3.90.30.00.00.00 265 - Material de Consumo R\$ 25.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 05 – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 – Departamento de Proteção ao Consumidor

- PROCON

(625) 3.3.90.39.00.00.00 300 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 4.004 – Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

(308) 4.4.90.52.00.00.00 265 - Equip. Material Permanente R\$ 25.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 05 – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 – Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON

(626) 4.4.90.52.00.00.00 300 - Equip. Material Permanente R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 960/2015

DECRETO Nº 0960, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 10, 11 e 12 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de ontem, em Joinville/SC, do Sr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, ex prefeito de Joinville, ex deputado estadual e federal, ex governador do estado de Santa Catarina e atual senador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EDITAL 006/2015

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 006/2015

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos disposto no quadro a seguir sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Instrutor de Informática	40 horas	R\$1.779,22 (p/ 40 horas)	Ensino Técnico de Nível Médio ou Ensino Médio com habilitações específicas em Informática.
Professor Educação Especial (HABILITADO)	20/40 horas	R\$ 2.139,96 (p/ 40 horas)	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com Pós -Graduação em Educação Especial.
Professor Educação Especial (NÃO HABILITADO)	20/40 horas	R\$ 1.665,59 (p/ 40 horas)	Certidão de frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Certidão de frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em licenciatura Plena em Educação Especial , ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em Educação Especial, ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio (Magistério- Séries Iniciais) com Comprovante de no mínimo 120 (cento e vinte horas) de curso em Educação Especial.
Professor Educação Especial interprete de Libras (HABILITADO)	20/40 horas	R\$ 2.139,96 (p/ 40 horas)	Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena Letras - LIBRAS, ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas), ou Licenciatura Plena em Pedagogia c/ Pós em LIBRAS.
Professor Educação Especial Interprete de Libras (NÃO HABILITADO)	20/40 horas	R\$ 1.665,59 (p/ 40 horas)	Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena Letras – LIBRAS, ou Pedagogia ou licenciatura na área da Educação (completa ou cursando a partir da 2ª fase) cursando Pós-Graduação em LIBRAS ou com no mínimo de 120 horas de cursos em LIBRAS, ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio (Magistério- Séries Iniciais) com Comprovante de mínimo de 120 (cento e vinte horas) de curso em LIBRAS.

Este Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2015.

1.2 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 13 de maio de 2015 a 22 de maio de 2015.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no Depto de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda, 75- Centro, no horário das 8:00 horas às 16:00 horas.

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição, verificar a exatidão das declarações nela contidas, e anexar as cópias da documentação exigida na ficha de inscrição (necessária para classificação e desempate) de acordo com a situação do candidato (Identidade, CPF, Certidão de Nascimento dos dependentes até 16 anos, comprovante de escolaridade e tempo de serviço público); após a assinatura, o candidato fica inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório

com fins específicos.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção deste documento.

3.7 São condições de inscrição:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.8 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 serão de Escolaridade e de Tempo de Serviço.

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 Grau de Instrução:

Pós Graduação (Para Cargo de Professor)	03 pontos
Ensino Superior Completo	02 pontos
Ensino Médio Completo	01 pontos

4.4 Tempo de Serviço no exercício de cargo público ou emprego público:

a) Até 05 anos: 3 pontos

b) De 05 anos a 10 anos: 5 pontos

c) Acima de 10 anos: 7 pontos

5 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;

- Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

- 01 Foto 3x4

- Exame Pré-admissional (com agendamento no RH)

- Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

- Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

- Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca – de São Bento do Sul através do site www.tjsc.jus.br

Fotocópias (xerox):

- Cédula de Identidade;

- C.P.F.;

- Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

- Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

- Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);

- Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

- Certificado de Alistamento Militar;
- Comprovante de Residência Atual;
- Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão; com apresentação do original no ato da admissão;
- Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)
- Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;
- Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 – A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2 – A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 – No surgimento de vagas caberá a Secretaria Municipal de Educação, realizar a chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contando a data do recebimento da comunicação via telefone, e-mail ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao – Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 07 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 9117/2015

PORTARIA Nº 9117, DE 07 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar o servidor ROGÉRIO ROBERTO ALQUINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Administração, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- Ford/Fiesta, placas MIX 6058
- Ford/Fiesta, placas MLT 8695
- GM/Corsa, placas MJA 1377

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9118/2015

PORTARIA Nº 9118, DE 07 DE MAIO DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar o servidor JOSÉ LUIS FOGGIATTO, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Frotas, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9119/2015

PORTARIA Nº 9119, DE 07 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar o servidor OSNI VIEIRA RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

FORD/Courier, placas MDS 2627
Pick-up Corsa, placas MAU 5782
FIAT/Uno, placas MIK 3335
FORD/ Ranger, placas MBE 3327
Toyota, placas LZT 0941
FIAT/Pampa, placas LZB 3357
Toyota, placas LZW 2572
FORD/ Ranger, placas MBX 9437

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

RESOLUÇÃO COMDIM Nº. 02/2015.

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Bento do Sul – COMDIM, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 2409, de 30 de setembro de 2009, e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária ordinária ocorrida em 07 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º – Criar a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Bento do Sul, composta pelos (as) conselheiros (as): representantes governamentais, Ana Lucia Horst, Simone Souza Nunes Góss e Ildemara Wojakewicz dos Santos Cavalca Garcia e não governamentais Liandra Marlize Lopes de Oliveira Nogueira, Luciana Koetzler Grosskopf e Ataize Scharmach.

Art. 2º – A Comissão será presidida pela conselheira, Ildemara Wojakewicz dos Santos Cavalca Garcia, a vice-presidente será a conselheira Luciana Koetzler Grosskopf e como secretária a conselheira Ataize Scharmach e terá como competências:

I. Organizar e coordenar a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Bento do Sul;

II. Orientar e acompanhar a realização e resultados da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres;

III. Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência;

IV. Propor e encaminhar para aprovação da plenária do COMDIM critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a Conferência;

V. Promover a integração com os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com a Coordenação de Evento, para tratar de assuntos referentes à realização da desta Conferência;

VI. Dar suporte técnico-operacional durante o evento;

VII. Manter a plenária informada sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da Conferência; e

VIII. Elaborar relatório a ser discutido nas comissões temáticas e informar em Plenária.

Art. 3º – Para planejamento, execução e avaliação da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes órgãos:

I. Secretaria Executiva do COMDIM;

II. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º – A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização desta Conferência.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores os conselheiros, as instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, bem como consultores e convidados.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014

Ataize Scharmach
Presidente do COMDIM

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 121/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 121/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 12/05/2015 a 25/07/2015, a servidora SALETE DE FÁTIMA CORDEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/04/2015 a 11/05/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/05/2015.

São Bento do Sul, 08/05/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 122/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 122/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/05/2015 a 24/06/2015, concedido ao servidor ANDERSON MOMBELLI BARRAGAN ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Portaria IPRESBS nº. 035/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/05/2015.

São Bento do Sul, 08/05/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 123/2015
PORTARIA IPRESBS Nº 123/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 19/05/2015 a 02/06/2015, a servidora CARLA CRISTINA NICOHELLI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/05/2015 a 18/05/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/05/2015.

São Bento do Sul, 08/05/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 124/2015
PORTARIA IPRESBS Nº. 124/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/05/2015 a 07/07/2015, concedido ao servidor ANTONIO MARCOS PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 095/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

São Bento do Sul, 08/05/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 37/2015

Pregão Presencial nº 37/2015
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 37/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 22 de maio de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de Pavimentação Asfáltica necessários a manutenção de ruas e avenidas com pavimentação asfáltica onde ocorreram serviços de substituição de rede de distribuição de água no município de São Bento do Sul.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(92) 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 11 de maio de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015

Pregão Presencial nº 38/2015
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 38/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 26 de maio de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviço continuado para coleta e transporte de lodo das Estações de Tratamento de Esgoto e de esgoto bruto das Elevatórias de Esgoto Bruto localizados no perímetro urbano de São Bento do Sul.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(60) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 11 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 32/2014
Contrato Nº: 44/2015
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Cristian Dias - ME
Vigência: Início: 11/05/2015 - Término: 10/05/2016

Recursos: Dotação:
(14) 3.3.90.39.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente
(93) 3.3.90.39.00 – Setor de Abastecimento de Água– Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização de janelas e portas de vidro dos imóveis do SAMAE.
Valor unitário: R\$ 4.125,81 (Quatro Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos) por mês.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 042/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 042/2015

Modalidade – Tomada de Preços nº 005/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE: - LOTE 01: URBANIZAÇÃO DA QUADRA COBERTA DA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO VILA VELHA II; -LOTE 02: IMPLANTAÇÃO DO PLANO PREVENTIVO DE INCÊNDIO DA QUADRA COBERTA DA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO VILA VELHA II; - LOTE 03: DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ANTONIO PRUDÊNCIO ROCHA. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 29/05/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30 min do dia 29/05/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 11 de Maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 005/2014

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 437/2014 – CONCORRÊNCIA Nº 005/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA REPERFILAMENTO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DOS BAIRROS NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CAMPINAS E KOBRASOL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA;
- PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA;
- TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

O representante da empresa PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA não esteve presente na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes. Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA;
- PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA;
- TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 12/05/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 21/05/2015, às 14 horas e 30 minutos, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 11 de maio de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trieveller	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - CV 003/2015**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 142/2015 – CONVITE Nº 003/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO DO CANAL DO RIO TRÊS HENRIQUES, BAIRRO AREIAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Os representantes das empresas DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP e EMPREITEIRA PAVICON LTDA não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 12/05/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 20/05/2015, às 14 horas e 30 minutos, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 11 de maio de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com fulcro na Lei Municipal nº 3.674/01 e, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos Josefenses maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao 1º quadrimestre de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara de Vereadores
Praça Arnaldo Souza, 38 - Centro - São José - SC
Data: 29 de maio de 2015
Horário: 10:00 horas da manhã

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audiência.

São José (SC), 04 de maio de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI Nº 5.482 DE 11 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE POLÍTICA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A política municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente reger-se-á pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º - A política municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente realizar-se-á mediante:

I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem à criança e ao adolescente, em condições de liberdade e dignidade:

a) o desenvolvimento físico, afetivo, psicológico, cognitivo, moral e social; e

b) a convivência familiar e comunitária;

II – políticas e serviços de assistência social, para aqueles que delas necessitem; e

III – serviços especiais, nos termos desta Lei, visando:

a) à proteção e ao atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) à identificação e à localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos; e

c) à proteção jurídico-social.

IV – políticas educacionais, visando:

a) a avaliação multidisciplinar com psicólogo, assistente social, neuropediatra, psiquiatra e pedagogo para alunos com indícios de deficiência, de distúrbios de aprendizagem ou dificuldades de aprendizagem; e

b) atendimento psicológico, social, psicopedagógico, neurológico e psiquiátrico para crianças e adolescentes sem deficiência, mas que apresentam quadro de distorção séria idade; distúrbios de aprendizagem; vítimas de violência escolar (bullying); em risco de evasão escolar; severas dificuldades de aprendizagem.

Art. 3º - A política municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente será integrada prioritariamente pelos seguintes órgãos e instrumento:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II – Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Conselhos Tutelares; e

IV – Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA).

Art. 4º - A política municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais da União, do Estado, do Município e de entidades não governamentais.

Parágrafo único - O Município de São José poderá firmar consórcios e convênios com órgãos públicos e com entidades privadas, para atendimento regionalizado, mediante autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º - As entidades deverão planejar e executar serviços, programas e projetos, que serão classificados como de proteção ou socioeducativos e que se destinarão:

I – à orientação e apoio sócio-familiar;

II – ao apoio socioeducativo em meio aberto;

III – à colocação familiar;

IV – ao acolhimento institucional;

V – à prestação de serviços à comunidade;

VI – à liberdade assistida;

VII – à semiliberdade; e

VIII – à internação.

Parágrafo único - As entidades governamentais e não

governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, serviços e projetos, especificando o regime de atendimento, na forma do caput deste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º - O Município de São José destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas as crianças e adolescentes.

TÍTULO II**DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO****CAPÍTULO I****DO DIREITO E DO DEVER DA DENÚNCIA DE ATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Art. 7º - Todo cidadão é parte legítima para comunicar às autoridades competentes as infrações praticadas contra crianças e adolescentes.

Parágrafo único - Será resguardado o direito de não identificação do denunciante.

Art. 8º - É dever de todo agente público a defesa dos direitos da criança e do adolescente, cabendo-lhe comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou de confirmação de violência, maus-tratos ou abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Art. 9º - Os profissionais de saúde que, em virtude de seu ofício, perceberem indícios de violência, maus-tratos ou abuso sexual contra crianças e adolescentes deverão comunicar o fato ao Conselho Tutelar.

Parágrafo único - A comunicação referida no caput deste artigo será sigilosa, de acesso restrito ao denunciante, à família da criança e às autoridades competentes, devendo ser formulada por escrito.

Art. 10 - Os professores, os servidores e os profissionais de educação da rede pública, como da rede particular e das filantrópicas, em virtude de seu ofício, percebendo indícios de ocorrência de evasão escolar, violência, maus-tratos ou abuso sexual contra criança ou adolescente deverão comunicar o fato imediatamente, ao Conselho Tutelar.

§ 1º - O Executivo Municipal estabelecerá os critérios que caracterizarão a evasão escolar referida no caput deste artigo.

§ 2º - Nos convênios com instituições de educação infantil e com outras entidades de atendimento, o Executivo Municipal deverá incluir cláusula expressa sobre o dever de comunicar ao Conselho Tutelar os indícios de violência contra crianças e adolescentes e as respectivas penalidades no caso de não comunicação.

CAPÍTULO II**DAS PROIBIÇÕES E DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO**

Art. 11 - Fica proibido:

I – prática de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência física ou moral, crueldade, opressão e de atos vexatórios contra crianças e adolescentes;

II – venda ou disponibilização a crianças e adolescentes de substâncias tóxicas que determinam dependência física ou psíquica;

III – venda ou disponibilização de bebidas alcoólicas, independente de sua concentração, à crianças e adolescentes;

IV – hospedagem ou frequência de crianças e adolescentes em casas noturnas, hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos similares, salvo se autorizados ou acompanhados pelos pais ou responsáveis;

V – venda de cigarros ou semelhantes a crianças e adolescentes por bares, restaurantes, casas noturnas e estabelecimentos comerciais em geral; e

VI – exibição, exposição, locação ou venda de fitas de vídeo ou outras produções audiovisuais de conteúdo pornográfico a crianças e adolescentes.

Art. 12 - Os bares, restaurantes, estabelecimentos de entretenimento e similares deverão afixar, no seu interior, em local visível e de fácil leitura, aviso ou cartaz contendo as proibições estabelecidas

nos incs. III e V do art. 11 desta Lei.

§ 1º - O aviso ou cartaz de que trata o caput deste artigo conterá os dizeres "É proibida a venda de bebidas alcoólicas, cigarros e semelhantes a crianças e adolescentes, conforme o disposto no art. 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 1990".

§ 2º - A comunidade poderá, por meio de entidades representativas locais afins, formar parcerias para campanhas de divulgação, cujo objetivo seja o atendimento ao caput deste artigo.

Art. 13 - As casas noturnas, boates, hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos similares deverão afixar, em local visível, junto à sua portaria, avisos ou cartazes contendo:

I – a proibição estabelecida no inc. IV do art. 11 desta Lei; e

II – os dizeres "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é Crime. Denuncie!".

Parágrafo único - Os avisos ou cartazes de que trata o inc. II do caput deste artigo terão as dimensões de 70 (setenta) centímetros de comprimento por 45 (quarenta e cinco) centímetros de largura.

Art. 14 - Os estabelecimentos de comércio e de locação de produções audiovisuais ou estabelecimentos similares deverão afixar, em local visível e de fácil leitura, cartazes contendo a proibição estabelecida no inc. VI do art. 11 desta Lei.

Art. 15 - Nos prédios da administração pública e em locais de acesso à população, poderão ser afixadas fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.

Parágrafo único - O Executivo Municipal, em conjunto com os Conselhos Tutelares, interessados e familiares de crianças e adolescentes desaparecidos, elaborará um plano de ação, objetivando a efetiva utilização dos espaços previstos no caput deste artigo.

Art. 16 - As empresas e os estabelecimentos comerciais poderão auxiliar na divulgação de fotos e de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

§ 1º - A divulgação referida no caput deste artigo poderá ser realizada mediante a impressão, em sacolas e cartazes, de fotos e de informações tais como nome, idade e data do desaparecimento.

§ 2º - As empresas interessadas em participar desse programa manifestarão seu interesse, por escrito, ao Executivo Municipal.

Art. 17 - Deverão constar, nos impressos e publicações emitidos pelo Executivo Municipal, frases e textos referentes aos direitos da criança e do adolescente, extraídos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - As frases e os textos utilizados e a forma de inserção em cada impresso e publicação serão determinados pela Secretaria de Assistência Social responsável por sua emissão, consultado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Consideram-se impressos e publicações, para os efeitos do disposto neste artigo, todos os informativos emitidos pelo Executivo Municipal em tamanho tabloide e ofício, inclusive o Diário Oficial de São José.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 18 - As denúncias de infração ao disposto nos Capítulos I e II deste Título poderão ser formuladas nos órgãos competentes do Poder Público Municipal e serão comunicadas ao Conselho Tutelar, para que adote as medidas de sua competência.

§ 1º - O Conselho Tutelar poderá acompanhar quaisquer dos processos administrativos para verificação das infrações.

§ 2º - As infrações ao disposto nos Capítulos I e II deste Título serão apuradas, quando for o caso, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Assistência Social divulgará telefones para denúncias.

Art. 19 - A infração ao disposto no art. 10 desta Lei por profissionais de educação e de entidades de acolhimento conveniadas com o Executivo Municipal acarretará advertência ao responsável, podendo o termo de parceria ou de compensação tributária com as entidades, filantrópicas e particulares, ser suspenso ou rescindido,

conforme a gravidade da infração, ouvidos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 20 - Aos estabelecimentos que infringirem o disposto nos incs. I e II do art. 11 desta Lei, sem prejuízo do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação penal vigente, serão aplicadas as penalidades de:

I – advertência, mediante notificação;

II – multa de 1 (um) a 20 (vinte) URMs (Unidades de Referências Municipais);

III – suspensão do alvará; e

IV – inabilitação para acesso a licitações municipais.

§ 1º - As penalidades previstas nos incs. II a IV do caput deste artigo serão aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista no inc. I deste artigo.

§ 2º - Em caso de reincidência, as penalidades previstas neste artigo, serão cumuladas, podendo-o ser também conforme a gravidade da infração.

Art. 21 - Aos estabelecimentos que infringirem o disposto nos incs. III ou V do art. 11 desta Lei serão aplicadas as penalidades de:

I – suspensão do alvará por 30 (trinta) dias e multa de 10 (dez) URMs, na primeira autuação; e

II – cassação do alvará, na reincidência.

Art. 22 - Aos estabelecimentos que infringirem o disposto no inc. IV do art. 11 desta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I – suspensão do alvará por 30 (trinta) dias, na primeira autuação; e

II – cassação do alvará em caso de reincidência ou, já na primeira autuação, quando for constatada a prática de violência ou exploração sexual contra criança ou adolescente.

Art. 23 - Aos estabelecimentos que infringirem o disposto no inc. VI do art. 11 desta Lei, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I – nos casos de exposição ou exibição de vídeos ou de outras produções audiovisuais:

a) multa de 10 (dez) URMs, na primeira autuação;

b) suspensão do alvará por 30 (trinta) dias, na segunda autuação; e

c) cassação do alvará, na terceira autuação;

II – nos casos de locação ou venda de vídeos ou de outras produções audiovisuais:

a) advertência, na primeira autuação;

b) suspensão do alvará por 30 (trinta) dias, na segunda autuação; e

c) cassação do alvará, na terceira autuação.

Art. 24 - Aos estabelecimentos que não atenderem ao disposto no art. 12 desta Lei serão aplicadas as penalidades, em ordem progressiva, por reincidência, de:

I – multa de 5 (cinco) URMs;

II – suspensão do alvará por 30 (trinta) dias e multa de 5 (cinco) URMs; e

III – cassação do alvará.

Art. 25 - Aos estabelecimentos que não cumprirem o disposto no inc. II do art. 13 desta Lei serão aplicadas as penalidades de:

I – advertência, na primeira autuação;

II – multa de 20 (vinte) URMs, na segunda autuação; e

III – cassação do alvará, na terceira autuação.

Art. 26 - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas nos arts. 20, 21, 23, 24 e 25 desta Lei serão destinados ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA).

CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 27 - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento à criança e ao adolescente,

vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 28 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I – 9 (nove) representantes do Poder Público Municipal, lotados da seguinte forma:

- a) 3 (três) na Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 1 (um) na Secretaria Municipal de Educação;
- c) 1 (um) na Secretaria Municipal da Saúde;
- d) 1 (um) no Centro Universitário Municipal de São José;
- e) 1 (um) na Secretaria Municipal da Finanças;
- f) 1 (um) na Fundação Municipal de Esporte e Lazer; e
- g) 1 (um) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

II – 9 (nove) representantes de entidades não governamentais que exerçam trabalho direto com crianças e adolescentes.

§ 1º - Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 2 (dois) anos e, preferencialmente, deverão deter poder de decisão no âmbito de sua competência, resguardando-lhes, ainda, o direito de se afastar de suas atividades ordinárias provisoriamente, ou compensá-las quando em horário diverso do de expediente, para participar das atividades do CMDCA.

§ 2º - As entidades referidas no inciso II do caput deste artigo serão eleitas pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, salvo se não houver número suficiente de novas entidades interessadas, quando se admitirá que haja tantas reconduções quanto necessárias, desde que observadas sua escolha na respectiva eleição do Fórum.

§ 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se entidades que exerçam trabalho direto com crianças e adolescentes aquelas que desenvolvem serviços, projetos ou programas específicos.

§ 4º - Cada entidade deverá indicar um Conselheiro Titular e um Suplente, sendo ambos vinculados diretamente à entidade e que nela desenvolvam suas atividades.

Art. 29 - A ausência injustificada de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por 03(três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no decurso do seu mandato, implicará:

I – a exclusão automática da respectiva entidade, sendo substituída por entidade eleita no Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitada a ordem de suplência; e

II – A cientificação do gestor do respectivo órgão municipal de origem, quando se tratar de representante do Poder Público Municipal.

Art. 30 - A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 31 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Elaborar seu regimento interno, que deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal em 30 (trinta) dias. Em caso de não homologação dentro deste período, o mesmo será aprovado automaticamente.

II – Eleger anualmente a sua mesa diretora, composta pelo presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário. Sendo que os cargos de Presidente e Vice-Presidente, quando ocupados por membro do Governo, não poderão ser ocupados pelo Secretário ou pelo Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitando, assim, a alternância entre Governo e Sociedade Civil.

III – formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;

IV – Deliberar sobre:

- a) a conveniência e a oportunidade de implementação dos programas, projetos e serviços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;

b) a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento a crianças e adolescentes; e

c) a destinação dos auxílios ou benefícios a serem concedidos a entidades não governamentais que tenham por objetivo proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, e fiscalizar a aplicação desses auxílios ou benefícios;

V – propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração Municipal ligados à proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI – Efetuar e manter atualizado registro das entidades governamentais e não governamentais que desenvolvam programas, projetos e serviços com crianças e adolescentes, inscrever os respectivos programas, projetos e serviços de proteção e socioeducativos e suas alterações, dando ciência aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

VII – fixar critérios de utilização, mediante planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, destinando, necessariamente, percentual para o incentivo do acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado;

VIII – determinar e fiscalizar as competências da Coordenação Municipal do Fundo para a Infância e Adolescência, estabelecidas nos artigos 41 e 42 desta Lei;

IX – Opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação, quando atinente à política de proteção à criança e ao adolescente, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

X – Estabelecer política de formação de pessoal, com vistas à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

XI – manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres ou que tenham atuação em proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XII – realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;

XIII – estabelecer critérios e organizar o processo para escolha dos Conselheiros Tutelares, observadas as competências estabelecidas nesta Lei;

XIV – realizar a prova referida na letra “a”, inc. IX do art. 57 desta Lei, sob a fiscalização do Ministério Público;

XV – (suprimido)

XVI – (suprimido)

XVII – deliberar sobre os critérios de utilização das doações previstas no art. 260 da Lei nº 8.069/1990.

Art. 32 - O Executivo Municipal dará suporte administrativo e financeiro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, utilizando-se, para tanto, de servidores, espaço físico e recursos financeiros.

Parágrafo único – Ao Município incube através da Secretaria Executiva competente disponibilizar uma equipe interdisciplinar composta por profissionais da área: Jurídica, psicóloga e social, que servirá de apoio técnico ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO V

DO FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 33 - Fica instituído o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão independente e consultivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reger-se-á pelo disposto em seu regimento.

Art. 34 - O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de:

- I – Entidades não governamentais que mantenham serviços, programas e projetos de atendimento a crianças e adolescentes; e
- II – Entidades que tenham por objetivo a defesa e a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - As entidades, para participar do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão:

- I – Credenciar-se perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Atuar no Município de São José;
- III – estar legalmente constituídas;
- IV – Não possuir fins lucrativos;
- V – Comprovar o trabalho direto com crianças e adolescentes;
- VI – Ter seu quadro composto por pessoas de reconhecida idoneidade; e
- VII – atender aos requisitos específicos de cada programa que desenvolvam.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente homologará a inscrição da entidade após verificado o cumprimento dos requisitos constantes neste artigo.

Art. 35 - Compete ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I – Convocar e eleger entidades da sociedade civil que participarão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio logístico da SAS e da Secretaria executiva dos conselhos;
- II – Sugerir políticas a serem adotadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e
- III – auxiliar na implementação das políticas desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA)

Art. 36 - Fica criado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA), como unidade contábil captadora e aplicadora dos recursos a serem utilizados na Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser gerido pela Secretaria Municipal da Assistência Social, através de seu titular e utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 37 - Compete ao Gestor do FIA:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município, destinados ao Fundo, ou a ele transferidos pelo Estado e pela União;
- II - Registrar os recursos captados através de convênios ou doações;
- III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 38 - Constituem recursos financeiros do FIA:

- I - Dotação consignada anualmente no orçamento municipal;
- II - Contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;
- III - Receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebradas entre o Município e instituições públicas e privadas;
- IV - Doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos;
- V - Produto da alienação de material ou equipamento inservível;
- VI - Remuneração oriunda de aplicação financeira;
- VII - Recolhimento de multas decorrentes de penalidades às violações dos direitos da criança e do adolescente; previstas nos arts. 245 a 258 da Lei nº 8.069/90;
- VIII – multas previstas nesta Lei;
- IX - Outras receitas.

Art. 39 - O programa de aplicação dos recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) será submetido à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

devendo ser aprovado por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 40 - O Poder Executivo aprovará o regulamento do Fundo criado por esta lei e baixará os atos complementares necessários.

SEÇÃO I

DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 41 - Fica criada no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Coordenação Municipal do Fundo para a Infância e Adolescência.

Art. 42 - Compete à Coordenação Municipal do Fundo para a Infância e Adolescência:

- I – Executar as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Liberar recursos para a execução de programas, projetos e serviços de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, mediante autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – registrar os recursos orçamentários próprios do Município de São José ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União em benefício de crianças e adolescentes;
- IV – Registrar os recursos captados pelo Município de São José mediante convênios ou doações ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;
- V – Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito, no Município de São José, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI – Executar o cronograma de liberação de recursos específicos, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII – apresentar, em prazo não superior a 03 (três) meses, em reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o registro e a destinação dos recursos captados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;
- VIII – apresentar os planos de aplicação e a prestação de contas à União, ao Estado ou ao Município de São José, conforme a origem das dotações orçamentárias;
- IX – Apresentar, anualmente, à população, mediante publicação, os planos de aplicação e a prestação de contas; e
- X – Prestar contas de suas atividades sempre que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitar.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, com atribuições e competências previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, vinculados para fins de execução orçamentária à Secretaria Municipal de Assistência Social, sem subordinação hierárquica ou funcional com o Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Constará na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e a remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

§ 2º - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º - A competência territorial dos Conselhos Tutelares será definida por Decreto do Poder Executivo.

Art. 44 - Os Conselhos Tutelares serão compostos por 5 (cinco) Conselheiros Tutelares por Conselho, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º - Os Conselhos Tutelares observarão a proporção de, no mínimo, 1 (um) para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

§ 2º - O número de Conselhos Tutelares poderá ser ampliado, conforme os critérios a seguir:

I – População do Município de São José, observando o disposto no § 1º deste artigo;

II – Extensão territorial do Município de São José;

III – densidade demográfica do Município de São José; e

IV – necessidades e violação de direitos da população infanto-juvenil.

§ 3º - A alteração do número de Conselheiros Tutelares e da área de abrangência dos Conselhos Tutelares dar-se-á mediante lei, que deverá ser aprovada até 31 de dezembro do ano anterior à realização do respectivo Processo de Escolha.

Art. 45 - A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas, sendo incompatível com o exercício de outra função pública e/ou privada.

§ 1º - O Conselheiro Tutelar cumprirá jornada mínima de 36 (trinta e seis) horas semanais na sede de cada Conselho para atendimento diário à população.

§ 2º - Quando necessário, o Conselheiro Tutelar prestará atendimento fora da sede do Conselho.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores deste artigo, o Conselheiro Tutelar atenderá em regime de plantão e sobreaviso no período noturno e nos finais de semana, conforme disposto em regimento interno.

Art. 46 - O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que se candidatar a cargo de Conselheiro Tutelar deverá solicitar afastamento do Conselho em até 10 (dez) dias antes do início do processo de escolha.

Parágrafo único – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fixar em ato próprio, a data limite para os afastamentos previstos no caput.

Art. 47 - O servidor público municipal que for escolhido para o Conselho Tutelar poderá optar entre o valor do cargo de Conselheiro ou o valor total de seus vencimentos, observadas as normas específicas a respeito, ficando-lhe garantido:

I - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, com o término ou a perda de seu mandato;

II - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, salvo promoção na carreira.

Art. 48 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, nos termos do § 1º do art. 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com autuação na Justiça da Infância e Juventude em exercício na Comarca.

SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS TUTELARES

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 49 - Os 10 (dez) cargos de confiança comunitária, criados pelo art. 2º da Lei n.º 4.484, de 04 de dezembro de 2006, para o exercício da função de Conselheiro Tutelar, ficam mantidos, os quais serão providos pelo exercício da confiança popular.

Art. 50 - Os Conselheiros Tutelares escolhidos serão nomeados após a diplomação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e exonerados ao final de seus mandatos ou nos casos previstos nesta lei.

Art. 51 - Os Conselheiros Tutelares receberão subsídio nos termos

do art. 39, §4º, da Constituição Federal, correspondente ao quádruplo do piso salarial dos servidores públicos municipais.

§ 1º - O subsídio será reajustável pelo mesmo índice e na mesma data do reajuste geral dos servidores públicos municipais.

§ 2º - Ao Conselheiro Tutelar será assegurada a percepção dos direitos sociais previstos na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:

I - Gratificação natalina;

II - Férias anuais remuneradas com 1/3 a mais de salário;

III - Licença-gestante;

IV - Licença-paternidade;

V - Licença para tratamento de saúde;

VI - Inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público municipal.

VII - inclusão no regime geral da Previdência Social.

SUBSEÇÃO II DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTES

Art. 52 - Os suplentes de Conselheiros Tutelares serão convocados nos seguintes casos:

I - Quando os Conselheiros titulares fizerem jus a licença;

II - Renúncia do Conselheiro titular;

III - suspensão sem remuneração acima de 30 (trinta) dias;

IV - Perda do mandato.

§ 1º - Na hipótese de substituição, o suplente perceberá o mesmo subsídio ao qual faz jus o Conselheiro titular, bem como todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º - A convocação do suplente obedecerá estritamente à ordem de classificação resultante do Processo de Escolha.

SEÇÃO III DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES

SUBSEÇÃO I DIPOSIÇÕES PRELIMINARES ACERCA DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 53 - Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos por voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos com domicílio eleitoral no Município, em eleição realizada sob a coordenação e responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 54 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá edital estabelecendo a data, condições, local e horário para o recebimento das inscrições, documentos necessários à comprovação dos requisitos desta Lei, o período de duração da campanha e todas as demais orientações acerca do processo eleitoral.

§ 1º - O prazo para recebimento das inscrições previsto no caput deste artigo não poderá ser inferior a 10 (dez) dias e deverá ser precedido de ampla divulgação.

§ 2º - A campanha eleitoral estender-se-á por período não inferior a 20 (vinte) dias.

Art. 55 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indicará Comissão Eleitoral responsável pela organização do pleito, bem como toda a condução do processo eleitoral.

Parágrafo único - Para compor a Comissão Eleitoral o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá indicar cidadãos e representantes de entidades de ilibada conduta e reconhecida idoneidade moral.

SUBSEÇÃO II DA CANDIDATURA À FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 56 - A candidatura à função de Conselheiro Tutelar será individual.

Art. 57 - São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;
II - Idade superior a 21 anos;
III - Residir no Município de São José há mais de 2 (dois) anos;
IV - Estar em gozo de seus direitos políticos;
V - Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso superior de graduação;
VI - Comprovação de experiência profissional ou voluntária nos últimos 05 (cinco) anos de, no mínimo, 02 (dois) anos em trabalho direto na área da criança, do adolescente e família, em instituição, serviço ou programa das áreas de cultura, saúde, esportes e assistência social reconhecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, bem como profissionais da área de educação de crianças e adolescentes;

VII - Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 5 (cinco) anos antecedentes à eleição;
VIII - Não ter sido impedida sua posse por ilegalidade em sua campanha;

IX - Ser aprovado:

a) Na prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da legislação pertinente à área da criança e do adolescente e da família;

b) em avaliação psicológica a ser realizada por instituições ou profissionais autônomos devidamente habilitados e inscritos no Conselho Regional de Psicologia, mediante um conjunto de procedimentos objetivos e científicos reconhecidos como adequados e validados nacionalmente.

Art. 58 - Encerradas as inscrições e antes da realização da prova e avaliação psicológica previstas no art. 57, IX, desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará lista no Diário Oficial do Município dos candidatos inscritos, e encaminhará a relação de candidatos ao Órgão do Ministério Público da Infância e da Juventude desta Comarca, sendo aberto o prazo de 03 (três) dias para impugnações.

Art. 59 - São casos de impugnação da candidatura, o não preenchimento de qualquer dos requisitos descritos nos incisos I a IX do art. 57 desta Lei ou o impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar previsto na legislação em vigor.

Art. 60 - As impugnações, devidamente fundamentadas e acompanhadas de provas, podem ser apresentadas pelo Ministério Público ou por qualquer cidadão.

Art. 61 - O candidato que tiver sua inscrição impugnada será intimado, através do Diário Oficial do Município, para apresentar em 03 (três) dias, caso queira, defesa escrita acompanhada de provas documentais.

Art. 62 - Apresentada a defesa e as provas pelo candidato, os autos serão submetidos à Comissão Eleitoral para decisão no prazo de 3 (três) dias, a qual será publicada no Diário Oficial do Município.

Art. 63 - Da decisão da Comissão Eleitoral referida no art. 62 desta Lei, caberá recurso ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no prazo de 03 (três) dias, que decidirá em igual prazo, publicando-se decisão final no Diário Oficial do Município.

Art. 64 - Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará no Diário Oficial do Município a relação dos candidatos habilitados, os quais serão submetidos à prova de conhecimentos e à avaliação psicológica, previstas no art. 57, IX, desta Lei.

Art. 65 - Cada candidato poderá registrar, além do nome, um apelido, e terá um número oportunamente sorteado pela Comissão Eleitoral.

SUBSEÇÃO III

DA PROVA DE CONHECIMENTOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA

Art. 66 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o responsável pela realização da prova a que se refere

a letra "a" do inciso IX do art. 57 desta Lei, sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 67 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá requerer a contratação de instituição especializada para recebimento de inscrições, elaboração, aplicação, correção da prova, aferição da nota, bem como para proceder à avaliação psicológica.

Art. 68 - A prova, de caráter eliminatório, será escrita e sem consulta, com identificação codificada.

§ 1º - O conteúdo das provas e suas pontuações serão definidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - A prova deverá ser constituída questões objetivas referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da legislação pertinente à área da criança e do adolescente e da família.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definirá a bibliografia para a prova, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Município.

Art. 69 - Será considerado apto o candidato que atingir a média de 60 (sessenta) pontos em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

Art. 70 - Da decisão da correção da prova aplicada cabe recurso devidamente fundamentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser apresentado em 03 (três) dias da homologação do resultado.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá acerca do recurso em até 10 (dez) dias, podendo requerer informações e diligências.

Art. 71 - Os candidatos que deixarem de atingir a nota de corte prevista no artigo 69 desta Lei não terão suas candidaturas homologadas e não poderão prosseguir no processo de escolha, nem participar do processo eleitoral.

Art. 72 - Após a decisão final dos recursos apresentados, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar a lista dos candidatos a Conselheiros Tutelares.

SUBSEÇÃO IV

DO PLEITO

Art. 73 - O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mediante edital publicado no Diário Oficial do Município e em outro jornal local, especificando dia, horário, os locais para recebimento dos votos e de apuração.

Parágrafo único - A publicação do edital pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referente à abertura de novo processo de escolha para a renovação dos Conselhos Tutelares deverá ocorrer em até 06 (seis) meses antes do término dos mandatos dos eleitos.

Art. 74 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, nos termos da Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012.

Art. 75 - Para a condução dos trabalhos no processo eleitoral, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá requisitar ao Município servidores públicos e convidar representantes de universidades, entidades assistenciais e organizações da sociedade civil, para o recebimento de inscrições, composição das mesas receptoras e apuradoras, devendo o nome dos indicados ser publicado no Diário Oficial do Município com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

Art. 76 - As cédulas serão confeccionadas pelo Município de São José, mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e serão rubricadas por um membro da Comissão Eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário.

§ 1º - O eleitor poderá votar em 01 (um) candidato.

§ 2º - Nas cabines de votação serão afixadas listas com relação de nomes, apelidos e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

Art. 77 - Para cada local de eleição, o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente nomeará uma mesa de recepção e de apuração, composta por 03 (três) membros, sendo 01 (um) presidente e 02 (dois) mesários.

§ 1º - Cada candidato poderá credenciar 01 (um) fiscal e 01 (um) suplente para cada mesa receptora;

§ 2º - Não será permitida a presença de candidatos junto à mesa de recepção;

Art. 78 - Constituem instâncias eleitorais:

I - a Comissão Eleitoral;

II - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 79 - Compete à Comissão Eleitoral:

I - dirigir o processo eleitoral, acompanhando o processo de inscrição, votação e apuração, responsabilizando-se pelo bom andamento de todos os trabalhos e resolvendo os eventuais incidentes que venham a ocorrer;

II - adotar todas as providências necessárias para a organização e a realização do pleito;

III - analisar e encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a homologação das candidaturas;

IV - receber denúncias contra candidatos, nos casos previstos nesta Lei, bem como adotar os procedimentos necessários para apurá-los;

V - publicar a lista dos mesários e dos apuradores de votos;

VI - analisar e julgar eventuais impugnações apresentadas contra mesários, apuradores e a apuração;

VII - lavrar a ata de votação, anotando todas as ocorrências;

VIII - realizar a apuração dos votos;

IX - processar e decidir, em primeiro grau, as denúncias referentes à impugnação e cassação de candidaturas;

X - processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, nos prazos previstos nesta Lei;

XI - publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recurso, nos termos desta Lei.

Parágrafo único - Para fins do disposto no inciso IX deste artigo, a Comissão Eleitoral poderá, liminarmente, determinar a retirada e a supressão da propaganda bem como recolher material, a fim de garantir o cumprimento desta Lei.

Art. 80 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formar a Comissão Eleitoral;

II - requisitar servidores e/ou convidar representantes na forma do artigo 75 desta Lei para a recepção das inscrições e constituição das mesas receptoras e apuradoras;

III - expedir resoluções acerca do processo eleitoral;

IV - julgar:

a) os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Eleitoral;

b) as impugnações ao resultado geral das eleições, nos termos desta Lei;

V - homologar as candidaturas encaminhadas pela Comissão Eleitoral;

VI - publicar o resultado final geral do pleito, bem como proclamar e diplomar os eleitos.

SUBSEÇÃO VI

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 81 - A propaganda dos candidatos somente será permitida após a homologação da inscrição das candidaturas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 82 - Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, que serão considerados solidários nos excessos praticados por seus simpatizantes.

Art. 83 - Não será permitida propaganda que implique em grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa, sob pena de cassação da candidatura.

Art. 84 - Considera-se grave perturbação à ordem propaganda que não observe a legislação e posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

Art. 85 - Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos

o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, visando apoio às candidaturas.

Parágrafo único - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 86 - Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não constem dentre as atribuições do Conselho Tutelar, bem como qualquer outra prática que induza o eleitor a erro.

Art. 87 - Qualquer cidadão, de forma fundamentada, poderá encaminhar denúncia à Comissão Eleitoral sobre a existência de propaganda irregular, aliciamento de eleitores ou outra prática irregular no processo eleitoral.

Art. 88 - Apresentando a denúncia indício de procedência, a Comissão Eleitoral determinará que a candidatura envolvida apresente defesa no prazo de 03 (três) dias úteis.

Parágrafo único - A Comissão eleitoral poderá determinar liminarmente a retirada ou a suspensão da propaganda, com o recolhimento do material.

Art. 89 - Para instruir sua decisão, a Comissão Eleitoral poderá ouvir o candidato, testemunhas, determinar a produção de provas e, se necessário, realizar diligências.

Parágrafo único - O procedimento de apuração de denúncias de propaganda eleitoral deverá ser julgado pela Comissão no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogável em caso de necessidade devidamente fundamentada.

Art. 90 - O candidato envolvido e o denunciante deverão ser notificados da decisão da Comissão Eleitoral pelo Diário Oficial do Município.

Art. 91 - Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá acerca do recurso da decisão da Comissão Eleitoral no prazo de 03 (três) dias, prorrogável em caso de necessidade devidamente fundamentada.

Art. 92 - No dia da eleição não será permitido ao candidato ou a qualquer pessoa fazer qualquer tipo de propaganda eleitoral, condução de eleitores, seja em veículos particulares ou públicos, realizar propaganda em carros de som ou outros instrumentos ruidosos, sob pena de impugnação da candidatura.

Parágrafo único - Para as impugnações de infrações previstas neste artigo serão observados os prazos e procedimentos previstos nos artigos 88 e seguintes desta Lei.

Art. 93 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá publicar normas complementares visando ao aperfeiçoamento do processo eleitoral.

SUBSEÇÃO VII

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 94 - Encerrada a votação, a contagem dos votos será iniciada imediatamente, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - Caso as mesas apuradoras sejam em locais diversos das receptoras, o transporte das urnas deverá ser acompanhado, no mínimo, de 1 (um) membro da Comissão Eleitoral.

§ 2º - Os candidatos poderão credenciar 1 (um) fiscal e 1 (um) suplente para cada mesa apuradora, sendo facultada a presença deles durante a apuração dos votos;

§ 3º - Os candidatos deverão apresentar impugnação à apuração, na medida em que os votos forem sendo apurados, cabendo a decisão à própria mesa receptora pelo voto majoritário, com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que decidirá em 03 (três) dias, facultada a manifestação do

Ministério Público.

Art. 95 - Serão consideradas nulas as cédulas que:

I – assinalarem 02 (dois) ou mais candidatos;

II – contiverem expressões, frases ou palavras que possam identificar o eleitor;

III – não corresponderem ao modelo oficial;

IV – não estiverem rubricadas em conformidade com o previsto no artigo 76 desta Lei;

V – estiverem rasuradas.

Art. 96 - Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado, publicando no Diário Oficial do Município lista com os nomes dos candidatos e respectivos números de votos recebidos.

SUBSEÇÃO VIII

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 97 - Serão considerados escolhidos os candidatos que obtiverem maior votação pela ordem de classificação, até o número de vagas disponíveis para o pleito.

§ 1º - O mesmo número de conselheiros eleitos será declarado suplente, na ordem decrescente da colocação;

§ 2º - Havendo empate na votação, será considerado escolhido o candidato que obteve melhor desempenho na prova de conhecimentos gerais e, persistindo o empate, o candidato de maior idade.

§ 3º - Os membros titulares escolhidos serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata e serão nomeados e empossados por ato do Prefeito Municipal.

§ 4º - Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos.

§ 5º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha a que se refere o art. 73 desta Lei, nos moldes da Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012

SEÇÃO IV

DO FUNCIONAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 98 - Será garantido aos Conselhos Tutelares e à Comissão de Ética Permanente o suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, mediante a utilização de espaço físico, equipamentos e funcionários do Poder Público.

Art. 99 - Os Conselhos Tutelares deverão funcionar de segunda a sexta-feira, das 7 (sete) às 19 (dezenove) horas, com escala interna para atendimento ao público em todo o expediente, nos termos do regimento interno.

Parágrafo único - Haverá previsão de escalas de plantão e sobreaviso, de modo a disponibilizar o atendimento à população 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana.

Art. 100 - O regimento interno unitário para todos os Conselhos Tutelares, respeitando-se as peculiaridades da área de atuação de cada Conselho, deve ser elaborado por todos os Conselheiros Escolhidos, em até 60 (sessenta) dias da data da posse.

§ 1º - A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

§ 2º - Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado no Diário Oficial do Município, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 101 - O regimento deverá observar o conteúdo desta Lei, prevendo necessariamente:

I - como regra, decisões colegiadas, tomadas em reuniões;

II - a forma da distribuição dos casos a serem avaliados, bem como o modo de decisão coletiva deles;

III - uniformização da forma de prestar o trabalho e o entendimento dos Conselhos Tutelares de São José;

IV - forma e previsão de regime de plantão e sobreaviso a ser exercido em cada Conselho Tutelar no período noturno e nos finais de semana;

V - forma de representação pública dos Conselhos Tutelares junto à sociedade e ao Poder Público;

VI - fruição de férias de apenas 1 (um) Conselheiro Tutelar de cada Conselho por período;

VII - a forma de escolha dos Conselheiros que serão membros da Comissão de Ética Permanente, nos termos do art. 103 desta Lei.

VIII - forma de decidir sobre os conflitos de competência entre os Conselheiros Tutelares;

SEÇÃO V

DA COMISSÃO DE ÉTICA PERMANENTE

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA COMISSÃO DE ÉTICA PERMANENTE

Art. 102 - Fica criada a Comissão de Ética Permanente, composta por 06 (seis) membros e seus respectivos suplentes, responsável pela avaliação e julgamento das reclamações decorrentes do atendimento e do funcionamento dos Conselhos Tutelares.

§ 1º - Não está entre as atribuições da Comissão de Ética Permanente a análise das decisões e das aplicações de medidas do Conselho Tutelar, que, nos termos do art. 137 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, só podem ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

§ 2º - O procedimento instaurado pela Comissão de Ética Permanente correrá em sigilo, tendo acesso aos autos somente as partes e seus procuradores constituídos.

§ 3º - As decisões da Comissão de Ética Permanente serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

§ 4º - Os suplentes somente serão convocados em caso de impedimento dos titulares.

§ 5º - A função de membro da Comissão de Ética Permanente é considerada de interesse público e não será remunerada.

Art. 103 - A Comissão de Ética Permanente será composta por 06 (seis) representantes indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo 03 (três) do Poder Público e 03 (três) da Sociedade Civil.

§ 1º - Os membros da Comissão de Ética Permanente serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal, a ser publicado no Diário Oficial do Município, e terão mandato de 18 (dezoito) meses.

§ 2º - A primeira Comissão de Ética Permanente será nomeada em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei;

§ 3º - A Comissão de ética permanente deverá notificar os órgãos que a compõe visando à substituição de seus membros antes do término do mandato.

Art. 104 - Compete à Comissão de Ética Permanente:

I – apurar denúncias relativas ao cumprimento do horário dos Conselheiros Tutelares, o regime de trabalho e a forma de plantão e sobreaviso, de modo a disponibilizar o atendimento à população 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana;

II – apurar denúncias relativas ao regime de trabalho, a dedicação exclusiva e a efetividade dos Conselheiros Tutelares;

III - instaurar procedimentos, inclusive processos disciplinares, para apurar infrações administrativas cometidas por Conselheiro Tutelar no desempenho de suas funções.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 105 - O processo disciplinar será instaurado por um dos membros da Comissão de Ética Permanente, mediante representação de autoridade ou de qualquer cidadão.

§ 1º - A representação deverá ser apresentada por escrito com

relato dos fatos e indicação de provas e de testemunhas com seus respectivos endereços.

§ 2º - O processo disciplinar tramitará em sigilo até o seu término, permitido o acesso às partes e a seus defensores.

§ 3º - Cabe à Comissão de Ética assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa no processo disciplinar.

§ 4º - O processo disciplinar deve ser concluído em 90 (noventa) dias após sua instauração, salvo impedimento justificado.

Art. 106 - Constitui infração disciplinar:

I - usar de sua função em benefício próprio;

II - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelos Conselhos Tutelares;

III - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento, fazê-lo de forma inadequada ou omitir-se no exercício de suas atribuições, quando em expediente no Conselho Tutelar ou nos plantões e sobreavisos que lhes forem atribuídos;

V - aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI - deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido sem justificativa ou não cumprir os plantões e sobreavisos determinados;

VII - exercer outra atividade incompatível com o exercício do cargo ou com a dedicação exclusiva prevista nesta Lei, ainda que em caráter voluntário;

VIII - receber em razão do cargo honorários, gratificações, custas, emolumentos ou diligências.

Art. 107 - Constatada a infração, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- advertência;

II- suspensão não remunerada de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias;

III- perda do cargo.

§ 1º. - Para dosagem da pena, será observada a gravidade da infração.

§ 2º. - As penas de advertência e de suspensão não remunerada até 30 (trinta) dias serão aplicadas pela Comissão de Ética Permanente.

§ 3º. - As penas de suspensão não remunerada superior a 30 (trinta) dias e de perda do cargo, será aplicada pelo(a) Prefeito Municipal.

Art. 108 - A advertência será aplicada na ocorrência das infrações previstas nos incisos II, III, V e VI do art. 106 desta Lei.

Art. 109 - A suspensão não remunerada será aplicada:

I - em reincidência, específica ou não, em qualquer das faltas punidas com advertência;

II - na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, IV, VII e VIII do art. 106 desta Lei.

Art. 110 - A perda do cargo será aplicada:

I - em casos de reincidência, específica ou não, das infrações punidas com suspensão não remunerada, em processos administrativos anteriores;

II - em decorrência de condenação transitada em julgado, por crime doloso, contravenção penal ou infrações administrativas previstas na Lei n.º 8.069/90.

Art. 111 - Considera-se reincidência quando constatada infração grave em processo disciplinar anterior.

Art. 112 - Instaurado o processo disciplinar, o Conselheiro deverá ser notificado, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, da data em que será ouvido pela Comissão de Ética Permanente.

§ 1º - O Conselheiro indiciado poderá constituir defensor para promover a sua defesa técnica.

§ 2º - O não comparecimento injustificado não impedirá a continuidade do processo disciplinar.

Art. 113 - Após a sua oitiva, o Conselheiro indiciado terá 03 (três) dias para apresentar sua defesa prévia.

Parágrafo único - Na defesa prévia, devem ser anexados

documentos às provas a serem produzidas, bem como indicado o número de testemunhas a serem ouvidas, até 03 (três) por fato imputado, observando-se o número máximo de 08 (oito).

Art. 114 - Serão ouvidas em primeiro lugar as testemunhas de acusação e posteriormente as de defesa.

Parágrafo único - As testemunhas de defesa comparecerão independentemente de intimação e a sua falta injustificada não obstará o prosseguimento da instrução.

Art. 115 - Concluída a fase de instrução, dar-se-á vista dos autos à defesa para produzir alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 116 - Apresentadas as alegações finais, a Comissão de Ética Permanente terá 15 (quinze) dias para concluir o processo disciplinar, mediante decisão fundamentada determinando o arquivamento ou a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único - Somente será aberto novo processo disciplinar sobre o mesmo fato no caso de arquivamento dos autos por falta de provas, expressamente manifestada na conclusão da Comissão de Ética Permanente.

Art. 117 - O Conselheiro indiciado poderá pedir reconsideração da decisão que aplicar penalidade em 15 (quinze) dias, a contar da intimação pessoal ou de seu procurador devidamente constituído nos autos.

Art. 118 - O denunciante deverá ser cientificado da decisão da Comissão de Ética Permanente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

Art. 119 - Concluindo a Comissão de Ética Permanente pela incidência de uma das hipóteses previstas nos artigos 228 a 258 da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, será imediatamente remetida cópia dos autos ao Ministério Público, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 120 - A Comissão de Ética Permanente poderá solicitar apoio dos órgãos municipais competentes para a apuração de faltas disciplinares.

SEÇÃO VI

DA FORMAÇÃO E APRIMORAMENTO

Art. 121 - A Secretaria Municipal de Assistência Social oferecerá curso de capacitação inicial para os Conselheiros Tutelares, titulares e suplentes, sendo a participação requisito imprescindível à posse.

Art. 122 - A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá manter programa de formação continuada para aprimoramento da atuação dos Conselheiros Tutelares de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas por mandato.

§ 1º - Os Conselheiros Tutelares eleitos devem obrigatoriamente participar do programa de formação continuada previsto no caput deste artigo.

§ 2º - A participação no programa de formação continuada, bem como de palestras, reuniões, seminários, conferências, cursos e outros, não poderá prejudicar o atendimento do Conselheiro na sede do Conselho Tutelar.

Art. 123 - Os Conselhos Tutelares deverão encaminhar ao Município e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bimestralmente, relatório com o número de atendimentos e estatísticas que demonstrem os territórios que apresentam maior demanda de atendimentos, bem como a característica da demanda, visando à formulação de políticas específicas, voltadas à população atendida.

Parágrafo único - As dificuldades de operacionalização do Conselho Tutelar poderão ser apresentadas ao CMDCA para as devidas providências junto à Secretaria de Assistência Social.

CAPÍTULO VIII

DOS ATOS DE DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I**DA SEMANA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES**

Art. 124 - Fica instituída a Semana Municipal de Luta contra a Violência de Crianças e de Adolescentes, a realizar-se anualmente, no período compreendido entre os dias 12 e 18 de maio.

Parágrafo único - Na Semana, poderão ser desenvolvidos, entre outras atividades correlatas, debates, palestras e cursos.

Art. 125 - A Semana será coordenada por uma comissão composta por representantes do Poder Executivo e Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - A comissão organizadora da Semana poderá contar com a parceria de outros conselhos municipais, de entidades governamentais ou não governamentais, preferencialmente que desenvolvam trabalhos voltados à defesa da criança e do adolescente e de munícipes comprometidos com a luta em defesa da criança e do adolescente.

SEÇÃO II**DA SEMANA EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 126 - Fica instituída a Semana em Defesa da Criança e do Adolescente, a realizar-se anualmente, no mês de julho, no período em que se comemora o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O evento de que trata o caput deste artigo integra o Calendário Oficial de Eventos do Município de São José.

§ 2º - O Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, fica autorizado a divulgar os eventos da Semana.

Art. 127 - A Semana será organizada por comissão composta por representantes do CMDCA, do Fórum Municipal da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares e contará com a parceria de entidades da sociedade civil que desenvolvam trabalhos voltados à defesa da criança e do adolescente.

Parágrafo único - A comissão organizadora da Semana poderá contar com a participação de munícipes comprometidos com a luta em defesa da criança e do adolescente.

Art. 128 - A Semana em Defesa da Criança e do Adolescente tem por objetivo:

I – divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – capacitar os agentes que lidam com a questão da criança e do adolescente; e

III – promover a reflexão com a sociedade sobre a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 129 - Na Semana, poderão ser desenvolvidos, entre outras atividades correlatas, seminários, exposições e oficinas.

TÍTULO III**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 130 - O Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, fiscalizará a execução desta Lei.

Art. 131 - Na contagem dos prazos previstos nesta Lei, salvo disposição em contrário, computam-se os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º - Os prazos começarão a correr do primeiro dia útil após a intimação.

§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em feriado, sábado ou domingo.

Art. 132 - Os conselheiros tutelares empossados no ano de 2013 terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, conforme disposições previstas na Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012 e nesta Lei.

Art. 133 - Fica assegurado o mandato dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), empossados

anteriormente à vigência desta Lei, até o término de sua gestão.

Art. 134 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:

I – Lei nº 2.411, de 24 de agosto de 1992; e

II – Lei nº 2.611, de 18 de maio de 1994.

Paço Municipal, em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LEI N.º 5.483 DE 11 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL – AVJAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) à ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL – AVJAS, inscrita no CNPJ nº 01.270.026/0001-12, com sede nesta cidade.

Art. 2º - O auxílio financeiro a ser repassado pelo município à entidade deverá ser aplicado na obtenção de matéria prima para confecção de fraldas, para atendimento de idosos incapacitados.

Art. 3º - Os recursos necessários para o atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente da dotação para subvenções sociais do Gabinete da Prefeita, a seguir especificada:

2.252 – SUBVENÇÕES SOCIAIS - 3.3.50.43.00.00.00.00 0080 – SUBVENÇÕES SOCIAIS:

Recursos Próprios: R\$ 20.000,00

Total desta Atividade: R\$ 20.000,00

Total do Órgão: R\$ 20.000,00

Total do Crédito: R\$ 20.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LEI N.º 5.484 DE 11 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA REVISÃO ANUAL REMUNERATÓRIA AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados a conceder revisão anual remuneratória aos servidores ativos, inativos e agentes políticos – e seus equiparados – da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São José, a partir de 1º de maio de 2015, com base

em 100% da inflação acumulada no período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), sobre o vencimento, o salário ou o subsídio percebido a mesmo título no mês de abril de 2015.

§ 1º – Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados, a partir de 1º de maio de 2015, a aplicar o índice de Revisão Anual previsto no caput deste artigo aos valores pecuniários previstos nos Anexos I e II da Lei nº 4.456, de 11 de setembro de 2006, acrescentados pela Lei nº 4.799, de 26 de junho de 2009.

§ 2º – A revisão anual prevista neste artigo estende-se as funções gratificadas de confiança, ao pessoal admitido em caráter temporário (ACT's), aos estagiários e aos contratados por tempo determinado dos programas específicos decorrentes ou não de convênios.

§ 3º – Para fins de mera execução da presente Lei, os atos de concessão da revisão anual prevista no caput e no § 1º deste artigo serão estabelecidos por meio de decreto da Chefe do Poder Executivo e de ato do Chefe do Poder Legislativo, atendidos os limites de despesas com o pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, ficando a Chefe do Poder Executivo, se houver necessidade, autorizada a proceder às aberturas de créditos adicionais especiais ou suplementares, até o limite dos percentuais previstos nesta Lei, utilizando como fontes de recursos as provenientes do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor em 1º de maio de 2015.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 028/2015 – PROCESSO Nº 077/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 028/2015 – PROCESSO Nº 077/2015: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS E ÁGUA MINERAL, DESTINADOS A 1ª CAMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/05/2015 às 14h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/05/2015 às 14h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 037/2015 – PROCESSO Nº 112/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 037/2015 – PROCESSO Nº 112/2015: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO GÁS DE COZINHA E VASILHAMES, PARA SEREM UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/05/2015 às 15h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/05/2015 às 15h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 044/2015 – PROCESSO Nº 131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 044/2015 – PROCESSO Nº 131/2015: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E COMPLEMENTARES PARA ESTABELECIMENTOS ASSISTÊNCIAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/05/2015 às 14h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/05/2015 às 14h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 046/2015 – PROCESSO Nº 140/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 046/2015 – PROCESSO Nº 140/2015: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A CONFEÇÃO DE PROVAS DE SUPLETIVO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO MÉDIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/05/2015 às 15h40min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/05/2015 às 15h50min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 050/2015 – PROCESSO Nº 146/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 050/2015 – PROCESSO Nº 146/2015: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL LOCAÇÃO de TENDAS, CAMAROTES, GRADES DE ISOLAMENTO E PALCOS PARA ATENDER OS EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/05/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/05/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 185/2014 – PROCESSO Nº 440/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 185/2014 – PROCESSO Nº 440/2014: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC., COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DISPOSITIVOS AUXILIARES. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/05/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/05/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

RESOLUÇÃO Nº. 011/2015

RESOLUÇÃO Nº. 011/2015.

Dispõe sobre a Documentação necessária a partir de 2015 para o registro de entidades e inscrições de projetos, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 08 de abril de 2015.

Art. 1º Considerando as resoluções 101 de 15 de 06 de 2005 e a 105 de 2005 do CONANDA bem como a resolução 041 de 2008 do CMDCA de São José.

RESOLVE; Solicitar as entidades.

- 1- Atestado de funcionamento de autoridade publica (Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, Promotor ou Juiz);
- 2- Plano de Ação 2015 conforme modelo;
- 3- Relatório de atividades 2014 conforme modelo;
- 4- Cópia da última eleição da mesa diretora registrada em cartório;
- 5- Comprovante residencial atualizado;
- 6- CNPJ atualizado;
- 7- Estatuto Social registrado em cartório;

RESOLVE; A não entrega da documentação até 31 de maio deste ano, implicará na suspensão do registro da entidade e de inscrições de projetos, por seis meses.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revoga a Resolução de nº 007/15.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 06 de Maio de 2015.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente CMDCA/SJ

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 04/05/2015 Processo: 118/2015
--	--

Resultado Tomada de Preços nº 004/2015

REFERÊNCIA: PROCESSO nº 118/2015 - Tomada de Preços nº 004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA E PISTA DE SKATE - NA PRAÇA FLORESTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura da proposta fica classificada pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	1	531,4	R\$ 8,93	R\$ 4.745,76
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	2	531,4	1,50	797,16
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	3	42,5	468,43	19.917,64
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	4	531,4	4,92	2.614,68

DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	5	11,0	6,45	70,95
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	6	5,0	7,82	39,10
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	7	0,1	578,98	57,90
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	8	531,4	14,13	7.509,25
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	9	531,4	56,63	30.095,45
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	10	258,2	9,89	2.553,10
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	11	412,2	9,61	3.961,43
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	12	10,7	443,30	4.756,61
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	13	1,5	2.090,65	3.094,16
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	14	2,0	1.782,81	3.565,62
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	15	1,0	3.549,20	3.549,20
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	16	1,0	811,26	811,26
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	17	531,4	17,46	9.278,94
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	18	470,4	9,99	4.699,70
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	19	519,2	134,13	69.642,98
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	20	5,8	874,34	5.071,17
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	21	531,4	8,34	4.432,21
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	1	22	531,4	2,31	1.227,63
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	1	182,0	8,93	1.625,26
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	2	182,0	1,50	273,00
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	3	16,7	468,43	7.832,15
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	4	208,9	4,92	1.027,98
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	5	10,0	6,45	64,50
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	6	3,8	578,98	2.188,54
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	7	184,0	31,06	5.715,04
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	8	184,0	65,68	12.085,12
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	9	374,4	9,89	3.702,32
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	10	332,7	9,61	3.197,34
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	11	10,8	443,30	4.778,77
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	12	46,0	351,84	16.167,05
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	13	374,2	3,79	1.418,22
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	14	65,0	87,74	5.703,10
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	15	2,0	101,73	203,46
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	16	30,2	52,39	1.582,18
DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA	2	17	182,0	2,31	420,42

Valor Total

R\$ 250.476,36

Valor Total Extenso

duzentos e cinquenta mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos

São José, 04 de maio de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT
Presidente CPL

PAULO DUTRA
Membro

KETY SILVA TRIERVEILER
Membro

RAMON S. CAMPOS MARTINS
Membro

REJANE MAGALI S. MEDEIROS
Membro

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - Processo nº 051/2015. Fornecedor: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR – EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADORES, PLACA DE VÍDEO, MONITORES E SOFTWARE) PARA SEREM UTILIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ/SC. valor Total: R\$ 124.000,00 – cento e vinte e quatro mil reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015 - Processo nº 116/2015. Fornecedor: PERES MULLER LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, DIESEL S10 E ARLA 32) PARA ABASTECER A FROTA DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 2.237.590,00 – dois milhões, duzentos e trinta e sete mil e quinhentos e noventa reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N.1.347 DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.347 DE 11 DE MAIO DE 2015.
DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 42, Inciso II da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o falecimento no dia 10 de Maio de 2015, do Senador da República Luiz Henrique da Silveira.

CONSIDERANDO, que se tratava de um homem público a quem foi conferido pelo povo de Santa Catarina, mandatos de: Deputado Estadual, Deputado Federal, 02 (duas) vezes Governador do Estado de Santa Catarina, e atualmente ocupando o cargo de Senador da República.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias, no Poder Legislativo de São José/SC, em sinal de pesar pelo falecimento do Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 11 de Maio de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.583, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 5.583, DE 11 DE MAIO DE 2015

"DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

D E C R E T A:

Artº. 1º. Fica Decretado LUTO OFICIAL por três (03) dias pelo falecimento do Senador SR. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, ocorrido no dia 10 de maio de 2015.

Artº. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de Maio de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

CONVÊNIO Nº012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 12.2015

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Conveniente: ASSOCIAÇÃO YPIRANGA FUTEBOL CLUBE

Valor Total: R\$40.000,00 (quarenta mil reais)

Vigência: Início: 04/03/2015 a 31/12/2015.

Objeto: concessão de auxílio financeiro pelo Município de São José do Cedro à Associação Ypiranga Futebol Clube, objetivando auxiliar no pagamento de despesas relacionadas com o transporte, uniformes, alimentação, arbitragem e despesas gerais relacionadas à participação da entidade no Campeonato Estadual de Futebol e a Confederação Brasileira de Futebol, no ano de 2015.

DECRETO Nº. 080/2015 - SF

DECRETO Nº. 080/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.014 CONTR. P/ ENTIDADES CULT. ESP. ASSIST. E SOCIAIS

"416" 3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições
..... R\$12.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 DE MAIO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 081/2015 - SF

DECRETO Nº. 081/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"33" 3.3.90.32.00.00.1.0002 Material de Distribuição Gratuita
..... R\$10.000,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"40" 3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$200,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), Recursos Receita de Impostos Saúde, Fonte 1.0002 e 1.0038, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"27" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$10.000,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"39" 3.3.90.30.00.00.1.0038 Material de Consumo R\$200,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 DE MAIO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,

Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.090, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.090, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre as normas gerais para a Quinta Eleição do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007 e no Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007, bem como suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º A eleição dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, dar-se-á da forma prevista neste Decreto.

CAPÍTULO I DA INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 2º As indicações dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço deverão ser realizadas por segmento, da seguinte forma:

I - os candidatos a membro representante do Governo Municipal deverão ser indicados através de lista única pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os servidores que compõe o quadro de servidores municipais efetivos, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores;

II - os candidatos a membro da sociedade civil organizada deverão ser indicados através de lista única, por segmento, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que cada segmento tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Os candidatos indicados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - ter idade igual ou superior a 21 anos;

III - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando comprovante de votação da última votação, ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente;

IV - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC;

V - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

Parágrafo único. Os candidatos a conselheiros não poderão ter vínculo de qualquer natureza com o Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 4º As indicações de que trata o art. 2º deste Decreto, deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho Deliberativo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a eleição.

CAPÍTULO II DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 5º Será permitida, até o dia das eleições, inclusive, a divulgação paga pelo candidato, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, de

um oitavo de página de jornal padrão e de um quarto de página de revista ou tablóide.

§ 1º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra do caput, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 2º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos da legislação federal vigente.

Art. 6º A propaganda eleitoral no rádio restringe-se ao horário gratuito disponibilizado pelo Município de São Lourenço do Oeste, até a véspera da eleição, sendo vedada a veiculação de propaganda paga pelo candidato.

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente.

Art. 7º As propagandas via rádio serão realizadas pelo Município de São Lourenço do Oeste, nas rádios e horários por este definidos.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ELETIVO

Art. 8º A escolha dos membros para o Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto, todos os eleitores do Município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral até 02 (dois) meses antes da data da eleição.

Art. 9º Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de Eleitor ou, na falta deste, Carteira de Identidade ou outro documento com foto, que o identifique.

Seção Única

Da totalização dos votos e da classificação dos candidatos

Art. 10. A votação será feita por sistema de cédulas e a totalização dos votos será feita manualmente.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato de cada segmento.

§ 2º Considerar-se-á voto nulo:

I - a escolha de mais de um candidato por segmento; e

II - a indicação do candidato em local impróprio.

§ 3º Considerar-se-á voto em branco aquele que não apresentar indicação de candidato.

Art. 11. Ao final da eleição, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 017, de 29 de abril de 2015, do Instituto Cultural de São Lourenço, lacrará a urna, registrando o horário e a quantidade de votos na mesma, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Art. 12. A classificação dos candidatos será feita por segmento, pela ordem decrescente de votos recebidos, sendo que o classificado em primeiro lugar será o titular e o classificado em segundo lugar será o suplente; em havendo duas ou mais vagas, eleger-se-ão como titulares os mais votados e os subsequentes como respectivos suplentes.

§ 1º Em caso de igualdade de votos, na classificação será utilizado como critério de desempate a idade, tendo preferência, portanto, o candidato que for mais idoso.

§ 2º Em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 13. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 017, de 29 de abril de 2015, do Instituto Cultural de São Lourenço, a fiscalização de todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos por Edital de Eleição.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, xx de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.091, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.091, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre as normas gerais para a Quinta Eleição do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007 e no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007, bem como suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º A eleição dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, dar-se-á da forma prevista neste Decreto.

CAPÍTULO I DA INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 2º As indicações dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal deverão ser realizadas por segmento, da seguinte forma:

I - os candidatos a membro representante do Governo Municipal deverão ser indicados através de lista única pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os servidores que compõe o quadro de servidores municipais efetivos, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores;

II - os candidatos a membro da sociedade civil organizada deverão ser indicados através de lista única, por segmento, respeitando-se como limite máximo de candidatos indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que cada segmento tem direito, conforme previsto no Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Os candidatos indicados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ter nacionalidade brasileira;

Art. 11. Ao final da eleição, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 003, de 29 de abril de 2015, do Comitê Desportivo Municipal, lacrará a urna, registrando o horário e a quantidade de votos na mesma, de maneira a

II - não possuir antecedentes criminais;

III - ter reconhecida idoneidade moral;

IV - ter idade igual ou superior a 21 anos;

V - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando comprovante de votação da última eleição, ou documento equivalente, emitido pelo órgão competente;

VI - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC;

VII - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

Parágrafo único. Os candidatos a conselheiros não poderão ter vínculo de qualquer natureza com o Comitê Desportivo Municipal.

Art. 4º As indicações de que trata o art. 2º deste Decreto, deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho Deliberativo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a eleição.

CAPÍTULO II DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 5º Será permitida, até o dia das eleições, inclusive, a divulgação paga pelo candidato, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, de um oitavo de página de jornal padrão e de um quarto de página de revista ou tablóide.

§ 1º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra do caput, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 2º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos da legislação federal vigente.

Art. 6º A propaganda eleitoral no rádio restringe-se ao horário gratuito disponibilizado pelo Município de São Lourenço do Oeste, até a véspera da eleição, sendo vedada a veiculação de propaganda paga pelo candidato.

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente.

Art. 7º As propagandas via rádio serão realizadas pelo Município de São Lourenço do Oeste, nas rádios e horários por este definidos.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ELETIVO

Art. 8º A escolha dos membros para o Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto, todos os eleitores do Município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral até 02 (dois) meses antes da data da eleição.

Art. 9º Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de Eleitor ou, na falta deste, Carteira de Identidade ou outro documento com foto, que o identifique.

Seção Única

Da totalização dos votos e da classificação dos candidatos

Art. 10. A votação será feita por sistema de cédulas e a totalização dos votos será feita manualmente.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato de cada segmento.

§ 2º Considerar-se-á voto nulo:

I - a escolha de mais de um candidato por segmento; e

II - a indicação do candidato em local impróprio.

§ 3º Considerar-se-á voto em branco aquele que não apresentar indicação de candidato.

impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Art. 12. A classificação dos candidatos será feita por segmento, pela ordem decrescente de votos recebidos, sendo que o classificado em primeiro lugar será o titular e o classificado em segundo lugar será o suplente; em havendo duas ou mais vagas, eleger-se-ão como titulares os mais votados e os subsequentes como respectivos suplentes.

§ 1º Em caso de igualdade de votos, na classificação será utilizado como critério de desempate a idade, tendo preferência, portanto, o candidato que for mais idoso.

§ 2º Em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 13. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada pela Portaria nº 003, de 29 de abril de 2015, do Comitê Desportivo Municipal, a fiscalização de todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos por Edital de Eleição.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 37/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHOTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de VEÍCULOS novos para as Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Educação, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 25/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de maio de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.321/2015 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 11 (ONZE) ÁRVORES, DE ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NAS RUAS RUI BARBOSA E LA SALLE, NO PASSEIO PÚBLICO DA EEB SÃO MIGUEL, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO

DECRETO Nº 8.321/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 11 (onze) árvores, de espécie Legustro, localizada nas Ruas Rui Barbosa e La Salle, no passeio público da EEB São Miguel, Centro, neste Município, devido às reformas que acontecem na EEB São Miguel, e pelo fato das raízes serem muitas desenvolvidas, dificultando a implantação de nova calçada, e pelo menos uma planta estar totalmente comprometida.

Art. 2º Como medida compensadora, as árvores em questão poderão ser substituída no local, por outros 11 (onze) exemplares, sem ônus a municipalidade, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima de 1,20 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canela, Ipês, Ingás, ou outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 07 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.322 - DA NOVA REDAÇÃO AO ANEXO I DO DECRETO N. 7.418/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.322/2015

DA NOVA REDAÇÃO AO ANEXO I DO DECRETO N. 7.418/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, e,

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde aprovou a regulamentação do fornecimento de tratamento fisioterápico no âmbito do SUS em São Miguel do Oeste, SC.

Considerando que a Administração Pública tem o dever de regulamentar sua políticas públicas.

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I do Decreto n. 7.418 de 07 de março de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 08 de maio de 2015.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Airton José Macarini Segundo

Secretário da Saúde

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

ANEXO I ROL DE PROCEDIMENTOS FISIOTERAPEUTICOS

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	REF. ANUAL
	Atendimento Fisioterapêutico Domiciliar.	
03.01.01.004-8	Consulta de Profissionais de Nível Superior na Atenção Especializada (Exceto Médico) - Consulta Ambulatorial Fisioterapia	1 a cada início de tratamento
03.02.01.001-7	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes Pré/Pós Cirurgias Uroginecológicas (Disfunção do sistema genital, reprodutor e excretor (urinário/proctológico))	30
03.02.01.002-5	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes c/ Disfunções Uroginecológicas (Disfunção do sistema genital, reprodutor e excretor (urinário/proctológico))	30
03.02.02.001-2	Atendimento Fisioterapêutico de Pacientes com Cuidados Paliativos (Atendimento Fisioterapêutico na Atenção Primária Individual)	30
03.02.02.002-0	Atendimento Fisioterapêutico em Paciente Oncológico Clínico	30
03.02.02.003-9	Atendimento Fisioterapêutico em Paciente no Pré e Pós Cirurgia Oncológica	30
03.02.03.001-8	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Alterações Oculomotoras Centrais c/ Comprometimento Sistêmico	20
03.02.03.002-6	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Alterações Oculomotoras Periféricas	10
03.02.04.001-3	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Transtorno Respiratório com Complicações Sistêmicas (Disfunção do Sistema Respiratório clínica e/ou cirúrgica atendido em Programas de Recuperação Funcional Cardiopulmonar, de forma individualizada - Nível 2)	70
03.02.04.002-1	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Transtorno Respiratório sem Complicações Sistêmicas (Disfunção do Sistema Respiratório clínica e/ou cirúrgica atendido em Programas de Recuperação Funcional Cardiopulmonar, em grupo - Nível 1)	20
03.02.04.003-0	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Transtorno Clínico Cardiovascular (Disfunção do sistema cardiovascular clínica e/ou cirúrgica atendido em programas de recuperação funcional cardiovascular, em grupo - Nível 1)	20
03.02.04.004-8	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes Pré/Pós Cirurgia Cardiovascular (Disfunção do sistema cardiovascular clínica e/ou cirúrgica atendido em programas de recuperação funcional cardiovascular, de forma individualizada - Nível 2)	40
03.02.04.005-6	Atendimento Fisioterapêutico nas Disfunções Vasculares Periféricas (Disfunção do sistema linfático e/ou vascular em um segmento, associado ou não a ulcerações - Nível 1)	20
Sem Código SIGTAP	Disfunção do sistema linfático e/ou vascular em dois ou mais segmentos, associado ou não a ulcerações - Nível 2	30
03.02.05.001-9	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes no Pré e Pós Operatório nas Disfunções Músculo Esqueléticas (Disfunção locomotora, paciente com dependência total - Nível 2)	100
03.02.05.002-7	Atendimento Fisioterapêutico nas Alterações Motoras (Disfunção locomotora, paciente independente ou com dependência parcial - Nível 1)	32
03.02.06.001-4	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Distúrbios Neuro-Cinético-Funcionais Sem Complicações Sistêmicas (Disfunção neurofuncional, paciente independente ou com dependência parcial - Nível 1)	50
03.02.06.002-2	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Distúrbios Neuro-Cinético-Funcionais Com Complicações Sistêmicas (Disfunção neurofuncional, paciente com dependência total - Nível 2)	100
03.02.06.003-0	Atendimento Fisioterapêutico nas Desordens do Desenvolvimento Neuro Motor (Disfunção neurofuncional, paciente com dependência total - Nível 2)	50
03.02.06.004-9	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes com Comprometimento Cognitivo (Disfunção neurofuncional, paciente independente ou com dependência parcial - Nível 1)	30
03.02.06.005-7	Atendimento em Pacientes no Pré/Pós Operatório de Neurocirurgia (Disfunção neurofuncional, paciente com dependência total - Nível 2)	100
03.02.07.001-0	Atendimento Fisioterapêutico em Paciente Médio Queimado (Disfunção do sistema tegumentar, atingindo até um terço da área corporal - Nível 1)	30
03.02.07.003-6	Atendimento Fisioterapêutico em Paciente com Sequelas por Queimaduras (Média e Grande Queimados) (Disfunção do sistema tegumentar, atingindo mais de um terço da área corporal - Nível 2)	50

DECRETO Nº 8.323/2015 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE, DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 979, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, DEVIDO AO FATO DE ESTAR MUITO PRÓXIMO DE ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS (GARAGEM), PODENDO CAUSAR DANOS AO PATRIMÔNIO E/OU A PLANTA EM QUESTÃO.

DECRETO Nº 8.323/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Legustro, localizada na Rua XV de Novembro, nº 979, Centro, neste Município, devido ao fato de estar muito próximo de entrada e saída de veículos (garagem), podendo causar danos ao patrimônio e/ou a planta em questão.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão poderá ser substituída, e no local deverá ser plantada outro exemplar, sem ônus a municipalidade, as espécies a ser plantada deverá ser arbórea, não arbustiva, com altura mínima de 1,20 metros, sendo sugeridas de Quaresmeira, Canela, Ipê, Angico ou outras espécie nativa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 08 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.324/2015 - ART. 1º FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº. 19 COM A ÁREA TOTAL DE 600,00 M2, SITUADO NO LOTEAMENTO RENÚNCIO PELEGRINI, BAIRRO SÃO GOTARDO, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE DOMINGOS TOFFOLO, INSCRITO NA MATRÍCULA Nº 31

DECRETO Nº 8.324/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do Lote urbano nº. 19 com a área total de 600,00 m2, situado no Loteamento Renúncio Pelegrini, Bairro São Gotardo, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de DOMINGOS TOFFOLO, Inscrito na matrícula nº 31.673, cujo imóvel será lembrado a o lote urbano nº 20-B, com 300 m², matrícula nº 38.647 de

propriedade de ELISIANE ANDREOLLA e FRANCISCO TOFFOLO, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Parte do lote urbano nº 19-B, com área de 300,00m2, confrontando: ao noroeste: com parte do mesmo lote urbano nº. 19, por linha seca de 15,00 metros. Ao nordeste: com o lote urbano nº. 20-B, por linha seca de 20,00 metros. Ao sudeste: com parte do lote urbano nº. 21, por linha seca de 15,00 metros. Ao sudoeste: com parte do lote urbano nº. 18, por linha seca de 20,00 metros.

REMANESCENTE

Parte do lote urbano nº 19-A, com área de 300,00m2, confrontando: Ao noroeste: com a Rua Osvaldo Aranha, por linha seca de 15,00 metros, Ao nordeste: com o lote urbano nº. 20-A, por linha seca de 20,00 metros. Ao sudeste: com parte do mesmo lote urbano nº. 19, por linha seca de 15,00 metros. Ao sudoeste: com parte do lote urbano nº. 18, por linha seca de 20,00 metros.

REMEMBRAMENTO

Parte do lote urbano nº 19, com área de 300,00m2 e lote urbano nº 20-B, com área de 300,00m2, perfazendo um total de 600,00m2, confrontando Ao noroeste: com os lotes urbanos nºs. 19-A e 20-A, por linha seca de 30,00 metros. Ao nordeste: com a Rua São João, por linha seca de 20,00 metros. Ao sudeste: com parte do lote urbano nº. 21, por linha seca de 30,00 metros. Ao sudoeste: com parte do lote urbano nº.18, por linha seca de 20,00 metros.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 08 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.325/2015 - DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX – PREFEITO DA CIDADE DE JOINVILLE, EX-DEPUTADO ESTADUAL, EX-DEPUTADO FEDERAL, EX-GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E ATUALMENTE SENADOR SR. LUIZ HENRIQUE D

DECRETO Nº 8.325/2015

DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX – PREFEITO DA CIDADE DE JOINVILLE, EX-DEPUTADO ESTADUAL, EX-DEPUTADO FEDERAL, EX-GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E ATUALMENTE SENADOR Sr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO o falecimento do Senador do Estado de Santa Catarina Sr. Luiz Herinque da Silveira, no dia de ontem (10/05/2015).

CONSIDERANDO que foi Prefeito, Deputado Estadual, Deputado

Federal, Governador e atualmente Senador do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO que foi sempre sensível às necessidades da população migueloestina e trouxe dezenas de importantes e grandiosas obras para São Miguel e região, incluindo pavimentações asfálticas e ações nas áreas da educação, infraestrutura e saúde a exemplo o Hospital Regional Terezinha Gaio Basso (HRTGB).

DECRETA

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial de três (03) dias no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, em decorrência do passamento do Senhor. Luiz Henrique da Silveira, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Senador do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 11 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.326/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 13, CONSTANTE DA SUBDIVISÃO DA CHÁCARA Nº 60 LETRA I, COM ÁREA DE 1.391,95M², SEM CONSTRUÇÕES, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ FELIPPE BELUZZO, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, PERÍMETRO URBANO, MATRÍCULA Nº 33.821, DE PROPRIEDADE DE LEOMIR ANTONI

DECRETO Nº8.326/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do lote urbano nº 13, constante da subdivisão da chácara nº 60 letra I, com área de 1.391,95m², sem construções, localizado na rua José Felipe Beluzzo, Bairro São Sebastião, perímetro urbano, matrícula nº 33.821, de propriedade de Leomir Antonio Guerini, será desdobrado o imóvel em três lotes: lote "A", com área de 765,54m², sendo 687,906m² edificável e 77,64m² não edificável, Lote "B", com área de 330,09m² e lote "C", com área de 296,32m², passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Lote "A", constante da subdivisão do lote 13, com área de 765,54m², sendo, 687,906m² edificável e 77,64m², não edificável, confrontando: Ao Norte, com o lote urbano nº 12, por linha seca de 41,34m; Ao Leste, com parte da chácara 60-I, por linha seca de 38,03m; Ao Sul, com o lote 16-A e com parte do lote 16, por linha seca de 15,88m; Ao Oeste, com os lotes "C" e "B", por duas linhas inclinadas medindo 12,69m e 16,32m; Novamente ao Sul, com o lote "B", por linha seca de 19,33m; Novamente ao Oeste, com a rua José Felipe Beluzzo, numa extensão de 5,00m.

Lote "B", constante da subdivisão do lote 13, com área de 330,09m², confrontando: Ao Norte, com parte do lote "A", por linha seca de 19,33m; Ao Leste, com parte do lote "A", por linha seca de 16,32m; Ao Sul, com o lote "C", por duas linhas inclinadas, medindo, 13,02m e 11,75m; ao Oeste, com a rua José Felipe Beluzzo, numa extensão de 13,00m.

Lote "C", constante da subdivisão do lote 13, com área de 296,32m², confrontando: Ao Norte, com o lote "B", por duas linhas inclinadas, medindo 11,75m e 13,02m; Ao Leste, com parte do lote "A", por linha seca de 12,69m; Ao Sul, com parte do lote 16 e com os lotes 15 e 14, por linha seca de 17,40m; Ao Oeste, com a rua José Felipe Beluzzo, numa extensão de 12,00m.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.
Em, 11 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de aparelhos de oxigenioterapia com fornecimento de acessórios destinados ao Atendimento de Pacientes inscritos no Programa de oxigenioterapia domiciliar da Secretaria Municipal de Saúde, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 25 de maio de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 11 de maio de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO
Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados para o Quartel do Corpo de Bombeiros, conforme Lei Municipal n. 6.434/2010, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de maio de 2015

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 11 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, inscrito no CNPJ: 01.613.101/0001-09, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Centro, São Pedro de Alcântara, informa que está à procura de uma residência para locação. TIPO: Aluguel Social
OBJETO: Aluguel de uma casa no Município de São Pedro de Alcântara pelo prazo de seis meses.
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 227 e 223 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.
São Pedro de Alcântara, 07/05/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 38.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 38/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – TIPO: Menor Preço
OBJETO: A presente licitação tem como objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza de ar condicionados, conforme termo de referência no anexo a este Edital. .
DATA DE ABERTURA: 27/05/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: compras@pmspa.sc.gov.br ou licitações@pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 11/05/2015.
JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de professor de ciências para o ensino fundamental anos finais, para o ano letivo de 2015.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido ao afastamento do Profº. Carlinho Schmitt, sendo assim o contrato temporário estará vinculado ao retorno do servidor a sala de aula.

Art. 2º - Os/as professores (as) interessados em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 14 de maio de 2015, às 8h30min, portanto a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - As vagas ofertadas, tem como pré-requisito o título de graduação em ciências biológicas com habilitação em licenciatura, no entanto não havendo interessados para a vaga, ocorrerá a abertura da vaga para interessados, com graduação e sem habilitação em licenciatura.

Art. 4º - O (a) professor (a), deverá assumir 21 aulas de ciências, e 04 aulas de ensino religioso, distribuídos conforme determinação da Secretaria da E.E.B Drº Adalberto Tolentino de Carvalho.

§ 1º - O número de aula de ensino religioso, poderão sofrer alterações conforme o número de alunos inscritos.

Art. 5º - A escolha de turmas será realizada em forma de assembleia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um professor (a) interessado pela mesma turma, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Título em graduação ciências biológicas com habilitação em licenciatura; havendo empate;

II – Tempo de magistério; havendo empate;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de magistério, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de magistério. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 6º - O/a professor (a), que assumir as aulas de ciências e ensino religioso, devido ou atestado médico, estará ciente que seu contrato estará vinculado ao retorno de tal profissional a sala de aula.

Art. 7º - O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua

escolha, demonstrando ciência que em seu contrato haverá uma cláusula sobre a suspensão do contrato, devido ao retorno do Sr. Carlinho Schmitt a sala de aula. De acordo com o Anexo I.
Art. 8º - Após a escolha não será permitida a permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, 08 de maio de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Secretário de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____,
servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 02/2015, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professor II – Ciências e Ensino Religioso, declaro que escolhi as turmas do ensino fundamental, series finais, turno matutino e vespertino, para o ano letivo de 2015, na E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho.
Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.
Declaro ciência, de que a duração do meu contrato, estará vinculada ao retorno do Sr. Carlinho Schmitt a sala de aula.

São Pedro de Alcântara, 14 de maio de 2015.

Nome:

PORTARIA N.º 180/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 180/2015
Concede licença para tratamento de saúde a servidora JESSICA GUERRILHA SVENSON, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº. 08/97 de 29 de Janeiro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JESSICA GUERRILHA SVENSON, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 06/05/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 181/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 181/2015
Revoga a Portaria nº. 166/2015 que concede férias ao servidor EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 166/2015 que concede férias do servidor EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, devido à necessidade de prestação de serviços junto a Administração Municipal.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 182/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 182/2015
REVOGA A PORTARIA Nº. 162/2015.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria 162/2015 que concede licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 184/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 184/2015

Concede Função Gratificada a Servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 008/1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER, ocupante do cargo de Diretora de Escola, a Função Gratificada FG-1 Diretor de Escola.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

TERMO DE POSSE DA SRA. ROSEMARI REITZ FRANCENER 11/05/2015

TERMO DE POSSE da Sra. ROSEMARI REITZ FRANCENER para o cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Frei Ático.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, perante Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sra. ROSEMARI REITZ FRANCENER, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Frei Ático, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 11 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ROSEMARI REITZ FRANCENER

Empossada

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 02/2015- PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 02/2015-
PMS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 87/2015 - PMS

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Projeto Espaço Educativo Urbano 12 salas de aula, sendo área total construída com 3.228,08m² no Município de Schroeder/SC, de acordo com o Termo de Compromisso PAR nº. 31365/2014, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de junho 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de junho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 12 de maio de 2015.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.312/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº3.312/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETA LUTO OFICIAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a notícia do falecimento do Senador da República, Excelentíssimo Senhor Luiz Henrique da Silveira, ocorrido em 10 de maio de 2015;

Considerando os inestimáveis serviços prestados no transcorrer de sua vida pública como Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Joinville, Governador de Santa Catarina, Presidente do Diretório Nacional do PMDB, e Senador da República, além de líder partidário e comunitário, tendo se destacado, tanto na vida pública, como na familiar, pela seriedade de suas ações, conquistando o respeito e a admiração;

Considerando que Luiz Henrique da Silveira foi um dos principais expoentes políticos de toda a história de Santa Catarina, cujo trabalho em prol do Estado é reconhecido por todos os catarinenses;

Considerando que o passamento do Senador cobre de luto o país, Santa Catarina e também a comunidade schroedense;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por 3 (três) dias, retroativos a 10 de maio de 2015, em sinal de pesar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.313/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.313/2015 de 11 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – ESPECIAL – ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº2. 102/2015 de 8 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.509.297,62 (três milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais, sessenta e dois centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.1.317 – Reformas, Ampliações e Construções de Unidades Escolares

4.4.90.51.00.00.00.00 – 00.01.0032 – Obras e Instalações R\$ 3.509.297,62

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o repasse a ser efetuado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 3.509.297,62 (três milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais, sessenta e dois centavos), conforme termo de compromisso PAR Nº 31365/2014 assinado com o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 08 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 115/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 115/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 36/2015-PMS - Processo nº. 90/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.054.258/0001-33, estabelecida na Rua Alegre, nº 470, Conjunto 1301, Edifício The Office, Bairro Santa Paula, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP: 09.550-250.

Objeto: Constitui objeto deste contrato a aquisição de kit de robótica para Unidades Escolares do Ensino Fundamental para atender as necessidades da Secretaria de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	KIT ROBÓTICA - mindstorms education base set - nxt 9797	4	Unidade	1.680,00	6.720,00
02	SOFTWARE V2.1 - DVD	1	Unidade	303,00	303,00
03	CARREGADOR 10 V DC	1	Unidade	122,90	122,90
04	KIT ALMOXARIFADO DE PEÇAS - mindstorms education	1	Unidade	681,00	681,00
TOTAL R\$					7.826,90

Valor do contrato: R\$ 7.826,90 (sete mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 11/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28/2015-PMS

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER</p> <p>GNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 28/2015 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 59/2015 Processo de Licitação: Data do Processo: 27/03/2015</p>
<p><u>Objeto:</u></p> <p>Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Se</p>	
<p style="text-align: center;"><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2015</u></p> <p><u>Motivo:</u></p> <p>Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.</p> <p style="text-align: right;">Schroeder, 11 de Maio de 2015</p> <p style="text-align: right;">_____ OSVALDO JURCK PREFEITO MUNICIPAL</p>	

ATA PREGÃO PRESENCIAL 28/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 28/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2015 Data do Processo: 27/03/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 64/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Se

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 11 de Maio de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

DISPENSA Nº 36/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 90/2015 Data: 11/05/2015	
		Folha: 1/2

Fornecedor: EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA Endereço: R ALEGRE, 470, CONJ 1301 EDIF THE OFFICE Cidade: São Caetano do Sul - SP CNPJ: 01.054.258/0001-33	Código: 13086 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de kit de robótica para Unidades Escolares do Ensino Fundamental para atender as necessidades da Secretaria de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	KIT ROBÓTICA - mindstorms education base set - nxt 9797	UN	1.680,00	6.720,00
2	1,00	SOFTWARE V2.1 - DVD	UN	303,00	303,00
3	1,00	CARREGADOR 10 V DC	UN	122,90	122,90
4	1,00	KIT ALMOXARIFADO DE PEÇAS - mindstorms education	UN	681,00	681,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O REFERIDO MATERIAL SERÁ UTILIZADO COMO SUPORTE DE ATIVIDADES NAS MATÉRIAS DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA, E SUPORTE PARA O PROFESSOR NA APRENDIZAGEM COM OS ALUNOS NA CRIAÇÃO DE PROJETOS. INFORMAMOS QUE A EMPRESA EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA (LEGO) É A ÚNICA EMPRESA QUE TRABALHA COM A TECNOLOGIA QUE NECESSITAMOS.

Schroeder, 11 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2015 - DL**Processo Nr.:** 90/2015
Data: 11/05/2015

Folha: 2/2

4/5/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Maio de 2015

Valor da Despesa:

7.826,90 (sete mil oitocentos e vinte e seis reais e noventa centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2015

DECRETO Nº 096/2015 DE 07 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 498/01 de 10/09/2001, e Lei Complementar nº 014/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estabilidade ao Servidor abaixo relacionado, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no Artigo nº 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do município de Serra Alta.

NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORARIA
----------------------	-------	---------------

ARLETE CRISTINA TREVISAN BERTOLDI	Professora II	20 horas
-----------------------------------	---------------	----------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 029/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	029/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto.....	GENTE SEGURADORA S.A. O objeto do presente Instrumento de contrato é a contratação de seguros total e contra terceiros dos BENS MÓVEIS pertencentes ao patrimônio desta municipalidade, conforme descrições constantes no Anexo D (Lote 01) do Edital em comento e na proposta comercial da CONTRATADA. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 019/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor.....:	Pela Prestação do Serviço do(s) objetos previsto(s) na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais).

	21/05/2015 á 21/05/2016.
	As despesas decorrentes dos seguros, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões):
	02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
	2.200 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeita
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	03.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
	2.300 – Manutenção Atividades da Secretaria de Administração
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	2.500 – Manutenção do Ensino Básico
Vigência....	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	07.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Dotação.....	2.010 – Assistência ao Produtor Rural
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	08.01/08.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
	2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes
	2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
	2.800 – Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Saúde
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	11.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
SERRA ALTA, 12 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 030/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	030/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto.....	YASUDA MARITIMA SEGUROS S.A. O objeto do presente Instrumento de contrato é a contratação de seguros dos BENS IMÓVEIS pertencentes ao patrimônio desta municipalidade, conforme descrições constantes no Anexo D (Lote 02) do Edital em comento e na proposta comercial da CONTRATADA. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 019/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor.....:	Pela Prestação do Serviço do(s) objetos previsto(s) na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 8.306,00 (Oito mil, trezentos e seis reais).

	21/05/2015 á 21/05/2016.
	As despesas decorrentes dos seguros, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões):
	02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
	2.200 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeita
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	03.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
	2.300 – Manutenção Atividades da Secretaria de Administração
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	2.500 – Manutenção do Ensino Básico
Vigência....	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	07.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Dotação.....	2.010 – Assistência ao Produtor Rural
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	08.01/08.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
	2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes
	2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
	2.800 – Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Saúde
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
	11.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
	3.3.90.39.69 – Seguros em Geral
SERRA ALTA, 12 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº. 036/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SIMPLICIA MARIA DA CUNHA PARA O CARGO DE SEGUNDO PROFESSOR, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA
CPF:	575.676.119-53
RG:	1.491.530
CARGO:	SEGUNDO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso
VIGÊNCIA:	11/05/2015 a 14/12/2015. Ou mediante realização de concurso publico para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º

da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 037/2015

PORTARIA Nº. 037/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELIZANDRA KOMINKIEWICZ PARA O CARGO DE PROFESSOR I, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ
CPF:	061.172.179-19
RG:	4.971.671
CARGO:	PROFESSOR I
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso
VIGÊNCIA:	11/05/2015 a 14/12/2015, Ou mediante realização de concurso publico para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 038/2015

PORTARIA Nº. 038/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEIVA PROVENSI PARA O CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e Processo Seletivo Municipal nº 001/2015 do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	NEIVA PROVENSI
CPF:	026.697.099-07
RG:	11.017.504-3
CARGO:	SERVENTE DE ESCOLA
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	1 - SEG
NÍVEL:	11
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público";
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	11/05/2015 a 14/12/2015. Ou mediante realização de concurso publico para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 039/2015

PORTARIA Nº. 039/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARINÊS ROJAHN PARA O CARGO DE PROFESSOR I, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	MARINÊS ROJAHN
CPF:	023.656.219-37
RG:	3.420.829
CARGO:	PROFESSOR I
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.
GRUPO:	6 - MAG

NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso
VIGÊNCIA:	11/05/2015 a 14/12/2015. Ou mediante realização de concurso publico para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

CONTRATOS RESUMIDOS FMS ABRIL 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 24/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor : 1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,
conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 25/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor : 11.666,67 (onze mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,
conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 26/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA. - ME

Valor : 1.777,54 (um mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,
conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 27/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: DICRIL - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA

E HI

Valor : 21.596,94 (vinte e um mil quinhentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,
conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 28/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: DEMRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME

Valor : 2.916,50 (dois mil novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,
conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015

Aditivo Nº : 4-32/2014 - Contrato Nº.: 32/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CONSTRUÇÕES VITORIA LTDA

Valor : 16.000,61 (dezesseis mil reais e sessenta e um centavos)

Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 21/05/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014

Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (1)

Objeto : Contratação de empresa especializada para reforma da

ESF Vila Rica, localizado no bairro Vila Rica Siderópolis/SC com área de

356,80m² referente à proposta nº 11270545000113003 do programa de
Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Siderópolis, 11 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 29/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CISAMREC CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMRE
Valor : 320.987,62 (trezentos e vinte mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação: 2.025.3.3.71.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.71.00.00.00.00.00 (12), 2.027.3.3.71.00.00.00.00.00 (18)
Objeto : Aquisição de medicamentos para atendimento a rede municipal de saúde dos Municípios associados ao consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 02-02/2014 - Contrato Nº: 02/2014 locação
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS
Contratada...: Joao Lazzris Neto
Valor : 5.598,18 (cinco mil quinhentos e noventa e oito reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Locação de imóvel residencial, localizado na Rua Jorge Lacerda, bairro - Nova Belluno, Siderópolis/SC para instalação provisória do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial de Siderópolis.

CONTRATOS RESUMIDOS PMS ABRIL 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 30/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
Contratada...: TIAGO PEREIRA DA SILVA ENGENHARIA - ME
Valor : 35.280,00 (trinta e cinco mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)
Objeto : Contratação de empresa especializada em consultoria de mobilidade urbana para elaboração de diagnóstico preliminar das características urbanas do município, bem como um estudo do Sistema viário da cidade e proposição de uma nova estruturação para o mesmo.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 2-05/2014 - Contrato Nº: 05/2014 LOCAÇÃO
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
Contratada...: LOCATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Valor : 6.075,81 (seis mil e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)
Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)
Objeto : Locação de imóvel com a finalidade de instalação do Conselho Tutelar do município de Siderópolis.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 3-79/2014 - Contrato Nº: 79/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
Contratada...: PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/04/2015 Término: 14/10/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de construção de quadra escolar coberta, destinada à escola Miguel Lazzarin, proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208877/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 1-51/2014 - Contrato Nº: 51/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
Contratada...: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME
Valor : 59.823,36 (cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 18/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (25)
Objeto : Contratação de serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, que inclui, dentre outros, suporte aos sistemas de contabilidade, compras e recursos humanos, E-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do TCE-SC.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Contrato Nº.: 39/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
Contratada...: JK PNEUS LTDA
Valor : 66.762,00 (sessenta e seis mil setecentos e sessenta e dois reais)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2015
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (98)
Objeto : Aquisição de forma parcelada de pneus para manutenção dos veículos pertencentes à frota do município durante o exercício de 2015

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 40/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO CARAVAGGIO LTDA
Valor : 57.932,00 (cinquenta e sete mil novecentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2015
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de recolocação de lajotas em ruas e avenidas do município.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Contrato Nº.: 41/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: JAZIDA DE AREA RECCO EIRELI - ME
Valor : 45.833,34 (quarenta e cinco mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2015
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)
Objeto : Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de material tipo "areão" para manutenção dos serviços da Secretaria de Obras durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Contrato Nº.: 42/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: AUTO POSTO FORMULA UM LTDA - EPP
Valor : 63.857,04 (sessenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos)
Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2015
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43), 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)
Objeto : Fornecimento parcelado de óleos lubrificantes, filtros e produtos para lavagem de automóveis durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Contrato Nº.: 43/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: IVECO LATIN AMERICA LTDA
Valor : 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.007.4.4.90.00.00.00.00 (45), 2.007.4.4.90.00.00.00.00 (106)
Objeto : Aquisição de veículo (ônibus Rural Escolar) de transporte diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, DF e Municípios

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 2-85/2014 - Contrato Nº: 85/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 29/04/2015 Término: 28/09/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na rodovia SID 159 no trecho do Rio Jordão até a barragem.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3-72/2014 - Contrato Nº: 72/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA OITENTA E NOVE no município de Siderópolis, numa extensão de 70,13m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 3-71/2014 - Contrato Nº: 71/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade SANTO ANTONIO no município de Siderópolis, numa extensão de 441,99m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 3-70/2014 - Contrato Nº: 70/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA QUATRO no município de Siderópolis, numa extensão de 380,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 3-68/2014 - Contrato Nº: 68/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ESTRADA GERAL RIO MANIN no município de Siderópolis, numa extensão de 640,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3-67/2014 - Contrato Nº: 67/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade RIO KUNTZ (2ª etapa) no município de Siderópolis, numa extensão de 1.060,93m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 3-66/2014 - Contrato Nº: 66/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua DR. LUIZ DA FONSECA GIRON no município de Siderópolis, numa extensão de 344,099m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Siderópolis, 11 de Maio de 2015
Aditivo Nº : 3-65/2014 - Contrato Nº: 65/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 13/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua OLI MANOEL RODRIGUES no município

de Siderópolis, numa extensão de 303,65m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 072/2015

DECRETO Nº 072 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, POR TRES DIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o falecimento em 10 de maio de 2015, do ilustre cidadão Honorário Sombriense Senhor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, Senador da República;

CONSIDERANDO a relevância de sua dedicação ao desenvolvimento econômico e Social do Município.

DECRETA:

Artigo Único É declarado LUTO OFICIAL no Município de Sombrio, por três dias, tendo em vista o falecimento do cidadão Honorário Sombriense Senhor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, ocorrido no dia 10 de maio de 2015.

Município de Sombrio-SC, 18 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidinei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 043/2015

DECRETO Nº. 043/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VI do Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Em decorrência do óbito do Sr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, ocorrido no dia 10 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decreto em todo o território do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 01 (um) dia de Luto, em decorrência da morte do Senador da República e Ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, ocorrido no dia 10 de Maio de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO ADM 003/2015

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 003/2015.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FUNCIONARIA PUBLICA MUNICIPAL PARA RESPONDER PELA ASSINATURA DE CHEQUES DA CÂMARA DE VEREADORES DE DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

GILBERTO CYBULSKI, Presidente da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal no uso de suas atribuições e com base no Regimento.

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - DESIGNAR a funcionária DELNIA LIEBERT nascida em 03/04/1976, portadora do RG nº 3.330,394, expedida em 08/06/2001, inscrita no CPF sob nº 938.604.639-34, ocupante do cargo efetivo de Diretora Geral de Expediente da Câmara de Vereadores de Tigrinhos – SC, para, a partir desta data, assinar, juntamente com o Presidente, os cheques das contas bancárias desta entidade, junto aos bancos dos quais a Câmara de Vereadores possui conta.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes desta Resolução serão usados recursos do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Tigrinhos, aos 11 de maio de 2015.

Gilberto Cybulski
Presidente da câmara de Vereadores

RESOLUÇÃO ADMNISTRATIVA 002/2015

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 002/2015.

CONCEDE LICENÇA PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILBERTO CYBULSKI, Presidente da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI, em especial Alínea "d", do Inciso I, do artigo 23 do Regimento Interno, promulga a Resolução Administrativa abaixo descrita.

Art. 1º Fica concedido Licença Parlamentar ao Vereador FERNANDO MARTIM da Bancada do PSDB, por um período de 90 (noventa) dias, a contar de 11 de maio de 2015, sem remuneração para tratar de assuntos de interesse particular, conforme requerimento apresentado na data de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 11 dias do mês de maio de 2015.
GILBERTO CYBULSKI
Presidente do Legislativo

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 07 2015 FCT - RESTAURANTE OFICIAL 25ª FESTA DO IMIGRANTE ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 07/2015 - FCT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 25ª Festa do Imigrante, no período de 09 a 12 de outubro de 2015 - Restaurante Oficial, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min do dia 26 de maio de 2015. ABERTURA: dia 26 de maio de 2015 as 10h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 11/05/2015
Jorge R. Ferreira
Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08 2015 FCT - RESTAURANTE DE SERVIÇO 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 08/2015 - FCT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 25ª Festa do Imigrante, no período de 09 a 12 de outubro de 2015 - Restaurante de Serviço, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 26 de maio de 2015. ABERTURA: dia 26 de maio de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 11/05/2015
Jorge R. Ferreira
Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 50 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE MACADAME

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 - PMT

OBJETO: fornecimento de macadame carregado em veículos dos setores solicitantes, para atender as necessidades da administração direta e indireta (Repetição Total dos Processos Licitatórios n.º 27 e 38/2015 - PMT, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 25 de maio de 2015. ABERTURA: dia 25 de maio de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 11/05/2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

MÁRCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

DECISÃO INABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 38 2015 PMT

PREFEITURA DE TIMBÓ
CENTRAL DE LICITAÇÕES
DECISÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 38/2015 PMT

Considerando que o parecer jurídico nº. 35/2015 (fls. 0111 e 0112) aponta irregularidades (em especial no âmbito dos documentos de habilitação da empresa Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda) e tendo em vista que as mesmas maculam de forma insanável o resultado consignado na Ata de Pregão (fls. 0108 e 0109), em caráter de retratação e com fundamento na Súmula 473 do STF, DECIDO pela desclassificação da empresa Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda e anulação da referida Ata.

Publique-se e intime-se, sem prejuízo da adoção das demais medidas pertinentes.

Timbó (SC), 07de maio de 2015
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro Oficial

DECRETO N.º 3.820 DE 07 DE MAIO DE 2015

DECRETO N.º 3.820 DE 07 DE MAIO DE 2015.

ALTERA dispositivo do Decreto nº 2326, de 11 de abril de 2011, alterado e renovado pelo Decreto nº 3792, de 17 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

D E C R E T A :

Artigo 1º Altera o item 02, do art.2º, do Decreto nº 3792, de 17 de março de 2015, com a seguinte descrição:

"02 – Área a Desmembrar nº 04 (quatro) - com área de 8.383,82m2 (Oito mil, trezentos e oitenta e três metros e oitenta e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distante pelo lado direito do imóvel, 248,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 31,47 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 33,91 metros com terras de Alido Moratelli, Alfons Piske, Kátia Piske, Marcelo Piske, Cássia Suely Piske, Tânia Regina Piske, Juliana Graciela Piske, Waldemar Reetz, Valdino Cipriani, Osmar Neckel, Verônica Piske Borck e Luiz Ricardo Borck, matrícula nº 3.692, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada de 120,05

metros e em 20,30 metros com terras de Gerald Penz, transcrição nº 6.351, folhas 202, livro 3-C, em 129,45 metros, sendo em 42,00 metros com terras de Godo Gessner, matrícula nº 23.808, livro 2 e em 87,45 metros com terras de Gerald Penz, transcrição nº 5.253, folhas 272, livro 3-B; e, lado esquerdo estrema em 124,59 metros e em 146,15 metros com a área a desmembrar nº 03. Neste imóvel fica reservada a área de 1.369,05m², constante da faixa de 30,00 metros situadas ao longo de ambas as margens do córrego, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965, com as seguintes confrontações: estremando na frente, em 31,47 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos, estrema em linha sinuosa em 29,22 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 45,06 metros com terras de Gerald Penz, transcrição nº 6.351, folhas 202, livro 3-C; e, lado esquerdo, estrema em 45,82 metros com a área a desmembrar nº 03."

Artigo 2º Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafo.

Artigo 3º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 07 de maio de 2015.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

DECRETO Nº 3822, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3822, DE 11 DE MAIO DE 2015

Decreta Luto Oficial no Município pelo falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira.

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; e

CONSIDERANDO o falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira, ocorrido em 10 de maio de 2015;

CONSIDERANDO a relevante atuação política e serviços públicos prestados,

DECRETA:

Art.1º Luto Oficial de três dias no Município de Timbó/SC em virtude do falecimento do Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, ocorrido em 10 de maio do corrente, a contar desta data, mantidas todas as atividades e prazos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº TIMBOPREV-067, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-067, DE 05 DE MAIO DE 2015

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Udemar Pellin.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, ao Servidor Público Municipal UDEMAR PELLIN, brasileiro, casado, nascido em 15 de junho de 1955, portador do CPF sob nº 293.158.599-87, RG nº 911.242-1, residente na rua Cornélius Germer nº 201, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, Referência Salarial GA-55, matrícula nº 1562.8, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito à paridade remuneratória, com base no art.3º da Emenda Constitucional nº 47/2003, no valor de R\$ 2.831,77 (Dois mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 022/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 34 2014 FMS - MEDICAMENTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de medicamentos destinados a distribuição aos usuários do Serviço Municipal de Saúde e consumo interno das Unidades de Saúde e Policlínica de Referência.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Medilar Importações e Distribuição de Produtos Méd, Coml. Cirúrgica Rioclarense Ltda, Angeomed Com. de Prod. Med. Hosp. Eireli, Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda, Pontamed Farmacêutica Ltda, Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda, Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda, Cirurgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares, Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda, CentermedI-Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Aglon Com. Repr. Ltda, Licimed Distrib. Medic. Mat Med Hosp. Ltda, Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda, Promefarma Repr. Comerciais Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 631.890,82 (seiscentos e trinta e um mil oitocentos e noventa reais e oitenta e dois centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/02/2016

Timbó, 12/02/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10/2015

Portaria Nº 10/2015

Concede férias ao servidor Ailton Bertoldi, agente administrativo na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder trinta dias de férias, relativas ao período aquisitivo 11/09/2013 a 10/09/2014, ao servidor Ailton Bertoldi, agente administrativo na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter dez dias das férias em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto de Servidor.

Art. 3º O servidor fruirá as férias concedidas por este ato em dois períodos de 10 dias cada, o primeiro de 8 a 17 de junho de 2015 e o segundo de 10 a 19 de agosto de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 11 de maio de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.
DOM/SC nº ____ de ____/____/2015.
Timbó(SC), ____ de ____ de 2015.

Patrícia Xavier
Assessora de Comunicação

SAMAE - TIMBÓ

PORTARIA NO SAMAE -090 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SAMAE -090 DE 11 DE MAIO DE 2015

Exonera o Servidor Público Municipal Marcos Antonio de Souza, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo na Autarquia Municipal, a contar de 11 de maio do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor Público Municipal MARCOS ANTONIO DE SOUZA, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 056, de 10 de março de 2015, a contar de 11 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 089, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 089, DE 11 DE MAIO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MICHELE CRISTIANE ERDMANN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/08/1992	084.255.659-10	44 horas	11/05/2015 a 31/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE 088, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE 088, DE 11 DE MAIO DE 2015

Retifica Portaria que Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se o equívoco ocorrido na indicação do nome do servidor contratado temporariamente através da Portaria n. SAMAE -087 de 04 de maio de 2015;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a Portaria n. SAMAE - 087, de 04 de maio de 2015, que autorizou a contratação de servidor, em caráter temporário, alterando o nome do servidor de CAIO RODRIGUES para DAVI RODRIGUES.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Lei Complementar nº 188/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 188 DE 06 DE MAIO DE 2015
CRIA CARGOS E VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO
JUNTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado no quadro de pessoal do Município, para atuação junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o cargo de provimento efetivo de Monitor de Educação Especial – Padrão E-06, 17 (dezesete) vagas, com vencimento de R\$ 1.553,76 (hum mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. As atribuições e os requisitos para o cargo estão estabelecidos no Anexo Único da presente Lei.

§ 2º. O cargo será disciplinado pelas Leis Complementares nº 138 e nº 140, ambas de 08 de outubro de 2009.

Art. 2º. Fica criado no quadro de pessoal do Município, para atuação junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Especial, 18 (dezoito) vagas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. As atribuições e os requisitos para o cargo estão estabelecidos no Anexo Único da presente Lei.

§ 2º. O cargo será disciplinado pelas Leis Complementares nº 138 e nº 140, ambas de 08 de outubro de 2009, inclusive no que se refere ao vencimento (Anexo III da Lei Complementar nº 140/2009).

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, em 06 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO ÚNICO

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

- Monitor de Educação Especial:

O monitor deve atuar de forma articulada com os professores do aluno com necessidades especiais, a fim de realizar acompanhamento e auxílio das atividades da vida diária do aluno, tais como: banheiro, escovação, higiene das mãos, alimentação, entre outros. Acompanhamento, se necessário, também, nas aulas de Educação Física e Arte. Participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e trocar experiências com os profissionais da unidade escolar. Registrar diariamente as atividades realizadas pelo aluno fora de sala de aula, bem como, o seu comportamento frente as situações do dia a dia.

- Professor de Educação Especial:

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; deforma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social. Atuar como professor regente em caso de inexistência de alunos com necessidades especiais aos seus cuidados, entre outros.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 498/2015/L**

PORTARIA N. 498 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS.

GILSON HIDEAKI NAGANO, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Eli Margarete Streit Abuda, ocupante do cargo de Servente, Matrícula n. 4804-0, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, na Função Gratificada de Acompanhamento dos Trabalhos Legislativos nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias no valor de R\$ 425,24 (quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos), nos termos do artigo 2º, inciso III da Lei Complementar n. 187/2014. Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 11 de Maio de 2015.

GILSON HIDEAKI NAGANO

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 12 de Maio de 2015.

Joel da Cruz

Gerente de Informática e Patrimônio

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO N.27/2015.

CONTRATO n.27/2015.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS SANNARDI LTDA -ME estabelecida na Rua Santa Cruz,394,Bairro Andreata,no Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.242.097/0001-50, representada neste ato pela sócia Sra. Chanaina Giuvenardi, portadora do CPF nº 055.995.859-56, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA CONSTRUÇÃO DE MEZANINO EM CONCRETO NO PAVILHÃO INDUSTRIAL 2, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2015, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA CONSTRUÇÃO DE MEZANINO EM CONCRETO NO PAVILHÃO INDUSTRIAL 2.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60(sessenta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – A Ordem de Serviço para execução da obra será emitida pelo Município de TUNÁPOLIS.

3.3 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.4 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.5 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.6 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - - O preço total ajustado para a execução do objeto constante

da cláusula segunda será de R\$ 69.453,45, sendo custo com mão de obra de R\$ 20.835,91(vinte mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos) e material de R\$ 48.617,54(quarenta e oito mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos).

4.2 - O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços e conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste edital e na minuta contratual.

4.2.1 O depósito está condicionado ao cumprimento de cada etapa dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pela comissão de acompanhamento do Município.

4.2.2 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Cópia dos comprovantes de ficha ponto dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.2 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) conforme legislação vigente, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela

alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 60 (sessenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

6.4 - A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (114 E 195) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas,

verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra conforme modelo bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito;

9.13 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução;

9.14 - A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer ao Município o "As Built" da obra nos termos da legislação aplicável, se houver alteração em relação do projeto original no decorrer da execução;

9.15 - A cumprir a exigência apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, qual seja a de proceder, na assinatura do contrato, a entrega à fiscalização da obra, dos orçamentos, cronogramas, projetos (quando for o caso) e outros documentos sempre em meio digital (informatizado) no formato Excel. Também pelo mesmo meio digital (informatizado) deverão ser recebidas as medições e os aditamentos (envolvendo alterações na planilha orçamentária);

9.16 - Cumprir toda e qualquer diligência executada pelo Município com relação à obra objeto desta licitação.

9.17 - A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR os serviços a ela adjudicados.

9.18- A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

c) A multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E

FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade. Caberá verificar se na execução da obra estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - As correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a contratada se negar a assinar o protocolo de recebimento do ofício, o mesmo será poder ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

14.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.7 - Decorridos o prazo do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua

rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente

motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 11 de maio de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS SANNARDI LTDA -ME
CHANAINA GIUVENARDI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 08/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção, Madeira, Ferro, Concreto Usinado, Asfalto, Brita, areia e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 08/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato

convocatório.

a) Fornecedor – MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 82.819.806/0001-70, estabelecida á Estrada Felipe Schmidt, no Município de Tunápolis/SC, fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

17	Madeira serrada de eucalipto bitolas diversas	60,00	M³	600,00
----	---	-------	----	--------

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 08/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 07/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 12 de fevereiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em exercício

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 08/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção, Madeira, Ferro, Concreto Usinado, Asfalto, Brita, areia e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 08/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGRIPECUÁRIA LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993/0001-78, estabelecida na Avenida Cerro Largo, 693 Centro no Município de Tunápolis /SC, fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR Máximo R\$
3	Ferro para Construção 5.0	100,00	BR	11,00
5	Pregos 16/24 com cabeça	20,00	KG	8,00
6	Pregos 17 x 27 cabeça dupla	30,00	KG	8,00
7	Pregos 17/27 com cabeça	100,00	kg	8,00
8	Pregos 19/39 com cabeça	50,00	kg	8,00
9	Pregos 21/45 com cabeça	80,00	KG	8,00
10	Pregos 22/42 com cabeça	70,00	KG	8,00
11	Pregos 25/72 com cabeça	150,00	KG	8,00
12	Cal Hidratada saco 18 kg	100,00	sc	13,00
18	Madeira serrada de pinheiro araucária bitolas diversas	10,00	M³	1.200,00
19	Tijolo de 06 furo com as seguintes dimensões: 19,5x 13,5x 9cm	10000,00	UM	0,46
20	Tijolo maciço	5000,00	UNI	0,50
21	Arame cozido	50,00	KG	8,50
22	Areia	150,00	M³	135,00
23	Ferro para construção ¼"	100,00	BR	16,00
24	Ferro para construção 4.2	300,00	BR	7,50

25	Tinta para demarcação viária a base de solvente, amarelo e branco, balde com 18lts, resistente a abrasão	30,00	bal	259,00
27	Areia fina para parque das escolas	50,00	M³	135,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 08/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 07/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório n.º 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 12 de fevereiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em exercício

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 131/2014

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde) em conformidade com as especificações dos Anexos.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
4	400.000,00	un	Óleo Diesel S 500	POTENCIAL	2,57	1.028.000,00
5	50.000,00	un	Óleo Diesel S 10	POTENCIAL	2,75	137.500,00
6	5.000,000	un	Álcool Etanol	POTENCIAL	2,45	12.250,00
			Total geral			1.177.750,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 131/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 131/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 95/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2015.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS COMBUSTÍVEIS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade ATÉ O DIA 31/12/2015, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 131/2014, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até o dia 31/12/2015.

7.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2015.

ENOI SCHERER

Auto Posto Canarinho Ltda EPP

Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado

Canísio Thomas

Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao Processo de Licitação nº 131/2014.

OBJETO: Registro de Preços visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde) em conformidade com as especificações dos Anexos.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unit R\$	Valor total R\$
1	30.000,00	Litro	Gasolina comum	Charrua	3.17	95.100,00
			Total geral			95.100,00

Aos dois dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 131/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 131/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 95/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2015.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto da presente ata de registro de preço.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 131/2014, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2015.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2015.

ENOI SCHERER LUIZE SCHROEDER
Prefeito Municipal

representante legal
ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item 05, a empresa CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG n.º 3.583.202 e do CPF n.º 062.281.639-06.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
5	Tubo de concreto de 100 x 100 (com ferragem)	200	un	303,79	60.758,00
					60.758,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunapolis, SC 12 de Janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado

CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso DO FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório de acordo com o item abaixo.

FORNECEDOR; Pré- Moldados Maravilha Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.739.364/0001-03, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, Centro, no Município de Maravilha/SC, neste ato representado pelo representante legal Sr. Anivo Jung.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor unit R\$	Valor total
7	Tubo de concreto de 1,50m x1 m pa2 (com ferragem)	100	un	587,00	58.700,00
					58.700,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de janeiro de 2015.
Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal em Exercício.

Fornecedor Registrado
Pré- Moldados Maravilha Ltda EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: Ruscheinsky & Cia Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 79.409579/0001-09 estabelecida na Rua Santos Dumont, 695 no Município de Iporã do Oeste –SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1 (com ferragem)	300	un	166,90	50.070,00
					50.070,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior

comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunapolis, SC 12 de Janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado

Ruscheinsky & Cia Ltda- ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tubo de concreto 20cm x 1m.	400	22,40	5.955,00
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	800	29,40	23.520,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	800	37,25	29.800,00
				62.280,00

Aos dias 12 de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi

atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes nesta ata deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item (s) 01, 02, 03, a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20, estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC neste ato representado Jair Royer, sócio administrador.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos ao vencedor será efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal

Em exercício

Artef. de Cim. Fronteira Ltda - ME

Jair Royer

Sócio administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 142/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 142/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, E SERVIÇO DE ROMPEADOR COM ACOPLAMENTO EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA.

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para EXECUÇÃO COM PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, E SERVIÇO DE ROMPEADOR COM ACOPLAMENTO EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes nesta ata de registro de preços, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Knapp & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o nº de CNPJ: 76.376.375/0001-12, com sede estabelecida na Rua Osvaldo Cruz, 91, Centro, no Município de Palmitos –SC.

Item	Descrição	Quant	und	Preço Unitário máximo	Valor Total
01	Serviço de Detonação e perfuração de rochas	560	MI	42,00	23.520,00
02	Serviço de Rompeador acoplado em Escavadeira Hidráulica com no mínimo 17.000,00 kg	60	hora	349,50	20.970,00
	Total Geral				44.490,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 142/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 103/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento. O município terá prazo até o dia 31/12/2015 para execução total dos serviços licitados.

6.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações da ordem de serviço emitida pelo Secretario Municipal dos Transportes e Obras, que se fará de acordo com a necessidade do órgão requisitante.

6.3 A licitante deverá utilizar cordão de isolamento em toda área de detonação, interrompendo o trânsito nos acessos próximos ao local da detonação, impedindo a aproximação de pessoas não autorizadas a permanecer nas proximidades e sim, somente as pessoas envolvidas diretamente na execução dos serviços.

6.4 A detonação deverá manter uma carga por espera compatível com a situação, a fim de não causar danos ou reclamações por parte de lindeiros.

6.5 Os serviços a serem prestados para o Município pela Máquina Rompedor com acoplamento em Escavadeira Hidráulica, deverão ser prestados nos locais determinados pelos responsáveis da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, os quais serão controlados e coordenados por esta Secretaria.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 142/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, na qual conste discriminadamente, a metragem e horas dos serviços executados, devendo também constar o número do Pregão Presencial que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação dos serviços e entrega da nota fiscal. Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

8.3 Na nota fiscal deverão ser discriminados os valores relativos aos materiais e à mão-de-obra, inclusive a retenção para a seguridade social de 11% sobre o valor da mão-de-obra.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 15 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Knapp & Cia Ltda

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 03/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 15/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município medição para fins de demarcação de limites de lotes Municipais, ao longo de 12 meses, em conformidade com as especificações dos Anexos.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 15/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município medição para fins de demarcação de limites de lotes Municipais, ao longo de 12 meses, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município e serviços de medição deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item 01 Cristian Grellmann-ME, inscrito no CNPJ 05.981.556/0001-20 com sede na Avenida Araucária, 67, no Município de Maravilha/SC, telefone: 49 3664-0036 neste ato representado CRISTIAN GRELLMANN, portadora do RG n.º 2.996.362 e do CPF n.º 0014.697.409-31.

Item	Descrição	Quant	und	Preço Unitário máximo
01	Serviços Topográficos envolvendo levantamento planialtimétrico de Ruas e Terrenos do Município.	58,00	h	8.990,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com a execução do serviço será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 15/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 14/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento. O município terá prazo até o dia 31/12/2015 para execução total dos serviços licitados.

6.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações da ordem de serviço emitida pelo Secretario requisitante, que se fará de acordo com a necessidade do órgão requisitante.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 15/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, na qual conste discriminadamente, a horas dos serviços executados, devendo também constar o número do Pregão Presencial que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

8.3 Na nota fiscal deverão ser discriminados os valores relativos aos materiais e à mão-de-obra, inclusive a retenção para a seguridade social de 11% sobre o valor da mão-de-obra.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de fevereiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal

Cristian Grellmann-ME
Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROECSSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 08/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção, Madeira, Ferro, Concreto Usinado, Asfalto, Brita, areia e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 08/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA EPP- inscrita no CNPJ sob o n. 06.330.226/0001-37, estabelecida na Avenida Gustavo Fetter, 2777 Centro no Município de Iporã do Oeste /SC, fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR Máximo R\$
1	Concreto Usinado FCK 15MPA (convencional)	100,00	m³	315,00
2	Concreto Usinado FCK 20 MPA(convencional)	100,00	M³	335,00
13	Brita nº 01/02	100,00	M³	64,50
14	Pedrisco	100,00	M³	64,50
15	Pó de Brita	100,00	M³	64,50

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 08/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 07/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior

comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 12 de fevereiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em exercício

Fornecedor Registrado

REGISTRAR OS PREÇOS DO FORNECEDOR ABAIXO ELENADO, VENCEDOR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 17/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, Atletas e Outros.

Aos 24 dias do mês de fevereiro. de 2015, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis,SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 21/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Atletas, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 17/2015, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor : A empresa TUNAPOLIS TUR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Real,s/n, Interior,no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.303910/0001-67, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Danilo Kessler, inscrito no CPF sob o nº 760.386.379-15.

a) Descrição do(s) item(s):

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor KM
1	3.500,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	3,99
2	7.900,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros.	5,99
3	10.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade e outros deste município, com ônibus leito turismo equipado com ar condicionado para no mínimo 44 passageiros.	4,99
4	5.200,00	km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros. Roteiro de viagem para a festa municipal, a empresa vencedora deverá excepcionalmente neste dia disponibilizar de 6(seis) ônibus seguindo assim o seguinte itinerário em estrada de chão batido <ul style="list-style-type: none"> • Ônibus saindo de Tunápolis passando por Canaleta ate o clube de São Jorge, Clube de Linha Fátima, voltando via Wilges ate Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis ate o clube de São Sebastiao, por Hugo Nicknig voltando ate a entrada de Sete Tombos, estrada geral, clube de Pitangueira ate Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Bonita passando em Raigão Baixo na igreja, estrada geral via Zoz ate no Clube em Raigão Alto voltando ate Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis passando Linha Baumgratz ate São Pedro no clube, passando via João Bourscheid até na Olinda Epping, voltando até o Clube de São José, Linha Scherer até Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis via Olaria Schorr, até no Clube em São Pedro, voltando volta Wirth até Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Pitangueira, passando estrada geral até Tunápolis. 	5,99

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 04/2015.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 17/2015 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em

igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar incluídas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 17/2015.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR – Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2015, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 21/2015 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.17/2015.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 17/2015 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 27 de fevereiro de 2015.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

TUNAPOLIS TUR LTDA-ME
CONTRATADA
Danilo Kessler
Sócio administrador

Testemunhas: _____
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

REGISTRAR OS PREÇOS DO FORNECEDOR ABAIXO ELECADO, VENCEDOR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

No dia 26 de março de 2015, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 31/2015 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor E.B Instalações Elétricas Ltda, inscrito sob o CNPJ n.º 00.212.337/0001-62, com sede na Rodovia SC 386, KM 26, Área, Industrial no Município de Descanso/SC, telefone: (49)3623-30276, e- neste ato representado Edelar Roque Bussolotto, portadora do RG n.º 2.649.955 e do CPF n.º 019.222.809-92.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Uni	Quant. estimada	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	h	150,00	Hora técnica de serviços de iluminação pública equipada de acordo com os requisitos da nr-10 -segurança e serviços em eletricidade e da nr-12, segurança em máquinas e equipamentos e da nr-35 - segurança em trabalhos em altura devidamente cadastrada na Celesc	205,00	30.750,00
			Total Geral		30.750,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 05/2015.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 31/2015 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de

situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 – O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais para a manutenção da iluminação publica serão fornecidos pelos Município.

6.2 – A iluminação publica do Município de Tunápolis está, em sua maior parte, instalada nas estruturas das redes aéreas de distribuição de energia elétrica da CELESC e adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão da mesma. Porém, estruturas específicas para iluminação publica, alimentadas por circuitos aéreos ou subterrâneos e com luminárias especiais são encontradas em praças, avenidas e outros logradouros públicos.

6.3 – Os serviços de manutenção da iluminação publica englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

6.3.1 – Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

6.3.2 – A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis as solicitações para as providencias relativas à manutenção da iluminação publica do Município. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.4 – Os serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições contidas no Termo de Transferência de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Publica firmado entre o Município de Tunápolis e a CELESC S.A.

6.3.5 – A partir da contratação, a empresa assume integralmente as responsabilidades atribuídas ao Município no Termo de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Publica, junto a CELESC Distribuição S.A.

6.3.6 – A empresa contratada devera dar destinação as lâmpadas substituídas, descartando-as ou armazenando-as por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

6.3.7– Todos os serviços executados deverão ter garantia por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

6.3.8 – Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.9 – A empresa contratada devera emitir Relatórios Sintéticos e Analíticos mensais com a relação de serviços realizados.

6.3.10 – Para o início dos serviços, a empresa contratada devera disponibilizar os seguintes documentos:

- a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto da Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado;
- b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
- c) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

6.3.11 – Na execução dos serviços deverá ser observada, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis a espécie.

6.3.12 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.3.13 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso ate sua regularização de forma integral.

6.3.14 – A empresa deverá, durante a contratualidade:

- a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;
- b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

6.3.15 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.15.1 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.15.2 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos

trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.16 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.17 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.18 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

6.3.19 – A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo munícipe para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

07 – DO PRAZO E OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:

7.1 – O licitante vencedor deverá executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e instruções repassadas pelo responsável.

7.2 – A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotara em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 - Reembolsar à CELESC quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

7.4 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.5 - Substituir todas as lâmpadas queimadas, bem como, relés, reatores, base para fusíveis e soquetes avariados ou com defeitos, refratores de luminárias quebrados, a fim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.

7.6 - Reparar e/ou substituir os braços de luminárias e as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado de conservação, bem como sua fiação interna.

7.7 - Substituir fiação interna desde o chão até o topo dos postes, quando deficientes.

7.8 - Executar reparos ou substituições de chaves de comando, bem como, a revisão e o reaperto de conexões.

7.9 - Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

7.10- Executar os trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

7.11- Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

7.12 - Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

7.13 - Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

7.14 - Recolher e entregar ao Município, mediante termo de recebimento devidamente especificado, com exceção das lâmpadas, todos os materiais substituídos, tais como reatores, luminárias, conectores, relés fotoelétricos, braços de iluminação pública e outros.

7.15 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.16 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.17 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.18 - Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

7.19 - Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

7.20 - Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

7.21 - Facilitar todas as atividades de fiscalização;

7.22 - Fornecer ART dos serviços executados.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 12 meses, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n. 31/2015.

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 16 de março de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Contratante

E.B Instalações Elétricas Ltda

Contratada

Edegar Bussolotto

Diretor

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS N. 06/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 06/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2015
Tipo : Menor Preço/ Por Lote
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS, ATRAVÉS DE SEGURADORAS, PARA VEÍCULOS E PRÉDIO DA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 26 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202.
União do Oeste - SC, 11 de maio de 2015.
VITÓRIO GUBERT
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO N. 33/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 33/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Tipo : Menor Preço/ Por Lote
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS, ATRAVÉS DE SEGURADORAS, PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE.
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 26 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202.
União do Oeste - SC, 11 de maio de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 2884/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
DECRETO MUNICIPAL N.º 2.884, De 06 de Maio de 2015.

Dispõe sobre a Estabilidade de Servidora Municipal aprovada em Estágio Probatório.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 019, de 02 de junho de 2000 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art.1º Fica declarada estável, a Servidora KALINE TASCA, por ter atingido a média de pontos exigida na Avaliação de Desempenho durante o período de Estágio Probatório, conforme planilha em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 06 de maio de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014
Registrado em data supra

MARILIA MIORELLI
Servidora Designada

DECRETO N. 2885/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
DECRETO MUNICIPAL N.º 2.885, De 11 de Maio de 2015.
Dispõe sobre exoneração de Conselheira Tutelar dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e requerimento da conselheira,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, ANA CRISTINA LAMP, do cargo de Conselheira Tutelar, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.519, de 19 de março de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de maio de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em Data Supra.

MARILIA MIORELLI
Servidora Designada

EXTRATO ATA FMS N. 09/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PROCESSO Nº 05/2015
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

Aos sete dias do mês de maio de 2015, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 05/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ITAMAR LABORATÓRIO DE PRÓTESES LTDA – ME.

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE PROTESES DENTÁRIAS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Preço Unitário R\$
01	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL SUPERIOR OU INFERIOR, COM DENTE TIPO DENTRON.	300	UN	147,00

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO ATA FMS N. 10/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PROCESSO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

Aos sete dias do mês de maio de 2015, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 05/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa PROTESES FERNANDES LTDA – EPP.

DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS DE PROTESES DENTÁRIAS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Preço Unitário R\$
02	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL REMOVÍVEL SUPERIOR OU INFERIOR, COM DENTE DENTRON.	350	UN	230,00

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO ATA N. 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PROCESSO Nº 28/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos onze dias do mês de maio de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AUTO MECÂNICA CENTRAL SUL LTDA – ME.

DO OBJETO: Registro de Preços para aquisição de serviços mecânicos – “Homem Hora”, para manutenção corretiva mecânica e elétrica, serviços de funilaria/lataria, torno, solda e serviços de reboque (24 horas, 07 dias p/ semana) incluindo-se todos os serviços necessários, pela relação de preço homem/hora, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação da Administração Municipal de União do Oeste do orçamento das peças a serem substituídas, nos veículos, caminhões, ônibus e máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Qtde.	Und.	Descrição	Valor Unitário	Valor total R\$
01	500	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de tratores de pneus e equipamentos agrícolas	19,90	9.950,00
02	800	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de automóveis, vans e ônibus	46,50	37.200,00
03	500	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de caminhões	22,90	11.450,00
04	600	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de máquinas e equipamentos pesados	89,00	53.400,00
05	500	Hora	Serviço de solda (oxigênio, mig ou elétrica)	50,00	25.000,00
06	200	Hora	Serviço de Torno	54,00	10.800,00

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO 26/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	26/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	CHAPEAÇÃO LUMI LTDA - ME
Objeto.....	AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE
Valor.....:	R\$ 7.541,00 (sete mil, quinhentos e quarenta e um reais).
Vigência.....:	Início: 06/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação.....:	Convite Para Compras e Serviços N.º 30/2015.

UNIÃO DO OESTE, 06 de maio de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO 27/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	27/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	PINGO POSTO DE LAVAGEM LTDA - ME
Objeto.....	AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE
Valor.....:	R\$ 65.503,00 (sessenta e cinco mil, quinhentos e três reais).
Vigência.....:	Início: 06/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação.....:	Convite Para Compras e Serviços N.º 30/2015.

UNIÃO DO OESTE, 06 de maio de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 05/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°:	05/2015
Contratante:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	PINGO POSTO DE LAVAGEM LTDA - ME
Objeto.....	AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Valor.....:	R\$ 3.044,00 (Três mil, quarenta e quatro reais).
Vigência.....:	Início: 06/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação.....:	Convite Para Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de União do Oeste N.º 30/2015.
UNIÃO DO OESTE, 06 de maio de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO N. 162/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 162/2015

Processo de Licitação: 29/2015/PMU

Data de Assinatura: 07/05/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BENEDETA AUTO CAR LTDA ME

CNPJ: 09.486.456/0001-88

Objeto: fornecimento parcelado de peças e serviços para mecânica, chapeação e pintura, KMV-9301

Valor Global: R\$ 12.090,00

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 25 de maio de 2015 às 10h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo Menor Preço por lote e tem por objeto a contratação de empresa para lavagem com lubrificação nos automóveis, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, conserto e montagem de pneus e aquisição de câmaras de ar; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 31/2015.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 11 de maio de 2015.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.034/2015

DECRETO Nº 034/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.
"DECRETA LUTO OFICIAL".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

Considerando o Falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira ocorrido no dia 10 de maio do corrente ano,

Considerando os relevantes serviços e atuação política, prestados a Nação, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Vargem Bonita pelo Senador Luiz Henrique da Silveira,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado Luto Oficial por três dias em todo o território do Município de Vargem Bonita.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 11 de maio de 2015.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 12/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO PEÇAS IMPLEMENTOS

Fundo do desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a Contratação de empresa para fornecimento de peças para conserto de uma Encilhadeira JF60.

REGIMENTO: O Fundo do desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 22 de maio de 2015

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 22 de maio de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 11 de maio de 2015

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.984/15

DECRETO Nº 11.984/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.
Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RICARDO BURATTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.985/15

DECRETO Nº 11.985/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.
Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KARINA DE SOUZA MOREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.986/15

DECRETO Nº 11.986/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.
Nomeia Psicólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JAQUELINE ELISA MALDANER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.016/15

DECRETO Nº 12.016/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.
Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.017/15

DECRETO Nº 12.017/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.
Nomeia Técnico de Informática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUAN SIMON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 030/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CRISTIANE BRANCALEONE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.951/15, DE 24/04/2015
2. SUELLEN FABRICNEI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.959/15, DE 28/04/2015
3. LUANA CRISTINA BAIRO	AGENTE SOCIAL	11.961/15, DE 28/04/2015
4. FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.969/15, DE 28/04/2015
5. RICELE MARIA DUARTE SARTOREL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.970/15, DE 28/04/2015
6. LAYS FIGUEIRO RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.973/15, DE 28/04/2015
7. CIDINEIA GRAHL	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.974/15, DE 28/04/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;

- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 06 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 031/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ADILSO BENELLI	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	11.963/15, DE 28/04/2015

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
b) PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Comprovante de Residência;
e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
b) Avaliação Neurológica;
c) RX Tórax;
d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
e) Hemograma;
f) VDRL;
g) ABO RH;
h) Glicemia;
i) Ex. Quant. Urina;
j) EPF;
k) Avaliação Audiométrica;
l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 06 de Maio de 2015

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 35/2015 - PMV - 3º COLOCADOS - EMPRESA: VW COMERCIO ATACADISTA ME

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
SABONETE LIQUIDO ANTISSEPTICO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa NUTRI SC LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87, apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
3	SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO, COM FRAGRÂNCIA DE ERVA DOCE, EM BOMBONAS DE 5 LITROS.	PREMISSE	Reprovada

Em atendimento ao item 1.2 - As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, a empresa NUTRI SC LTDA, que obteve a terceira proposta melhor classificada para o IEM 3 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente a amostra física.

Para tanto, a marca do produto licitado não atende as especificações mínimas exigidas e o item não está devidamente identificado (com razão social e CNPJ).

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação da amostras física apresentada pela empresa.

Videira, 11 de maio de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 65/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CONCRETO USINADO, DE FORMA PARCELADA, PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 26/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Maio 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL JOAQUIM AMARANTE DE ACORDO COM MEMORIAIS E PROJETOS ANEXOS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. As propostas e documentos serão recebidos até às 14h00min do dia 02 de Junho de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 11 de Maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO N.º 018/2015

DECRETO Nº 018/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUÍZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal de Vitor Meireles em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias pelo Superávit do Exercício Anterior:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.007.2014 – Ações de Vigilância em Saúde

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.3.3815 – Vigilância em Saúde – Sanitária
..... R\$ 2.129,84

0.3.3816 – Vigilância em Saúde – Epidemiologia
..... R\$ 5.293,89

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 11 de Maio de 2015.

LUÍZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 017/2015

DECRETO N.º 017/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUÍZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal de Vitor Meireles em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 101, de 24/06/1991, Lei Municipal nº 0669, de 30/06/2009 e Lei Municipal nº 0785, de 12/07/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Saúde:

I – Representantes de Entidades de Usuários (50%):

Titular: Luiz Comper (Clube dos Idosos)

Suplente: Silvia Meneghelli

Titular: Joel Rodrigo Teixeira (CDL)

Suplente: Denílson Sevei Masson

Titular: Cleiton Machado (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Suplente: Jucileni Meneghelli Dias

Titular: Lili da Cruz Dauer (Clube de Mães)

Suplente: Iara Aparecida Leite Dauer

Titular: Rosane Vieira (ASERVIM)

Suplente: Marcelo André Agostini

Titular: Marcelino Darolt (AMOPUR)

Suplente: Ivanor Boing

II – Representantes de Trabalhadores da Saúde (25%):

Titular: Paulo Ricardo Nunes Mello (Secretaria Municipal de Saúde)

Suplente: Joice Borghesang

Titular: José Watras Sobrinho (Secretaria Municipal de Saúde)

Suplente: Micheli Scottini

Titular: Regina da Costa Oliveira (AHAM)

Suplente: Vera Lúcia Santana de Arruda

III – Representantes do Governo e prestadores de serviço (25%):

Titular: Valmir Deretti (Secretaria Municipal de Saúde)

Suplente: Teilor Petersen

Titular: Dário Montagna (Secretaria Municipal de Administração)

Suplente: Claudinei Feliciano

Titular: Jorge Gomes Monteiro Neto (Diretoria AHAM)

Suplente: Ismar Moretti

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE MAIO DE 2015.

Publicado e Registrado na data Vitor Meireles/SC, ____/____/____.

LUÍZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal, em exercício

LEI Nº 0914

LEI N. 0914, DE 11 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por meio de guarnições de Radiopatrulha.

Parágrafo Único – Para a realização do que trata o caput deste artigo, o Executivo Municipal fica autorizado a contribuir com a importância em reais, equivalente a até 500 (quinhentos) litros de gasolina para as viaturas da Polícia Militar do Município.

Art. 2º - A despesa decorrente da presente lei, correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0003.2004 – Segurança Pública

330000.00 – Outras Despesas Correntes

339000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Livres

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 544/2004 e 613/2007.

Vitor Meireles, 11 de maio de 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 0915

LEI Nº 0915, DE 11 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE WITMARSUM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Witmarsum.

§ 1º – A contribuição de que trata a presente Lei, será efetuada em 7 (sete) parcelas mensais e iguais, a serem pagas no decorrer do ano, com início em maio de 2015 e será utilizada para custear o programa social de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais do município de Vitor Meireles, que frequentam a APAE de Witmarsum.

§ 2º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Witmarsum deverá prestar contas dos recursos concedidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento das parcelas, não excedendo ao último dia do exercício.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.009.2016 – Atenção as Famílias

33000000 – Outras Despesas Correntes

33500000 – Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.0000 – Recursos Livres – R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 11 de maio de 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 089/2015

P O R T A R I A Nº. 089/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CÉSAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 15/06/2015 a 24/06/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2015, a qual será realizada no próximo dia 25 de Maio de 2015, às 16:00 horas, tendo como local a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES .

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Xavantina(SC), 7 de Maio de 2015.

Mauro Junes Poletto

Prefeito Municipal

Orlando Marafon

Pres. Comissão de Orçamento e Finanças

DECRETO 048/2015

DECRETO Nº 048/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.442, de 11 de Maio de 2015.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – CR 52	
R\$.....	13.000,00
TOTAL.....	13.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 – CR 51	
R\$.....	13.000,00
TOTAL.....	13.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 049/2015

DECRETO Nº 049/2015

CONCEDE ADICIONAL DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, com base do § 5º do art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada e,

Considerando o Relatório apresentado pela comissão de Avaliações de Desempenho e Progressão por Mérito nomeada pela Portaria nº 125/2015;

Considerando os Cursos de Aperfeiçoamento apresentados;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedido adicional de progressão por mérito, referente ao exercício de 2014, no percentual de 1% (um por cento) a ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores municipais efetivos, constantes no anexo único deste decreto, com efeitos a contar de 01 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 11 de maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa
Anexo Único do Decreto nº 049 de 11 de maio de 2015.

Matrícula	Nome	Percentual
1063	ACACIO MOLOZZI	1,00
536	ADEMIR ANTONIO LOUVATTO	8,00
785	ADEMIR ANTONIO PARAVISI	4,00
537	ADEMIR BABINSKI	8,00
19	ADILSON LUIZ CHIOSSI	11,00
1143	ADRIANE DANNENHAUER	1,00
538	ALDERI PAVAN	8,00
761	ANA CHIOSSI MIRANDOLLI	4,00
1092	ANDERSON JUAN BACH	1,00
795	ARI SPAGNOL	4,00
557	CATIA MARA COSMANN	7,00
1064	CELMO MOTA PEREIRA	1,00
1150	CLAIR MENIN	1,00
733	CLANCELISE BURATTI DAL BELLO	5,00
838	CLEISSON FABIANO FOREST	3,00
597	CLEOCIR LUIZ BOENO	7,00
592	CLEZIOMAR SIQUEIRA	7,00
298	CLOVIS ANTONIO TELO	11,00
276	DELMAR DAL BELLO	11,00
863	DIEGO FRANA	3,00

5	DIRCEU RAVADELLI	8,00
313	EDINEIA FATIMA PALUDO	9,00
271	ELENIR SALETE TICIANI	10,00
277	EUGENIO JOAO COMIN	9,00
300	EVANDRO JOSE GRANOSKI	11,00
784	EVANDRO TALASKA	4,00
778	FÁBIO KLEMENT	4,00
287	FERNANDO BORGES	6,00
744	FRANCIELI CLEIDI ZANELLA	4,00
302	GELMIRO SEGNETTO	11,00
1148	GEOVANI SIQUEIRA	1,00
567	GERSIANE CIOTTA	7,00
568	GICELLE PARISOTTO	7,00
245	GILMAR JOSE BERGAMIN	11,00
1085	GILVIAN GARBINI	1,00
310	IVACI SALETE GIARETTA DELLAZZARI	11,00
324	IVACI SALETE GIARETTA DELLAZZARI	11,00
1139	IVANIR TERESINHA GROLLI DELLAZZARI	1,00
301	IVONIR VIERO	10,00
832	JACIR ANTONIO CERIOLLI	4,00
545	JANE CARMEM BRAND	8,00
730	JÉSSICA PAULA PINSSETTA	5,00
1096	JOAO HENRIQUE FIORESE	1,00
544	JOCELI FORMAGINI	6,00
299	JOSE SEBASTIAO RIBEIRO BUENO	10,00
238	JOSE SILVIO ZANANDREA	10,00
1066	JOSELAINE SCHIMIDT	1,00
1140	JOVANE CENCI FORMAGINI	1,00
541	JOVANI GIROTTI	8,00
1069	JULIANA CANTON	1,00
781	KARINE ROSSETTO	4,00
777	KEILA RENATA OLKOWSKI	4,00
1075	KELIN MARI MARTINI	1,00
4	LADY GRIS	11,00
284	LEONICE GAZZOLA DAL BELLO	10,00
1141	LEONILDE MARIA GEREMIA GANDOLFI	1,00
309	LOIRIZANE MARIA MORETTO BALEN	11,00
312	LUCIVANE REGINA ONGARATTO	10,00
1072	MAITÉ APARECIDA BICIGO LUSSI	1,00
1067	MARCIO IVAN DE OLIVEIRA GONZALHES	1,00
739	MARILENE JUSTINA FAZOLO SEGNETTO	5,00
771	MARILETE LUISA PASSARELLA VIERO	4,00
71	MARTA MARIA CAON SUZANA	7,00
734	MERYEN ANDRINE RENOSTRO MARTINS DE QUADROS	5,00
1149	MOISES SOARES DOS SANTOS	1,00
73	NELIZE FOREST TESTA	9,00
831	NICANOR VICENTE PANSERA	3,00
1065	OSEIAS CASONATTO	1,00
1093	PATRICIA CARLA BREDI	1,00
732	PATRICIA MORAES DE SOUSA	5,00
1076	PATRICIA MOTERLE	1,00
1147	PAULO JOCELI DE JESUS NAISSINGER	1,00

775	RENATO MORETTO	4,00
237	ROBERTO CARLOS GARGHETTI	10,00
819	ROBERTO CARLOS TÁRTARO	4,00
792	RODINEI MORES	4,00
558	SELVINO JOAO DREON	7,00
1078	SIMONE BICIGO	1,00
308	SUELI TORTELLI TREVISAN	11,00
546	TACIANE CAON	8,00
747	TACIANE KARINE FAITA	4,00
1074	THAIS LUANA TRIACA	1,00
836	UDECI FRANA	3,00
596	VAGNER RODRIGO GROLLE	4,00
234	VALDEMAR DALL BELLO	11,00
251	VALMOR DE SOUZA	7,00
731	VARLEI OZELAME	5,00
6	ZEOLCIR FOREST	11,00

LEI 1441

LEI Nº 1441, DE 11 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XAVANTINA - COPAFAX, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Guara-rapes, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 11.504.992.0001-00, do valor de até R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a prestação de assistência técnica aos produtores da agricultura familiar no desenvolvimento de novas alternativas e renda, auxiliar na implantação de novas agroindústrias familiares, as quais abrangem 08 (oito) famílias diretamente e mais 35 (trinta e cinco) pessoas de forma indireta.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1442

LEI Nº 1442, DE 11 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), na(s)

seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – CR 52	
R\$.....	13.000,00
TOTAL.....	13.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 – CR 51	
R\$.....	13.000,00
TOTAL.....	13.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 125/2015

PORTARIA Nº 125/2015

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PROGRESSÃO POR MÉRITO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 020, de 25/03/04, atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação dos formulários de desempenho preenchidos pela Chefia imediata, para fins de concessão da progressão por mérito, a saber:

- Taciane Caon
- Catia Cosmann
- Alessandra de Carli Tedesco da Silva

Art. 2º Os membros da comissão de avaliação poderão realizar novos levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem à justa e isenta avaliação dos servidores públicos municipais, inclusive, realiza-las sem a existência de avaliações do chefe imediato.

Art. 3º A comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao setor de pessoal, até o dia 30 de Maio de 2015, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 07 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

LEI Nº 4069/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DOS LOTES URBANOS N. 11 E 12 DA MATRÍCULA N. 4.042 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4069/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza desmembramento dos lotes urbanos n. 11 e 12 da matrícula n. 4.042 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam autorizados desmembramentos do Lote urbano nº 11 com área superficial de 1.610,00m² (um mil seiscentos e dez metros quadrados) e do lote urbano nº 12 com área superficial de 1.020,00m² (um mil e vinte metros quadrados), perfazendo um a área total de 2.630,00m² (dois mil seiscentos e trinta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Henrique Faé, distante pelo lado direito 178,00m da Rua Antônio Stieven, quadra nº 174, com matrícula n. 4.042 no Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, de propriedade de: SIVONEI TEREZA BIZOL, SIRLEI MARIA BIZOL SOCCOL E LUIZ ANTONIO SOCCO, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

MATRÍCULA Nº 4.042 – Lote urbano nº 11 com área superficial de 1.610,00m² (um mil seiscentos e dez metros quadrados) e lote urbano nº 12 com área superficial de 1.020,00m² (um mil e vinte metros quadrados), perfazendo um a área total de 2.630,00m² (dois mil seiscentos e trinta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Henrique Faé, distante pelo lado direito 178,00m da Rua Antônio Stieven, quadra nº 174, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, sem benfeitorias confrontando:

NORTE: com o Lote 13, matrícula nº 11.512, de Silene Rosa Bizol, por 70,60m.

SUL: pelo Rio Xaxim, com a matrícula nº 11.926, da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, por 72,31m.

LESTE: com o lote 07, matrícula nº 8.349, de Augusto Roque Ribeiro, por 15,00m, com o lote 08, matrícula nº 9.739, de Paulo Toldo, por 15,00m e com o lote 09, matrícula nº 8.661, de Volnei Paulino Pallaoro, por 11,30m, totalizando uma distância de 41,30m.

OESTE: com a Rua Domingos Henrique Faé, por 33,74m.

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

LOTE No12

Proprietário: SIVONEI TEREZA BIZOL

Local: PERÍMETRO URBANO DE XAXIM - SC.

Área Total: 1.020,00m² (um mil e vinte metros quadrados)

MATRÍCULA Nº 4.042 – Lote urbano nº 12 com área superficial de 1.020,00m² (um mil e vinte metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Henrique Faé, distante pelo lado direito 178,00m da Rua Antônio Stieven, quadra nº 174, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, sem benfeitorias confrontando:

NORTE: com o Lote 13, matrícula nº 11.512, de Silene Rosa Bizol,

por 70,60m.

SUL: com o lote no11 matrícula 4.042, de Sirlei Maria Bizol Soccol, por 73,25..

LESTE: com o lote 07, matrícula nº 8.349, de Augusto Roque Ribeiro, por 14,00m.

OESTE: com a Rua Domingos Henrique Faé, por 15,74m.

LOTE No 11

Proprietário: SIRLEI MARIA BIZOL SOCCOL e LUIZ ANTÔNIO SOCCOL

Local: PERÍMETRO URBANO DE XAXIM - SC.

Área Total: 1.610,00m² (um mil seiscentos e dez metros quadrados)

MATRÍCULA Nº 4.042 – Lote urbano nº 11 com área superficial de 1.610,00m² (um mil seiscentos e dez metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Domingos Henrique Faé, distante pelo lado direito 193,74m da Rua Antônio Stieven, quadra nº 174, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, sem benfeitorias confrontando:

NORTE: com o lote no 12 matrícula 4.042, de Sivonei Tereza Bizol, por 73,25.

SUL: pelo Rio Xaxim, com a matrícula nº 11.926, da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, por 72,31m.

LESTE: com o lote 07, matrícula nº 8.349, de Augusto Roque Ribeiro, por 1,00m, com o lote 08, matrícula nº 9.739, de Paulo Toldo, por 15,00m e com o lote 09, matrícula nº 8.661, de Volnei Paulino Pallaoro, por 11,30m, totalizando uma distância de 27,30m.

OESTE: com a Rua Domingos Henrique Faé, por 18,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4070/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO N. 12 DA QUADRA N. 52 E REMEMBRAMENTO AO LOTE URBANO "B", CONSTITUÍDO POR PARTE DO LOTE N. 13 E LOTE URBANO N. 14 DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4070/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza desmembramento de parte do Lote Urbano n. 12 da quadra n. 52 e remembramento ao Lote urbano "B", constituído por parte do lote n. 13 e Lote Urbano n. 14 da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

1º Fica autorizado o desmembramento de parte do Lote urbano

nº "12" da quadra nº 52, localizado no lado par da Rua Amélio José Panizzi, distante pelo lado esquerdo 25,00m da Rua Duque de Caxias, Bairro Frei Bruno, Xaxim, com área superficial de 420,00 m² (quatrocentos e vinte metros quadrados) com matrícula n. 15.767 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de ANGELO PAGANI e remembramento ao Lote urbano "B", constituído por parte do lote nº 13 com 218,75m² e parte do lote nº 14 com 218,75m², da quadra nº 52, compondo uma área superficial total de 437,50m² (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados, localizado no lado par da Rua Duque de Caxias, distante pelo lado direito 17,50m da Rua Amélio José Panizzi, Bairro Frei Bruno, Xaxim, com matrícula n. 15.805 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, de propriedade de LAORY MAXIMINO DUZ, ficando assim constituído:

SITUAÇÃO ATUAL

MATRICULA Nº 15.805

Proprietário: LAORY MAXIMINO DUZ

Local: Rua Duque de Caxias, Xaxim - SC.

Área Total: 437,50m² (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados)

Lote urbano "B", parte do lote nº 13 com 218,75m² e parte do lote nº 14 com 218,75m², da quadra nº 52, localizado no lado par da Rua Duque de Caxias, distante pelo lado direito 17,50m da Rua Amélio José Panizzi, Bairro Frei Bruno, Cidade e Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, com a área superficial total de 437,50m² (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

ao Nordeste, confrontando com a Rua Duque de Caxias, por 17,50 metros; ao Sudoeste, com parte do Lote 12, matrícula nº 15.757, de Angelo Pagani, por 17,50 metros; ao Sudeste, com o lote "A", matrícula nº 16.929, de César Luiz Pavanni, por 25,00 metros; ao Noroeste, com parte do lote nº 15, matrícula nº 17.892, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 25,00 metros.

MATRICULA Nº 15.757

Proprietário: ANGELO PAGANI

Local: Rua Amélio José Panizzi, Xaxim - SC.

Área Total: 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados)

Lote urbano nº "12" da quadra nº 52, localizado no lado par da Rua Amélio José Panizzi, distante pelo lado esquerdo 25,00m da Rua Duque de Caxias, Bairro Frei Bruno, Cidade e Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, com a área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

ao Nordeste, confrontando com o lote "B", matrícula nº 15.805, de Laory Maximino Duz, por 17,50 metros e confrontando com o lote "A", matrícula nº 16.929, de César Luiz Pavanni, por 17,50 metros, totalizando 35,00 metros; ao Sudoeste, com o lote "11", matrícula nº 15.758, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 35,00 metros;; ao Sudeste, com a Rua Amélio José Panizzi, por 12,00 metros; ao Noroeste, com parte do lote nº 15, matrícula nº 17.892, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 12,00 metros.

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

LOTE 12 "A"

Proprietário: ANGELO PAGANI

Local: Rua Amélio José Panizzi, Xaxim - SC.

Área Total: 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados)

Lote urbano nº 12 "A" da quadra nº 52, localizado no lado par da Rua Amélio José Panizzi, distante pelo lado esquerdo 25,00m da Rua Duque de Caxias, Bairro Frei Bruno, Cidade e Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, com a área de 240,00m²

(duzentos e quarenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

ao Nordeste, confrontando com parte do lote "B", matrícula nº 15.805, de Laory Maximino Duz, por 2,50 metros e confrontando com o lote "A", matrícula nº 16.929, de César Luiz Pavanni, por 17,50 metros, totalizando 20,00 metros; ao Sudoeste, com parte do lote "11", matrícula nº 15.758, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 20,00 metros; ao Sudeste, com a Rua Amélio José Panizzi, por 12,00 metros; ao Noroeste, com o lote nº 12 "B", por 12,00 metros.

LOTE 12 "B"

Proprietário: ANGELO PAGANI

Local: Rua Amélio José Panizzi, Xaxim - SC.

Área Total: 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados)

Lote urbano nº 12 "B" (encravado) da quadra nº 52, localizado no lado par da Rua Amélio José Panizzi, distante pelo lado esquerdo 25,00m da Rua Duque de Caxias, Bairro Frei Bruno, Cidade e Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, com a área de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

ao Nordeste, confrontando com parte do lote "B", matrícula nº 15.805, de Laory Maximino Duz, por 15,00 metros; ao Sudoeste, com parte do lote "11", matrícula nº 15.758, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 15,00 metros; ao Sudeste, com o lote 12 "A", por 12,00 metros; ao Noroeste, com o lote nº 15, matrícula nº 17.892, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 12,00 metros.

SITUAÇÃO DO REMEMBRAMENTO

LOTE 12 "B" E LOTE "B"

Proprietário: ANGELO PAGANI E LAORY MAXIMINO DUZ

Local: Rua Amélio José Panizzi, Xaxim - SC.

Área Total: 617,50m² (seiscentos e dezessete metros e cinquenta decímetros quadrados)

Remembramento feito a partir do Lote urbano nº 12 "B" (encravado), com área de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados), e o lote "B", matrícula nº 15.805, com a área de 437,50m² (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), totalizando uma área de 617,50m² (seiscentos e dezessete metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado na quadra nº 52, lado par da Rua Duque de Caxias, distante pelo lado direito 17,50m da Rua Amélio José Panizzi, Bairro Frei Bruno, Cidade e Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, com as seguintes medidas e confrontações:

ao Nordeste, confrontando com a Rua Duque de Caxias, por 17,50 metros; ao Sudoeste, com parte do lote "11", matrícula nº 15.758, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 15,00 metros, e com parte do Lote 12 "A", matrícula nº 15.757, de Angelo Pagani, por 2,50 metros; ao Sudeste, com o lote "A", matrícula nº 16.929, de César Luiz Pavanni, por 25,00 metros, e com o lote 12 "A", por 12,00 metros; ao Noroeste, com parte do lote nº 15, matrícula nº 17.892, de Valdecir Francisco Cachoeira, por 37,00 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4071/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA RETIFICAÇÃO DE ÁREA E DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 16, DA QUADRA N. 82 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4071/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza retificação de área e desmembramento do lote urbano n. 16, da quadra n. 82 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada retificação de área e o desmembramento do lote urbano nº 16, da quadra nº 82, com área superficial de 728,55m² (setecentos e vinte e oito metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Tiradentes, distante pelo lado direito 54,50 metros da Rua Leoberto Leal, loteamento Alvorada, bairro Alvorada, Xaxim – SC com matrícula n. 10.954 no Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, de propriedade do ADRIANO GEREMIA, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE URBANO nº 16, da quadra nº82, matrícula nº 10.954, com área superficial de 728,55m² (setecentos e vinte e oito metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Tiradentes, distante pelo lado direito 54,50 metros da Rua Leoberto Leal, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº17, de Fernando Berselli, matrícula 10.995, em 50,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº15, de Vilson Gaboardi, matrícula 10.987, em 50,00 metros.

NORDESTE: Com a Rua Tiradentes, em 14,61 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº09, de Claudino Dalla Riva, matrícula 10.969, em 14,53 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

1º) LOTE URBANO nº16-“A”, da quadra nº82, com área superficial de 300,20m² (trezentos metros e vinte decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Tiradentes, distante pelo lado direito 59,50 metros da Rua Leoberto Leal, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote nº17, de Fernando Berselli, matrícula 10.995, em 28,50 metros.

SUDESTE: Com o lote nº16-“B”, ora desmembrado, em 15,00 metros e 13,50 metros.

NORDESTE: Com a Rua Tiradentes, em 9,61 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº16-“B”, ora desmembrado, em 11,56 metros.

2º) LOTE URBANO nº16-“B”, da quadra nº82, com área superficial de 428,35m² (quatrocentos e vinte e oito metros e trinta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Tiradentes, distante pelo lado direito 54,50 metros da Rua Leoberto Leal, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº16-“A”, ora desmembrado, em 15,00 metros e em 13,50 metros e com parte do lote nº17, de Fernando Berselli, matrícula 10.995, em 21,50 metros.

SUDESTE: Com o lote nº15, de Vilson Gaboardi, matrícula 10.987, em 50,00 metros.

NORDESTE: Com a Rua Tiradentes, em 5,00 metros e com o lote nº16-“A”, ora desmembrado, em 11,56 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº16-“A”, ora desmembrado, em 2,00 metros e com o lote nº09, de Claudino Dalla Riva, matrícula 10.969, em 14,53 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4072/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 02, DA QUADRA N. 198 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4072/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza desmembramento do lote urbano n. 02, da quadra n. 198 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 02, da quadra nº 198, matrícula nº 11.809 no C.R.I. de Xaxim, com área superficial de 364,00m² (Trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), Situado no lado par da Avenida Luiz Lunardi, distante pelo lado direito em aproximadamente 13,00 metros da Rua Antonio Rebelatto, bairro Primavera, Xaxim - SC de propriedade de ARLINDO GABRIELLI E IVANI MONTAGNA GABRIELLI, ficando assim constituído:

Situação Atual – Lote 02 - Matrícula 11.809

Localizado no Bairro Primavera no Município de Xaxim - SC.

Situado no lado par da Avenida Luiz Lunardi, distante pelo lado direito em aproximadamente 13,00 metros da Rua Antonio Rebelatto.

Área: 364,00 m² (Trezentos e sessenta e quatro metros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com a AVENIDA LUIZ LUNARDI em 13,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com a RUA SANTO CECHET em 13,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com imóvel matrícula 17.823, Lote 01-B, de propriedade de ANIELI SEVERGNINI em 14,00 metros e com o imóvel matrícula 17.623, Lote 01-A, de propriedade de VALDECIR PINHEIRO, em 14,00 metros.

SUDOESTE: Confrontando com imóvel matrícula 11.619, Lote 03, de propriedade de ROGÉRIO LUIZ BAGGIO em 28,00 metros.

Situação Desmembrada – Lote 02-B - Matrícula 11.809

Localizado no Bairro Primavera no Município de Xaxim - SC.

Situado no lado par da Avenida Luiz Lunardi, distante pelo lado direito em aproximadamente 13,00 metros da Rua Antonio Rebelatto.

Área: 182,00 m² (Cento e oitenta e dois metros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com a AVENIDA LUIZ LUNARDI em 13,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com imóvel matrícula 11.809, Área Remanescente (Lote 02-A), de propriedade de ARLINDO GABRIELLI

e IVANI MONTAGNA GABRIELLI em 13,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com imóvel matrícula 17.823, Lote 01-B, de propriedade de ANIELI SEVERGNINI em 14,00 metros.

SUDOESTE: Confrontando com parte do imóvel matrícula 11.619, Lote 03, de propriedade de ROGÉRIO LUIZ BAGGIO em 14,00 metros.

Situação Remanescente – Lote 02-A - Matrícula 11.809

Localizado no Bairro Primavera no Município de Xaxim - SC.

Situado no lado ímpar da Rua Santo Cechet, distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 13,00 metros da Rua Antonio Rebelatto.

Área: 182,00 m² (Cento e oitenta e dois metros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com imóvel matrícula 11.809, Área Desmembrada (Lote 02-B), de propriedade de ARLINDO GABRIELLI e IVANI MONTAGNA GABRIELLI em 13,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com a RUA SANTO CECHEZ em 13,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com imóvel matrícula 17.623, Lote 01-A, de propriedade de VALDECIR PINHEIRO em 14,00 metros.

SUDOESTE: Confrontando com parte do imóvel matrícula 11.619, Lote 03, de propriedade de ROGÉRIO LUIZ BAGGIO em 14,00 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4073/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA RETIFICAÇÃO DE ÁREA E DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 15, DA QUADRA N. 51 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4073/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza retificação de área e desmembramento do lote urbano n. 15, da quadra n. 51 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada retificação de área e o desmembramento do lote urbano nº15, da quadra nº51, matrícula nº 4.711 no C.R.I. de Xaxim, com área superficial de 793,00m² (setecentos e noventa e três metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antônio Cordenonsi Filho, distante pelo lado direito 73,00 metros da Avenida Luiz Lunardi, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, Xaxim - SC de propriedade de ELZIRA COLTRO E ANTONIO CARLOS COLTRO, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE URBANO nº15, da quadra nº51, matrícula nº 4.711, com área superficial de 793,00m² (setecentos e noventa e três metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antônio Cordenonsi Filho, distante pelo lado direito 73,00 metros da Avenida Luiz Lunardi, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº16, de Adécio Miotto, matrícula 5.116, em 50,00 metros.

SUDESTE: Com parte do lote nº14, de Izabeli Maioli Ruthes, matrícula 1.990, em 42,00 metros e com parte dos lotes nº05, 06, 07, 13 e 14, matrícula 5.932, em 8,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº10, de Valter Thomé, matrícula 5.282, em 16,48 metros.

NORDESTE: Com a Rua Antônio Cordenonsi Filho, em 15,24 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

1º) LOTE URBANO nº15-“A”, da quadra nº51, com área superficial de 263,74m² (duzentos e sessenta e três metros e setenta e quatro décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Antônio Cordenonsi Filho, distante pelo lado direito 78,00 metros da Avenida Luiz Lunardi, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote nº16, de Adécio Miotto, matrícula 5.116, em 25,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº15-“B”, ora desmembrado, em 10,86 metros.

SUDESTE: Com o lote nº15-“B”, ora desmembrado, em 25,00 metros.

NORDESTE: Com a Rua Antônio Cordenonsi Filho, em 10,24 metros.

2º) LOTE URBANO nº15-“B”, da quadra nº51, com área superficial de 529,26m² (quinhentos e vinte e nove metros e vinte e seis décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cordenonsi Filho, distante pelo lado direito 73,00 metros da Avenida Luiz Lunardi, Loteamento Alvorada, Bairro Alvorada, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote nº16, de Adécio Miotto, matrícula 5.116, em 25,00 metros e com o lote nº15-“A”, ora desmembrado, em 25,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº10, de Valter Thomé, matrícula 5.282, em 16,48 metros.

SUDESTE: Com parte do lote nº14, de Izabeli Maioli Ruthes, matrícula 1.990, em 42,00 metros e com parte dos lotes nº05, 06, 07, 13 e 14, matrícula 5.932, em 8,00 metros.

NORDESTE: Com Rua Antônio Cordenonsi Filho, em 5,00 metros e com o lote nº15-“A”, ora desmembrado, em 10,86 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4074/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA A RETIFICAÇÃO DE ÁREA E O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 06, DA QUADRA N.369 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4074/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza a retificação de área e o desmembramento do lote urbano n. 06, da quadra n.369 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento do lote urbano 06 da quadra nº 369, Loteamento Priori, lado ímpar da Rua Beija Flor, distante pelo lado direito, 18,16 metros da esquina com a Rua Canário, Bairro Flor, nesta cidade e Comarca de Xaxim – SC, com área Superficial de 523,65 m² (quinhentos e vinte e três metros e sessenta e cinco décimos quadrados), com matrícula nº 16.967 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de JOÃO MARIA DOS SANTOS e NELÇA ZANCO DOS SANTOS., ficando assim constituído:

SITUAÇÃO ATUAL

MATRICULA Nº 16.967 – Lote urbano nº 06 da quadra nº 369, Loteamento Priori, lado ímpar da Rua Beija Flor, distante pelo lado direito, 18,16 metros da esquina com a Rua Canário, Bairro Flor, nesta cidade e Comarca de Xaxim – SC, com área Superficial de 523,65 m² (quinhentos e vinte e três metros e sessenta e cinco décimos quadrados), sem benfeitorias, confrontando:

Nordeste: com o lote nº01 de Elian Rodrigo Rotava, matrícula nº 17.453, na extensão de 24,20 metros;
Sudoeste: com o lote nº 05 do Município de Xaxim, matrícula nº 18.438, na extensão de 23,78 metros;
Sudeste: com o lote nº 02 de Lenoir Boschetti, Matrícula nº 17.408, na extensão de 3,00 metros; e com o lote nº 03 de Leandro Fachini, matrícula nº 16.050, na extensão de 18,67 metros, totalizando 21,67 metros;
Noroeste: com a Rua Beija Flor, na extensão de 22,23 metros.

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

Lote nº 06 "A"

Proprietário: JOÃO MARIA DOS SANTOS e NELÇA ZANCO DOS SANTOS

Área Total: 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrados).

MATRICULA Nº 16.967 – Lote urbano nº 06-A da quadra nº 369, Loteamento Priori, localizado no lado ímpar da Rua Beija Flor, distante pelo lado direito 18,16 metros da esquina com a Rua Canário, Bairro Flor, nesta cidade e Comarca de Xaxim – SC, com área Superficial de 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrados), confrontando:

Nordeste: com o lote nº01 de Elian Rodrigo Rotava, matrícula nº17.453, na extensão de 14,20 metros;
Sudoeste: com o lote nº 06 - B de João Maria dos Santos, matrícula nº 16.967, na extensão de 13,87 metros;
Sudeste: com o lote nº 06 - B de João Maria dos Santos, matrícula nº 16.967, na extensão de 16,90 metros;
Noroeste: com a Rua Beija Flor, na extensão de 17,23 metros.

Lote nº06 "B"

Proprietário: JOÃO MARIA DOS SANTOS e NELÇA ZANCO DOS SANTOS

Área Total: 283,65 m² (duzentos e oitenta e três metros e sessenta e cinco décimos quadrados).

MATRICULA Nº 16.967 – Lote urbano nº 06 - B da quadra nº 369, Loteamento Priori, localizado no lado ímpar da Rua Beija Flor, distante pelo lado direito 35,39 metros da esquina com a Rua Canário, Bairro Flor, nesta cidade e Comarca de Xaxim – SC, com área Superficial de 283,65 m² (duzentos e oitenta e três metros e sessenta e cinco décimos quadrados), sem benfeitorias, confrontando:

Nordeste: com o lote nº 01 de Elian Rodrigo Rotava, matrícula nº17.453, na extensão de 10,00 metros e com o lote nº 06-A de João Maria dos Santos, matrícula nº 16.967, na extensão de 13,87 metros;

Sudoeste: com o lote nº 05 do Município de Xaxim, matrícula nº 18.438, na extensão de 23,78 metros

Sudeste: com o lote nº 02 de Lenoir Boschetti, Matrícula nº 17.408, na extensão de 3,00 metros; e com o lote nº 03 de Leandro Fachini, matrícula nº 16.050, na extensão de 18,67 metros, totalizando uma distância de 21,67 metros;

Noroeste: com a Rua Beija Flor, na extensão de 5,00 metros e com o lote nº 06-A de João Maria dos Santos, matrícula nº 16.967, na extensão de 16,90 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4075/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO "G" DA CHÁCARA N. 16 E REMEMBRAMENTO AO LOTE URBANO "H" DA QUADRA 16 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4075/2015 de 05 de maio de 2015.

Autoriza desmembramento do Lote urbano "G" da Chácara n. 16 e remembramento ao Lote urbano "H" da quadra 16 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento de parte do Lote "G" da chácara n. 16, Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC., situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 103,00 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi, com área de 459,00 m² (Quatrocentos e cinquenta e nove metros quadrados), com matrícula n. 18.597 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ e remembramento a parte do Lote "H" parte do Lote n.16, Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC, situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 100,00 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi, com área: 231,00 m² (Duzentos e trinta e um metros quadrados), com matrícula nº 14.488 no Cartório de registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, ficando assim constituído:

Situação Atual, Desmembrada, Remanescente e Remembrada

Propriedade	Matrícula nº 14.488
Proprietário	CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN
Imóvel	Parte do lote urbano "H" parte do lote nº 16

Situação Atual Matrícula 14.488 – Lote H

Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC.

Situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 100,00 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi.

Área: 231,00 m² (Duzentos e trinta e um metros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com o lote 03, matrícula 6.492, de propriedade de MARILENE DALLA COSTA TONELLO, em 23,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com lote G, matrícula 18.597, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ em 14,00 metros e em 9,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com a Rua Votorantin, em 3,00 metros e com o lote G, matrícula 18.597, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ, em 18,00 metros.

SUDOESTE: Confrontando com o lote C, matrícula 15.411, de propriedade de LOURDES DAMBROS DA SILVA HOMEM, em 6,00 metros; com Rua A, em 7,50 metros e com lote F, matrícula 15.412, de propriedade de LOURDES DAMBROS DA SILVA HOMEM, em 7,50 metros.

Propriedade	Matrícula nº 18.597
Proprietário	ALENCAR MATHIAS ORTIZ
Imóvel	Lote Urbano "G" da chácara nº 16

Situação Atual Matrícula 18.597 – Lote G

Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC.

Situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 103,00 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi.

Área: 459,00 m² (Quatrocentos e cinquenta e nove metros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com o lote H, matrícula 14.488, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, em 14,00 metros e em 9,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com o lote 02, matrícula 12.696, de propriedade de SILVANIA GRASEL, em 23,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com a Rua Votorantin, em 27,00 metros.

SUDOESTE: Confrontando com o lote H, matrícula 14.488, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, em 18,00 metros e com lote C, matrícula 15.411, de propriedade de LOURDES DAMBROS DA SILVA HOMEM, em 9,00 metros.

Propriedade	Matrícula nº 18.597
Proprietário	ALENCAR MATHIAS ORTIZ
Imóvel	Lote Urbano G1

Situação Remanescente Matrícula 18.597 – Lote G1

Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC.

Situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 112,49 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi.

Área: 326,17 m² (Trezentos e vinte e seis metros e dezessete décimos quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com o lote G2, matrícula 18.597, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ, em 14,00 metros e com lote H,

matrícula 14.488, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, em 9,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com o lote 02, matrícula 12.696, de propriedade de SILVANIA GRASEL, em 23,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com a Rua Votorantin, em 17,51 metros.

SUDOESTE: Confrontando com o lote H, matrícula 14.488, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, em 8,51 metros e com lote C, matrícula 15.411, de propriedade de LOURDES DAMBROS DA SILVA HOMEM, em 9,00 metros.

Propriedade	Matrícula nº 18.597
Proprietário	ALENCAR MATHIAS ORTIZ
Imóvel	Lote Urbano G2

Situação Desmembrada Matrícula 18.597 – Lote G2

Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC.

Situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 103,00 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi.

Área: 132,83 m² (Cento e trinta e dois metros e oitenta e três decímetros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com o lote H, matrícula 14.488, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, em 14,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com o lote G1, matrícula 18.597, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ, em 14,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com a Rua Votorantin, em 9,49 metros.

SUDOESTE: Confrontando com o lote H, matrícula 14.488, de propriedade de CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN, em 9,49 metros.

Propriedade	Matrícula nº 14.488 e Matrícula nº 18.597
Proprietário	CLAUDETE MICHAILOFF FELTRIN e ALENCAR MATHIAS ORTIZ
Imóvel	Lote Urbano H e G2

Situação Remembrada – Mat. 14.488 e Mat. 18.597 – Lote H e G2

Localizado no Bairro Germânico no Município e Comarca de Xaxim – SC.

Situado no lado par da quadra e distante pelo lado esquerdo em aproximadamente 100,00 metros da esquina da Rua Votorantin com a Rua Guilherme Arisi.

Área: 363,83 m² (Trezentos e sessenta e três metros e oitenta e três decímetros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com o lote 03, matrícula 6.492, de propriedade de MARILENE DALLA COSTA TONELLO, em 23,00 metros.

SUDESTE: Confrontando com o lote G1, matrícula 18.597, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ, em 14,00 metros e em 9,00 metros.

NORDESTE: Confrontando com a Rua Votorantin, em 12,49 metros e com o lote G1, matrícula 18.597, de propriedade de ALENCAR MATHIAS ORTIZ, em 8,51 metros.

SUDOESTE: Confrontando com o lote C, matrícula 15.411, de propriedade de LOURDES DAMBROS DA SILVA HOMEM, em 6,00 metros, com a Rua A, em 7,50 metros, e com lote F, matrícula 15.412, de propriedade de LOURDES DAMBROS DA SILVA HOMEM, em 7,50 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Consórcios

AGIR

ATA Nº 023 DE 13.02.2015 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

ATA Nº 023/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC.

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1678, página 648, de 05.02.2015, às 14 horas, reuniu-se no Auditório da Fundação Municipal de Desporto – FMD na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, em substituição do local previamente estipulado na Convocação, em razão de obras na sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI; depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros Titulares: Anísio Fantini, José Carlos Spengler, Gustavo D. Zettermann, Heverson Thrun, Maria de Fátima Martins, Ricardo Alexandre da Silva, Sandra A. A. Oliveira, Sandro Lourival Cardoso e Valdete Korz Marques; e do Conselheiro Suplente: Guilherme Schmidt Pimentel; do Dr. Heinrich Luiz Pasold – Diretor Geral da AGIR, senhora Vanessa Fernanda Schmitt – Diretora Administrativa da AGIR, senhor Ricardo Hübner – Diretor Técnico da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning – Assessor Jurídico da AGIR, senhora Ana Claudia Hafemann – Agente Administrativo da AGIR, senhor Caio Barbosa de Carulice – Agente Administrativo Técnico da AGIR, senhor Ademir Manoel Gonçalves – Economista da AGIR, senhor Cleber R. V. Silva – Diretor de Operações Odebrecht Ambiental, senhor Valdair Matias – Presidente do SAMAE Blumenau, senhora Ana Luisa Reinke – Adm. Contratual Odebrecht Ambiental e senhora Maria Mazzaferro – Comunicação Odebrecht Ambiental. Os trabalhos da Reunião Extraordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pela Presidente, a senhora Maria de Fátima Martins que cumprimentou a todos os presentes e, com a concordância de todos nomeou a senhora Ana Claudia Hafemann para secretariar os trabalhos. Em seguida foi apresentada a Ordem do Dia, qual seja: 1 – Leitura e aprovação das atas anteriores; 2 – Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº 010/2011-AGIR); 3 – Revisão Ordinária do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau; 4 – Assuntos Gerais. Em ato seguinte, referente à aprovação das atas das reuniões anteriores (item 1), quais sejam, as atas referentes as reuniões dos dias 18 de dezembro de 2014 e 13 de janeiro de 2015, a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins observou que as atas das reuniões anteriores foram encaminhadas através de e-mail aos conselheiros e em razão de não ter havido manifestação acerca do relatado nas respectivas atas considerou-se as mesmas aprovadas. Prosseguindo ao item 2 – Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº 010/2011-AGIR, a senhora Maria de Fátima Martins passou a palavra ao Relator, o senhor Sandro Lourival Cardoso, o qual fez a leitura de seu Parecer na íntegra, a todos os presentes informando ainda que o referido parecer foi enviado antecipadamente a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes, para leitura e conhecimento prévios. Na sequência, após a finalização da leitura do Parecer pelo Relator, o senhor Heinrich Luiz Pasold, com a autorização da Sra. Presidente destacou que o referido Parecer representa a opinião deste

Relator em relação ao caso apresentado, após exame, elaboração de relatório e voto referente a Revisão Extraordinária, Revisão Ordinária e ao Incidente Processual do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau. O senhor Heinrich Luiz Pasold ainda complementou informando a todos que após a leitura do Parecer pelo Relator, os demais Conselheiros Titulares do Comitê de Regulação da AGIR poderiam se manifestar com suas opiniões, sugerir mudanças no Parecer, solicitar o esclarecimento de dúvidas. No caso da solicitação de alterações, caso não concordem, a proposta seria posta em votação dos demais Conselheiros Titulares. Consequentemente, caso a nova proposta fosse acatada, o Conselheiro formulador da mesma tornar-se-ia o novo Relator do caso. Deste modo, após informados os procedimentos cabíveis, a senhora Maria de Fátima Martins questionou os Conselheiros, se havia alguma manifestação acerca do Parecer lavrado. Em continuidade, o Conselheiro Anísio Fantini, apresentou sua posição perante o Parecer, informando sua concordância em relação a necessidade da cobrança do percentual relativo ao reequilíbrio econômico-financeiro e dizendo que não está questionando os resultados e os trabalhos realizados, no entanto, se opôs ao modo de cobrança do percentual ao consumidor final. Sugeriu, portanto que, ao contrário da opinião do Relator, no qual a cobrança do percentual de 17,27% (dezessete vírgula vinte e sete por cento) fosse efetuada em valor integral – sendo 11,97% relativo à presente revisão ordinária e 5,3% relativo ao aumento tarifário concedido no 3º Termo Aditivo – a mesma pudesse ser fracionada em três parcelas, naquele percentual a referente a diferença da revisão ordinária. Complementou, relatando que em seu ponto de vista, devem ser observadas a capacidade da sociedade em absorver mais uma cobrança tarifária dentre tantas outras as quais os cidadãos são onerados, considerando o cenário econômico atual. Na sequência, a Conselheira Sandra A. A. Oliveira, opinou expondo que não haveria outra possibilidade diante da cobrança do percentual integral, pois parcelando a cobrança gradativamente, a sociedade seria cada vez mais onerada, e desde já declarando seu voto em favor do Relator. O Conselheiro José Carlos Spengler também declarou o seu voto nos termos do Relator. Conselheiro Ricardo Alexandre da Silva, por sua vez comentou que todo o processo esteve sob discussão no Comitê de Regulação e declarou ser contrário ao parcelamento da cobrança, para que o processo não continue sem solução e, ainda lembra que os 17,27% (dezessete vírgula vinte e sete por cento) de hoje serão muito maiores ao longo dos próximos três anos. Na continuidade, foi solicitada a palavra pelo senhor Cleber R. V. da Silva – Diretor de Operações da Odebrecht Ambiental e pelo senhor Valdair Matias – Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE, tendo em vista ser esta uma Reunião Pública, a Presidente concedeu a palavra aos mesmos. Assim, portanto, o senhor Cleber R. V. da Silva defendeu o posicionamento da cobrança em percentual integral, informando que caso houvesse um parcelamento da aplicação do percentual, o modelo financeiro adotado para finalização do processo e obtenção de 17,27% (dezessete vírgula vinte e sete por cento), deveria ser novamente reanalisado e recalculado financeiramente. Ainda, o senhor Cleber R. V. da Silva complementou observando que no município de Blumenau/SC, 51% (cinquenta e um por cento) dos consumidores atendidos com a rede de tratamento de esgotamento sanitário, pagam a tarifa mínima em suas faturas, ou seja, o que configura a metade dos usuários sentiriam em suas faturas um aumento por volta de R\$ 4,00 (quatro reais). O senhor Valdair Matias, complementou informando que ao assumir a responsabilidade referente a gestão comercial do sistema de cobrança da água no município, o Poder Concedente

assumiu despesas postas em discussão durante o processo, não onerando somente o usuário. Expôs ainda que, através destas tratativas de buscar-se um senso comum de valores entre as partes, obteve-se justamente uma nova metodologia ao reequilíbrio econômico-financeiro. Na sequência, o senhor Heinrich Luiz Pasold destacou a atuação da AGIR neste processo, no qual a Agência não abriu mão da aplicação de multa e da correção monetária, além da atualização do saldo corrigido do valor de outorga, o qual representou o somatório final de cerca de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), inseridos no cálculo da metodologia aplicada. Em continuidade, a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins, pôs em votação aos Conselheiros Titulares presentes a concordância ou não com o voto do Relator, destacando que estava em votação o voto integral de relator e a proposta de Conselheiro Anísio Fantini, que modificava a aplicação do percentual de 11,97% para três parcelas anuais. Na votação obteve-se o resultado de seis votos a favor do voto apresentado pelo Relator em sua íntegra (Gustavo D. Zettermann, Heverson Thrun, José Carlos Spengler, Sandra A. A. Oliveira, Sandro Lourival Cardoso, Ricardo Alexandre da Silva,) e dois votos a favor da proposta do parcelamento do índice em três parcelas anuais (Anísio Fantini e Valdete Korz Marques). Assim, o Comitê de Regulação da AGIR aprova, por maioria, o Quarto Termo Aditivo Contratual, o qual congrega as Revisões Extraordinária, Ordinária e o Incidente Processual do Contrato de Concessão, autorizando as medidas apresentadas e o percentual de 17,27% (dezessete vírgula vinte e sete por cento) como previsão às tarifas de esgoto. A presidente informa que tal Decisão além desta ata, deverá constar em Resolução

própria do Comitê. Com a aprovação do Voto do Relator, à unanimidade nos demais itens, restou aprovada ainda a nova metodologia da Revisão Ordinária, representada pelo Anexo VI, bem como os Anexos I, II, III, IV e V que são parte integrante do Quarto Termo Aditivo. Também por força da aprovação do Voto do Relator, fica extinto o Incidente Processual do Procedimento Administrativo nº 010/2011 e também o pedido de reajuste anual, que terá decisão autônoma prolatada pelo Diretor Geral nos autos do Procedimento Administrativo nº 021/2014. Em assuntos gerais (item 6), a Diretora Administrativa da AGIR, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, lembrou a todos os Conselheiros da próxima reunião ordinária da AGIR, agendada para o dia 23 de fevereiro de 2015, conforme calendário aprovado neste Comitê de Regulação. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins agradeceu a presença de todos os Conselheiros e demais presentes e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Ana Claudia Hafemann, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Presidente do Comitê de Regulação

ANA CLAUDIA HAFEMANN
Agente Administrativa da AGIR
e Secretária "ad hoc"

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 288 - PGT -BALNEÁRIO GAIVOTA

Extrato de Contrato nº 288/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Balneário Gaivota

CONTRATANTE: Município de Balneário Gaivota

CNPJ: 01.511.659/0001-75

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MUNICIPAL Nº: 111/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado por 12 (doze) meses o contrato para a prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, vencendo assim no dia 31/12/2015, em virtude da necessidade de continuidade de serviço.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 289 - PGT -BALNEÁRIO GAIVOTA

Extrato de Contrato nº 289/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Balneário Gaivota

CONTRATANTE: Município de Balneário Gaivota

CNPJ: 01.511.659/0001-75

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MUNICIPAL Nº: 111/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

CLÁUSULA PRIMEIRA: Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 352,50 (trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: A despesa decorrente deste contrato correrá de acordo com a dotação orçamentária: 3.3.93.39 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 828/14 de 10 de dezembro de 2014, (LOA).

Florianópolis, 23 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 290 - PGC - CALMON

Extrato de Contrato nº 290/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Calmon

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Calmon

CNPJ: 95.949.814/0001-83

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 002/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00 (Dois mil duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 22 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 291 - PGC - TIGRINHOS

Extrato de Contrato nº 291/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Tigrinhos

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Tigrinhos

CNPJ: 04.219.209/0001-00

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 007/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da

informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.875,00 (Hum mil oitocentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 292 - DOM - SÃO JOSÉ

Extrato de Contrato nº 292/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – São José

CONTRATANTE: Município de São José

CNPJ: 82.892.274/0001-05

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 053/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São José no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.135,00 (Três mil cento e trinta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0012_2015

Resolução n. 0012/2015.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0038/2015, Edital nº 0005/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0038/2015, Edital nº 0005/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Claudinei Marcio Morsoleto – CIMCATARINA - Presidente;

II – Ricardo Schirmer – Município de Fraiburgo – Membro;

III – Luiz Fernando Raldi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução n. 0010/2015.

Fraiburgo, 04 de maio de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP**1º ADITIVO CONTRATO HSIDS****1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
EDA COM SEDAÇÃO	*9016350	126,00
Teste de urease	*9016341	21,00
Biópsia esôfago estômago e duodeno	*9016511	10,50
Colonoscopia	02.09.01.002-9	252,00

*Códigos próprios CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 30 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 2015 HSIDS**1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 12/2015 - IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR .**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representado pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 12/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 12/2015, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
EDA COM SEDAÇÃO	*9016350	126,00
Teste de urease	*9016341	21,00
Biópsia esôfago estômago e duodeno	*9016511	10,50
Colonoscopia	02.09.01.002-9	252,00

(...)”.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 12/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 30 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CISAM

ATA 26.03.2015 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CISAM MEIO OESTE

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO-OESTE –

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e quinze, às dezesseis horas, reuniram-se na sede do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada através de edital devidamente publicado, representantes dos seguintes municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste: ABDON BATISTA, representada pela Sra. Maristela Palavro; ALTO BELA VISTA, representado Sr. Jones José Gastmann; BRUNÓPOLIS, representado pelo Sr. José Thieres Ribeiro; CAMPOS NOVOS, representado pelo Sr. Joel Francisco Fagundes; CAPINZAL, representado pelo Sr. Andevir Isganzella, Prefeito municipal; HERVAL D'OESTE, representado pelo Sr. Aluir Flemming; JOAÇABA, representado pela Sra. Elizabet Maria Zanela Sartori; LUZERNA, representado pelo Sr. Raimundo Antônio Pascotto; MONTE CARLO, representado pelo Sr. Rubens José Vargas; OURO, representado pelo Sr. Vitor João Faccin, Prefeito municipal; ZORTEÁ, representado pelo Sr. Paulo José Franceschi, Prefeito municipal. Iniciando-se os trabalhos, o Sr. Sidnei Penzo saudou e agradeceu a presença de todos, e após verificação do quórum necessário de participação, estando presentes 11 (onze) representantes dos entes, dos 14 (quatorze) municípios consorciados, passou a leitura do Edital de Convocação e Pauta da Assembleia, submetendo-a à aprovação, sendo aprovada a pauta por unanimidade. A palavra foi concedida ao prefeito anfitrião do evento, Sr. Andevir Isganzella, o qual desejou boas-vindas aos presentes. Em seguida, o atual presidente do consorcio, o Sr Andevir Isganzella, conduziu o processo de eleição do novo presidente do CISAM Meio Oeste, abrindo-se espaço para candidaturas à presidência para os próximos 02 (dois) anos,

sendo indicado o Sr. Andevir Isganzella, prefeito de Capinzal. Não havendo outros candidatos, passou-se à votação pública e nominal. Foi eleito por unanimidade dos presentes, como presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, o prefeito do município de Capinzal, o Sr. Andevir Isganzella. Usando da palavra o presidente eleito indicou o Sr. Sidnei Penzo e o Sr. Aluir Flemming, para exercerem as funções de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico Operacional, respectivamente. Os indicados foram apresentados à Assembleia e seus nomes foram aprovados por unanimidade. Posteriormente, foi empossada a nova Diretoria Executiva do consórcio. O presidente eleito agradeceu a confiança depositada, se comprometendo a trabalhar em prol de todos e para o bem do Consórcio, com auxílio de todos os municípios. Dando continuidade a pauta da Assembleia abriu-se espaço para eventuais moções de censura e aplauso, e esgotados os assuntos da pauta, o presidente eleito fez os agradecimentos aos presentes. Após foi efetuada a leitura da ata, a qual foi aprovada por todos os presentes e segue assinada pelos representantes dos municípios e demais participantes da Assembleia.